

PREVENÇÃO E COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS EM TIMOR-LESTE

A LEI N.º 17/2011, DE 28 DE DEZEMBRO • ANOTAÇÕES

**PREVENSAUN NO KOMBATE
BRANKEAMENTU KAPITÁL IHA TIMOR-LESTE**

LEI N.º 17/2011, 28 DEZEMBRU • ANOTASAUN

Margarida Bandeira de Lima

PREVENÇÃO E COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS EM TIMOR-LESTE

A Lei n.º 17/2011, de 28 de Dezembro
Anotações

—

PREVENSAUN NO KOMBATE BRANKEAMENTU KAPITÁL IHA TIMOR-LESTE

Lei n.º 17/2011, 28 Dezembro
Anotasaun

Margarida Bandeira de Lima

Créditos:

Autora: Margarida Bandeira de Lima,

Procuradora da República em Portugal e Assessora Legal do Programa FOTI Timor-Leste

Revisão e Edição da versão portuguesa: Larissa Almeida

Tradução para Tétum: Miranda Correia Amendoeira & Associados - Sucursal de Timor-Leste

Revisão em Tétum: Sonia Soares

Design gráfico: David Palazón

Nota:

Este livro foi realizado com o generoso apoio da Agência do Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID). Seu conteúdo é de responsabilidade da autora e não reflete necessariamente a posição do Millennium Corporate Challenge (MCC), da USAID e do governo dos Estados Unidos da América.



PREVENÇÃO E COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS EM TIMOR-LESTE

A Lei n.º 17/2011, de 28 de Dezembro
Anotações

Margarida Bandeira de Lima

ÍNDICE

Introdução	7
O que é o branqueamento de capitais e qual a razão por que deve ser combatido	9
Artigo 313.º do código penal	15
Fases do branqueamento de capitais	21
Lei n.º 17/2011, de 28 de Dezembro	
Capítulo I — Disposições Gerais	
Artigo 1.º — Objeto	31
Artigo 1.º-A — Definições	31
Artigo 2.º — Âmbito de aplicação	32
Artigo 3.º — Entidades financeiras e não financeiras	32
Artigo 4.º — Criação	34
UIF	34
Artigo 5.º — Natureza, organização e funcionamento	35
Artigo 6.º — Competências da UIF	35
Capítulo II — Prevenção	
Artigo 7.º — Obrigação de declarar o transporte de moeda ou títulos ao portador negociáveis	39
Artigo 8.º — Transparência das transações financeiras	41
Artigo 9.º — Transparência de pessoas coletivas e dos centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica	42
Artigo 10.º — Identificação de clientes por entidades financeiras e não financeiras	44
Artigo 11.º — Deveres especiais de identificação	47
Artigo 12.º — Programas internos de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo	48
Artigo 13.º — Deveres relativos a transferências eletrónicas	48
Artigo 14.º — Controlo especial de certas transações	49
Artigo 15.º — Arquivo de registos	50
Artigo 16.º — Prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo nas entidades financeiras e não financeiras	51
Artigo 17.º — Cumprimento das obrigações por subsidiárias e filiais	51
Artigo 18.º — Casinos	52
Artigo 19.º — Organizações sem fins lucrativos	53
Capítulo III — Detenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo	
Artigo 20.º — Confidencialidade	54
Artigo 21.º — Acesso à informação	54
Artigo 22.º — Violação da obrigação de informar	55
Artigo 23.º — Dever de comunicação	56
Artigo 23º-A — Isenção de responsabilidade	57
Artigo 24.º — Suspensão de transações	58
Artigo 25.º — Proibição de divulgação de informação confidencial	59
Artigo 26.º — Denúncia obrigatória	59

Capítulo IV — Supervisão e regime sancionatório	
Artigo 27.º — Funções e competências	60
Artigo 28.º — Disposições especiais sobre remesas de dinheiro ou serviços de transferências de valores	60
Artigo 29.º — Registo de outras atividades e profissões não financeiras	61
Artigo 30.º — Contraordenações	61
Artigo 31.º — Sanções administrativas	62
Artigo 32.º — Violação dos deveres por parte das entidades financeiras e não financeiras	62
Capítulo V — Regime especial de recolha de prova, quebra do segredo profissional e perda de bens	
Artigo 32.º-A — Âmbito de aplicação	64
Artigo 33.º — Interceções e registos	65
Artigo 33.º-A — Buscas e apreensões	67
Decreto-lei n.º 4/2006, de 1 de Março (regimes especiais no âmbito processual penal para casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada)	68
Artigo 33.º-B — Agentes infiltrados	71
Artigo 34.º — Ocultação da identidade e proteção da testemunha	73
Lei n.º 2/2009, de 6 de Maio sobre proteção de testemunhas	74
Capítulo VI — Medidas	
Artigo 35.º — Medidas provisórias	77
Artigo 35.º-A — Apreensões	78
Artigo 35.º-B — Quebra de segredo profissional	79
Artigo 126.º do código de processo penal	81
Artigo 35.º-C — Controlo de contas	82
Artigo 36.º — Congelamento de bens associados com o financiamento do terrorismo	83
Artigo 37.º — Branqueamento de capitais	83
Artigo 38.º — Financiamento do terrorismo	83
Artigo 39.º (revogado)	83
Artigo 40.º (revogado)	83
Artigo 41.º (revogado)	83
Artigo 42.º — Responsabilidade das pessoas coletivas	83
Artigo 43.º — Perda a favor do Estado	85
Artigos 102.º e 103.º do código penal	85
Artigo 44.º — Invalidez de negócios jurídicos	91
Artigo 45.º — Disposição dos bens declarados perdidos	91
Capítulo VII — Cooperação judiciária internacional em matéria penal	
Artigo 46.º — Dever de cooperação	92
Artigo 141.º do código de processo civil	94
Lei 15/2011, de 26 de Outubro — Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal	94
Artigo 47.º — Natureza não política dos crimes	102
Capítulo VIII — Natureza não política dos crimes	
Artigo 48.º (revogado)	103
Artigo 49.º — Entrada em vigor	103
Bibliografia	105

INTRODUÇÃO

O presente manual procede à análise e anotação de diversos artigos da Lei n.º 17/2011, de 28 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2003 III, que contém o regime jurídico da prevenção e do combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Essa análise, porém, cinge-se à matéria relacionada com o branqueamento de capitais, sem grandes referências ao combate ao financiamento do terrorismo.

Pretende-se, de uma forma clara e simplificada, sem pretensões de estudo exaustivo, explicar o que é o branqueamento de capitais e analisar os mecanismos que a legislação timorense possui para o combate a esse crime.

Na base da importância que deve ser dada ao combate ao branqueamento de capitais está a ideia de que é sobretudo através desse combate que é possível combater outra criminalidade, nomeadamente a corrupção.

Os órgãos de polícia criminal, os magistrados do Ministério Público e os juízes devem conhecer aqueles mecanismos, de modo a poder usá-los eficazmente.

Um CD com uma apresentação em power point, sobre a matéria aqui analisada, os crimes cometidos no exercício de funções públicas e alguns casos práticos, acompanha o manual e, eventualmente, pode ser aproveitado para formações.

Margarida Bandeira de Lima

Procuradora da República em Portugal
e Assessora Legal do Programa FOTI Timor-Leste

O QUE É O BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E QUAL A RAZÃO POR QUE DEVE SER COMBATIDO?

O combate à corrupção, e aos crimes conexos, está na ordem do dia em todo o mundo. Com efeito, tem-se vindo a perceber o quanto esta criminalidade corrompe e destrói as economias dos países. A corrupção permite que outra criminalidade (económica/financeira e organizada) se instale num país, gerando e ampliando desigualdades sociais.

Crimes como o tráfico de estupefacientes, a corrupção, o terrorismo e o branqueamento de capitais tomaram proporções que levaram a comunidade internacional a conjugar esforços no combate a tal criminalidade, habitualmente complexa e organizada.

Têm-se revelado evidentes as ligações existentes entre a corrupção e outras formas de criminalidade, especialmente a criminalidade organizada e o branqueamento de capitais.

É entendimento corrente que a corrupção se combate quer através da prevenção, quer através da repressão. Na primeira vertente é crucial o papel da sociedade civil. Quanto mais informada ela for, mais bem preparada estará para exigir comportamentos adequados aos seus governantes.

A vertente da repressão, porém, engloba também um lado de prevenção, geral e especial, através da demonstração de que o crime não compensa, revelando a experiência que a corrupção varia na razão inversa da probabilidade de detecção do crime.

Tem havido uma aceitação crescente de que o combate à corrupção necessita de um eficaz sistema de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e que um país com um funcionamento razoável desse sistema de capitais limita os canais de passagem de fundos ilícitos, desmotivando actividades criminosas.

Ao contrário, sem a utilização dos mecanismos do combate ao branqueamento de capitais, a corrupção grave (a que envolve somas elevadas, cria desigualdades sociais e coloca em risco o estado social de direito) nunca poderá ser, efectivamente, combatida.

A eficiência do combate ao branqueamento de capitais e à corrupção depende do conhecimento que as autoridades têm das leis aplicáveis e da sua familiarização com os procedimentos de investigação e decisão.

Para alcançar este desiderato, as diversas instituições devem colaborar e coordenar-se entre si.

O diálogo, a cooperação e a partilha de informação devem ser estabelecidas e fomentadas.

Muitas vezes a falta de confiança entre as instituições impede a colaboração e a coordenação de esforços, levando a uma total ineficácia de instrumentos legais que, *per se*, facilitariam o combate ao branqueamento de capitais e à corrupção.

Entendeu a comunidade internacional que a melhor forma, ou mesmo a única, de combater essa criminalidade era identificar, localizar e apreender o produto dos crimes, já que a sua motivação, com excepção para o terrorismo¹, é o lucro.

A prevenção e o combate ao branqueamento de capitais através de regimes jurídicos especiais, foi uma das formas encontradas para prevenir e combater o crime organizado e/ou económico-financeiro.

Vamos, então, falar sobre a lei n.º 17/2011, de 28 de Dezembro, que contém o regime jurídico de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e analisaremos, também, alguma legislação relacionada, numa abordagem que esperamos possa ser útil para os aplicadores do direito.

O QUE É O BRANQUEAMENTO DE CAPITALIS?

É a conduta por meio da qual se pretende ocultar a origem criminoso de bens e produtos, dando-lhes uma aparência legal. Esta é a definição mais simples e a que frequentemente encontramos em diversos estudos.

Considera-se nesses estudos que a expressão **branqueamento** terá surgido nos Estados Unidos da América em 1920, devido à utilização de lavandarias como empresas utilizadas pelos *gangsters* na transformação do dinheiro ilicitamente obtido (habitualmente com o contrabando de álcool e com a fuga aos impostos), em dinheiro legal².

Os *gangsters* arranjavam empresas de fachada para fingir que o dinheiro que tinham provinha dessa actividade comercial. Normalmente arranjavam *lavandarias* e daí o nome que, por acaso, também serve muito bem o conceito.

Mas, naquela altura, esconder os proventos de um crime ou arranjar maneira de parecer que eles tinham origem lícita não era crime.

Com a prática de um crime podia ganhar-se muito dinheiro e os criminosos escondiam essa origem ilícita para não serem apanhados (por esse crime) e para não ficarem sem esse provento.

No entanto, frisamos, esse comportamento, por si só, não constituía crime.

Foi com a **Convenção de Viena de 1988**³, que surgiram as condutas que viriam a constituir o tipo legal do branqueamento de capitais.

Vejamos parte do artigo 3.º dessa Convenção:

1. Não obstante, também para a prevenção do terrorismo, são cruciais a identificação e detecção de movimentos financeiros.

2. Ver José Luis Braguês "O Processo de Branqueamento de Capitais", Working Papers, n.º 2/2009. <http://www.gestaodefraude.eu>

3. Convenção das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas cujo processo de ratificação já foi iniciado por Timor-Leste.

Artigo 3.º
Infracções e sanções

1 — As Partes adoptam as medidas necessárias para tipificar como infracções penais no respectivo direito interno, quando cometidas intencionalmente:

a):

i) A produção, o fabrico, a extracção, a preparação, a oferta, a comercialização, a distribuição, a venda, a entrega em quaisquer condições, a corretagem, a expedição, a expedição em trânsito, o transporte, a importação ou a exportação de quaisquer estupefacientes e substâncias psicotrópicas em violação das disposições da Convenção de 1961, da Convenção de 1961 alterada ou da Convenção de 1971;

ii) A cultura de dormideiras, de arbustos de coca ou da planta de cannabis para fins de produção de estupefacientes em violação das disposições da Convenção de 1961 e da Convenção de 1961 modificada;

iii) A detenção ou a aquisição de estupefacientes ou de substâncias psicotrópicas para qualquer das actividades enumeradas na alínea i);

iv) O fabrico, o transporte ou a distribuição de equipamentos, materiais ou substâncias das Tabelas I e II, com o conhecimento de que os mesmos vão ser utilizados no ou para o cultivo, produção ou fabrico ilícitos de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas;

v) A organização, direcção ou financiamento de qualquer das infracções enumeradas nas alíneas i), ii), iii) ou iv);

b):

i) A conversão ou a transferência de bens, com o conhecimento de que os mesmos provêm de qualquer das infracções estabelecidas de acordo com a alínea a) do n.º1 deste artigo, ou da participação nessa ou nessas infracções, com o objectivo de ocultar ou dissimular a origem ilícita desses bens ou de auxiliar a pessoa implicada na prática dessa ou dessas infracções a eximir-se às consequências jurídicas dos seus actos;

ii) A ocultação ou a dissimulação da verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação, propriedade ou outros direitos respeitantes aos bens, com o conhecimento de que eles provêm de uma das infracções estabelecidas de acordo com a alínea a) do n.º1 deste artigo ou de actos de participação nessa ou nessas infracções;

c) Sob reserva dos princípios constitucionais e dos conceitos fundamentais dos respectivos sistemas jurídicos:

i) A aquisição, detenção ou uso de bens⁴, com o conhecimento, no momento da sua recepção, de que provêm de qualquer das infracções estabelecidas de acordo com a alínea a) do n.º1 deste artigo ou da participação nessa ou nessas infracções;

ii) A detenção de equipamentos, materiais ou substâncias compreendidas nas Tabelas I e II, com o conhecimento de que são ou vão ser utilizados no ou para o cultivo, produção ou fabrico de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas;

iii) O incitamento ou a indução de outrem em público, por qualquer meio, a cometer qualquer das infracções estabelecidas de acordo com o presente artigo ou a utilizar ilicitamente estupefacientes ou substâncias psicotrópicas;

iv) A participação na prática de uma das infracções estabelecidas de acordo com o presente artigo, ou a associação ou conspiração, a tentativa e a prestação de auxílio, a facilitação ou o aconselhamento relativamente à prática dessas infracções.

(...)

4. Sublinhados nossos.

Nas alíneas i), ii), iii) e iv da alínea a) encontram-se tipificadas as condutas relacionadas com a produção, o fabrico, a cultura, a detenção, a oferta, a comercialização, a distribuição, a expedição e o transporte, entre outras, de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Nas alíneas i) e ii) da alínea b) encontram-se as condutas que viriam a constituir o tipo legal do crime de branqueamento de capitais, embora ainda sem ter essa designação.

Foi a partir da Convenção de Viena que passou a existir a criminalização de condutas que visavam ocultar a origem criminosa dos bens e produtos provenientes do tráfico de estupefacientes (vulgarmente conhecido por tráfico de droga), pois antes não existia o crime de branqueamento de capitais

Mas, dados os elevados lucros originados com o tráfico de estupefacientes, a comunidade internacional percebeu que o combate a esse crime teria que passar necessariamente pela apreensão e declaração de perda desses lucros e pela **punição das condutas que visavam dissimular e ocultar a origem criminosa deles.**

Assim, aqueles que ocultassem a origem (criminosa) dos produtos obtidos com o tráfico de estupefacientes cometeriam, para além deste crime, o crime de branqueamento de capitais.

Até aí, se alguém praticasse o crime de tráfico de estupefacientes era punido e eventualmente perderia os bens directamente relacionados com esse crime, como por exemplo o dinheiro que lhe fosse apreendido na sequência de uma busca.

Mas se o agente do crime, tivesse gasto esse dinheiro a comprar casas, ou o tivesse transferido para contas de outras pessoas (mulher, filhos por exemplo), podíamos não conseguir apanhar esse dinheiro; e o agente não seria punido por converter e transferir o dinheiro, ocultando a sua origem criminosa.

Com a Convenção de Viena esta situação alterou-se e quem ocultasse ou dissimulasse os lucros do crime de tráfico de estupefacientes passou a incorrer, também, na prática de um crime de branqueamento de capitais.

Porém, aquela criminalização só passou a existir para o tráfico de estupefacientes.

Entretanto, a globalização da sociedade originou a globalização de alguns crimes que se tornaram transnacionais.

A criminalidade tornou-se altamente organizada e complexa, proporcionando elevados lucros aos criminosos, que estão bem instalados na vida e muitas vezes são homens de negócios bem sucedidos. Por isso se diz “crime de colarinho branco”.

Como o seu objectivo é a obtenção de elevados lucros, a melhor forma de a combater é privar os criminosos desses lucros.

A comunidade internacional concluiu, assim, ser necessário punir também o branqueamento dos bens e dos produtos obtidos com a prática de outros crimes.

Por isso, surgiu a Convenção de Palermo⁵ de 2000, que é a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, que Timor-Leste ratificou através da Resolução n.º 26/2009 do Parlamento Nacional, de 9 de Setembro.

Esta Convenção criou, efectivamente, o tipo legal do crime de branqueamento de capitais.

Vejamus parte do artigo 6.º desta Convenção:

Artigo 6.º
Criminalização do branqueamento do produto do crime

1. Cada Estado Parte adoptará, em conformidade com os princípios fundamentais do seu direito interno, as medidas legislativas e outras que considere necessárias para estabelecer como infracção penal, quando praticada intencionalmente:

a)

i) A conversão ou transferência de bens, quando o autor tem conhecimento de que esses bens são produto do crime, com o objectivo de ocultar ou dissimular a origem ilícita dos bens ou ajudar qualquer pessoa envolvida na prática da infracção principal a furtar-se às consequências jurídicas dos seus actos;

ii) A ocultação ou dissimulação da verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens ou direitos a eles relativos, sabendo o seu autor que esses bens são produto do crime;

b) *E, de acordo com os conceitos fundamentais do seu ordenamento jurídico:*

i) A aquisição, a posse ou a utilização de bens, sabendo aquele que os adquire, possui ou utiliza, no momento da recepção, que são produto do crime;

ii) A participação, em qualquer uma das infracções estabelecidas em conformidade com o presente artigo ou qualquer associação, conspiração, tentativa ou cumplicidade com vista à prática das mesmas, bem como a prestação de auxílio, assistência, facilitação e aconselhamento da prática dessas infracções.

2. Para efeitos da aplicação do nº1 do presente artigo:

a) Cada Estado Parte procurará aplicar o nº 1 do presente artigo ao maior número possível de infracções principais;

*(...)*⁶

E, como se lê no n.º 2, veio exigir a todos os Estados Partes a aplicação da infracção de branqueamento de capitais, conforme definida na Convenção, ao **“maior número possível de infracções principais”**.

Ao longo dos últimos anos, muitos países alargaram a punição do branqueamento a todos os crimes que podem produzir ganhos ou lucros.

Para existir o crime de branqueamento de capitais é necessário que previamente exista um crime que gere lucros e que, de seguida, haja uma conduta de ocultação da origem criminosa desses lucros.

5. Assim chamada por ter sido assinada na cidade italiana com esse nome.

6. Sublinhados nossos.

O crime de branqueamento de capitais é, assim, um crime que se segue a outro crime que trouxe lucros ou proventos ao seu autor.

Vamos supor que alguém comete um crime de corrupção e que ganha muito dinheiro com isso; por exemplo: um alto funcionário de um departamento do Estado recebe uma elevada quantia monetária de uma empresa de construção para fazer com que seja essa empresa a ganhar um concurso para uma obra pública, apesar de a mesma não ser a que apresentava as melhores condições para ganhar o concurso.

O que vai ele fazer com o dinheiro? Evidentemente, se de repente aparecer com muito dinheiro vai levantar suspeitas e o dinheiro pode vir a ser-lhe apreendido numa investigação.

Então, o que ele vai tentar fazer é criar situações que façam parecer que o dinheiro tem origem lícita. Para isso há desde métodos simples aos mais sofisticados.

Por exemplo, pode a sua mulher ou algum familiar ter ou abrir uma conta num banco de Singapura ou de Hong Kong e aquele dinheiro proveniente da corrupção vir a ser depositado nessa conta. E depois dessa conta serem efectuadas transferências para alguma conta do alto funcionário.

Ora, neste caso temos o crime de corrupção, na medida em que o funcionário aceitou dinheiro para dar preferência a uma empresa num concursp público (prática de um acto contrário aos deveres do cargo⁷), e, também, o crime de branqueamento de capitais com a operação de transferência do dinheiro para contas de terceiros a fim de ocultar ou de dissimular a origem ilícita do dinheiro⁸.

Neste caso o crime de branqueamento de capitais apresenta-se numa das suas formas mais básicas, sem grande sofisticação de procedimentos. O objectivo do branqueamento de capitais não é o lucro, pois esse já foi obtido com o crime subjacente; o objectivo é a ocultação da origem criminosa desse lucro.

Ora, a comunidade internacional tem envidado esforços no sentido de alargar o número de crimes cuja prática pode conduzir ao branqueamento de capitais. Não obstante, verificam-se diferenças entre alguns Estados na escolha desses crimes. Chamam-se **crimes precedentes, subjacentes ou infracções principais** (há várias designações e podemos escolher uma delas) aos crimes que geram os tais lucros⁹.



Timor-Leste também pune o branqueamento de capitais, e o tipo legal deste crime encontra-se descrito no artigo 313.º do código penal, que analisamos de seguida.

7. Cfr. artigo 292.º, n.º1 do código penal.

8. Cfr. artigo 313.º, n.º 1, al.a) do código penal.

9. Uma infracção subjacente é aquela de cuja prática resultam os produtos destinados ao branqueamento de capitais. Paul Allan Schott. Guia de Referência ABC/CFT.

O artigo 313.º do código penal utiliza a expressão subjacente; ver n.ºs 2, 5 e 8.

ARTIGO 313.º DO CÓDIGO PENAL

Artigo 313.º **Branqueamento de capitais**

1. Quem, sabendo que os bens ou produtos são provenientes da prática de crimes, sob qualquer forma de participação, de terrorismo, de tráfico de armas ou de produtos nucleares, de tráfico ou venda de pessoas, de pornografia envolvendo menores, de corrupção, de burla ou de extorsão, de fraude fiscal, de tráfico de espécies protegidas e de tráfico de órgãos ou tecidos humanos ou de outros crimes graves, cujo limite mínimo da pena seja superior a 2¹⁰ anos de prisão:

a) Converter, transferir, auxiliar ou facilitar alguma operação de conversão ou transferência desses bens ou produtos, no todo ou em parte, directa ou indirectamente, com o fim de ocultar ou de dissimular a sua origem ilícita ou de ajudar uma pessoa implicada na prática de qualquer dessas infracções a eximir-se às consequências jurídicas dos seus actos; ou

b) Ocultar ou dissimular a verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedades desses bens ou produtos ou direitos a eles relativos;

c) Adquirir ou receber tais vantagens a qualquer título ou as utilizar ou detiver ou conservar, é punido com pena de prisão de 4 a 12 anos de prisão.

2. A punição dos actos previstos nas alíneas a) a c) do número anterior tem lugar ainda que os factos que integram o crime subjacente tenham sido praticados fora do território nacional ou ainda que se ignore o local da prática do facto ou a identidade dos autores.

3. O conhecimento, a intenção ou o propósito, requeridos como elementos constitutivos do crime podem ser reconhecidos de circunstâncias factuais efectivas e concretas.

4. Para a demonstração e prova da origem ilícita do rendimento não é necessária a prévia condenação do agente pela prática do crime subjacente.

5. A infracção subjacente inclui os crimes cometidos fora do território nacional, quando os actos sejam constituídos como crime no estado onde tenham sido cometidos e dentro do território de Timor-Leste.

6. O crime de branqueamento de capitais não se aplica às pessoas que cometam o crime subjacente¹¹.

7. A tentativa de branqueamento de capitais é punível e pode ser objecto de uma redução de pena nos termos gerais.

8. A punição prevista pela prática dos factos ilícitos típicos descritos nas alíneas a) a c) do número 1 não deve exceder o limite máximo previsto para as correspondentes infracções subjacentes.

N.º 1

Este número diz-nos que são puníveis as condutas indicadas nas alíneas a), b) e c) (conversão e transferência dos bens ou produtos, ocultação ou dissimulação da natureza, localização, aquisição e recebimento desses bens ou produtos) que visarem esconder a origem criminosa dos bens provenientes da prática dos crimes de:

- terrorismo,
- tráfico de armas ou de produtos nucleares,
- tráfico ou venda de pessoas,

10. Alteração introduzida pela Lei n.º 4/2013 III, de 14 de Agosto (ver Jornal da República de 11 de setembro de 2013, Declaração de Republicação).

11. Este n.º foi revogado em 28 de Dezembro de 2011 pelo artigo 48.º da Lei n.º 17/2011.

- pornografia envolvendo menores,
- corrupção,
- burla ou de extorsão,
- fraude fiscal,
- tráfico de espécies protegidas,
- tráfico de órgãos ou tecidos humanos,
- outros crimes graves cujo limite mínimo da pena seja superior a 2 anos de prisão.

Ou seja, só se verifica o crime de branqueamento de capitais se

- ocorrer um dos crimes precedentes indicados no n.º1;
- desse crime resultarem proventos (bens, dinheiro)
- ocorrer alguma das condutas das alíneas a), b) ou c) — ocultação da origem criminosa dos proventos.

Por exemplo,

Um senhor muito rico que põe o dinheiro no estrangeiro porque não quer que a família saiba que ele tem esse dinheiro todo, comete o crime de branqueamento de capitais?

Não. **E porquê?**

Porque esse dinheiro não tem origem criminosa.

Não há crime precedente.

O facto de alguém andar com uma pasta cheia de dinheiro ou ter uma conta bancária com muito dinheiro, não significa que esteja a cometer um crime de branqueamento de capitais.

Ou de alguém esconder dinheiro, transferindo-o, por exemplo, para fora do país, não significa que comete o crime de branqueamento de capitais.

Para cometer o crime de branqueamento de capitais é preciso que o dinheiro ou os bens tenham origem criminosa.

E nem todos os crimes são crimes precedentes. Ou são um dos crimes referidos no n.º 1 do artigo 313.º, ou qualquer crime cujo limite mínimo da pena seja superior a 2 anos.

Se for cometido um destes crimes e alguém (quer seja o autor¹², quer seja outra pessoa), sabendo que os bens ou produtos têm origem nesses crimes, praticar uma das acções descritas nas alíneas a), b) ou c), comete o crime de branqueamento de capitais.

Estas são as acções típicas do crime de branqueamento de capitais.

a) Converter, transferir, auxiliar ou facilitar alguma operação de transferência

12. Como referido na nota n.º 11, com a entrada em vigor da lei n.º 17/2011, de 28 de Dezembro, foi revogado o n.º 6 do artigo 313º que dizia que o crime de branqueamento não se aplicava às pessoas que cometiam o crime subjacente.

desses bens ou produtos, no todo ou em parte, directa ou indirectamente, com o fim de ocultar ou de dissimular a sua origem ilícita ou de ajudar uma pessoa implicada na prática de qualquer dessas infracções a eximir-se às consequências jurídicas dos seus actos.

Nas acções descritas na alínea a) os bens são convertidos de uma forma ou de um tipo para outro, (como por exemplo, utilização de dinheiro ilicitamente obtido, na compra de um bem imobiliário, ou venda de um bem que foi ilicitamente obtido), ou são transferidos de um local para outro ou de uma conta bancária para outra.

A conversão ou transferência deverá ser dolosa, ou seja, o arguido deve saber que os bens que transfere ou converte têm origem criminosa e o seu objectivo é, mesmo, ocultar ou dissimular essa origem, (por exemplo, ajudando a evitar que sejam descobertos) ou ajudar alguém a furtar-se à responsabilidade criminal pelo crime de onde provêm esses bens.

b) Ocultar ou dissimular a verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedades desses bens ou produtos ou direitos a eles relativos;

A ocultação ou dissimulação também terão que ser dolosas, o arguido deve ter conhecimento, no momento da prática do acto que os bens em causa são produto do crime. Mas, ao contrário do que sucede na alínea a), já não se exige que a ocultação tenha por objectivo impedir a localização do bem ou ocultar a sua verdadeira origem, porque a ocultação e a dissimulação encerram em si a vontade de impedir a localização do bem, não sendo necessário referi-lo.

Por exemplo, fazer parecer, através da falsificação de documentos, que determinado bem é proveniente de uma herança, quando, na verdade, a sua origem é criminosa.

c) Adquirir ou receber tais vantagens a qualquer título ou as utilizar ou detiver ou conservar.

Aqui pune-se aqueles que de algum modo recebem (adquirindo, possuindo, utilizando) produtos do crime, conhecendo a sua origem criminosa.

Nº 2

Este número determina que, ainda que o crime precedente ou subjacente tenha sido cometido fora do território, ou se ignore o local da prática do facto ou a identidade dos seus autores, tem lugar a punição das condutas das alíneas a), b) e c) do nº 1.

Por exemplo, se em Singapura um político cometer um crime de corrupção e com o dinheiro assim obtido comprar uma casa em Timor-Leste ou transferir o dinheiro para um Banco Timorense, ele pode ser investigado e julgado pelo crime de branqueamento de capitais em Timor-Leste.

Significa isto que o crime subjacente pode ser cometido no estrangeiro mas, o crime de branqueamento de capitais será investigado e julgado em Timor-Leste.

Outro exemplo: em Timor-Leste, um suspeito recebe 50.000,00 USD na sua conta do ANZ.

Esse dinheiro é proveniente do tráfico de estupefacientes cometido por um traficante da Guiné-Bissau cuja identidade é desconhecida. Mesmo sem saber quem cometeu o crime subjacente (tráfico de droga) o crime de branqueamento de capitais pode ser investigado e julgado em Timor-Leste.

Ou, outro exemplo: o dinheiro é proveniente de tráfico de estupefacientes mas não se sabe onde foi cometido o crime. Mesmo assim, o crime de branqueamento de capitais pode ser investigado e julgado em Timor-leste.

Mas é preciso ter em atenção que este número tem que ser conjugado com o n.º 5, ou seja, é necessário que o crime cometido fora do território nacional também seja considerado crime no território de Timor-Leste.

Nº 3

O conhecimento, a intenção ou o propósito, requeridos como elementos constitutivos do crime, podem ser reconhecidos de circunstâncias factuais efectivas e concretas.

Este número é *ipsis verbis* o que dizem as convenções de Palermo e de Mérida como orientação para os Estados Partes (ver, respectivamente, artigos 6º, n.º 2 al. f) e 28º).

Mas não era necessário reproduzir o texto das convenções porque o que ali está não é mais que a prova do dolo e a legislação nacional já assim entende. O que a Convenção de Palermo quis dizer é que não deve ser necessária a confissão do arguido para se considerarem demonstrados o conhecimento e a intenção.

Por exemplo, num homicídio para se saber da intenção de matar, como habitualmente o arguido não fala, ou se fala, depõe a seu favor, não podemos ler-lhe o íntimo e será através de outros factos exteriores, designadamente a violência da agressão da arma utilizada, a parte do corpo da vítima atingida, a personalidade do agente, que chegamos a alguma conclusão sobre o dolo.

É isto que o artigo quer dizer.

É através de elementos factuais que vamos ver e decidir se há dolo.

Nº 4

Não é necessária a prévia condenação do agente pela prática do crime subjacente para demonstração da origem ilícita do rendimento.

Por exemplo, se na Indonésia alguém comete o crime de corrupção, ganha dinheiro com esse crime e esse dinheiro é transferido para um banco de Timor-Leste ou trazido através da fronteira e daqui transferido para outro país, não é preciso esperar pela condenação do autor da corrupção na Indonésia para fazer a prova do crime de branqueamento de capitais em Timor-Leste.

Evidentemente, será necessário existirem provas de que foi cometido o crime de corrupção. No entanto, não é necessária a condenação prévia. Pensemos no caso de o autor do crime de corrupção estar fugido ou, por qualquer razão, não poder realizar-se o seu julgamento; suponhamos, então, que terceiros em Timor-Leste colaboraram na conversão e transferência do dinheiro; nesse caso, não obstante não existir a condenação pelo crime de corrupção, pode demonstrar-se a prática do crime de branqueamento de capitais.

Nº 5

Quando a infracção subjacente for cometida fora do território nacional é necessário que seja punível no local onde foi praticada e em Timor-Leste. Trata-se do princípio da dupla incriminação.

Por exemplo: um funcionário público português comete o crime de violação de regras urbanísticas em Portugal¹³, ganhou dinheiro e envia-o para uma conta em de Timor-Leste para depois o transferir para bancos de Singapura e Hong Kong.

Ora, como o crime de violação de regras urbanísticas não existe em Timor-Leste, nem com esse nem com outro nome, o funcionário não pode ser aqui investigado e julgado pelo crime de branqueamento de capitais.

Essa é uma das razões pela qual o GAFI (Grupo de Acção Financeira Internacional, de que falaremos mais adiante) pretende que os países tenham um número alargado de infracções subjacentes que se integrem nas infracções designadas — Cfr a Recomendação 3 (anterior 1 e 2)¹⁴.

Mas atenção, muito embora o princípio da dupla incriminação exija que a conduta (crime subjacente) seja crime nos dois países, não exige que tenha a mesma designação. Basta que a conduta em causa esteja prevista como crime, ainda que com designação diferente.

Veja-se a Recomendação 37 do GAFI¹⁵.

Os países deveriam prestar o mais amplo auxílio judiciário mútuo mesmo na ausência da dupla incriminação.

Quando a dupla incriminação seja um requisito exigido para a prestação de auxílio judiciário mútuo ou para a extradição, tal requisito deverá considerar-se cumprido independentemente de ambos os países subsumirem o crime na mesma categoria de crimes ou de tipificarem o crime com a mesma terminologia, sempre que em ambos os países esteja criminalizada a conduta subjacente à infracção.

13. Artigo 382.º A do código penal português.

14. O GAFI indica quais são as infracções designadas: Participação num grupo criminoso organizado e em acções ilegítimas para obtenção de fundos, nomeadamente através de chantagem, intimidação ou outros meios; terrorismo, incluindo o financiamento do terrorismo; tráfico de seres humanos e tráfico ilícito de migrantes; exploração sexual, incluindo a exploração sexual de crianças; tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas; tráfico de armas; tráfico de bens roubados e de outros bens; corrupção e suborno; fraude; contrafacção de moeda; contrafacção e pirataria de produtos; crimes contra o ambiente; homicídio e ofensas corporais graves; rapto, detenção ilegal e tomada de reféns; roubo ou furto; contrabando; extorsão; falsificação; pirataria; e utilização abusiva de informação privilegiada e manipulação do mercado.

15. Padrões Internacionais de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e da proliferação, página 103 — <http://www.dgpi.mj.pt/sections/noticias/gafi-recomendacoes-de>

Nº 6

Este número foi revogado pela Lei 17/2011.

O crime de branqueamento pode ser cometido por qualquer pessoa, incluindo o autor do crime precedente ou subjacente.

Nº 7

A tentativa de branqueamento de capitais é punível e pode ser objecto de uma redução de pena nos termos gerais.

Nº 8

A punição prevista pela prática dos factos ilícitos típicos descritos nas alíneas a), b) e c) do número 1, não deve exceder o limite máximo previsto para as correspondentes infracções subjacentes.

Por exemplo: um suspeito comete um crime de participação económica em negócio (art.º 299º, n.º 1), ganha dinheiro com isso e deposita esse dinheiro na conta de um filho. É investigado, julgado e é condenado pelo crime de participação em negócio e pelo crime de branqueamento de capitais. Na condenação pelo crime de branqueamento de capitais, a pena não pode ultrapassar os 8 anos porque este é o máximo de pena permitido para a participação económica em negócio (cfr. art.º 299º, n.º 1).

O que se compreende, porque o crime mais grave é o crime subjacente. O crime de branqueamento de capitais foi um dos meios encontrado para combater a criminalidade organizada, económica e financeira e complexa.

FASES DO BRANQUEAMENTO DE CAPITALS

O processo de branqueamento de capitais apresenta três fases: **colocação, circulação e integração**.

COLOCAÇÃO

Na primeira fase, como o nome indica, os suspeitos visam colocar o dinheiro no sistema financeiro e é muito comum fazerem-no através de depósitos bancários em numerário (*cash*).

É a etapa mais arriscada porque grandes quantias de dinheiro chamam muito a atenção, e em alguns países os bancos são obrigados a comunicar transações acima de um determinado valor. Assim, muitos suspeitos fazem pequenos depósitos para despistar.

Nestas operações são utilizados os chamados *smurfs*, que são indivíduos treinados e preparados para se deslocarem a diversas instituições bancárias onde efectuem pequenos depósitos.

Isto sucede, porque, mesmo sem a existência de um limiar acima do qual os bancos sejam obrigados a comunicar a operação às autoridades, um depósito de montante elevado pode levantar suspeitas e levar o banco a informá-las.

Outras vezes, ou simultaneamente, os suspeitos adquirem bens ou efectuem contratos de seguro utilizando numerário. Compram bilhetes de lotaria já sorteados, instalam stands de automóveis de luxo, tipo *Ferrari* ou *Porsche*, porque ao efectuarem depósitos, ainda que de montante elevado, justificam-nos alegando que o dinheiro é proveniente daquela actividade comercial.

Também é frequente a utilização de restaurantes, normalmente pizzarias e clubes de vídeo.

Embora não tenham muita clientela, servem para justificar no Banco o depósito de bastante dinheiro em numerário.

Como disse atrás, o objectivo da lavagem de dinheiro não é o lucro, mas a dissimulação da origem ilícita dos valores. Mesmo que com essa dissimulação tenham prejuízos, os criminosos não se importam e até contam com isso.

CIRCULAÇÃO

Esta é a fase que se segue quando os ganhos ilícitos já se encontram introduzidos no sistema. Agora os suspeitos pretendem fazê-los “circular” para despistar ainda mais as autoridades, tornando difícil a detecção do rasto do dinheiro.

Nesta fase efectuem transferências electrónicas para outros bancos, adquirem bens que depois sejam facilmente revendidos, estabelecem sociedades fictícias para simular actividades comerciais e empresariais lucrativas e fazem transferências para outros países.

Por vezes pagam-se empréstimos antes solicitados para esse efeito. É uma conhecida técnica de branqueamento — por exemplo, alguém que ganhou muito dinheiro com a prática de um crime de tráfico de droga, ou de corrupção, ou outro, quer comprar uma casa e um bom carro com esse dinheiro. Em vez de utilizar o dinheiro ilícito, que poderia chamar logo a atenção, solicita um empréstimo bancário de, por exemplo, USD 1.550,000,00 para comprar esses bens.

Isto porque, como veremos adiante, determinadas entidades, como as imobiliárias e outras, são obrigadas a comunicar à UIF (Unidade de Informação Financeira) ou à PGR (Procuradoria-Geral da República) as operações que possam levantar suspeitas. A compra de uma casa de elevado valor paga de uma só vez, levantaria suspeitas.

Assim, pagando a casa através de um empréstimo bancário já não levantará suspeitas. Ora, passado um ano esse empréstimo é pago com o dinheiro ilícito, tentando enganar as entidades públicas.

Umhas vezes conseguem, mas outras não, porque estas técnicas começam a ser conhecidas pelas polícias e pelas autoridades judiciárias.

INTEGRAÇÃO

Nesta fase os fundos, cuja origem ilícita já foi dissimulada, são utilizados e introduzidos na economia, seja através da compra de bens de valor elevado, seja através de investimentos em negócios lícitos.

Estas fases podem ocorrer, e muitas vezes é o que sucede, em países diferentes.

Evidentemente, como é frequentemente salientado, os países que tenham um sistema fraco de combate ao branqueamento de capitais são alvos preferenciais.

Os métodos ou tipologias (designação das técnicas utilizadas para o branqueamento dos bens e produtos dos crimes¹⁶) são diversos, dependendo muito da região onde ocorrem, da eficácia das autoridades policiais e judiciárias e do nível de cooperação internacional.

As fases do branqueamento podem não ocorrer todas no mesmo país. A colocação pode ser feita no país X e a circulação e a integração ocorrerem em outro ou outros países.

Os criminosos vão escolher aqueles países onde podem encontrar maiores falhas na legislação relativa ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, na detecção do crime ou na aplicação da lei por parte das autoridades.

Efectivamente, se um país tiver uma razoável legislação de combate ao branqueamento de capitais, mas as autoridades (órgãos de polícia criminal, magistrados do Ministério Público e juízes) não a conhecerem a fundo de modo a saber dela fazer uso, de nada vale aquela legislação.

16. Ver Paul Allan Scott, "Guia de Referência Anti-Branqueamento de Capitais e de Combate ao Financiamento do Terrorismo, edição do Banco Mundial e do FMI, página I-10, 2004.

Como a necessidade aguça o engenho, os criminosos encontram sempre novas formas de ultrapassar os obstáculos que as legislações lhes vão colocando.

Por isso, as autoridades que se dedicam ao combate desta criminalidade devem especializar-se e, de forma contínua, modernizarem-se também. A aquisição de conhecimentos sobre as tipologias e os novos métodos de combate à criminalidade económica e financeira, organizada ou complexa, é essencial para a eficácia desse combate.

Nesse sentido, o artigo 29º, n.º 1 da Convenção de Palermo (Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional) dispõe:

Artigo 29.º
Formação e assistência técnica

1. Cada Estado Parte estabelecerá, desenvolverá ou melhorará, na medida das necessidades, programas de formação específicos destinados ao pessoal das autoridades competentes para a aplicação da lei, incluindo magistrados do ministério público, juízes de instrução e funcionários aduaneiros, bem como outro pessoal que tenha por função prevenir, detectar e reprimir as infracções previstas na presente Convenção. Estes programas, que poderão prever destacamentos e intercâmbio de pessoal, incidirão especificamente, na medida em que o direito interno o permita, sobre os seguintes aspectos:

- a) Métodos utilizados para prevenir, detectar e combater as infracções previstas na presente Convenção;*
- b) Itinerários e técnicas utilizadas pelas pessoas suspeitas participarem na prática das infracções previstas na presente Convenção, incluindo nos Estados de trânsito, e medidas de luta adequadas;*
- c) Vigilância das movimentações dos produtos de contrabando;*
- d) Detecção e vigilância das movimentações dos produtos do crime, de bens, equipamentos ou outros instrumentos, de métodos de transferência, dissimulação ou disfarce destes produtos, bens, equipamentos ou outros instrumentos, bem como métodos de luta contra o branqueamento de capitais e outras infracções financeiras;*
- e) Recolha de elementos de prova;*
- f) Técnicas de controlo nas zonas francas e nos portos francos;*
- g) Equipamentos e técnicas modernas de detecção e de repressão, incluindo a vigilância electrónica, as entregas controladas e as acções encobertas;*
- h) Métodos utilizados para combater a criminalidade organizada transnacional cometida por meio de computadores, de redes de telecomunicações ou de outras tecnologias modernas; e*
- i) Métodos utilizados para a protecção das vítimas e das testemunhas.*

Importa ter em atenção que entre as fases do branqueamento (colocação, circulação e integração) e as condutas descritas nas alíneas a), b) e c), do artigo 313.º do código penal, **não há equivalência**.

Ou seja, a conversão e a transferência — al. a) — podem ocorrer tanto na colocação como na circulação ou integração.

A ocultação ou a dissimulação da verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedades dos bens — al. b) — também podem verificar-se

em qualquer uma das fases. O mesmo se passa com a aquisição ou recebimento de vantagens, que podem ter lugar na colocação, circulação ou integração.

Já atrás referimos que sendo o lucro o objectivo dos autores deste tipo de criminalidade, a melhor forma de combater esta criminalidade é privá-los desses lucros.

Com efeito, criminalizar as condutas é insuficiente, pois muitas vezes os agentes dos crimes, ainda condenados e presos, continuam a usufruir dos proventos ilícitos, não só para seu benefício como também na manutenção das actividades criminosas.

A pena de prisão acaba por ser um *justo sacrifício* para os lucros auferidos e que serão usufruídos pelo criminoso quando sair da prisão.

Porém, como acabámos de ver, os meios utilizados para esconder, ocultar e dissimular a origem criminosa desses lucros são muito sofisticados.

Assim, é necessária uma **investigação financeira**, que é uma investigação dirigida à **identificação, localização e apreensão** dos bens do suspeito.

Na investigação criminal sempre se procurou identificar e localizar os instrumentos e produtos dos crimes. Mas quando se trata de procurar os proventos neste tipo de criminalidade, a investigação tradicional e os meios que utiliza não são suficientes.

É necessário seguir o rasto do produto do crime.

Em primeiro lugar porque a sua localização e conhecimento do caminho que seguiu é essencial para a prova do crime e, em segundo lugar, porque a sua localização pode permitir a apreensão e a futura declaração de perda a favor do Estado.

A generalidade dos estudiosos destas matérias entende que a *perda ou confisco serve três objectivos*:

a) o de *acentuar os intuitos de **prevenção geral e especial**, através da demonstração de que o crime não rende benefícios*;

b) o de ***evitar o investimento de ganhos ilegais no cometimento de novos crimes**, propiciando, pelo contrário, a sua aplicação na indemnização das vítimas e no apetrechamento das instituições de combate ao crime*;

c) o de ***reduzir os riscos de concorrência desleal no mercado**, resultantes do investimento de lucros ilícitos nas actividades empresariais*.

Vamos observar algumas normas de instrumentos internacionais para vermos a importância que hoje em dia é dada à perda do produto do crime.

• Convenção de Viena de 1988 — **Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas**¹⁷:

17. Em processo de ratificação por Timor-Leste.

Artigo 5.º
Perda

1 — *As Partes adoptam as medidas que se mostrem necessárias para permitir a perda:*

a) De produtos provenientes de infracções estabelecidas de acordo com o n.º 1 do artigo 3.º ou de bens cujo valor corresponda ao valor desses produtos;

b) De estupefacientes, substâncias psicotrópicas, materiais e equipamentos ou outros instrumentos utilizados ou destinados a serem utilizados, por qualquer forma, na prática das infracções estabelecidas de acordo com o n.º 1 do artigo 3.º.

2 — *As Partes adoptam igualmente as medidas que se mostrem necessárias para permitir às suas autoridades competentes identificar, detectar, congelar ou apreender produtos, bens, instrumentos ou quaisquer outras coisas a que se refere o n.º 1 deste artigo, para efeitos de eventual perda.*

3 — *Para os fins da aplicação das medidas previstas no presente artigo, cada Parte habilita os seus tribunais ou outras autoridades competentes a ordenar a apresentação ou a apreensão de documentos bancários, financeiros ou comerciais. As Partes não podem invocar o sigilo bancário para recusar dar cumprimento às disposições do presente parágrafo.*

4 — (...)

5 — (...)

6 — (...)

7 — *As Partes podem considerar a possibilidade de inverter o ónus da prova no que diz respeito à origem lícita dos presumíveis produtos ou outros bens que possam ser objecto de perda, na medida em que os princípios do respectivo direito interno e a natureza dos procedimentos judiciais e outros o permitam.*

8 — *As disposições do presente artigo não podem ser interpretadas em prejuízo dos direitos de terceiros de boa fé.*

9 — (...).

• **Convenção de Palermo de 2000 — Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional;**

Artigo 12.º
Perda e apreensão

1 — *Os Estados Partes deverão adoptar, na medida em que o seu ordenamento jurídico interno o permita, as medidas necessárias para permitir a perda:*

a) Do produto das infracções previstas na presente Convenção ou de bens cujo valor corresponda ao desse produto;

b) Dos bens, equipamentos e outros instrumentos utilizados ou destinados a ser utilizados na prática das infracções previstas na presente Convenção.

2 — *Os Estados Partes deverão adoptar as medidas necessárias para permitir a identificação, a localização, o congelamento ou a apreensão dos bens referidos no n.º 1 do presente artigo para efeitos de eventual perda.*

3 — *Se o produto do crime tiver sido convertido, total ou parcialmente, noutros bens, estes últimos podem ser objecto das medidas previstas no presente artigo, em substituição do referido produto.*

4 — *Se o produto do crime tiver sido misturado com bens adquiridos legalmente, estes bens poderão,*

sem prejuízo das competências de congelamento ou apreensão, ser declarados perdidos até ao valor calculado do produto com que foram misturados.

5 — As receitas ou outros benefícios obtidos com o produto do crime, os bens nos quais o produto tenha sido transformado ou convertido ou os bens com que tenha sido misturado podem ser objecto também das medidas previstas no presente artigo, da mesma forma e na mesma medida que o produto do crime.

6 — (...)

7 — Os Estados Partes poderão considerar a possibilidade de exigir que o autor de uma infracção demonstre a proveniência lícita do presumido produto do crime ou de outros bens que possam ser objecto de perda, na medida em que esta exigência esteja em conformidade com os princípios do seu direito interno e com a natureza do processo ou outros procedimentos judiciais.

8 — As disposições do presente artigo não deverão, em circunstância alguma, ser interpretadas de modo a afectar os direitos de terceiros de boa fé.

9 — (...).

- **Convenção de Mérida de 2003 — Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção** (Ratificada através da resolução n.º 25/2008 do Parlamento Nacional de Timor-Leste).

Artigo 31º **Congelamento, apreensão e perda**

1 — Os Estados Partes deverão adoptar, na medida em que o seu sistema jurídico interno o permita, as medidas que se revelem necessárias para permitir a perda:

a) Do produto das infracções previstas na presente Convenção ou de bem cujo valor corresponda ao desse produto;

b) Dos bens, equipamentos e outros instrumentos utilizados ou destinados a ser utilizados na prática das infracções previstas na presente Convenção.

2 — Os Estados Partes deverão adoptar as medidas que se revelem necessárias para permitir a identificação, a localização, o congelamento ou a apreensão dos bens referidos no n.º1 do presente artigo, para efeitos de eventual perda.

3 — Cada Estado Parte deverá adoptar, em conformidade com o seu direito interno, as medidas legislativas e outras que se revelem necessárias para regulamentar a gestão por parte das autoridades competentes dos bens congelados, apreendidos ou declarados perdidos, previstos nos n.os 1 e 2 do presente artigo.

4 — Se o produto do crime tiver sido convertido, no todo ou em parte, noutros bens, estes últimos deverão ser objecto das medidas previstas no presente artigo, em substituição do referido produto.

5 — Se o produto do crime tiver sido misturado com bens adquiridos legalmente, estes bens deverão, sem prejuízo das competências de congelamento ou apreensão, ser declarados perdidos até ao valor calculado do produto com que foram misturados.

6 — As receitas ou outros benefícios obtidos com o produto do crime, os bens nos quais o produto tenha sido transformado ou convertido ou os bens com que tenha sido misturado podem ser objecto também das medidas previstas no presente artigo, da mesma forma e na mesma medida que o produto do crime.

7 — Para efeitos do presente artigo e do artigo 55.º, cada Estado Parte deverá habilitar os seus tribunais ou outras autoridades competentes para ordenarem a apresentação ou a apreensão de documentos bancários, financeiros ou comerciais. Os Estados Partes não poderão invocar o sigilo bancário para se recusarem a aplicar as disposições do presente número.

8 — Os Estados Partes poderão considerar a possibilidade de exigir que o autor de uma infracção demonstre a proveniência lícita do presumido produto do crime ou de outros bens que possam ser

objecto de perda, na medida em que este requisito seja compatível com os princípios do seu direito interno e com a natureza do procedimento judicial ou outros.

9 — As disposições do presente artigo não deverão, em circunstância alguma ser interpretadas de modo a prejudicar os direitos de terceiros de boa fé.

10 — Nenhuma das disposições do presente artigo deverá prejudicar o princípio segundo o qual as medidas nele previstas são definidas e aplicadas em conformidade com o direito interno de cada Estado Parte e segundo as disposições deste direito.

Estas três Convenções determinam, nos artigos antes indicados, que, relativamente aos crimes de:

- Tráfico de estupefacientes (art.º 3.º, n.º 1, da Convenção de Viena);
- Participação num grupo criminoso organizado¹⁸, branqueamento de capitais, corrupção, criminalização da obstrução à justiça¹⁹ e todos os crimes puníveis com uma pena privativa de liberdade de máximo não inferior a 4 anos sempre que estas infracções sejam de natureza transnacional e envolvam um grupo criminoso organizado (artigos 3.º, n.º 1, 5.º, 6.º, 8.º e 23.º, da Convenção de Palermo);
- Corrupção de agentes públicos nacionais, agentes públicos estrangeiros e de funcionários de organizações internacionais públicas²⁰, peculato, tráfico de influência, abuso de funções, enriquecimento ilícito, corrupção²¹ e peculato no sector privado²², branqueamento do produto do crime²³, e obstrução à justiça²⁴ (artigos 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º e 23.º da Convenção de Mérida).

Os Estados Partes adoptem medidas:

- para permitir a perda dos instrumentos, dos produtos e do valor equivalente a esses produtos;
- para habilitar os tribunais e outras autoridades competentes para ordenar a apresentação dos registos bancários e outros elementos de prova a fim de facilitar a identificação, congelamento e determinação de perda de bens.

Mais à frente analisaremos quais os artigos da legislação timorense que são relativos à perda dos bens no processo criminal.

Para já, importa perceber daqueles instrumentos internacionais o quanto a comunidade internacional entende como importante a perda de bens e, como consequência, o quanto a investigação financeira é essencial para alcançar esse objectivo.

A investigação financeira pode ser utilizada juntamente com a investigação de muitos

18. Associação criminosa, artigo 188.º do código penal.

19. Coacção, suborno e obstrução à actividade jurisdicional, artigos 158.º, 281.º e 284.º do código penal.

20. Corrupção, artigos 292.º, 293.º, 294.º e 302.º do código penal

21. Nem o enriquecimento ilícito, nem a corrupção no sector privado estão criminalizados.

22. Abuso de confiança, artigos 256.º e 257.º do código penal.

23. Branqueamento de capitais, artigo 313.º do código penal.

24. Coacção, suborno e obstrução à actividade jurisdicional, artigos citados na nota 19.

crimes e pode ser realizada em todos os casos em que são cometidos crimes que geram proventos. Pode ser simples ou complexa consoante o grau de complexidade do crime que se está a investigar, o montante dos lucros e a habilidade dos suspeitos em dissimular os lucros que obtêm com a actividade criminosa.

Ora, o **património** de um suspeito pode ser constituído por diversos bens, tais como, dinheiro, acções, móveis sujeitos a registo, obras de arte, jóias, imóveis, empresas, entre outros.

Onde podemos obter informações sobre bens do suspeito?

Normalmente, essas informações são-nos dadas por:

- instituições financeiras;
- entidades públicas através das quais é possível saber se o suspeito tem bens imóveis, veículos, emprego, quotas em sociedades, etc.

É preciso sabermos quais as entidades que nos podem informar em nome de quem é que está registada um terreno, uma casa ou um automóvel, ou quem são os sócios de uma determinada sociedade, pois são a essas entidades que teremos que dirigir alguns dos pedidos de informação.

As **instituições financeiras** informam-nos sobre movimentos do dinheiro e isso permite-nos chegar a importantes conclusões.

Por exemplo, saber quantas contas bancárias o suspeito tem, para onde efectua transferências, suas possíveis ligações com terceiros, suas aquisições de bens, créditos bancários, etc.

O recurso às informações das instituições financeiras e de outras instituições, tanto públicas (Ministério do Comércio e Indústria, Ministério das Finanças, etc) como privadas (casinos, empresas de seguros) e a análise e cruzamento dessas informações são a essência das investigações financeiras.

Portanto, para identificar, localizar e apreender o produto dos crimes são utilizadas as investigações financeiras, pois através delas seguimos o rasto do dinheiro que nos permite, inclusive, localizar outros bens adquiridos com dinheiro ilícito.

Com efeito, certas entidades, por virtude da sua actividade profissional, têm um conhecimento privilegiado dos movimentos financeiros de todas as pessoas ou de algumas situações que podem estar ligadas a movimentos de dinheiro. Por exemplo, informações sobre contas bancárias.

Assim, diversos organismos internacionais²⁵ através de diversos instrumentos²⁶, instaram os diversos países a criar leis que obrigassem certas entidades a determinados deveres, nomeadamente, o dever de informação sobre depósitos e transferências de dinheiro.

25. Por exemplo Nações Unidas e GAFI (Grupo de Acção Financeira Internacional — organismo inter-governamental).

26. Convenções de Palermo e de Mérida e as 40 Recomendações.

Diversos países criaram, então, leis específicas para prevenir e combater o branqueamento de capitais e o terrorismo, contendo deveres que certas entidades (umas financeiras, como por exemplo os bancos, e outras não financeiras, como por exemplo, os casinos) devem cumprir.

E em muitos países foi criada uma unidade destinada a recolher, centralizar, tratar e difundir, a nível nacional, a informação que aquelas outras entidades são obrigadas a fornecer.

Vamos, então, observar mais algumas normas de instrumentos internacionais.

CONVENÇÃO DE PALERMO:

Artigo 7.º

Medidas para combater o branqueamento de capitais

1. Cada Estado Parte:

a) Instituirá um regime interno completo de regulamentação e controlo dos bancos e das instituições financeiras não bancárias e, quando se justifique, de outras entidades especialmente susceptíveis de ser utilizadas para fins de branqueamento de capitais, dentro dos limites da sua competência, a fim de prevenir e detectar qualquer forma de branqueamento de dinheiro, sendo que nesse regime as exigências relativas à identificação de clientes, ao registo das operações e à notificação de operações suspeitas devem ser consideradas essenciais.

b) Garantirá, sem prejuízo da aplicação dos artigos 18.º e 27.º da presente Convenção, que as autoridades responsáveis pela administração, regulamentação, detecção e repressão e outras autoridades responsáveis pelo combate ao branqueamento de capitais (incluindo, quando tal esteja previsto no seu direito interno, as autoridades judiciais), tenham a capacidade de cooperar e trocar informações a nível nacional e internacional, em conformidade com as condições definidas no direito interno, e, para esse fim, considerará a possibilidade de criar um serviço de informação financeira que funcione como centro nacional de recolha, análise e difusão de informação relativa a eventuais actividades de branqueamento de capitais.

CONVENÇÃO DE MÉRIDA:

Artigo 14.º

Medidas para combater o branqueamento de capitais

1. Cada Estado Parte:

(a) Deverá instituir um regime interno completo de regulamentação e controlo dos bancos e das entidades financeiras não bancárias, incluindo de pessoas singulares ou colectivas que prestam serviços de transferência de dinheiro ou valores, através de mecanismos formais ou informais e, quando se justifique, de outras entidades especialmente susceptíveis de ser utilizadas para fins de branqueamento de capitais, dentro dos limites da sua competência, a fim de prevenir e detectar qualquer forma de branqueamento de dinheiro, sendo que nesse regime as exigências relativas à identificação de clientes e, se for caso disso, dos beneficiários finais, ao registo das operações e à notificação de operações suspeitas devem ser consideradas essenciais;

(b) Deverá garantir, sem prejuízo da aplicação do artigo 46.º da presente Convenção, que as autoridades administrativas, reguladoras, as autoridades responsáveis pela detecção e repressão e outras responsáveis pelo combate ao branqueamento de dinheiro (incluindo, quando tal esteja previsto no seu direito interno, as autoridades judiciais), tenham a capacidade de cooperar e trocar informações a nível nacional e internacional, em conformidade com as condições definidas no direito interno, e, para esse fim, considerará a possibilidade de criar um serviço de informação financeira que funcione como centro nacional de recolha, análise e difusão de informação relativa a eventuais actividades de branqueamento de capitais.

Sobre esta matéria Timor-Leste promulgou a lei n.º 17/2011, de 28 de Dezembro. Nela encontramos oito capítulos:

- Capítulo I — Disposições gerais
- Capítulo II — Prevenção
- Capítulo III — Detecção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo
- Capítulo IV — Supervisão e regime sancionatório
- Capítulo V — Regime especial de recolha de prova, quebra do segredo profissional e perda de bens
- Capítulo VI — Medidas
- Capítulo VII — Cooperação judiciária internacional em matéria penal
- Capítulo VIII — Disposições finais e transitórias

Os primeiros quatro capítulos estabelecem, efectivamente, um regime interno completo de regulamentação e controlo dos bancos e das entidades financeiras não bancárias, incluindo de pessoas singulares ou colectivas que prestam serviços de transferência de dinheiro ou valores, e de outras entidades não financeiras, especialmente susceptíveis de serem utilizadas para fins de branqueamento de capitais. Nesses capítulos determina-se quem são as entidades sujeitas às suas disposições (artigo 2º), e quais os deveres a que estão obrigadas.

Esses deveres, que analisaremos mais adiante, visam evitar não só que tais entidades sejam utilizadas para o branqueamento de capitais ou para o financiamento do terrorismo mas, também, que comuniquem às autoridades competentes as informações que obtêm por via da sua actividade profissional, de modo a que aqueles crimes possam ser combatidos. Os restantes capítulos contêm normas relacionadas com a investigação criminal.

E neste aspecto já não dizem respeito apenas aos crimes de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo mas, também, aos crimes indicados no respectivo artigo 32.º-A.

Antes de avançarmos na leitura e análise dos artigos da lei n.º 17/2011, observemos o que diz o seu preâmbulo:

Nas duas últimas décadas, o branqueamento de capitais e os crimes conexos, entre os quais, o narcotráfico, a corrupção, o sequestro e o terrorismo, tornaram-se crimes cujo impacto não pode mais ser medido à escala local. (...) Não restam dúvidas que o branqueamento de capitais é uma ameaça global crescente e que as medidas para controlar esse problema tornaram-se alvo de um intenso esforço internacional. (...) A República Democrática de Timor-Leste não poderia ficar alheia a este amplo esforço internacional. (...) é uma preocupação da República Democrática de Timor-Leste dotar-se dos instrumentos normativos adequados a garantir uma vigilância constante por parte das entidades reguladoras, bancos, centros financeiros e outras instituições vulneráveis, no sentido de evitar que o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo possam vir a comprometer a estabilidade e a integridade do sistema financeiro e ou a confiança nas instituições timorenses.

Foi, pois, vontade de Timor-Leste acompanhar a comunidade internacional no combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Analisemos então a lei.

LEI N.º 17/2011, DE 28 DEZEMBRO

CAPÍTULO I — DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I *Disposições gerais*

SECÇÃO I *Objeto e definições*

Artigo 1.º *Objeto*

A presente lei aprova o regime jurídico da prevenção e do combate ao branqueamento de capitais provenientes de atividades ilícitas e ao financiamento do terrorismo.

O artigo 1º define o objecto da lei: *regime jurídico da prevenção e do combate ao **branqueamento de capitais provenientes de atividades ilícitas** e ao financiamento do terrorismo.*

Artigo 1.º-A *Definições*

Para efeitos da presente lei, entende-se por:

- a) “Ações ao portador” instrumentos negociáveis que atribuem a propriedade de uma pessoa coletiva a uma pessoa que detenha um certificado não nominativo das mesmas;*
- b) “Banco de fachada” um banco constituído num país ou território onde não tem qualquer presença física que envolva administração ou gestão e que não se encontra integrado num grupo financeiro regulado;*
- c) “Beneficiário efetivo” pessoa singular que é a proprietária última ou detém o controlo final de um cliente, a pessoa no interesse da qual é efetuada uma operação ou a pessoa que controla efetivamente uma pessoa coletiva ou um centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica;*
- d) “Bens” ativos de qualquer natureza, corpóreos ou incorpóreos, móveis ou imóveis, tangíveis ou intangíveis, e todos os documentos ou instrumentos jurídicos, incluindo eletrónicos ou digitais, que atestem a propriedade ou outros direitos sobre esses ativos;*
- e) “Entidades sujeitas” as entidades referidas no artigo 3.º da presente lei;*
- f) “Pessoas politicamente expostas” as pessoas singulares que desempenham, ou desempenharam até há um ano, altos cargos de natureza política ou pública, bem como os membros próximos da sua família e pessoas que reconhecidamente tenham com elas estreitas relações de natureza societária ou comercial, considerando-se, para os efeitos previstos na presente alínea:*
 - fi) “Altos cargos de natureza política ou pública”:*
 - i) Chefes de Estado, chefes de Governo e membros do Governo;*
 - ii) Deputados;*
 - iii) Membros de tribunais superiores e de outros órgãos judiciais de alto nível, cujas decisões não possam ser objeto de recurso, salvo em circunstâncias excecionais;*
 - iv) Membros de órgãos de administração e fiscalização de bancos centrais;*
 - v) Chefes de missões diplomáticas e de postos consulares;*

vi) Oficiais de alta patente das Forças Armadas e forças policiais;

vii) Membros de órgãos de administração e de fiscalização de empresas públicas e de sociedades anónimas de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos, institutos públicos, fundações públicas e estabelecimentos públicos, qualquer que seja o modo da sua designação;

viii) Membros de órgãos executivos de organizações de direito internacional;

f2) “Membros próximos da família”:

i) O cônjuge ou unido de facto;

ii) Os pais, os filhos e os respetivos cônjuges ou unidos de facto;

iii) Os irmãos;

g) “Relação de negócio” a relação de natureza comercial ou profissional entre as entidades sujeitas e os seus clientes que, no momento em que se estabelece, se prevê venha a ser ou seja duradoura;

h) “Títulos ao portador negociáveis” aqueles endossados sem restrição e em que a titularidade seja transferível com a entrega;

O artigo 1º-A contém diversas definições muito úteis na interpretação e aplicação da lei. Esta lei impõe deveres a certas entidades (financeiras e não financeiras), e **ao cumprirem esses deveres, essas entidades vão ajudar na prevenção e no combate** ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Assim, vamos ver quais são as entidades que estão obrigadas ao regime da Lei 17/2011 e depois vamos ver quais são os deveres que elas têm que cumprir.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1. Estão sujeitas às disposições da presente lei as entidades referidas no artigo 3.º.

2. Os crimes de branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo são os previstos e punidos nos termos da legislação penal aplicável.

O artigo 2.º

n.º 1 — Indica que as entidades referidas no artigo 3.º estão sujeitas às disposições da lei (ou seja, estão obrigadas aos diversos deveres que a Lei 17/2011 prevê);

n.º 2 — Esclarece que os crimes de branqueamento de capitais e o financiamento de terrorismo são os previstos e punidos nos termos da legislação penal aplicável (que são os artigos 313.º, relativo ao branqueamento de capitais, e o artigo 133.º, que prevê e pune o financiamento do terrorismo).

Artigo 3.º

Entidades financeiras e não financeiras

1. São entidades financeiras abrangidas pela presente lei as seguintes:

a) Quaisquer instituições de crédito, incluindo as instituições de micro-finanças;

b) Sociedades seguradoras, incluindo as de investimento e corretagem com elas relacionadas;

- c) Sociedades financeiras e de locação financeira;*
- d) Entidades emissoras e ou gestoras de cartões de crédito ou débito;*
- e) Qualquer pessoa singular ou coletiva que exerça profissionalmente a atividade de compra e venda ou câmbio de moeda;*
- f) Qualquer pessoa singular ou coletiva que exerça profissionalmente a atividade de transferência de fundos;*
- g) Qualquer pessoa que exerça outras atividades e operações a indicar pela autoridade de supervisão competente.*

2. São entidades não financeiras abrangidas pela presente lei as seguintes:

- a) Casinos, incluindo casinos operados através da Internet;*
- b) Quaisquer pessoas cuja atividade consista na prestação de serviços financeiros ou que intervenham ou assistam em operações financeiras ou imobiliárias, em representação do cliente, sem prejuízo do sigilo profissional;*
- c) Contabilistas, auditores independentes e consultores fiscais;*
- d) Quaisquer outras atividades e profissões que venham a ser designadas por lei.*

É o artigo 3.º que nos esclarece quais são as entidades (financeiras e não financeiras) que ficam obrigadas aos diversos deveres constantes da lei. É, por isso, um artigo muito importante.

Vale a pena debruçar a nossa análise sobre a alínea b) do n.º 2, e pensarmos se nela estão incluídos os advogados.

Isto porque os advogados muitas vezes intervêm ou assistem clientes seus em operações financeiras ou imobiliárias. De facto, na compra e venda de imóveis os particulares utilizam muitas vezes os serviços de advogados.

E pode suceder que alguma dessas operações possa constituir branqueamento de capitais. Muitas vezes, sem terem sequer consciência disso, sobretudo quando possuem pouca experiência, os advogados são utilizados em alguma fase do branqueamento de capitais.

Ora, a informação que os advogados têm em virtude dessa sua actividade também é muito importante para as autoridades.

Por essa razão, se entende que os advogados também estão obrigados, como outras entidades não financeiras, a certos deveres²⁷.

Nas diversas legislações internacionais, encontramos umas que incluem os advogados nas entidades sujeitas ao regime jurídico de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e outras que não.

É uma questão que levanta sempre um aceso debate.

27. Como o dever de diligência relativo à clientela, conservação de documentos, declaração de operações suspeitas e dever de confidencialidade, que estudaremos mais adiante.

As Recomendações 22 e 23 do GAFI determinam que certos deveres se aplicam aos advogados sempre que preparem ou efectuem operações para os seus clientes no âmbito das seguintes actividades:

- compra e venda de imóveis;
- gestão de fundos, valores mobiliários ou outros ativos do cliente;
- gestão de contas bancárias, de poupança ou de valores mobiliários;
- organização de contribuições destinadas à criação, exploração ou gestão de sociedades;
- criação, operação e gestão de pessoas coletivas ou de entidades sem personalidade jurídica e compra e venda de entidades comerciais.

Mas, como se pode ler na nota interpretativa da Recomendação 23:

Os advogados, os notários, os outros profissionais jurídicos independentes e os contabilistas que atuem como profissionais jurídicos independentes não estão obrigados a declarar as operações suspeitas, quando as informações que possuem hajam sido obtidas em situações sujeitas a segredo profissional ou cobertas por um privilégio profissional estabelecido por lei.

Compete a cada país determinar as matérias sujeitas a segredo profissional ou cobertas por um privilégio profissional estabelecido por lei. Normalmente tais matérias abrangem as informações que os advogados, notários ou outras profissões jurídicas independentes recebem ou obtêm dos seus clientes: a) quando apreciam a situação jurídica do seu cliente, ou b) quando defendem ou representam o cliente, no âmbito de processos judiciais, administrativos, de arbitragem ou de mediação.

Da simples leitura da alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º resulta que ali cabe a actividade dos advogados quando representam o cliente, por exemplo, na compra ou venda de um imóvel.

Este entendimento sai reforçado quando lemos o n.º 2 do artigo 23.º da mesma lei. Este artigo 23.º, n.º 1, obriga as entidades (financeiras e não financeiras) referidas no artigo 3.º a comunicarem à UIF uma transacção que indicié a prática do crime de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo.

No n.º 2, porém, diz que nas situações previstas na alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º, os advogados não ficam obrigados ao dever de comunicação quando as informações forem obtidas no contexto da avaliação da situação jurídica do cliente, no âmbito da consulta jurídica, no exercício da sua missão de defesa ou representação do cliente num processo judicial, incluindo o aconselhamento relativo à maneira de propor ou evitar um processo, bem como as informações que sejam obtidas antes, durante ou depois do processo.

Estas excepções demonstram, pois, que a lei considera que os advogados, tirando as situações indicadas no n.º 2 do artigo 23.º, são entidades não financeiras obrigadas aos diversos deveres.

Os três artigos seguintes dizem respeito à Unidade de Informação Financeira, UIF.

Artigo 4.º **Criação**

É criada, junto do Banco Central de Timor-Leste, a Unidade de Informação Financeira, adiante abreviadamente designada por UIF.

Artigo 5.º
Natureza, organização e funcionamento

A natureza, organização e funcionamento da UIF são estabelecidos por decreto-lei.

Artigo 6.º
Competências da UIF

A UIF tem as competências que lhe são atribuídas nos termos da presente lei e demais legislação aplicável, nomeadamente as de receber, analisar e difundir a informação suspeita de branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo.

A criação da UIF vai de encontro às normas dos instrumentos internacionais de que já falámos.

Se lermos de novo o artigo 7º da Convenção de Palermo (Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional) e o artigo 14º da Convenção de Mérida (Convenção das Nações Unidas contra a corrupção), encontramos a referência a esta Unidade nas alíneas b) dos seus n.ºs 1. E a Convenção de Mérida volta a referir esta Unidade no artigo 58º.

CONVENÇÃO DE PALERMO:

Artigo 7.º
Medidas para combater o branqueamento de capitais

1. Cada Estado Parte:

a) Instituirá um regime interno completo de regulamentação e controlo dos bancos e das instituições financeiras não bancárias e, quando se justifique, de outras entidades especialmente susceptíveis de ser utilizadas para fins de branqueamento de capitais, dentro dos limites da sua competência, a fim de prevenir e detectar qualquer forma de branqueamento de dinheiro, sendo que nesse regime as exigências relativas à identificação de clientes, ao registo das operações e à notificação de operações suspeitas devem ser consideradas essenciais.

*b) Garantirá, sem prejuízo da aplicação dos artigos 18.º e 27.º da presente Convenção, que as autoridades responsáveis pela administração, regulamentação, detecção e repressão e outras autoridades responsáveis pelo combate ao branqueamento de capitais (incluindo, quando tal esteja previsto no seu direito interno, as autoridades judiciais), tenham a capacidade de cooperar e trocar informações a nível nacional e internacional, em conformidade com as condições definidas no direito interno, e, para esse fim, **considerará a possibilidade de criar um serviço de informação financeira** que funcione como centro nacional de recolha, análise e difusão de informação relativa a eventuais actividades de branqueamento de capitais.*

CONVENÇÃO DE MÉRIDA:

Artigo 14.º
Medidas para combater o branqueamento de capitais

1. Cada Estado Parte:

(a) Deverá instituir um regime interno completo de regulamentação e controlo dos bancos e das entidades financeiras não bancárias, incluindo de pessoas singulares ou colectivas que prestam serviços de transferência de dinheiro ou valores, através de mecanismos formais ou informais e, quando se justifique, de outras entidades especialmente susceptíveis de ser utilizadas para fins de branqueamento de capitais, dentro dos limites da sua competência, a fim de prevenir e detectar qualquer forma de branqueamento de dinheiro, sendo que nesse regime as exigências relativas à identificação de clientes e, se for caso disso, dos beneficiários finais, ao registo das operações e à notificação de operações suspeitas devem ser consideradas essenciais;

(b) Deverá garantir, sem prejuízo da aplicação do artigo 46.º da presente Convenção, que as autoridades administrativas, reguladoras, as autoridades responsáveis pela deteção e repressão e outras responsáveis pelo combate ao branqueamento de dinheiro (incluindo, quando tal esteja previsto no seu direito interno, as autoridades judiciais), tenham a capacidade de cooperar e trocar informações a nível nacional e internacional, em conformidade com as condições definidas no direito interno, e, para esse fim, considerará a possibilidade de criar um serviço de informação financeira que funcione como centro nacional de recolha, análise e difusão de informação relativa a eventuais actividades de branqueamento de capitais.

Artigo 58.º **Unidade de informação financeira**

*Os Estados Partes deverão cooperar entre si com o fim de prevenir e combater a transferência do produto das infracções estabelecidas em conformidade com a presente Convenção, bem como de promover vias e meios para recuperar esse produto, e, para o efeito, **deverão considerar a criação de uma unidade de informação financeira** responsável pela recolha, análise e transmissão às autoridades competentes de declarações de operações financeiras suspeitas.*

Também O GAFI na Recomendação 29 refere a necessidade de os países criarem uma Unidade de Informação Financeira.

29. Unidades de informação financeira*

Os países deveriam criar uma Unidade de Informação Financeira (UIF) que sirva como centro nacional para receber e analisar a) declarações de operações suspeitas e b) outras informações relativas ao branqueamento de capitais, a infracções subjacentes associadas e ao financiamento do terrorismo, e para a disseminação dos resultados dessa análise. A UIF deveria estar em condições de obter informação adicional por parte das entidades responsáveis pela transmissão de informação, e deveria ter acesso em tempo útil às informações financeiras, administrativas e provenientes das autoridades de aplicação da lei, para desempenhar cabalmente as suas funções.

O artigo 6º da lei 17/2011 diz quais são as competências da UIF. São as que lhe são atribuídas nos termos desta lei²⁸ e demais legislação aplicável²⁹, nomeadamente as de receber, analisar e difundir as informações suspeitas de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo.

Já vimos que as investigações financeiras procuram descobrir o rasto financeiro deixado pelos criminosos. Para isso é necessário obter informações sobre contas bancárias, bens, móveis e imóveis, registos de empresas, entre outros. Essas informações são fornecidas por diversas entidades, nomeadamente as entidades financeiras e não financeiras indicadas no artigo 3º.

Toda essa informação deve cruzada e analisada sob pena de ser inútil. Esse trabalho, de recolha, cruzamento e análise de informação é levado a cabo pela UIF. Assim, a UIF³⁰ é a entidade de recepção das comunicações feitas pelas entidades (financeiras e não financeiras) que comunicam operações suspeitas.

28. Artigos da Lei n.º 17/2011 que fazem referência à UIF: 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, n.º 2, 14.º, n.º 4, 15.º, n.º 1, 20.º, n.º 1, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º, n.º 2, f), 32.º, n.º 1, i) e 36.º, n.º 4.

29. Serão as que, eventualmente, lhe forem atribuídas no decreto-lei que estabelecer a sua natureza, organização e funcionamento.

30. O decreto-lei que estabelece a natureza, organização e funcionamento da UIF foi aprovado em Conselho de Ministros no dia 3 de Fevereiro de 2014. Enquanto a UIF não estiver instalada, será ao Banco Central que caberá receber as comunicações de operações suspeitas e de pois encaminhá-las para a Procuradoria-Geral da República.

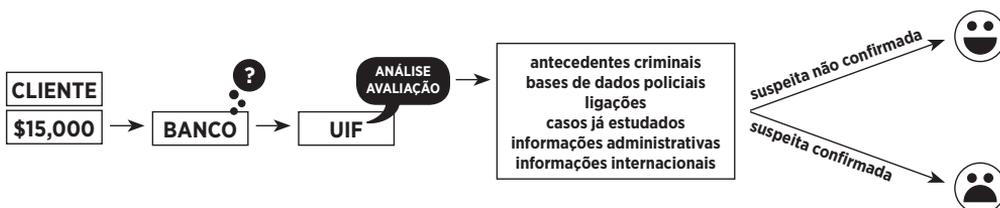
COMUNICAÇÃO DE OPERAÇÕES SUSPEITAS

Quando uma das instituições indicadas no artigo 3º suspeitar ou tiver razões suficientes para suspeitar de que certos fundos são o produto de uma actividade criminosa ou que estão relacionados com o financiamento do terrorismo, deve comunicar estas suspeitas à Unidade de Informação Financeira — **artigo 23º da lei 17/2011**.

Ao receber de um banco a comunicação de uma operação suspeita (como uma transferência bancária³¹) a UIF, através da consulta a diversas bases de dados, nomeadamente as policiais, verifica os antecedentes criminais do ordenante ou do beneficiário da operação bancária, uma possível ligação a casos já investigados ou em investigação, eventuais registos de imóveis, documentos sobre hipotecas, registos empresariais e outros, analisa e cruza a informação recolhida, no sentido de apreciar se existem suspeitas que fundamentem a instauração de uma investigação criminal.

Esta recolha e análise de informação exige que a UIF não só possua poderes para aceder a diversas informações como, também, seja detentora de meios técnicos e humanos muito eficientes.

Podemos de uma forma muito simples e básica ilustrar em esquema como se processa esta recolha, análise e difusão da informação.



Um cliente dirige-se ao seu banco, efectua um depósito de 15.000,00 USD e solicita a transferência desse dinheiro para a conta de uma terceira pessoa num banco em Jacarta, indicando como razão para essa operação tratar-se de “ajuda familiar”. Considerando o conhecimento que tem do cliente³², designadamente porque sabe que ele tem um emprego onde auferir um vencimento mensal que não ultrapassa os quatrocentos dólares, o banco considera estranho aquele depósito e efectua a comunicação à UIF.

31. As transferências a crédito consistem no envio de fundos que o ordenante expressamente entrega ao seu banco com essa finalidade, ou que se encontram depositados numa conta de que aquele é titular ou representante junto do referido banco. Do ponto de vista dos utilizadores de serviços bancários, a transferência a crédito consiste, basicamente, na execução de uma ordem ou instrução que é dada por um cliente a um banco, para que este envie um determinado montante para outra conta bancária. A conta de destino pode ser naquele mesmo banco ou em banco diferente. No primeiro caso, as transferências são “intra bancárias”, no segundo, “interbancárias”. Na prática bancária, os principais intervenientes nas transferências a crédito são geralmente denominados do seguinte modo:

- Ordenante — O cliente bancário que contrata a transferência;
- Banco do ordenante — O banco com que o ordenante contrata a transferência;
- Beneficiário — A entidade à qual se destinam os fundos transferidos;
- Banco do beneficiário — O banco que recebe os fundos e os entrega ao beneficiário — <http://www.bportugal.pt/PT-PT/SISTEMASDEPAGAMENTO/INSTRUMENTOSDEPAGAMENTO/Paginas/TranferenciasaCredito.aspx> -

Não obstante esta terminologia oficial, é costume utilizar-se a expressão “operações a débito” para significar as ordens de transferência de uma conta para outra. E quando o Ministério Público dá uma ordem de suspensão de uma operação é habitual incluir no despacho algo como isto: “Informe-se o banco que a suspensão abrange todas as operações a débito”.

32. CSC (Conheça o Seu Cliente) ou KYC na versão inglesa (Know Your Customer).

Habitualmente nas Comunicações de Operações Suspeitas (COS ou STR na versão inglesa, Suspicious Transaction Report) a entidade que comunica junta a informação que possui acerca do cliente e de toda a situação que envolve as suspeitas. Informação que foi recolhida com o cumprimento do dever de identificação³³, traduzido no já referido CSC ou KYC que analisaremos melhor mais à frente quando nos debruçarmos sobre o artigo 10.º da lei 17/2011, que trata da identificação de clientes.

Não obstante a informação que virá na COS, a UIF poderá consultar os antecedentes criminais de quem pretende efectuar a operação (ordenante) como da pessoa a quem se destina a transferência (o beneficiário), obter informações de outras UIFs, consultar bases de dados públicas e proceder à recolha das informações que considere pertinentes.

Após a recepção e recolha de informação, a UIF elabora a respectiva análise.

Se dessa análise resultarem indícios de que pode ter sido praticado um crime, a UIF comunica o facto à Procuradoria-Geral da República a fim de ser instaurado o procedimento criminal, como vem referido no artigo 26.º da lei 17/2011. Este artigo fala em procedimento adequado. Mas considerando a legislação penal timorense, procedimento adequado parece ser só a instauração de um inquérito crime. Mesmo que, por hipótese, o procedimento criminal estivesse prescrito ou mesmo que os tribunais timorenses não tivessem competência para julgar o caso, sempre haveria que instaurar um inquérito, sendo no seu âmbito que a questão seria decidida.

Se da recolha de informação e análise que efectuou, a UIF concluir que não há suspeitas de ter sido cometido algum crime, arquiva o expediente.

Mais à frente, quando analisarmos outros artigos da lei n.º 17/2011, voltaremos a falar na UIF.

33. Que o GAFI inclui no dever de Diligência relativo à clientela (Customer Due Diligence — CDD) na Recomendação 9.

CAPÍTULO II – PREVENÇÃO

CAPÍTULO II **Prevenção**

SECÇÃO I **Deveres gerais**

Artigo 7.º

Obrigação de declarar o transporte de moeda ou títulos ao portador negociáveis

1. *Qualquer pessoa singular que, ao entrar ou sair do território de Timor-Leste, transporte dinheiro ou títulos ao portador negociáveis de montante igual ou superior a 10.000,00 dólares norte-americanos deve declarar o montante transportado às autoridades alfandegárias.*
2. *As cópias das declarações apresentadas são imediatamente transmitidas pelas autoridades alfandegárias à UIF.*
3. *A autoridade alfandegária apreende o montante da moeda ou dos títulos ao portador negociáveis não declarados, no todo ou em parte, sempre que existam fundadas suspeitas de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo ou quando for apresentada uma declaração falsa.*
4. *A autoridade judicial competente aprecia, no prazo máximo de três dias úteis, a apreensão de valores feita nos termos do número anterior.*
5. *Da decisão da autoridade judicial competente que confirme a apreensão constam de forma clara as características dos valores apreendidos e das circunstâncias da apreensão.*

Este artigo cumpre a recomendação 32 do GAFI:

32. Transportadores de fundos*

Os países deveriam dispor de medidas para detetar os movimentos físicos transfronteiras de divisas e de títulos ao portador, incluindo um sistema de declaração e/ou de comunicação.

Os países deveriam assegurar que as respetivas autoridades competentes têm autoridade legal para bloquear ou reter divisas ou títulos ao portador que se suspeite estarem relacionados com o financiamento do terrorismo, o branqueamento de capitais ou infrações subjacentes, ou que sejam objeto de declaração ou de comunicação falsa.

Os países deveriam assegurar-se de que dispõem de sanções eficazes, proporcionadas e dissuasivas aplicáveis a pessoas que apresentem declarações ou comunicações falsas. Nos casos em que as divisas ou os títulos ao portador estejam relacionados com o financiamento do terrorismo, o branqueamento de capitais ou infrações subjacentes, os países deveriam igualmente adotar medidas, nomeadamente legislativas, coerentes com a Recomendação 4, que permitam a perda de tais divisas ou títulos.

E o disposto no artigo 7º, n.º 2, da Convenção de Palermo (Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional).

Artigo 7.º

Medidas para combater o branqueamento de capitais

1.
 - a) (...)
 - b) (...)
2. *Os Estados Partes considerarão a possibilidade de aplicar medidas viáveis para detectar e vigiar os*

movimentos transfronteiriços de numerário e de títulos negociáveis, no respeito pelas garantias relativas à legítima utilização da informação e sem restringir, por qualquer forma, a circulação de capitais lícitos. Estas medidas poderão incluir a exigência de que os particulares e as entidades comerciais notifiquem as transferências transfronteiriças de quantias elevadas em numerário e títulos negociáveis.

3. (...)

4. (...)

Muitas vezes os criminosos evitam utilizar o sistema bancário, para fugirem ao respectivo controlo e preferem o transporte transfronteiriço de numerário. Outras vezes, é a própria economia de alguns países que, por ser baseada em numerário, leva a uma menor utilização do sistema bancário.

Ora, o uso alargado de numerário em diversas operações, como a aquisição de bens ou a transferência de fundos, pode impedir que as autoridades conheçam quem está a branquear dinheiro proveniente de uma actividade criminosa (ou quem pretende financiar actividades terroristas).³⁴

Para ultrapassar essa dificuldade, de acordo com o GAFI, os diversos países devem criar³⁵, entre outras, medidas que ajudem a:

- a) detectar o transporte de numerário e de outros instrumentos negociáveis ao portador através das fronteiras;
- b) bloquear ou reter numerário ou outros instrumentos negociáveis³⁶ ao portador que se suspeite estarem relacionados com o financiamento do terrorismo ou o branqueamento de capitais;
- c) bloquear ou reter numerário ou outros instrumentos negociáveis ao portador que foram falsamente declarados ou revelados.

Nos termos do número 1 do artigo 7.º da lei n.º 17/2011, qualquer pessoa que entre ou saia de Timor-Leste transportando dinheiro ou títulos ao portador negociáveis de montante igual ou superior a 10.000,00 USD deve declarar esse facto às autoridades alfandegárias. Essa obrigação de declaração aplica-se quer a pessoa seja, ou não, o proprietário do dinheiro ou dos títulos.

O não cumprimento desta obrigação constitui uma contra-ordenação prevista e punível pelo artigo 32.º, n.º 1, al. a).

Todos se recordarão, por exemplo, do formulário que é preciso preencher quando viajamos de avião para Timor-Leste. Uma das questões é exactamente aquela que obriga à declaração do numerário acima do valor indicado.

34. Nunca devemos perder de vista que a lei 17/2011 contem o regime jurídico de prevenção e combate do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, muito embora neste manual este crime não seja analisado.

35. Padrões Internacionais de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e da proliferação, página 103 — <http://www.dgpi.mj.pt/sections/noticias/gafi-recomendacoes-de>

36. Ver artigo 1.º A, al. h) da lei n.º 17/2011 — “Títulos ao portador negociáveis” aqueles endossados sem restrição e em que a titularidade seja transferível com a entrega.

Desta forma, as autoridades recolhem informação sobre os movimentos do dinheiro devendo transmiti-la à UIF como determina o n.º 2 do artigo 7º. Para poderem vir a ser úteis todas essas informações devem fazer parte de uma base de dados.

Nos termos do n.º 3, deste artigo 7º, a autoridade alfandegária apreende o dinheiro ou os títulos ao portador negociáveis não declarados, sempre que existam fundadas suspeitas de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo ou quando for apresentada uma declaração falsa.

Será que a autoridade alfandegária só apreende o dinheiro ou os títulos caso não tenha existido declaração ou quando for apresentada uma declaração falsa? Não poderá a autoridade alfandegária apreender o montante, ainda que declarado, se tiver fundadas suspeitas de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo?

SECÇÃO II

Deveres das instituições financeiras

Artigo 8.º

Transparência das transações financeiras

1. Só podem estabelecer-se no território nacional as entidades bancárias que nele mantenham presença física ou integrem um grupo financeiro registado em país ou território sujeito a supervisão eficaz e consolidada.

2. As entidades financeiras devem recusar estabelecer ou continuar relações comerciais com entidades bancárias registadas em jurisdições onde não se encontrem fisicamente presentes ou que não sejam parte de um grupo financeiro registado em país ou território sujeito a supervisão eficaz e consolidada.

3. Em caso algum é permitida a abertura ou manutenção de contas anónimas, de contas sob nomes manifestamente fictícios ou de cadernetas anónimas.

4. As entidades financeiras não podem iniciar ou manter relações comerciais ou realizar transações com entidades financeiras num país estrangeiro se este permitir que as contas sejam utilizadas por bancos de fachada.

O artigo 8º e os seguintes até ao artigo 15º revelam a clara intenção do legislador em recolher informações sobre os clientes e os movimentos financeiros efectuados por eles, de modo a poder verificar se há operações suspeitas e dar informações úteis às autoridades.

Como já referido anteriormente, os diversos regimes de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo contêm deveres para certas entidades (financeiras e não financeiras) que por via das suas actividades profissionais têm conhecimento de movimentos financeiros (quer através de transferências ou depósito de dinheiro, quer através da aquisição de bens e títulos).

Essas entidades, ainda que através de deveres, são chamadas a colaborar com as autoridades, fornecendo-lhes importantes informações.

Na verdade, os criminosos usam diversas instituições financeiras nas suas operações, e recorrem a intermediários e empresas de fachada. Fazem transferências de e para diferentes países, enfim, utilizam um sem número de expedientes para ocultar o verdadeiro beneficiário das operações e para despistar as autoridades por forma a

perder-se o rasto do produto do crime. Assim, aqueles artigos visam permitir conhecer os clientes de modo a poder combater essas técnicas sofisticadas.

Este artigo 8º contém as orientações constantes da Recomendação 13 do GAFI e do artigo 52º, n.º 4 da Convenção de Mérida (Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção).

Em Timor-Leste não é permitida a existência de bancos de fachada (n.º 1)³⁷, e as entidades financeiras também não podem estabelecer relações comerciais ou realizar transacções com entidades financeiras estrangeiras que permitam que as suas contas sejam utilizadas por bancos de fachada (n.º4), ou seja, que não respeitam os padrões internacionais.

É sabido que estes “bancos de fachada” não cumprem os requisitos internacionais para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, pelo que, é elevado o risco de através deles ocorrerem aqueles crimes.

A violação das disposições deste artigo constitui contra-ordenação prevista e punível pelo artigo 32º, n.º 1, als. b), c) e d).

Artigo 9º

Transparência de pessoas coletivas e dos centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica

1. Sem prejuízo dos deveres de registo, declaração e publicidade previstos na Lei das Sociedades Comerciais, no Código de Registo Comercial e na demais legislação aplicável, as pessoas coletivas registadas em território nacional devem prestar, sempre que lhes for solicitado pela autoridade competente, a informação adequada e necessária para identificar os beneficiários efetivos e a sua estrutura de controlo.

2. Nos casos em que sejam emitidas ações ao portador, nos termos da lei, os titulares de tais ações estão obrigados a depositá-las junto da pessoa coletiva que as tenha emitido ou, quando exista, num registo de ações.

3. A lei determina a forma de registo da informação relativa aos beneficiários efetivos e ao controlo dos centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica.

Este artigo cumpre as orientações constantes das Recomendações 24 e 25 do GAFI.

Resumidamente, pretende-se saber quem é o verdadeiro dono de sociedades e de outras pessoas colectivas, por outras palavras, quem é o beneficiário efectivo.

E essas informações devem estar facilmente e rapidamente disponíveis para as autoridades de aplicação da lei.

A constituição das sociedades comerciais³⁸ e outros factos a elas relativos, estão sujeitos a registo — cfr. artigo 3.º do código de registo comercial, aprovado pelo decreto-lei n.º 7/2006, de 1 de Março.

37. Bancos de fachada são aqueles que não têm presença física com administração e gestão e que não se encontram integrados em grupo financeiro regulamentado — ver artigo 1º-A, al. b).

38. A lei das sociedades comerciais — Lei 4/2004, de 21 de Abril — prevê a existência de sociedades em nome colectivo, em comandita, por quotas e anónimas — ver artigo 1.º daquela lei.

O registo comercial destina-se a dar publicidade à situação jurídica dos empresários comerciais individuais, das sociedades comerciais, das sociedades civis sob forma comercial, dos estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, das cooperativas, das empresas públicas e dos agrupamentos complementares de empresas, tendo por finalidade a segurança jurídica do comércio — ver n.º 1 do artigo 1.º do código de registo comercial.

O registo comercial é organizado através do recurso a meios informáticos — ver artigo 24.º deste código.

Durante uma investigação as informações constantes do registo podem ser muito importantes; nomeadamente para saber a identificação completa dos sócios, dos respectivos cônjuges, domicílio, etc.

O n.º 2 do artigo 9.º da lei n.º 17/2011 fala em acções emitidas ao portador.

As acções são uma fracção de uma sociedade anónima. As acções podem ser nominativas ou ao portador — ver artigo 240.º da lei n.º 4/2004, de 21 de Abril, lei das sociedades comerciais.

Nas nominativas, o emitente conhece a todo o tempo a identidade dos seus titulares porque elas foram emitidas para uma pessoa em concreto. Para transmitir aquela acção a alguém, o titular terá que escrever no título que contém a acção o nome da pessoa a quem transmite e esse facto tem que ser registado junto do emitente — ver artigo 246.º, n.º 1, al.i) da lei das sociedades comerciais.

As acções ao portador são aquelas que não estão registadas em nome do seu proprietário e pertencem a quem as detém — ver artigo 253.º, n.º 3 da lei das sociedades comerciais, segundo o qual os títulos ao portador se transmitem por simples entrega.

Ora, se para o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo é importante saber quem tem o controlo de uma sociedade ou quem é o seu beneficiário efectivo, esse conhecimento poderia ficar dificultado pela existência de acções ao portador.

Para evitar essa situação, a lei 17/2011, neste artigo 9º que estamos a analisar, determina que nesse caso os titulares de tais acções ficam obrigados a depositá-las junto da pessoa colectiva que as emitiu ou num registo de acções quando exista.

Para efeitos de participação em assembleia geral, dispõe o artigo 247.º, n.º 1, da lei das sociedades comerciais que o depósito de acções ao portador pode ser feito em qualquer instituição de crédito.

Se a lei restringe esse depósito ao fim de participação em assembleia geral, significa que no restante as acções devem ser depositadas na sociedade?

O n.º 3 do artigo 9º diz que a lei determina a forma de registo da informação relativa aos beneficiários efectivos e ao controlo dos centros de interesses colectivos sem personalidade jurídica.

A inexistência de informação adequada sobre o beneficiário efectivo e a estrutura de controlo das pessoas colectivas e centros de interesses colectivos sem personalidade jurídica constitui contra-ordenação prevista e punível pelo artigo 32.º n.º 1, al. e).

Vamos analisar agora um dos artigos mais importantes da Lei n.º 17/2011, relativo à identificação dos clientes.

Artigo 10.º

Identificação de clientes por entidades financeiras e não financeiras

1. As entidades referidos no artigo 3.º devem identificar os seus clientes e beneficiários efetivos e verificar a respetiva identidade através de documentos provenientes de fontes independentes, dados ou informação, quando:

- a) Estabeleçam relações de negócio;*
- b) Efetuem transações ocasionais, em montante igual ou superior a 10.000,00 dólares norte-americanos, executadas numa única ou em várias transações, que pareçam estar ligadas;*
- c) Existam dúvidas sobre a veracidade ou adequação dos dados de identificação do cliente;*
- d) Existam fundadas suspeitas de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo.*

2. As entidades referidas no artigo 3.º procedem à recolha de informação no que diz respeito aos fins e à intenção da relação comercial.

3. As entidades referidas no artigo 3.º procedem à identificação e verificação da identidade dos seus clientes da seguinte forma:

- a) A identificação de pessoas singulares e a verificação da sua identidade incluem o nome completo e o número de identificação nacional;*
- b) A identificação de pessoas coletivas inclui a verificação da firma ou denominação social, sede, identificação dos titulares dos órgãos sociais, registos da sociedade ou prova semelhante do seu estatuto jurídico, tipo social e estrutura societária;*
- c) A identificação de instrumentos jurídicos relevantes;*
- d) As entidades referidas no artigo 3.º identificam o beneficiário efetivo e adotam todas as medidas necessárias para verificar a sua identidade, incluindo a identificação das pessoas singulares que tenham poderes de controlo, bem como a identificação da pessoa singular que seja responsável pela direção da pessoa coletiva.*

4. Nos casos em que existam dúvidas sobre se o cliente referido no n.º 1 age por conta própria, as entidades referidas no artigo 3.º verificam a identidade da pessoa ou pessoas em nome ou por conta de quem o cliente atua.

5. Quando estabeleçam relações comerciais ou realizem transações com um cliente que não se encontre fisicamente presente, as entidades referidas no artigo 3.º devem tomar medidas específicas adequadas a fazer face ao risco acrescido de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.

6. As entidades referidas no artigo 3.º tomam as medidas adequadas a determinar se o cliente ou o beneficiário efetivo são pessoas politicamente expostas.

7. As instituições financeiras e atividades e profissões não financeiras devem diligenciar regularmente no que diz respeito à relação com o cliente e examinar de perto as transações efetuadas para assegurar que se mantém consistente o seu conhecimento do cliente, das suas atividades comerciais e do perfil de risco e, sempre que seja necessário, da origem dos seus fundos.

8. No que respeita a relações bancárias internacionais, as entidades financeiras devem:

- a) Verificar a identidade das instituições correspondentes com as quais têm relações de correspondência bancária;*
- b) Recolher informação sobre a natureza das atividades da instituição correspondente;*
- c) Com base na informação disponível, avaliar a reputação da instituição correspondente e a natureza da supervisão a que está sujeita;*
- d) Avaliar os controlos aplicados pela instituição correspondente no que se refere ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;*
- e) No caso de um pagamento através de uma conta, assegurar que a instituição correspondente verificou a identidade do cliente, aplicou mecanismos para o controlo contínuo destes clientes e tem a capacidade para recolher a identificação relevante sobre um pedido;*
- f) Cumprir as instruções emitidas pela autoridade competente.*

9. As entidades não financeiras referidas no artigo 3.º só devem manter uma relação comercial quando possam cumprir os deveres de diligência referidos nos números anteriores.

10. Com base na avaliação do risco representado pelo tipo de cliente, relação comercial ou transações, a autoridade de supervisão competente pode determinar as circunstâncias sobre as quais as obrigações estabelecidas no presente artigo podem ser reduzidas ou simplificadas no que respeita à identificação e verificação da identidade do cliente ou do beneficiário efetivo.

11. As disposições do presente artigo são aplicáveis a todos os clientes de entidades financeiras já existentes antes da aprovação da presente lei.

Este artigo cumpre a Recomendação 10 do GAFI, o artigo 7.º n.º 1, al. a) da Convenção de Palermo e os artigos 14.º, n.º 1, al. a) e 52.º da Convenção de Mérida e refere-se ao CSC/KYC – Conheça o Seu Cliente/ Know Your Customer.

É através do conhecimento do seu cliente, do seu perfil, que as entidades financeiras e não financeiras podem verificar se uma determinada operação é suspeita e, assim, informar as autoridades.

O conhecimento do perfil do cliente, o saber qual é a sua fonte de rendimento, eventuais negócios que possua, vai permitir às entidades financeiras e não financeiras perceber e detectar mais facilmente eventuais operações suspeitas.

Sempre que alguém vai abrir uma conta bancária tem que fornecer a sua identificação. Ao ser aberta uma conta, estabelece-se uma relação de negócio que se prevê duradoura e estável.

Porém, pode suceder verificar-se apenas uma «transacção ocasional», que é qualquer transacção efectuada pelas entidades financeiras e não financeiras fora do âmbito de uma relação de negócio já estabelecida.

Ora, no caso de **transacções ocasionais, em que o risco aumenta** pois as entidades sujeitas (financeiras e não financeiras) não conhecem o cliente (ocasional), sempre que o montante for superior a 10.000,00 dólares, aquelas entidades devem saber exactamente por quem e a favor de quem é que é feita aquela transacção a fim de

prevenir e combater, se for caso disso, o branqueamento de capitais. Porque estas informações sobre a identificação ficam registadas e algumas vezes são mesmo comunicadas às autoridades ou por estas solicitadas.

Note-se que aquele montante de 10.000,00 tanto se refere a uma como a várias transacções.

Já vimos que numa das fases do branqueamento de capitais, conhecida como Circulação ou Acumulação (usa-se também esta designação porque há uma acumulação de operações para dificultar a ligação do produto do crime à sua origem criminosa), é muitas vezes utilizado o esquema que consiste em efectuar de transferências de valores não muito elevados para tentar enganar as autoridades.

Para prevenir essa situação, a lei abrange também as diversas transacções em montantes mais pequenos.

É também muito importante saber por que alguém abre uma conta bancária; se é para ser feito o depósito do seu vencimento e, nesse caso, qual é a sua actividade profissional, se é empresário, se é comerciante, etc.

Os números 3, al.s c) e d), 4, 5 e 6 contêm regras relativamente à necessidade de saber quem é o beneficiário efectivo, nomeadamente saber se se trata de uma pessoa politicamente exposta.

Pessoa politicamente exposta (PEP na terminologia anglo-saxónica, politically exposed person) vem definida no artigo 1.º alínea f): *peçoas singulares que desempenham, ou desempenhavam até há uma ano, altos cargos de natureza política ou pública, bem como os membros da sua família e pessoas que reconhecidamente tenham com elas estreitas relações de natureza societária ou comercial.*

A alínea f) contém nas sub-alíneas i) a viii), definições do que se deve considerar *altos cargos de natureza política ou pública e membros próximos da família.*

Por causa das proeminentes posições que ocupam, estas pessoas podem ser utilizadas para o cometimento do crime de branqueamento de capitais e de crimes subjacentes, como por exemplo, o crime de corrupção.

Por essa razão há que verificar quais as contas tituladas por PEPs e, como veremos mais adiante, ter relativamente a essas contas medidas adicionais de prevenção.

O número 7 refere-se à vigilância contínua da relação de negócio.

Com efeito, podem surgir alterações do perfil do cliente ou alteração nas características das operações e as entidades financeiras e não financeiras devem ter conhecimento delas.

Imagine-se que um empresário da construção civil, com elevados rendimentos fruto dessa sua actividade, deixou de a exercer e passou a dedicar-se ao tráfico de

estupefacientes. Ora, se o banco, por exemplo, onde ele tem conta bancária e através da qual realiza as suas operações financeiras, desconhece o abandono da actividade empresarial, nunca vai achar estranho os depósitos elevados que o empresário está efectuar e que são da venda de droga e, por isso, não comunicará qualquer suspeitas às autoridades.

E como é que as entidades financeiras e não financeiras actualizam o seu conhecimento dos clientes?

Muitas vezes através do pedido de novo comprovativo da fonte de rendimento, de tantos em tantos anos. Os clientes não gostam nada destas exigências dos bancos mas, elas não são mais que o cumprimento da exigência de conhecimento do cliente.

Repare-se que, muito embora o artigo 10.º se refira ao dever de identificação por parte das entidades referidas no artigo 3.º, que são as entidades financeiras e não financeiras, o n.º 9 faz uma referência específica às entidades não financeiras, indicando que só devem manter uma relação negocial quando possam cumprir os deveres de diligência referidos nos outros números.

Com efeito, enquanto as entidades financeiras, mormente os bancos, dispõem de mais meios para cumprir os diversos deveres de diligência, já para algumas entidades não financeiras pode ser difícil cumprir todas as exigências referidas. Então, se assim for, não devem iniciar ou manter uma relação negocial.

A violação do dever de identificação constitui contra-ordenação, prevista e punível pelo artigo 32.º, n.º 1, al. f).

Artigo 11.º **Deveres especiais de identificação**

1. As companhias de seguros, agentes e corretores que exerçam atividades na área de seguro devem identificar os seus clientes e verificar a sua identidade, nos termos estabelecidos no artigo anterior, sempre que o montante do prémio anual a ser pago ultrapasse 1.000,00 dólares norte-americanos, se o pagamento for realizado num só pagamento anual superior a 2.500,00 dólares norteamericanos ou, no caso de contratos de seguro de reforma celebrados em relação a um contrato de trabalho ou uma atividade profissional do segurado, quando tais contratos contenham uma cláusula de resgate e possam ser utilizados como garantia para um empréstimo.

2. Os casinos devem verificar a identidade dos clientes que efetuem transações de valor igual ou superior a 1.000,00 dólares norte-americanos, nos termos estabelecidos no artigo anterior.

3. Os negociantes em metais preciosos e em pedras preciosas devem identificar os seus clientes, nos termos estabelecidos no artigo anterior, sempre que recebam pagamentos em dinheiro em montante igual ou superior a 5.000,00 dólares norte-americanos.

4. Os agentes imobiliários e os corretores imobiliários devem identificar as partes, nos termos estabelecidos no artigo anterior, quando envolvidos em transações que respeitem à compra e venda e à compra para revenda de imobiliário.

5. As entidades referidas nos números anteriores devem sempre identificar os seus clientes e verificar a sua identidade quando existam fundadas suspeitas de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo.

Neste artigo, que segue de perto a Recomendação 22 do GAFI, estabelecem-se deveres especiais de identificação para as companhias de seguros, agentes e corretores da área de seguro, casinos, negociantes em metais preciosos e em pedras preciosas, agentes imobiliários e corretores imobiliários.

Artigo 12.º
**Programas internos de prevenção e combate ao branqueamento
de capitais e ao financiamento do terrorismo**

1. As entidades referidas no artigo 3.º devem promover e implementar programas destinados à prevenção e ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo no âmbito da política de contratação, da formação profissional contínua e da auditoria interna.

2. As entidades referidas no artigo 3.º designam um funcionário responsável por assegurar internamente o cumprimento das regras e procedimentos previstos na presente lei.

3. A autoridade de supervisão competente pode, através de regulamento, determinar a adoção pelas entidades referidas no artigo 3.º de medidas específicas adequadas ao risco de branqueamento de capitais considerando o volume de negócios, nos termos da lei.

O artigo 12.º respeita a Recomendação 18 segundo a qual deve ser exigida a implementação de programas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. É muito importante que as entidades financeiras e não financeiras tenham formação para que sejam capazes de dar cumprimento às Recomendações do GAFI e saberem detectar e prevenir a ocorrência de operações suspeitas.

Este artigo é praticamente igual ao 16.º. A única diferença é que este refere no n.º 2 a figura do funcionário responsável (“compliance officer”), como vem referido na nota interpretativa da recomendação 18.

Artigo 13.º
Deveres relativos a transferências eletrónicas

1. As instituições financeiras, cuja atividade inclua transferências eletrónicas, devem obter e verificar o nome completo, o número da conta, ou quando não exista, o número de referência que acompanha a transferência, e o domicílio, ou no caso de ausência do domicílio, o número nacional de identificação ou data e local de nascimento, incluindo, quando necessário, o nome da instituição financeira, do ordenante de tais transferências, sendo a informação incluída na mensagem ou formulário de pagamento que acompanha a transferência.

2. As instituições a que se refere o número anterior devem recolher toda a informação e transmiti-la, quando atuarem como intermediários numa cadeia de pagamentos.

3. O Banco Central pode emitir instruções no que diz respeito a transferências transfronteiriças, integradas num ficheiro único de transferências.

4. Os n.ºs 1 e 2 não se aplicam às transferências efetuadas através de cartão de débito ou de crédito sempre que o número do cartão de débito ou de crédito acompanhe a transferência, nem são aplicáveis a transferências entre instituições financeiras onde quer o ordenante quer o beneficiário sejam instituições financeiras atuando por conta própria.

5. Se as instituições a que se refere o n.º1 receberem dinheiro ou transferências de valores que não contenha informação completa do ordenante, devem tomar as medidas necessárias para obter e verificar essas informações junto da instituição que emitiu a ordem ou do beneficiário e, se estes não facultarem as mesmas, devem recusar a aceitação da transferência e enviar um relatório à UIF.

Este artigo, aplicável apenas às instituições financeiras, cumpre a Recomendação n.º 16. As transferências electrónicas são operações bancárias realizadas por iniciativa de um **ordenante** (um particular, uma empresa, etc.), realizadas através de uma instituição de crédito e destinadas a colocar quantias em dinheiro à disposição de um **beneficiário**³⁹.

No fundo, trata-se de uma ordem (que pode ser efectuada oralmente ou por escrito ou transmitida electronicamente) dirigida a uma instituição para que credite numa conta ou ponha à disposição de uma pessoa um montante em dinheiro.

Quem dá essa ordem chama-se ordenante e quem recebe os fundos, o seu destinatário final, é o beneficiário.

Dada a facilidade e a rapidez com que se efectuam estas transferências, elas tornam-se muito apetecíveis para os criminosos.

Há, por isso, que garantir que é conhecido todo o percurso desses fundos e que se sabe quem é o ordenante e o beneficiário efectivo e as disposições deste artigo fazem por garantir esse conhecimento.

Para os criminosos, a utilização do sistema bancário é muito importante e, muitas vezes, essencial à prossecução das suas actividades delituosas. Eles movimentam milhões e querem arranjar formas rápidas, seguras e eficazes de colocar os seus fundos onde bem entendem. Por seu turno, os diversos países devem dificultar-lhes essa tarefa.

Claro que os criminosos descobrirão, e já começam a fazê-lo, outras formas de fazerem circular os fundos ilícitos. Por isso, tem que existir da parte das autoridades uma constante modernização, tanto no conhecimento e compreensão dos novos métodos (as chamadas tipologias) usados pelos criminosos, como nos meios que podem ser usados para os combater.

Artigo 14.º **Controlo especial de certas transacções**

1. As entidades referidas no artigo 3.º estão obrigadas a um dever especial de controlo das transacções que envolvam montantes anormalmente elevados, não habituais ou sem origem económica e lícita aparente.

2. As entidades referidas no artigo 3.º estão obrigadas a um dever especial de controlo das relações negociais e transacções com pessoas singulares e coletivas ou centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica, com origem ou destino em países ou territórios provenientes de ou para países não sujeitos a supervisão eficaz e consolidada.

3. São sempre aplicáveis medidas acrescidas de diligência às operações efetuadas com pessoas politicamente expostas.

4. As entidades referidas no artigo 3.º devem manter registos da informação específica no que respeita às transacções referidas nos n.ºs 1, 2 e 3 e a identidade de todas as partes envolvidas, sendo o relatório mantido como especificado no artigo 15.º, que deve ser comunicado à UIF ou a outra entidade de supervisão competente, sempre que solicitado, nos termos da lei.

39. Cadernos do Banco de Portugal — <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Publicacoes/Intervencoes/Banco/CadernosdoBanco/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Transfer%20C3%AAncias%20a%20Cr%20C3%A9dito.pdf>

O artigo 14.º respeita as Recomendações 12 e 19 do GAFI — há situações que obrigam as entidades financeiras e não financeiras a medidas acrescidas de vigilância para clientes e actividades específicos e este artigo indica as situações em que as entidades financeiras e não financeiras estão obrigadas a um dever especial de controlo.

É fácil de perceber que as entidades financeiras e não financeiras devem estar atentas quando as transacções envolvem montantes anormalmente elevados, ou não habituais, ou sem origem económica lícita aparente.

Isso não significa que todas as transacções que envolvem muito dinheiro sejam suspeitas, pois existem inúmeras transacções de montantes muito elevados que estão plenamente justificadas, como será o caso de empresários em que, comprovadamente, a sua actividade rende e movimenta elevados proventos.

A circunstância de a relação comercial ou a transacção ocasional ser estabelecida com pessoas (singulares ou colectivas) ou com centros de interesses colectivos sem personalidade jurídica, com origem ou destino em países ou territórios provenientes de ou para países não sujeitos a supervisão eficaz e consolidada, aumenta o risco de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo, pois os criminosos escolhem territórios e países com sistema fracos na prevenção e combate destas actividades ilícitas.

Por essa razão as entidades financeiras e não financeiras devem ter um cuidado acrescido com estes casos.

Como anteriormente se referiu, as pessoas politicamente expostas podem ser utilizadas para o cometimento do crime de branqueamento de capitais e de crimes subjacentes, como por exemplo, o crime de corrupção. É, pois, natural que as suas contas sejam alvo de um especial controlo.

A falta de aplicação de medidas de controlo, quer as indicadas neste artigo como as que constam, por exemplo, no artigo 10.º, constitui contra-ordenação prevista e punível pelo artigo 32.º, n.º 1, al. g).

Destas transacções devem ser mantidos registos que comportarão diversas informações. Estes registos devem respeitar o artigo 15º que trata especificamente do arquivo de registos.

Estes registos são comunicados à UIF ou a outra entidade de supervisão sempre que solicitado. Este dever de informação volta a surgir nos artigos 15.º, n.º 1, 21.º, 22.º, e a sua violação constitui contra-ordenação prevista e punível pelo artigo 32.º, n.º 1, als. h) e i).

Artigo 15.º **Arquivo de registos**

1. As entidades referidas no artigo 3.º mantêm arquivos que contenham, num sistema adequado de registo, disponível para consulta pela UIF ou outra entidade competente, as seguintes informações:

a) Cópias dos documentos de identificação dos clientes, proprietários ou representantes dos beneficiários efetivos, obtidas nos termos das disposições do presente capítulo, fichas das contas e correspondência pelo período de, pelo menos, cinco anos após a relação comercial terminar;

b) Informação obtida nos termos das disposições do presente capítulo, que possibilite a reconstrução das transações efetuadas pelos clientes e os relatórios escritos elaborados nos termos do artigo anterior, pelo período de pelo menos cinco anos após a realização da transação;

c) Arquivos de todos os relatórios enviados à UIF, pelo período de pelo menos cinco anos contados da data do envio do relatório;

d) Uma cópia do retorno de informação fornecido pela UIF em resposta aos relatórios sobre transações suspeitas durante cinco anos a contar do recebimento dessa informação.

2. A autoridade de supervisão competente pode, através de regulamentos ou ordens internas, determinar o tipo e extensão das medidas a ser tomadas para cumprimento das obrigações estabelecidas no presente artigo pelas instituições financeiras, tendo em consideração o risco de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo e o volume de negócios.

O artigo 15.º respeita a Recomendação 11 — o arquivo de diversa documentação deve ser mantido pelo período de, pelo menos, cinco anos (cinco anos a contar de determinados factos conforme resulta das diversas alíneas).

As informações constantes desses documentos destinam-se a poder vir a ser utilizadas pelas autoridades caso elas precisem, e podem vir a ser muito úteis em investigações financeiras.

Como vem referido na Recomendação 11 do GAFI, “Estes documentos deveriam ser suficientes para permitir reconstituir as transações individuais de modo a fornecerem, se necessário, provas em processos de natureza criminal”.

Artigo 16.º

Prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo nas entidades financeiras e não financeiras

1. As entidades referidas no artigo 3.º desenvolvem programas destinados à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que incluam:

a) Diretrizes, procedimentos e controlos internos, incluindo dispositivos apropriados para verificar o seu cumprimento e procedimentos adequados para assegurar critérios exigentes de contratação de empregados;

b) Formação contínua para chefias e empregados de forma a melhorar a identificação de transações e ações que possam estar ligadas ao branqueamento de capitais ou ao financiamento do terrorismo e a instruí-los quanto aos procedimentos a adotar em tais casos;

c) Regulamentos de auditoria interna para verificar a conformidade e adequação dos programas internos com as medidas estabelecidas na lei.

2. A autoridade de supervisão competente pode emitir orientações relativas ao tipo e extensão das medidas adequadas ao cumprimento das disposições do presente artigo, tendo em consideração o risco de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.

Como dissemos atrás, este artigo repete alguma da matéria disciplinada no artigo 12.º.

Artigo 17.º

Cumprimento das obrigações por subsidiárias e filiais

1. As instituições financeiras devem requerer que as suas subsidiárias e filiais no estrangeiro cumpram o disposto nos artigos 10.º a 16.º, na medida em que as leis e regulamentos locais o permitam.

2. Se as leis e os regulamentos locais não permitirem o cumprimento do previsto no número anterior, as entidades financeiras devem informar as autoridades de supervisão competentes.

Este artigo traduz algumas das orientações da Recomendação 18 do GAFI, que se refere aos controlos internos (políticas, procedimentos, formação de empregados) e sucursais e filiais no estrangeiro.

Com efeito, as instituições financeiras devem cumprir programas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo não só no país de origem mas, também, nos países onde abrem sucursais⁴⁰ e filiais.

Pode, porém, suceder que no país onde é aberta a sucursal ou filial as leis e regulamentos não permitam o cumprimento das obrigações para combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Nesse caso, devem informar as autoridades de supervisão competentes; estas serão, parece-nos, as do país de origem, as quais decidirão se devem ser aplicadas medidas adicionais adequadas para gerir os riscos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo ou, mesmo, se devem cessar a sua actividade no país de acolhimento.

Pode pensar-se que às instituições financeiras pode não interessar tomar algumas destas medidas pois podem perder clientela. Porém, muito embora as instituições financeiras tenham todas as vantagens em aumentar o seu volume de negócios, é-lhes muito importante a criação e manutenção de credibilidade. Caso contrário podem perder os clientes honestos, cujos negócios inspiram confiança. O volume de negócios trazido por criminosos é efémero e, de um dia para o outro, os milhões existentes podem ser mudados para *outras paragens*.

Artigo 18.º **Casinos**

Os casinos apenas podem operar depois de devidamente licenciados pela autoridade competente, nos termos da lei.

Este artigo cumpre a Recomendação 28 al. a) do GAFI que refere:

28. Regulação e supervisão das atividades e profissões não financeiras designadas*

As atividades e profissões não financeiras designadas deveriam ser sujeitas a medidas de regulação e de supervisão, nos seguintes termos:

a) Os casinos deveriam ser sujeitos a um regime completo de regulação e de fiscalização, destinado a assegurar que aplicam efetivamente as medidas ABC/CFT. Pelo menos:

- os casinos deveriam ser objeto de prévio licenciamento;*
- as autoridades competentes deveriam adotar as medidas necessárias, legislativas ou regulamentares, para evitar que os agentes do crime ou os seus cúmplices sejam titulares ou beneficiários efetivos de participações de controlo ou de participações significativas em casinos ou neles ocupem funções de direção ou de exploração; e*
- as autoridades competentes deveriam assegurar que os casinos sejam objeto de uma fiscalização efetiva quanto ao cumprimento das suas obrigações.*

40. Ver a nota interpretativa à Recomendação 18 do GAFI.

Ainda não existem casinos em Timor-Leste. A sua eventual criação exigirá regulamentos específicos.

O decreto-lei n.º 6/2009, de 15 de Janeiro, que estabelece o regulamento dos jogos recreativos e sociais, exclui do seu âmbito de aplicação a exploração de casinos e de jogos de máquinas de diversão, do tipo das *slot machines*, bem como de jogos em salas de jogo, com prémios em fichas ou em moedas (ver o artigo 1.º, n.º 2 desse diploma).

Se vierem a ser criados casinos, poderá haver necessidade de, relativamente a deveres para prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, estabelecer outros para além do já indicado no artigo 11º, n.º 2 (dever de identificação).

Artigo 19.º
Organizações sem fins lucrativos

Qualquer organização sem fins lucrativos que recolha, receba, conceda ou transfira fundos como parte da sua atividade fica sujeita à supervisão do Ministério das Finanças, que pode aprovar regulamentos para assegurar que estas organizações não sejam de qualquer forma utilizadas para fins de branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo.

As organizações sem fins lucrativos (habitualmente designadas por ONG — organizações não governamentais) são muitas vezes abusivamente utilizadas, nem tanto para o branqueamento, mas até mais para o financiamento do terrorismo. Isso deve-se ao facto de se encontrarem espalhadas por diversas partes do mundo e receberem dinheiro de muitas entidades.

Assim, o seu registo e a obrigatoriedade de possuírem e conservarem documentos relativos, nomeadamente, aos seus doadores, é uma forma de evitar a sua utilização abusiva.

CAPÍTULO III — DETECÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITALS E DO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

CAPÍTULO III

Deteção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo

SECÇÃO I

Funções e deveres da UIF

Artigo 20.º

Confidencialidade

1. Todos os funcionários e agentes da UIF estão sujeitos a um especial dever de confidencialidade em relação a qualquer informação obtida no âmbito ou por causa das suas funções, mesmo depois da cessação dessas funções, só podendo tal informação ser usada para os fins previstos na presente lei.

2. A violação do disposto no número anterior gera responsabilidade disciplinar e criminal, nos termos da lei.

Como já observámos, a UIF tem a competência de receber, analisar e difundir informação suspeita de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (artigo 6.º).

Além de receber informação das entidades sujeitas às disposições da Lei n.º 17/2011 (entidades financeiras e não financeiras) a UIF ainda pode, como veremos na análise ao artigo 21.º, solicitar informações a outras entidades.

Este tipo de informações são habitualmente de carácter reservado, sigiloso, e só a necessidade de um combate eficaz à criminalidade organizada levou o legislador a preterir o sigilo profissional, nomeadamente, o bancário. Como também veremos mais adiante na análise ao artigo 35.º-B, a quebra do segredo profissional verifica-se relativamente a determinados crimes.

Considerando que se trata de informação sigilosa e também para garantir às diversas entidades confiança na UIF, este artigo fala no especial dever de confidencialidade. A violação desse dever gera responsabilidades disciplinar e criminal.

O pessoal da UIF que, fora dos fins previstos na lei 17/2011, fizer uso da informação obtida no âmbito das suas funções, cometerá o crime de violação de segredo, previsto e punido pelo artigo 184.º do código penal.

Na nota interpretativa à Recomendação 29 que trata da Unidade de Informação Financeira, e no ponto D, relativo à segurança das informações e confidencialidade pode ler-se: *A UIF deveria assegurar que o seu pessoal dispõe das autorizações de acesso necessárias e que compreende as suas responsabilidades no tratamento e disseminação de informações sensíveis e confidenciais.*

Artigo 21.º

Acesso à informação

1. A UIF pode solicitar a qualquer entidade ou pessoa sujeita à obrigação de informar, nos termos do artigo 22.º, qualquer informação adicional que julgue necessária à realização das suas funções.

2. A UIF pode aceder a informação em local que pertença ou esteja sob a custódia das entidades referidas

no artigo 3.º, que seja necessária para a realização das suas funções, mediante prévia autorização judicial, nos termos previstos na legislação processual penal.

3. A aplicação dos n.ºs 1 e 2 encontra-se sujeita às restrições constantes do n.º 2 do artigo 23.º.

4. A UIF pode ainda solicitar qualquer informação adicional que julgue útil para a realização das suas funções,

a) Às autoridades policiais;

b) Às autoridades de supervisão;

c) A outros serviços do Estado;

d) Nos termos das disposições aplicáveis, às autoridades judiciárias.

Este artigo contempla as orientações do GAFI contidas na Recomendação 30, nomeadamente no ponto C da respectiva nota interpretativa.

Para além daquelas informações que as entidades financeiras e não financeiras estão obrigadas a comunicar à UIF, esta pode solicitar-lhes informações adicionais que considere necessárias. Por essa razão é muito importante que as entidades financeiras e não financeiras tenham diversa documentação em arquivo, como observámos na análise ao artigo 15.º. O não cumprimento dessa solicitação constitui a infracção prevista no artigo 32.º, n.º 1, al. h).

E, caso se mostre necessário, a UIF pode ter acesso à informação na posse das entidades referidas no artigo 3.º, ainda que tenha que ir buscá-la onde ela esteja guardada; deverá, no entanto, obter prévia autorização judicial.

Como veremos na análise do artigo 23.º, os advogados também devem efectuar comunicações à UIF, mas dispensa-se essa obrigação nos casos indicados no n.º 2 desse artigo. Ora, o n. 3 deste artigo 21º reafirma essa dispensa de obrigação. Nesses casos a UIF não tem acesso às informações.

Mas não são só as entidades financeiras e não financeiras referidas no artigo 3.º que devem prestar informação à UIF. Também as polícias, autoridades de supervisão, outros serviços do Estado e as autoridades judiciárias devem colaborar com a UIF, prestando a informação que ela lhes solicitar.

Só com acesso a diversas fontes de informação pode a UIF prestar o serviço que se pretende. No entanto, é facilmente compreensível que não só a confidencialidade das informações como a competência para a análise cruzada delas exigem que a UIF seja composta por pessoal altamente qualificado e que possua equipas multidisciplinares.

Artigo 22.º

Violação da obrigação de informar

As autoridades de supervisão competentes são informadas pela UIF do não cumprimento pelas entidades referidas no artigo 3.º das obrigações previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º.

Aqui importa saber quem são as entidades de supervisão.

Sabemos que as organizações sem fins lucrativos ficam sujeitas à supervisão do Ministério das Finanças pois é o artigo 19.º que o diz.

As entidades financeiras estarão sob a supervisão do Banco Central.

As seguradoras (ver artigo 11.º) são supervisionadas pela Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste, de acordo com a lei 6/2005.

E os advogados? Pensamos que estarão sob a supervisão do Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia (ver lei 1/2013, de 13 de Fevereiro).

SECÇÃO II **Transações suspeitas**

Artigo 23.º **Dever de comunicação**

1. Existindo fundadas suspeitas de que certos fundos ou bens são produto de atividades criminosas, ou estão relacionados ou que vão ser utilizados para o financiamento do terrorismo, ou tenham conhecimento de um facto ou de uma atividade que possa indiciar a prática do crime de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo, as entidades referidas no artigo 3.º devem comunicá-lo de imediato à UIF, mediante relatório, nos termos do artigo 25.º, ainda que se trate de tentativa de realização de uma transação.

2. Nas situações previstas na alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º, os advogados não ficam obrigados ao dever de comunicação quando as informações forem obtidas no contexto da avaliação da situação jurídica do cliente, no âmbito da consulta jurídica, no exercício da sua missão de defesa ou representação do cliente num processo judicial ou a respeito de um processo judicial, incluindo o aconselhamento relativo à maneira de propor ou evitar um processo, bem como as informações que sejam obtidas antes, durante ou depois do processo.

3. Os comerciantes de pedras e metais preciosos devem informar a UIF sobre transações suspeitas de valor igual ou superior a 10.000,00 dólares norte-americanos.

4. As agências imobiliárias e os corretores imobiliários devem informar a UIF de operações suspeitas quando envolvidos em transações de compra e venda e à compra para revenda em nome de um cliente.

Este artigo diz respeito ao importantíssimo dever de comunicação de transações ou operações suspeitas. Trata-se de um dever fundamental para a eficácia do regime de prevenção e de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Assim, se uma das entidades referidas no artigo 3.º suspeitar que certos fundos ou bens (independentemente do seu valor) são provenientes ou estão relacionados com uma daquelas actividades criminosas, deve comunicar esse facto à UIF. Enquanto não houver UIF, é ao Banco Central que se fazem essas comunicações.

As Recomendações 20 e 23 do GAFI referem-se às comunicações das operações suspeitas. A primeira, relativamente às entidades financeiras e a segunda, relativamente às actividades e profissões não financeira designadas.

Este artigo 23.º, n.º 1, obriga as entidades (financeiras e não financeiras) referidas no artigo 3.º, a comunicarem à UIF uma transacção que indicie a prática do crime de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo.

Quando analisámos o artigo 3.º, concluímos que os advogados estavam incluídos na alínea b) do n.º 2 desse artigo.

Com efeito, como já referido, muitas vezes os advogados intervêm ou assistem clientes seus em operações financeiras ou imobiliárias. Nessas situações os advogados são considerados entidades sujeitas aos deveres desta lei.

Não obstante, como nos diz o n.º 2 deste artigo, os advogados ficam desobrigados do dever de comunicação quando as informações forem obtidas no contexto da avaliação da situação jurídica do cliente, no âmbito da consulta jurídica, no exercício da sua missão de defesa ou representação do cliente num processo judicial, incluindo o aconselhamento relativo à maneira de propor ou evitar um processo, bem como as informações que sejam obtidas antes, durante ou depois do processo.

Parece-me no entanto difícil que uma situação em que o advogado intervenha ou assista em operações financeiras ou imobiliárias possa enquadrar-se no âmbito das situações indicadas no n.º 2 deste artigo. Dito de outro modo, se no âmbito da defesa ou representação do cliente num processo judicial, o advogado intervêm ou assiste em operações financeiras ou imobiliárias, pode arriscar-se a cometer, ele próprio, um crime de branqueamento de capitais, se aquela operação visar ocultar ou dissimular a origem criminosa do bem ou produto.

Os comerciantes de pedras e metais preciosos estão sujeitos a essa obrigação relativamente a transações suspeitas de valor igual ou superior a 10.000,00 dólares norte-americanos.

Também as agências imobiliárias e os corretores imobiliários estão sujeitos a essa obrigação, mas isso, parece-me, já decorria do n.º 1, por tais entidades se encontrarem englobadas no n.º 2, alínea b) do art.º 3º, ou seja, serem entidades sujeitas às obrigações da Lei 17/2011.

Artigo 23.º-A **Isenção de responsabilidade**

A prestação de informações de boa-fé sobre qualquer transação tida por suspeita pelas entidades referidas no artigo 3.º, no cumprimento dos deveres enumerados nos artigos 21.º, 23.º e 24.º, não implica, para quem as preste, responsabilidade de qualquer natureza, ainda que a suspeita se não confirme.

A Recomendação 21 do GAFI considera que as instituições financeiras, os seus administradores, dirigentes e funcionários deveriam ser eximidos, por lei, de responsabilidade criminal ou civil por quebra das regras de confidencialidade impostas por contrato ou por qualquer disposição legislativa, regulamentar ou administrativa quando comuniquem de boa-fé as suas suspeitas à UIF.

O artigo 23.º-A, abrange na isenção de responsabilidade não só as instituições financeiras mas também todas as outras entidades referidas no artigo 3.º.

Artigo 24.º
Suspensão de transações

1. As entidades referidas no artigo 3.º devem abster-se de realizar transações que suspeitem estar relacionadas com o branqueamento de capitais ou o financiamento do terrorismo, comunicando as suas suspeitas à UIF.

2. A UIF pode solicitar ao Ministério Público a suspensão da transação sempre que tal se justifique nos termos da lei, podendo, todavia, realizar-se a transação se a decisão de suspensão não for confirmada pelo juiz no prazo de dois dias úteis a contar da comunicação efetuada pela entidade sujeita.

3. Confirmada judicialmente, a suspensão da transação tem a duração máxima de 30 dias úteis contados da comunicação prevista no n.º1.

4. Nos casos em que não seja possível evitar a realização da transação referida no n.º1, as instituições financeiras comunicam à UIF aquela transação, bem como todas as informações sobre os ordenantes e beneficiários efetivos.

5. A suspensão das transações tidas por suspeitas, pelo período referido no n.º2, efetuada de boa-fé, não implica responsabilidade de qualquer natureza para as entidades referidas no artigo 3.º, ainda que a suspeita se não confirme.

Se as entidades financeiras e não financeiras suspeitarem que uma transacção pode estar relacionada com o branqueamento de capitais ou com o financiamento do terrorismo devem abster-se de realizar a transacção e de imediato comunicam à UIF (ao Banco Central enquanto a UIF não estiver criada e regulamentada).

A UIF, referindo as suspeitas e a sua razão, solicita ao Ministério Público que determine a suspensão da operação, que concordando, profere o respectivo despacho.

Evidentemente, ao receber a comunicação de uma operação suspeita ou o pedido de suspensão de uma operação, o Ministério Público abre inquérito pela eventual prática de um crime de branqueamento de capitais. O facto de ainda não se saber qual é o crime subjacente não significa que não se instaure o inquérito e que não se faça a investigação do crime de branqueamento de capitais. Com efeito, no decurso da investigação é que se irá apurar qual o crime subjacente e se houve branqueamento de capitais.

Depois de proferir o despacho a determinar a suspensão da operação⁴¹ o Ministério Público deve dar rápido conhecimento dessa decisão à UIF (ao Banco Central) ou mesmo à entidade que efectuou a comunicação e, de seguida, deve remeter os autos ao juiz para que ele aprecie e confirme, ou não, aquela decisão de suspensão.

Se o juiz não confirmar essa decisão, e deve fazê-lo no prazo de dois dias úteis a contar da comunicação que a entidade financeira fez à UIF, a operação pode realizar-se.

Daqui se vê que todos estes procedimentos devem ser muito rápidos.

Os serviços do Ministério Público e os Senhores Procuradores devem estar preparados para, nestas situações, actuarem com a máxima diligência. E nos serviços do Ministério Público o recebimento do expediente relacionado com esta matéria deve caber a secção ou funcionário especializados para o efeito.

41. No power point junto ao presente manual encontra-se um exemplo deste despacho num caso prático, nos slides 202 e 203.

Se o juiz confirmar a decisão de suspensão, ela tem a duração máxima de 30 dias úteis contados a partir da comunicação feita pela entidade à UIF.

Findos esses 30 dias, há que decidir se a operação se realiza ou se deve ser congelado ou apreendido o montante em causa. Continuando a existirem indícios da prática de crime e havendo ainda diligências de investigação por realizar, o Ministério Público deverá ponderar requerer ao juiz a apreensão dos valores.

É importante notar que, nos termos do n.º 5, a suspensão das transações, efectuada de boa-fé, não implica responsabilidade para as entidades referidas no artigo 3.º, mesmo que se venha a apurar que afinal a transação não estava relacionada nem com o branqueamento de capitais nem com o financiamento do terrorismo.

Se as entidades referidas no artigo 3.º não beneficiassem destas salvaguardas, certamente não comunicariam as transacções suspeitas, com receio de depois virem a ser responsabilizados caso as suspeitas não se confirmassem.

Artigo 25.º

Proibição de divulgação de informação confidencial

As entidades referidas no artigo 3.º, bem como os seus funcionários e agentes, não podem divulgar ou de qualquer forma facultar informação que tenham prestado ou se preparem para prestar à UIF, bem como informações sobre a investigação pela prática dos crimes de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Este artigo respeita a Recomendação 21 do GAFI.

As entidades financeiras e não financeiras não podem divulgar, nomeadamente ao cliente, que foi efectuada uma comunicação de operação suspeita, ou que foi dada qualquer informação às autoridades. Com efeito, se o fizessem podiam estragar uma investigação.

Artigo 26.º

Denúncia obrigatória

A UIF comunica à Procuradoria-Geral da República toda a informação relevante sempre que disponha de indícios da prática de crime, a fim de ser instaurado o procedimento adequado.

Anteriormente, na análise aos artigos 4.º, 5.º e 6.º, relativos à UIF, vimos através de um esquema muito simples como se processaria a recolha, análise e difusão de informação levada a cabo pela UIF.

Na última fase assinalada nesse esquema vimos que se a UIF concluir que pode ter sido praticado um crime, comunica esse facto à Procuradoria-Geral da República a fim de ser instaurado o competente procedimento criminal.

CAPÍTULO IV — SUPERVISÃO E REGIME SANCIONATÓRIO

CAPÍTULO IV **Supervisão e regime sancionatório**

SECÇÃO I **Autoridades de supervisão**

Artigo 27.º **Funções e competências**

1. As autoridades de supervisão competentes asseguram o cumprimento pelas instituições financeiras e atividades e profissões não financeiras dos requisitos estabelecidos no Capítulo II da presente lei.

2. Nos termos da presente lei, as autoridades de supervisão podem:

a) Adotar as medidas necessárias para estabelecer critérios adequados de idoneidade e reputação para a posse, controlo, ou participação, direta ou indireta, na administração, gestão ou atividades de uma instituição financeira ou de um casino;

b) Regular e supervisionar as instituições financeiras e casinos no cumprimento das obrigações referidas nos Capítulos II e III, podendo proceder a realização de auditorias no local;

c) Emitir instruções, diretrizes ou recomendações que garantam o cumprimento pelas instituições financeiras e atividades e profissões não financeiras das obrigações constantes dos Capítulos II e III;

d) Cooperar e partilhar informação com outras autoridades competentes, e facultar assistência em investigações e procedimentos ou processos judiciais relativos aos casos de branqueamento de capitais, crimes subjacentes e financiamento do terrorismo;

e) Assegurar que as instituições financeiras, as suas filiais e sucursais, que sejam detidas maioritariamente por estrangeiros, adotam e aplicam medidas adequadas ao cumprimento da presente lei;

f) Informar de imediato a UIF de quaisquer transações suspeitas ou factos que possam estar relacionados com obranqueamento de capitais ou o financiamento do terrorismo;

g) Promover a cooperação com as autoridades homólogas estrangeiras, nos termos da lei;

h) Manter estatísticas relativas às medidas adotadas e sanções impostas no âmbito do presente capítulo.

As Recomendações 26, 27 e 28 do GAFI referem-se a esta matéria.

A actuação das autoridades de supervisão (que em alguns casos será o BCTL — Banco Central de Timor-Leste — noutros o Ministério das Finanças ou até a própria UIF) é muito importante como forma de assegurar que as entidades sujeitas (financeiras e não financeiras) cumprem as determinações desta lei.

O n.º 2 deste artigo descreve as diversas acções que as autoridades de supervisão podem levar a cabo para alcançar aquele objectivo.

Artigo 28.º **Disposições especiais sobre remessas de dinheiro ou serviços de transferência de valores**

Qualquer pessoa ou entidade que pretenda ocupar-se, a título profissional, de serviços de remessa ou transferência de dinheiro ou valores deve solicitar a respetiva inscrição junto do Banco Central de Timor-Leste, que deve estabelecer as condições mínimas do exercício desta atividade.

Este artigo respeita a recomendação 14 do GAFI. Qualquer pessoa ou entidade que se ocupe a título profissional de serviços de remessa ou de transferência de fundos é considerada uma entidade financeira (ver artigo 3.º, n.º 1, al. f).

Artigo 29.º

Registo de outras atividades e profissões não financeiras

O exercício de atividade ou profissão não financeiras está sujeito a registo, nos termos da lei.

SECÇÃO II

Regime sancionatório

Artigo 30.º

Contraordenações

O incumprimento das obrigações ou deveres ou a inobservância dos procedimentos estabelecidos nos Capítulos II e III da presente lei constitui contraordenação.

Timor-Leste não possui um regime geral de contra-ordenações. No entanto, encontram-se diversas disposições legais que falam em contra-ordenações.

E o que são contra-ordenações? Como o nome indica, são comportamentos que vão contra ordens (administrativas). São infracções a disposições legais que, por não terem a gravidade que os crimes têm, são punidas com coimas.

O exemplo mais comum são as infracções ao código da estrada. Conduzir motorizada sem espelho retrovisor, ou conduzir em sentido proibido são contra-ordenações, são infracções ao Código da Estrada.

As coimas são sanções pecuniárias mas, não se chamam multas porque, apesar de consistirem igualmente num valor pecuniário, não contêm a reprovação de uma multa penal.

A qualificação de uma conduta como contra-ordenação é uma opção do legislador. O legislador é que decide se uma conduta é crime ou contra-ordenação.

Na Constituição da República Democrática de Timor-Leste não se encontra prevista a existência de contra-ordenações. Nomeadamente, nos artigos que definem as competências do Parlamento Nacional (artigos 95.º, 96.º, 97.º e 98.º) não é referida essa matéria.

Assim como não está previsto na Constituição, também não existe um regime geral das contra-ordenações. Ora, também para as contra-ordenações é necessário existir um regime processual. Com efeito, tem que estar assegurado o direito de defesa daqueles a quem são imputados os factos susceptíveis de constituírem uma contra-ordenação. Aliás, o n.º 4 do artigo 32.º refere o direito ao contraditório e à defesa.

Evidentemente que, subsidiariamente, pode ser aplicado o processo penal, mas há especificidades que implicam um regime próprio; Por exemplo, é necessário saber se a punibilidade é a título de dolo e negligência, como se determina a medida da coima,

como é regulado o concurso de infracções, a prescrição, quer do procedimento, quer da coima, a iniciativa e a instrução do processo, o direito de audição do infractor, prazos para a decisão, a notificação e o recurso.

Quer isto dizer que para a existência das contra-ordenações, para se poderem aplicar coimas, deveria verificar-se primeiro a sua previsão no texto constitucional e depois a criação de um regime geral.

Não existindo um regime geral de contra-ordenações, isso implicará que cada diploma que preveja a aplicação de uma coima para a violação de uma regra de conduta, tenha que conter diversas regras sobre todos os aspectos materiais e processuais do respectivo regime.

Assim, para a aplicação das contra-ordenações previstas na lei n.º 17/2011, terá que ser estabelecido o respectivo regime.

Artigo 31.º **Sanções administrativas**

1. As contraordenações previstas no artigo anterior são punidas com coima entre 5.000,00 e 500.000,00 dólares norte-americanos.

2. A lei define a competência para a instauração e instrução do processo contraordenacional, bem como para a aplicação de coimas, às entidades referidas no artigo 3.º.

3. A infração das obrigações estabelecidas nos Capítulos II e III da presente lei pelas entidades referidas no artigo 3.º pode dar lugar à aplicação pela autoridade competente de uma ou várias das seguintes sanções acessórias:

a) Advertência escrita;

b) Ordenar o cumprimento de instruções específicas;

c) Ordenar a apresentação de relatórios regulares sobre as medidas que estão a ser aplicadas;

d) Proibir o exercício de funções profissionais por um período de 6 meses a 3 anos;

e) Substituir ou restringir os poderes de gerentes, diretores ou proprietários em controlo, incluindo a nomeação de um administrador ad hoc, por um período de 6 meses a 3 anos;

f) Suspender, restringir ou retirar a licença e proibir a continuação da atividade ou profissão por um período de 6 meses a 3 anos.

4. As sanções que proibam, total ou parcialmente, os gerentes ou administradores de uma pessoa coletiva de realizarem negócios nos termos do n.º3, bem como o levantamento de tais proibições, são comunicadas pela autoridade competente à Direção Nacional de Registos e Notariado para efeitos de inscrição no registo comercial.

Artigo 32.º **Violação dos deveres por parte das entidades financeiras e não financeiras**

1. Comete uma infração, punível com coima entre 250,00 e 150.000,00 dólares norte-americanos, no caso de pessoas singulares, e entre 1.250,00 e 750.000,00 dólares norte-americanos, no caso das pessoas coletivas, quem com dolo ou negligência:

a) Não declarar moeda corrente ou instrumentos negociáveis ao portador em montante igual ou superior a 10.000,00 dólares norte-americanos ou o equivalente em moeda com curso legal ou que apresente uma declaração falsa;

b) Iniciar ou manter relações comerciais com entidades bancárias ou financeiras que se encontrem sediadas ou sejam filiais de entidades sediadas em país ou território não sujeito a supervisão eficaz e consolidada;

c) Iniciar ou manter relações comerciais com entidade financeira correspondente num país estrangeiro onde seja permitida a utilização das suas contas através de bancos de fachada;

d) Estabelecer em Timor-Leste um banco sem que no território nacional mantenha presença física e que não seja filial de um grupo financeiro regulado;

e) Não manter informação adequada, precisa e atual sobre o beneficiário efetivo e a estrutura de controlo das pessoas coletivas e centros de interesses coletivos sem personalidade jurídica nos termos da presente lei;

f) Não exigir a identificação dos clientes e não aplicar medidas adequadas de gestão de risco tal como estabelecido nos termos da presente lei;

g) Não adotar as medidas de controlo e não manter os registos previstos na presente lei;

h) Não facultar o acesso à informação ou aos registos de forma oportuna quando o mesmo seja solicitado pela autoridade competente, nos termos da lei;

i) Não submeter relatórios à UIF nos termos do previsto no artigo 23.º;

j) Não recusar a realização de uma transação quando tal seja exigido nos termos do artigo 24.º;

k) Divulgar a um cliente ou a terceira pessoa a informação referida no artigo 25.º.

2. Às pessoas singulares que violem um dos deveres descritos no número anterior pode ainda ser aplicada a sanção acessória de proibição do exercício da atividade ou profissão por um período de 6 meses a 3 anos.

3. As sanções impostas pela violação dos n.ºs 1 e 2 não prejudicam a aplicação de outras sanções e de medidas previstas na lei.

4. A aplicação de qualquer das sanções previstas no n.º 1 depende de prévio processo de averiguações, garantindo-se o direito ao contraditório e à defesa.

CAPÍTULO V — REGIME ESPECIAL DE RECOLHA DE PROVA, QUEBRA DO SEGREDO PROFISSIONAL E PERDA DE BENS

CAPÍTULO V

Regime especial de recolha de prova, quebra do segredo profissional e perda de bens

Artigo 32.º-A

Âmbito de aplicação

1. O presente capítulo estabelece um regime especial de recolha de prova, quebra do segredo profissional e perda de bens a favor do Estado relativo aos crimes de:

- a) Tráfico de estupefacientes;*
- b) Organizações terroristas, terrorismo e financiamento do terrorismo;*
- c) Tráfico de armas;*
- d) Corrupção, peculato e participação económica em negócio;*
- e) Branqueamento de capitais;*
- f) Associação criminosa;*
- g) Contrabando;*
- h) Exploração sexual de terceiro e pornografia envolvendo menores;*
- i) Falsificação de moeda.*

2. O disposto na presente lei só é aplicável aos crimes previstos nas alíneas g) a i) do número anterior se o crime for praticado de forma organizada.

A partir deste capítulo a lei contém artigos com disposições muito importantes para a investigação criminal propriamente dita.

Na verdade, até ao artigo 32.º, a matéria respeitava aos deveres a que as entidades financeiras e não financeiras estavam obrigadas e sempre relativamente aos crimes de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo. A partir do artigo 32.º-A as normas visam o processo criminal e aplicam-se a mais crimes.

Como indica a epígrafe, estabelece-se aqui um regime especial de recolha de prova, quebra do segredo profissional e perda de bens.

Para combater a criminalidade grave, organizada ou complexa, o legislador considera que devem ser permitidos certos procedimentos, alguns deles não utilizados nas investigações da restante criminalidade.

Mas convém não esquecer que o código de processo penal também se aplica à criminalidade acima indicada. Só que em determinados aspectos os aplicadores da lei podem, e devem, fazer uso dos instrumentos que esta lei proporciona.

E este regime especial de recolha de prova, quebra do segredo profissional e perda de bens é aplicável aos crimes indicados nas alíneas do n.º 1. Porém, no caso das alíneas g),

h) e i) (crimes de contrabando, exploração sexual de terceiro e pornografia envolvendo menores) este regime especial só é aplicável se esses crimes forem cometidos de forma organizada.

Artigo 33.º
Intercepções e registos

1. Quando necessário para a investigação dos crimes indicados no artigo 32.º-A, e mediante despacho judicial, é admissível, por um período determinado:

a) O acesso a sistemas de computadores, redes informáticas, servidores e correio electrónico;

b) A colocação de comunicação sob vigilância, a sua intercepção e o registo e a transcrição de voz e imagem, por qualquer meio, sem o conhecimento e o consentimento do visado;

c) O controlo dos serviços postais e a abertura de encomenda ou correspondência.

2. É aplicável o disposto nos artigos 177.º a 180.º do Código de Processo Penal.

Para a investigação dos crimes indicados no n.º 1 do artigo 32.º-A a lei autoriza os procedimentos indicados nas alíneas a), b) e c). Determina, ainda que é aplicável o disposto nos artigos 177.º a 180.º do código de processo penal que se referem ao acesso e gravação de conversações e comunicações, discriminando quando são permitidos e qual o formalismo.

A alínea a) do artigo 33.º refere-se ao acesso a sistemas de computadores, redes informáticas, servidores e correio electrónico.

A alínea b) refere-se às escutas telefónicas, mas não só, porque utiliza a palavra comunicação, nela se incluindo qualquer tipo de comunicação, nomeadamente a telefónica e a electrónica.

Mas o artigo 180.º do código de processo penal já permitia o acesso e gravação das conversações e comunicações transmitidas por correio electrónico. Assim, conclui-se, qualquer tipo de comunicação é susceptível de ser interceptado e gravado.

Timor-Leste ainda não tem disponível, pelo menos para as investigações criminais, o equipamento técnico e pessoal de polícia preparado para o utilizar.

Para além da intercepção e gravação das comunicações telefónicas e electrónicas, esta alínea fala em registo e transcrição de voz e imagem. É mais um meio de obtenção de prova efectivado através da gravação da imagem e da voz dos visados.

Existem diversas situações em que este meio de obtenção prova pode ser muito útil à investigação. Imagine-se uma investigação do crime de corrupção em que se sabe que dois suspeitos se vão encontrar num restaurante para tratarem de algum assunto relacionado com aquele crime. Nessa previsão, pode requerer-se ao juiz autorização para gravação do registo de imagem e voz. Munido dessa autorização, o órgão de polícia criminal pode montar no referido local o equipamento necessário àquela gravação e assim obter elementos de prova.

Os artigos 33.º, 33.º-A e 33.º-B prevêm diversas técnicas especiais de investigação, que vêm previstas nas Convenções de Palermo e de Mérida, respectivamente, nos artigos 20.º e 50.º.

A interceptação das comunicações é uma técnica que permite à investigação saber quem são os vários co-autores de um crime, o grau de envolvimento de cada um nos factos em investigação, fornecendo informação em tempo real e facilitando, também, a detecção dos bens e produtos do crime. É uma técnica que pode ser utilizada juntamente com outras, nomeadamente, a dos agentes infiltrados, de que falaremos mais adiante.

É porque elas implicam uma intromissão na privacidade, atentando contra o princípio da inviolabilidade do domicílio e da correspondência (ver o artigo 37.º da CRDTL e o artigo 111.º do código de processo penal) que a sua autorização e execução devem cumprir apertados requisitos.

Desde logo, necessitam de ser ordenadas ou autorizadas por decisão judicial, e só podem ser utilizadas para crimes puníveis com pena de prisão de máximo superior a 3 anos⁴², quando se mostrar necessário para a investigação, quando for de presumir que essas técnicas vão permitir a descoberta da verdade.

Será o Ministério Público que, por sua iniciativa ou por sugestão do órgão de polícia criminal, requererá ao juiz a interceptação de uma comunicação. Ao fazê-lo, o magistrado do Ministério Público deve fundamentar esse pedido. Deve explicar, ainda que resumidamente, por que considera que se encontra indiciada a prática de um determinado crime e que a interceptação da comunicação é necessária para a investigação.

Deve, também, sugerir a indicação do período durante o qual deve decorrer a interceptação.

No código de processo penal, artigos 177.º a 180.º, não é exigível a determinação do período para a interceptação de conversações ou comunicações.

A lei 17/2011, porém, no n.º 1 deste artigo 33.º diz que as interceptações e registos são admissíveis por um período determinado. Não refere qual é esse período, devendo o mesmo ficar ao critério do juiz.

Há toda a vantagem em ser estabelecido um período determinado, pois isso levará a um controlo judicial mais apertado destes meios que, como acima se referiu, são uma intromissão na privacidade.

Deve, assim, o Ministério Público, como titular da acção penal (artigo 48.º, n.º 1, do código de processo penal), indicar logo no requerimento em que solicitar a interceptação de uma comunicação, qual o período que entende ser de aplicar. Ponderando as razões relativas ao direito fundamental que é o respeito pela privacidade de cada um, por um lado, e as relativas à necessidade da descoberta da verdade que só se obtém com uma investigação eficaz, por outro, o prazo poderá variar entre 60 a 90 dias.

42. E ainda para os crimes indicados na al. b) do n.º 1, do código de processo penal.

Evidentemente, se findo esse prazo, a interceptação da comunicação se continuar a revelar necessária à investigação, o prazo poderá ser prorrogado.

O artigo 178.º do código de processo penal dispõe sobre o formalismo relativo à interceptação e gravação das conversações ou comunicações. Segundo esse artigo, deve ser lavrado auto, do modo, tempo e lugar em que foram realizadas, o qual juntamente com os suportes das gravações deve ser presente ao juiz.

Sendo estas interceptações realizadas pelo órgão de polícia criminal, ele apresentará todos estes elementos ao Ministério Público, e o magistrado titular do inquérito determinará a apresentação ao juiz.

O n.º 2 do artigo 178.º diz que o juiz procede à análise dos elementos recolhidos (devendo, pois, tomar conhecimento do conteúdo das gravações) e, se os considerar relevantes para a prova, ordena a junção aos autos, caso contrário determinará a destruição dos mesmos.

Para a consideração da relevância dos elementos recolhidos parece-me essencial que o magistrado do Ministério Público, como titular da acção penal, os analise e sobre eles se pronuncie antes de os apresentar ao juiz.

Quando considerar que os elementos recolhidos não são relevantes para a prova o juiz determinará a sua destruição. Como a lei não indica quando deve ser ordenada essa destruição, a cautela deve fazer com que só no final do processo se proceda a essa destruição.

Com efeito, pode o juiz considerar que não é relevante para a investigação, mas pode o arguido entender que determinada conversa já apagada tinha interesse para a sua defesa e vir alegar isso em julgamento e, eventualmente, em sede de recurso. Assim, para evitar situações deste tipo, a destruição deve ocorrer no fim do processo.

Por fim existe a possibilidade de controlo dos serviços postais e a abertura de encomenda ou correspondência, conforme determina a al. c).

Artigo 33.º-A **Buscas e apreensões**

1. Mediante despacho da autoridade judiciária, são permitidas as visitas e as buscas, a qualquer hora, aos locais onde recaiam suspeitas de existirem bens a serem branqueados ou a serem utilizados no financiamento do terrorismo, bem como a apreensão dos mesmos.

2. As buscas domiciliárias regem-se pelo disposto no Código de Processo Penal.

Na lei timorense e sobre esta matéria das buscas e apreensões regem as seguintes disposições:

Este artigo 33.º-A, os artigos 168.º a 172.º do código de processo penal e os artigos 4.º, 5.º e 6.º do decreto-lei n.º 4/2006, de 1 de Março, que contém os regimes especiais no âmbito processual penal para casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada.

Analisemos as buscas.

Nos termos deste artigo 33.º-A, as buscas são permitidas mediante despacho da autoridade judiciária. Por autoridade judiciária entende-se o juiz e o Ministério Público (ver artigo 1º, al. b) do código de processo penal), pelo que, se conclui que, no caso dos crimes indicados no artigo 32.º-A, o Ministério Público pode determinar a realização de uma busca, por exemplo, a uma loja.

Porém, de acordo com o n.º 2 deste artigo, as buscas domiciliárias regem-se pelo disposto no código de processo penal; e de acordo com o código de processo penal as buscas devem ser autorizadas pelo juiz (ver artigo 169.º, n.º 1).

Assim, as buscas domiciliárias só podem ser efectuadas entre as 6h e as 20h (ver artigo 170º e a excepção do período de tempo referida no artigo 171.º, n.º 2 do código de processo penal) e têm que ser autorizadas pelo juiz, como impõe o referido artigo 169º do código de processo penal.

Da comparação entre o regime das buscas e apreensões que consta do código de processo penal e o estabelecido na Lei n.º 17/2011, resulta que ele é diferente consoante se trate da criminalidade comum ou dos crimes indicados no art.º 32.º-A da Lei n.º 17/2011.

Mas atenção!

As buscas domiciliárias devem ser autorizadas pelo Juiz → artigo 169.º, n.º 1, do CPP e n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei 17/2011.

Haverá alguma excepção? Como acima referi, existe também o regime previsto no decreto-lei n.º 4/2006.

DECRETO-LEI N.º 4/2006
de 1 de Março

REGIMES ESPECIAIS NO ÂMBITO PROCESSUAL PENAL
PARA CASOS DE TERRORISMO, CRIMINALIDADE VIOLENTA
OU ALTAMENTE ORGANIZADA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º
Objecto

O presente diploma tem como objecto a definição de regimes especiais no âmbito processual penal para a dispensa de autorização judicial prévia nos casos de buscas domiciliárias, revistas, apreensões e detenções fora de flagrante delito, assim como a previsão de um regime especial de controle das comunicações, nos casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada.

Decorre deste artigo que nos casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada podem realizar-se buscas domiciliárias, revistas, apreensões e detenções fora de flagrante delito sem necessidade de autorização judicial prévia.

E o que se deve entender por criminalidade violenta ou altamente organizada (para o terrorismo temos a definição nas disposições legais que prevêm e punem esse crime — artigos 131.º, 132.º e 133.º do código penal)?

É o artigo 2.º do decreto-lei n.º 4/2006 que define a criminalidade que deve ser considerada violenta ou altamente organizada.

Artigo 2.º
Definição legal

Para efeitos do disposto no presente diploma apenas podem considerar-se como casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada as condutas que:

- a) Integrem os crimes de terrorismo, organização terrorista ou associação criminosa;*
- b) Dolosamente se dirigirem contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a oito anos;*
- c) Integrem os crimes de tráfico de estupefacientes de maior gravidade, corrupção, activa ou passiva, abuso de poder, peculato, branqueamento de capitais, enriquecimento ilegítimo, tráfico de pessoas ou tráfico de armas, desde que o crime seja praticado de forma organizada; ou*
- d) Integrem os crimes de alteração do Estado de Direito, coacção contra órgãos constitucionais, serviço ou colaboração com forças armadas inimigas, sabotagem contra a defesa nacional, violação de segredo de Estado ou infidelidade diplomática, desde que o crime seja praticado de forma violenta ou organizada.*

Artigo 4.º
Buscas domiciliárias

1. O Ministério Público pode também ordenar buscas domiciliárias nos casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, quando haja fundados indícios da prática iminente de crime que ponha em risco a vida ou a integridade de qualquer pessoa.

2. Nos casos a que se refere o número anterior, sob pena de nulidade, a realização da diligência é imediatamente comunicada ao juiz competente e por este apreciada em ordem à sua validação.

Assim, nos casos indicados no artigo 2.º deste decreto-lei, o Ministério Público pode ordenar buscas domiciliárias, quando haja fundados indícios da prática iminente de crime que ponha em risco a vida ou integridade (física deve entender-se) de qualquer pessoa. Mas a realização da busca deve ser imediatamente comunicada ao juiz competente e por este validada, sob pena de nulidade.

Podemos ser levados a pensar que, embora entre aqueles crimes indicados no artigo 2.º seja feita referência aos crimes de corrupção, abuso de poder, peculato, branqueamento de capitais, enriquecimento ilegítimo (que não é crime na legislação timorense), não faz sentido falar em busca domiciliária ordenada pelo Ministério Público, relativamente a esses crimes, porque não haverá *indícios da prática iminente de crime que ponha em risco a vida ou a integridade de qualquer pessoa*, como é exigido pelo artigo 4.º.

No entanto, pode muito bem suceder uma situação dessas.

Vamos supor que uma pessoa (X) tem conhecimento e provas de um crime de corrupção envolvendo muito dinheiro e um grupo de altas individualidades. Ele decide

dar conhecimento desse facto à polícia. O Ministério Público abre um inquérito pela prática do crime de corrupção.

Porém, a partir dessa data o X começou a ter diversos problemas porque os criminosos souberam da denúncia. O X foi raptado e conduzido para uma habitação onde ficou amarrado e vigiado por bandidos.

A polícia e o Ministério Público tiveram conhecimento destes acontecimentos e sabem que o X está fechado naquela habitação.

Pode o Ministério Público no inquérito ordenar a busca domiciliária?

O crime de corrupção faz parte da alínea c) do artigo 2.º → é considerado como criminalidade altamente organizada.

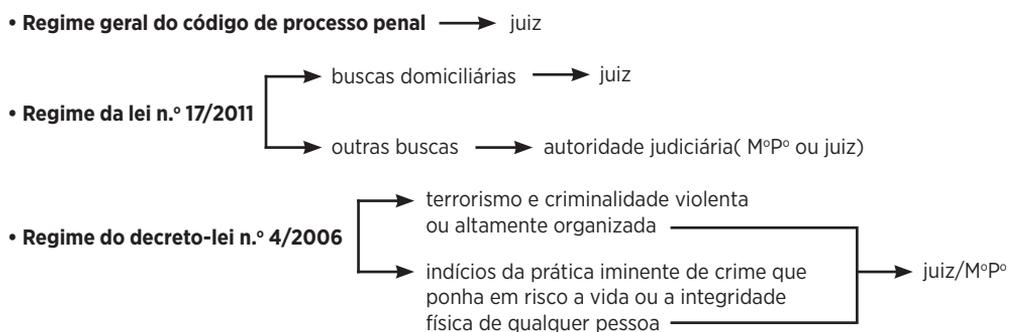
A integridade física, ou mesmo a vida, do X está em risco.

Ora, neste caso, ao abrigo do disposto nos artigos 1.º, 2.º e 4.º do decreto-lei n.º 4/2006, o Ministério Público poderia ordenar a realização da busca domiciliária.

Após a realização da busca o magistrado do Ministério Público teria que a comunicar ao juiz. Evidentemente que uma ordem do magistrado do Ministério Público para a realização de busca domiciliária só se compreende em caso de indisponibilidade de um juiz ou de urgência que não permita a eventual demora que possa levar a tramitação processual de um pedido de busca dirigido àquele. E no despacho, o Ministério Público tem que fazer constar as razões de facto ou de direito que fundamentam a sua decisão. Deve esclarecer se o crime indiciado é um dos indicados no artigo 2.º do decreto-lei e as razões por que se verifica perigo iminente para a vida ou integridade física de alguém e da necessidade da realização da busca para evitar o perigo.

Com efeito, trata-se de um acto decisório e estes actos devem ser sempre fundamentados conforme estipula o artigo 89.º, n.º 4 do código de processo penal.

Concluindo, temos **três regimes da competência para as buscas**:



Artigo 33.º-B
Agentes infiltrados

1. Na persecução criminal dos crimes referidos no artigo 32.º-A, são permitidos, sem prejuízo dos já previstos no Código de Processo Penal, os seguintes procedimentos de investigação dependentes de autorização expressa e discriminada da autoridade judiciária:

a) A infiltração de agentes policiais no circuito, com vista a obter provas, a localizar os bens e a dismantelar as estruturas criminosas dedicadas ao cometimento daqueles crimes, sendo que a conduta destes agentes não é punível desde que autorizada e compreendida dentro dos limites da autorização;

b) A não atuação sobre portadores de bens destinados aos crimes referidos no artigo 32.º-A, que se encontrem em território nacional, com a finalidade de identificar e responsabilizar o maior número de agentes integrados nas operações e impedir as mesmas, sendo que a autorização para não atuação só é possível desde que conhecidos o itinerário provável dos bens e a identificação do agente e mantidos a observação e acompanhamento policial.

2. A autorização do Ministério Público para a atuação de agente infiltrado é obrigatoriamente comunicada ao juiz, considerando-se a mesma validada se não for proferido despacho de recusa nas setenta e duas horas seguintes.

3. O órgão de polícia criminal fará o relato de cada intervenção do agente infiltrado ao Ministério Público no prazo máximo de quarenta e oito horas após o termo daquela.

4. A autoridade judiciária só ordenará a junção ao processo do relato a que se refere o número anterior se a reputar absolutamente indispensável em termos probatórios.

5. A apreciação da indispensabilidade pode ser remetida para o fim do inquérito.

6. Os procedimentos referidos nos números anteriores são regulamentados por decreto-lei.

Embora a epígrafe do artigo refira **agentes infiltrados**, este artigo contempla na alínea b) uma outra situação, que é a das **entregas controladas** ou vigiadas.

Estas técnicas especiais de investigação estão previstas nos artigos 20.º, n.ºs 1 e 4 e 50.º, n.ºs 1 e 4 das convenções de Palermo e de Mérida, respectivamente.

Mas como são técnicas que colidem com direitos fundamentais e, no caso dos **agentes infiltrados**, podem aproximar-se da figura do agente provocador, que não é permitida, a sua autorização e execução devem ser rodeadas de especiais cuidados.

Vamos analisar primeiro a questão dos agentes infiltrados e depois abordaremos as entregas controladas.

Trata este artigo 33.º-B das acções encobertas, as quais envolvem a infiltração de agente policial no seio de um grupo ou organização criminosa. A acção encoberta é uma técnica de investigação criminal habitualmente utilizada na investigação da criminalidade organizada, complexa, económica e financeira e violenta.

Dadas as suas características, apresenta diversos riscos, não só para o agente infiltrado como também para a investigação. Exige funcionários de polícia altamente treinados para o efeito, e todo um procedimento de apoio em recursos humanos e meios técnicos que tornam dispendiosa a sua realização.

Com efeito, para além do agente infiltrado, tem que haver pessoal de apoio, equipamento de controlo e outras despesas (o agente infiltrado pode ter que efectuar pagamentos, ter despesas de instalação, deslocação, etc).

Toda a operação deve ser previamente estudada e analisada, devendo verificar-se se é justificada e quais os resultados que se vão alcançar com a sua realização.

Por tudo isto, as operações encobertas devem ser utilizadas como último recurso.

A actuação do agente infiltrado depende da autorização da autoridade judiciária. Como titular da acção penal, caberá ao Ministério Público essa competência. A autorização e todo o processado (com diversos procedimentos como a fixação de prazo para essa actuação encoberta, a identidade do agente infiltrado e os meios técnicos a usar) deve constar, não no inquérito para que se pretende utilizá-la, mas em processo autónomo. Com efeito, sobretudo pela segurança dos agentes mas, também, para eficácia de futuras investigações, as acções encobertas são secretas.

Todos os procedimentos relacionados com a operação encoberta, desde a proposta efectuada pela polícia, passando pela autorização do Ministério Público, despesas, fotografias, gravações, e outros, deverão constar de um processo próprio (que não é inquérito nem é de acesso público).

Conforme dispõe o n.º 3 do artigo 33.º-B o órgão de polícia criminal fará o relato de cada intervenção do agente infiltrado ao Ministério Público no prazo máximo de quarenta e oito horas após o termo daquela.

Imagine-se que corre termos uma investigação por tráfico de seres humanos e que para auxiliar essa investigação existe uma acção encoberta. Vamos supor agora que o agente infiltrado, fazendo de conta que se dedica a este crime, vai ter um encontro com um conhecido criminoso para acertarem pormenores sobre uma venda de pessoas. Realizado o encontro, o agente infiltrado fará um relato sobre o ocorrido.

Embora toda a operação encoberta seja secreta, a lei permite, no n.º 4 deste artigo 33.º-B que a autoridade judiciária ordene a junção aos autos desse relato, se considerar que essa junção é absolutamente indispensável em termos probatórios. Mas apenas os relatos podem ser juntos.

No entanto, parece-me, serão raros os casos em que isso se mostrará necessário. Com efeito, uma operação encoberta bem conduzida permite a recolha de prova sem necessidade de junção de qualquer relato.

É que, ao mesmo tempo que corre a acção encoberta, existem outras técnicas de investigação a ter lugar no âmbito do inquérito crime, como sejam as escutas telefónicas e a gravação de voz e imagem, que auxiliam na obtenção dos elementos de prova.

As acções encobertas têm a vantagem de colocar a polícia no seio dos criminosos, permitindo a obtenção de muita informação, a qual vai ajudando a investigação que decorre no inquérito.

Diz-nos o n.º 5 deste artigo que só no final do inquérito é que o Ministério Público ponderará essa hipótese de junção do relato. De facto, só no final do inquérito é que o Ministério Público terá os elementos todos para decidir se aquele relato será mesmo necessário para fazer a prova da prática de um crime.

Porém, em Timor-Leste, a actuação de agentes infiltrados só poderá vir a ocorrer depois de os respectivos procedimentos se mostrarem regulamentados por decreto-lei, conforme estipula o n.º 6 deste artigo 33.º-B.

Vejamos, então, as **entregas controladas**, matéria a que se refere a alínea b) deste artigo.

Nas Convenções de Palermo e de Mérida, nos respectivos artigos 2.º, al. i), encontramos a definição de entrega controlada:

i) «Entrega controlada» significa a técnica que consiste em permitir a passagem pelo território de um ou mais Estados de remessas ilícitas ou suspeitas, com o conhecimento e sob a supervisão das suas autoridades competentes, com a finalidade de investigar infracções e identificar as pessoas envolvidas na sua prática;

A primeira vez que a lei falou em entrega controlada foi em 1988 com a Convenção de Viena (Convenção das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de substâncias estupefacientes e psicotrópicas):

g) A expressão “entregas controladas” designa a técnica que consiste em permitir que remessas ilícitas ou suspeitas de estupefacientes, substâncias psicotrópicas, substâncias das Tabelas I e II anexas à presente Convenção, ou de substâncias em substituição daquelas, deixem o território de um ou mais países, o atravessem ou entrem nesse território, com o conhecimento e sob a vigilância das respectivas autoridades competentes, com o fim de identificar as pessoas envolvidas na prática de infracções estabelecidas de acordo com o n.º 1 do artigo 3.º da Convenção.

Posteriormente, a comunidade internacional entendeu dever alargar esta técnica a outras situações.

Com esta técnica pretende-se chegar aos criminosos de nível mais elevado. Com efeito, no decurso de uma investigação as autoridades podem ter conhecimento de um transporte de uma remessa ilícita (pode ser droga, contrabando, moeda) e, em vez de procederem à imediata apreensão da mercadoria, decidem vigiar e seguir o caminho que ela vai efectuar, a fim de identificar e prender um maior número de criminosos, nomeadamente os do escalão mais elevado nas organizações, dessa forma se desmantelando redes criminosas.

Porém, esta técnica apresenta riscos, designadamente o de perder a remessa ilícita durante o percurso. Por essa razão as autoridades que executam esta técnica devem possuir treino especializado nesta matéria.

Artigo 34.º

Ocultação da identidade e proteção da testemunha

1. O Juiz pode, por sua própria iniciativa ou a pedido do Ministério Público ou da própria testemunha, determinar que:

a) A identidade não seja incluída no auto de declarações se houver fundados receios de que a testemunha pode sofrer graves danos se for revelada a sua identidade;

b) A identidade de uma testemunha seja mantida em segredo se se concluir que a testemunha, um seu familiar ou um dos seus associados podem correr riscos por causa do seu testemunho.

2. A identidade da testemunha só será ocultada se a investigação do crime assim o requerer e os outros métodos de investigação se revelem inadequados para a descoberta da verdade.

3. No caso previsto no n.º 1, as declarações são prestadas nos termos do artigo 230.º do Código de Processo Penal ou por videoconferência, com ocultação da fisionomia da testemunha.

4. As declarações referidas no número anterior são sempre prestadas na ausência do arguido, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Código de Processo Penal.

5. O disposto no presente artigo não prejudica o previsto no Código de Processo Penal e na Lei n.º 2/2009, de 6 de Maio, sobre protecção de testemunhas.

Este artigo vai de encontro ao estipulado nos artigos 24.º e 25.º da Convenção de Palermo (Protecção das testemunhas e Assistência e protecção às vítimas) e 32.º e 33.º da Convenção de Mérida (Protecção de testemunhas, peritos e vítimas e Protecção das pessoas que dão informações).

Na verdade, as declarações do lesado, de testemunhas, de peritos e até de co-arguidos, constituem meio de prova em processo penal (ver artigo 116.º do código de processo penal).

Ora, o mundo do crime organizado não se coibirá de tentar impedir que algumas dessas pessoas colaborem com a justiça. Há, pois, a necessidade de proteger aqueles que têm informações úteis para a investigação. Assim, este artigo 34.º prevê que a identidade da testemunha não seja incluída no auto de declarações, e seja mesmo mantida em segredo se houver fundados receios de que ela possa sofrer graves danos caso a sua identidade seja revelada.

O n.º 3 diz que essas declarações são prestadas nos termos do artigo 230.º do código de processo penal. Este artigo do código de processo penal refere-se às declarações para memória futura. Significa que certas declarações são tomadas antecipadamente, pelas razões expressas no n.º 1 do artigo 230.º.

Porém, essas declarações, refere o n.º 4 deste artigo 34.º, são sempre prestadas na ausência do arguido.

Por fim, o n.º 5 diz que o disposto neste artigo não prejudica o previsto no código de processo penal e na Lei n.º 2/2009, de 6 de Maio, sobre protecção de testemunhas.

Para efeitos desta lei n.º 2/2009 “testemunha” é “qualquer pessoa que, independentemente do seu estatuto face à lei processual, disponha de informações ou de conhecimentos necessários à revelação, percepção ou apreciação de factos que constituam objecto do processo, de cuja utilização resulte um perigo para si ou para o seu cônjuge, ascendentes, descendentes, irmãos ou outras pessoas que lhe sejam próximas, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo anterior.” — ver artigo 2.º al. a).

Assim, para efeitos desta lei, **um denunciante, uma vítima, um perito ou um informador, são considerados testemunhas e podem beneficiar das medidas de protecção ali discriminadas.**

Parece, pois, que a lei vai até mais além do que é sugerido pelas Convenções de Palermo e de Mérida. Esta lei é semelhante à lei portuguesa n.º 93/99, de 14 de Julho, e a jurisprudência e a doutrina portuguesa também se debruçaram sobre esta questão.

Como aquela alínea a) refere *disponha de informação ou de conhecimento necessários à revelação, percepção ou apreciação de factos que constituam **objecto do processo***, há que perguntar, por exemplo, o que sucede quando existe um informador que necessita de protecção e ainda não existe processo.

Parece-me que se na prática surgisse uma situação em que um informador necessitasse de protecção (nomeadamente de beneficiar de um programa especial de segurança), e ainda não existisse processo, rapidamente se resolveria o problema pois, caso a sua informação fosse relevante, um processo poderia e deveria ser iniciado. O bom senso deve estar sempre presente. Não podemos esperar que as leis prevejam à minúcia todas as situações.

A lei n.º 2/2009 contém também a previsão de programas especiais de segurança (ver artigos 19.º e seguintes).

Porém, a Comissão de Programas Especiais de Segurança, a quem caberia estabelecer e assegurar a efectivação dos programas especiais de segurança (ver artigo 22º, n.º 1) ainda não foi criada, o que impede a efectivação desta parte da lei de protecção de testemunhas. Ainda sobre esta lei, queria chamar-vos a atenção para o artigo 15º da lei n.º 2/2009:

CAPÍTULO III RESERVA DO CONHECIMENTO DA IDENTIDADE DA TESTEMUNHA

Artigo 15.º Pressupostos

1 — A não revelação da identidade da testemunha pode ter lugar durante ou em todas as fases do processo, se estiverem reunidas cumulativamente as seguintes condições:

- a) A testemunha, o seu cônjuge, ascendentes, descendentes, irmãos ou outras pessoas que lhe sejam próximas correrem um grave perigo de atentado contra a vida, a integridade física ou psíquica, a liberdade ou bens patrimoniais de valor consideravelmente elevado;*
- b) Não ser fundadamente posta em dúvida a credibilidade da testemunha;*
- c) O depoimento ou as declarações constituírem um contributo probatório de relevo.*

2 — Para além de cumpridas as condições previstas no número anterior, a aplicação da medida de não revelação da identidade das testemunhas apenas pode ter lugar quando:

- a) Esteja em causa crime a que corresponda pena máxima, abstractamente aplicável, superior a cinco anos de prisão;*
- b) Esteja em causa a tutela de menores;*
- c) Estejam em causa bens patrimoniais de valor consideravelmente elevado.*

Da leitura do n.º 1 deste artigo decorre que é possível não ser revelada a identidade da testemunha (e testemunha aqui tem um sentido alargado como vimos) se se verificarem, cumulativamente as condições indicadas nas suas alíneas a) a c).

Mas o n.º 2 vem acrescentar que a aplicação da medida de não revelação da identidade só pode ter lugar quando, além das anteriores condições, se verificar algo mais.

Assim, de acordo com os n.º 1 e 2 desse artigo 15.º, para que seja possível a não revelação da identidade da testemunha (e testemunha tem aqui um sentido alargado como vimos) é necessário que essa testemunha mereça credibilidade, que o seu testemunho tenha importância para a prova e que ela, seus familiares ou outras pessoas que lhe sejam próximas corram um grave perigo de atentado contra a vida, a integridade física, a liberdade ou bens patrimoniais de valor consideravelmente elevado e apenas quando:

- Estiver em causa um crime a que corresponda pena máxima, abstractamente aplicável, superior a cinco anos de prisão;
- Estiver em causa a tutela de menores;
- Estiverem em causa bens patrimoniais de valor consideravelmente elevado.

Estas três últimas situações não são cumulativas, ao contrário do que sucede com as outras três do n.º 1 do artigo.

Isto acontece porque, ao contrário do que sucede no n.º 1, a lei não refere reunidas cumulativamente e segundo, porque isso tornaria praticamente impossível a possibilidade da não revelação da identidade da testemunha.

Depois porque a alínea b) (quando esteja em causa a tutela de menores) parece respeitar ao processo civil e não faria sentido algum a cumulação com a alínea a).

De facto, esta lei é aplicável tanto ao processo penal como ao processo civil, conforme vem especificado no respectivo artigo 1.º, n.º 1.

CAPÍTULO VI — MEDIDAS

CAPÍTULO VI Medidas

SECÇÃO I Medidas provisórias e definitivas

Artigo 35.º Medidas provisórias

1. O tribunal pode, por sua própria iniciativa ou a pedido do Ministério Público, impor medidas provisórias, incluindo o congelamento ou a apreensão, com a intenção de preservar a disponibilidade de fundos ou bens que possam vir a estar sujeitos a perda nos termos do artigo 43.º.

2. O disposto no número anterior aplica-se sem prejuízo dos direitos de terceiros de boa-fé.

3. A aplicação destas medidas pode terminar a qualquer momento por ordem do tribunal que as ordenou, por sua própria iniciativa ou a pedido do Ministério Público, ou das pessoas que reivindicam o direito de propriedade dos fundos ou bens.

A apreensão de bens em processo penal pode alcançar dois objectivos:

- servir como meio de prova
- acautelar a eventual perda a que esses bens podem ser destinados.

O código de processo penal trata das apreensões nos artigos 172.º e 173.º.

Nestes dois artigos o maior objectivo da apreensão é a sua utilização como meio de prova. Com efeito, o n.º 1 do artigo 172.º diz “Salvo disposição em contrário, a **apreensão de objectos relacionados com o crime ou que possam servir como meio de prova**, deve ser autorizada pelo juiz”.

E o n.º 2 do artigo 173.º refere: *A restituição é ordenada logo que se torne desnecessária a apreensão para efeito de prova ou após o trânsito em julgado da decisão final.*

Ora, este artigo 35º quis tornar bem claro que é possível, determinar o congelamento ou a apreensão para acautelar a disponibilidade de fundos ou bens que possam vir a estar sujeitos a perda nos termos do artigo 43.º.

O que a lei pretende é que não se espere pela conclusão de uma investigação para se decidir proceder à apreensão dos proventos do crime, de outros bens de valor equivalente, de fundos ou bens com os quais o produto do crime tenha sido misturado. Portanto, ainda que provisoriamente, podem ser decididos o congelamento e a apreensão.

Imagine-se que se está a efectuar uma investigação e que se indicia a prática de um dos crimes indicados no artigo 32.º-A. E que há a informação que um dos suspeitos tem contas bancárias. Visando uma futura declaração de perda nos termos do artigo 43.º da Lei n.º 17/2011, o Ministério Público pode, solicitar ao juiz o congelamento daquelas importâncias, assegurando uma possível perda.

O n.º 2 diz que este regime se aplica sem prejuízo dos direitos de terceiros de boa-fé. Ou seja, os direitos dos terceiros de boa-fé não podem ficar prejudicados.

E quem são os terceiros de boa-fé?

Terceiros serão aqueles que, relativamente ao bem, possuem algum direito.

E a boa-fé está relacionada com o desconhecimento, sem culpa, de determinadas circunstâncias.

Podemos encontrar parte da resposta a esta questão na própria lei, no n.º 2 do artigo 43.º: (...) *casos em que o proprietário possa provar que os adquiriu através do pagamento de um preço justo, em troca da prestação de serviços de igual valor ou por qualquer outro meio legítimo e prove que não tinha conhecimento da origem ilícita dos mesmos.*

Igualmente, os artigos 234.º, n.º 2, 257.º, n.º 1 e 282.º, n.º 3 do código civil, revelam-nos que o desconhecimento de circunstâncias (da origem ilícita dos bens no caso que aqui nos interessa) é a razão da protecção dos direitos de terceiro.

O n.º 3 determina que estas medidas podem terminar a qualquer momento.

Com efeito, no decurso de um processo podem surgir factos que levem a considerar que o congelamento e a apreensão já não se justificam, devendo nesses casos terminar a aplicação das medidas.

Os magistrados do Ministério Público devem estar atentos a estas situações. No caso de processos com bens congelados ou apreendidos é recomendável analisar com regularidade a situação dos bens. Podem ser criados alertas informáticos para processos com bens apreendidos, nomeadamente, para aqueles com contas bancárias bloqueadas.

Artigo 35.º-A **Apreensões**

1. Os bens apreendidos no âmbito de processo-crime pela prática dos crimes previstos na presente lei podem ser afetos a utilização operacional dos órgãos de polícia criminal mediante despacho da autoridade judiciária competente a declarar a utilidade operacional.

2. Os bens referidos no n.º 1 podem ser utilizados provisoriamente pelos órgãos de polícia criminal, através de declaração de utilidade operacional, desde a sua apreensão até à declaração de perda ou restituição, quando sejam suscetíveis de, findo o processo, virem a ser declarados perdidos a favor do Estado.

3. Para efeitos do previsto no número anterior são notificados os interessados.

4. Efetuada a apreensão e constatada a utilidade operacional do bem, será o mesmo registado, examinado e avaliado.

5. O valor da avaliação determina a quantia a pagar ao proprietário a título de indemnização, caso o bem não venha, a final, a ser declarado perdido a favor do Estado.

6. A avaliação do bem é efetuada por peritos nomeados pela autoridade judiciária a quem prestam compromisso de cumprimento da função que lhes é cometida.

7. A declaração de cessação de utilidade operacional cessa com a declaração de perda a favor do Estado ou restituição ao dono ou legítimo titular.

Este artigo permite que alguns bens apreendidos possam ser utilizados pelos órgãos de polícia. Normalmente serão automóveis mas, evidentemente, pode aplicar-se relativamente a qualquer bem.

Falando a lei em autoridade judiciária, a decisão de afectação decisão cabe ao Ministério Público ou ao juiz, consoante a fase processual. Os bens devem ser registados, examinados e avaliados.

Como se vê do número 5, essa avaliação é muito importante pois é ela que determina a quantia a pagar ao proprietário caso o bem não venha a ser declarado perdido a favor do Estado.

A matéria da apreensão de bens exige da parte do Ministério Público uma ponderada análise dos indícios para a apreensão e da manutenção das razões da apreensão. Estas serão não apenas razões de prova mas, no que respeita ao branqueamento de capitais e criminalidade organizada, razões de futura declaração de perda.

O magistrado do Ministério Público não deve ter receio de determinar e requerer a apreensão de bens, deve mesmo ter em atenção que no combate a este tipo de criminalidade esse é um dos grandes objectivos, mas também não deve deixar de ponderar, durante todo o processo, a decisão e manutenção de apreensão.

Artigo 35.º-B **Quebra de segredo profissional**

Nas fases de inquérito e julgamento dos processos relativos aos crimes previstos no artigo 32.º-A, as entidades referidas no n.º1 do artigo 3.º ficam obrigadas a prestar todas as informações e documentos que lhes forem solicitados pela autoridade judiciária, por despacho fundamentado, relativos à situação patrimonial dos suspeitos, com relevância para a descoberta da verdade.

À semelhança do que já vimos nos artigos anteriores, a Lei n.º 17/2011 contém um regime diferente de recolha de prova, quebra de segredo profissional e perda de bens.

É um regime especial que permite às autoridades a obtenção rápida de informações habitualmente sigilosas relativamente aos crimes indicados no artigo 32.º-A.

O segredo profissional é uma das formas de execução do direito à privacidade, direito fundamental previsto na Constituição. Esse princípio só pode ser derogado nos casos especialmente previstos na lei.

Quando estiver em causa a investigação de um dos crimes indicados no artigo 32.º-A, as entidades indicadas no artigo 3.º são obrigadas a prestar toda e qualquer informação que a autoridade judiciária (o magistrado do Ministério Público ou o juiz) solicite. Mas, como diz o artigo, o despacho da autoridade judiciária deve ser fundamentado.

Aliás, também o artigo 89.º do código de processo penal exige que os despachos sejam fundamentados. A fundamentação é a exposição das razões de facto e de direito do

que se determina no despacho. Desde logo indicando que o pedido é feito no âmbito de uma investigação de um (ou mais) dos crimes referidos no artigo 32.º-A.

O despacho deve:

- Indicar quais são os factos indiciados;
- Indicar qual a qualificação jurídica;
- Mostrar que a informação pretendida é relevante para a descoberta da verdade;
- Indicar a base legal para o pedido.

No despacho o magistrado deve indicar as razões de facto e de direito que fazem considerar-se indiciado um daqueles crimes.

Ainda que no ofício dirigido a uma daquelas entidades apenas fique a constar que os autos se destinam a investigar a prática de um daqueles crimes, o despacho deve conter mais do que a simples indicação do crime indiciado. Da leitura do despacho deve ser possível compreender o raciocínio levado a cabo pelo magistrado.

Este procedimento, além de cumprir a lei, é de muita utilidade para o magistrado pois, ao proceder à indicação das razões de facto e de direito que o levam a solicitar determinada informação, procede a uma análise mais cuidada dos indícios existentes no processo, o que lhe permitirá elaborar uma melhor estratégia de investigação e decidir com ponderação.

Um possível exemplo de um despacho a solicitar informações bancárias no âmbito de uma investigação de um dos crimes indicados no artigo 32.º-A seria:⁴³

“Resulta dos autos, nomeadamente dos documentos de fls... e do depoimento das testemunhas..... que A, B e C, respectivamente Secretário de Estado de....., e seus assessores, no decurso dos meses de Março a Julho de 2012, aceitaram vantagens patrimoniais, em valor ainda não completamente apurado, a fim de determinarem a realização de diversas obras de construção de..... e conseguirem que à empresa BeCosta S.A. fossem adjudicados os estudos, projectos e realização daquelas.

Tais factos são susceptíveis de integrar a prática dos crimes de corrupção, previsto e punível pelo art.º292.º, n.º1 e de branqueamento de capitais, previsto e punível pelo art.º 313.º, n.º1, al. a), ambos do Código Penal.

Mostra-se indispensável e de especial importância na recolha da prova e de grande interesse para a descoberta da verdade material as informações relativas a esses movimentos financeiros.

Assim, com fundamento no disposto no artigo 35.º-B da Lei n.º17/2011, de 28 de Dezembro, declaro quebrado o sigilo bancário que incide sobre as contas tituladas por A, B e C

Oficie aos bancos -----, -----, ----- e -----, solicitando:

a) a identificação de todas as contas bancárias em nome dos suspeitos;

b) cópia das fichas de assinaturas;

c) extractos bancários dessas contas relativos ao período de ----- a ----- de 2013”

É interessante comparar o regime de quebra do segredo profissional estabelecido na lei 17/2011 com o do código de processo penal (artigo 126.º).

43. Este despacho e o respectivo caso prático encontram-se nos slides 265 a 274 do power point que acompanha este manual.

Artigo 126.º
Segredo profissional

1. Os ministros de religião ou confissão religiosa, os advogados, os médicos, os jornalistas, os membros de instituições de crédito e demais pessoas a quem a lei permitir ou impuser que guardem segredo profissional podem escusar-se a depor sobre os factos abrangidos por aquele segredo.

2. Havendo dúvidas fundadas sobre a legitimidade da escusa, a autoridade judiciária perante a qual o incidente se tiver suscitado procede às averiguações necessárias e caso após estas conclua pela ilegitimidade da escusa, ordena ou requer ao tribunal que ordene a prestação do depoimento.

3. O tribunal superior àquele onde o incidente se tiver suscitado, ou, no caso de o incidente se ter suscitado perante o Supremo Tribunal de Justiça, o plenário do mesmo, pode decidir da prestação de testemunho com quebra do segredo profissional sempre que esta se mostre justificada face às normas e princípios aplicáveis da lei penal, nomeadamente face ao princípio da prevalência do interesse preponderante, sendo a intervenção suscitada pelo juiz, oficiosamente ou a requerimento.

4. O disposto no número anterior não se aplica ao segredo religioso.

5. Nos casos previstos nos n.º 2 e 3 a decisão do tribunal ou do Supremo Tribunal de Justiça é tomada ouvido o organismo representativo da profissão relacionada com o segredo profissional em causa, nos termos e com os efeitos previstos na legislação que a esse organismo seja aplicável.

Como se retira da leitura do artigo 126.º do código de processo penal, a regra, no que respeita ao segredo profissional, é a de que as instituições ali referidas, nomeadamente as instituições de crédito, podem escusar-se a fornecer as informações solicitadas pela autoridade judiciária⁴⁴.

O que pode suceder, e sucede nestes casos, é que a autoridade judiciária, se considerar que a escusa é ilegítima, nomeadamente porque a manutenção do segredo profissional vai contra um interesse mais elevado que é a descoberta da verdade na investigação de um crime, requer ao juiz que ordene à entidade a causa a prestação do depoimento.

Se, ainda assim, esta se recusar a prestar a informação pretendida, o juiz suscita o incidente junto do tribunal superior, que decidirá.

Está bem de ver que estes procedimentos, muitas vezes demorados, vão prolongar a duração da investigação. Ora, se este regime, que encontra o seu fundamento na salvaguarda do princípio da privacidade, se pode justificar nas investigações da criminalidade mais comum e simples, não é aceitável nos processos que investigam a criminalidade grave e complexa em que não só essas informações são essenciais como a rapidez com que são fornecidas pode ditar o sucesso ou insucesso da investigação.

Concluindo, para os crimes indicados no artigo 32.º-A da Lei 17/2011 vigora o regime previsto no artigo 35.º-B, verificando-se a quebra do segredo profissional mediante despacho da autoridade judiciária.

Para os restantes crimes, aplica-se o regime do artigo 126.º do código de processo penal.

44. Qualquer pessoa está obrigada a guardar segredo alheio de que tenha tomado conhecimento em razão do seu estado, ofício, emprego, profissão ou arte (artigo 184.º do código penal)

Artigo 35.º-C
Controlo de contas

1. Nas fases de inquérito e julgamento dos processos relativos a crimes previstos no artigo 32.º-A, por despacho fundamentado da autoridade judiciária, podem ser postas sob controlo as contas bancárias e de pagamento de que sejam titulares arguidos e suspeitos ou aquelas de que, não sendo aqueles titulares, são por eles utilizadas na prática de crimes.

2. A instituição de crédito ou instituição de pagamento é obrigada a comunicar à autoridade judiciária quaisquer movimentos nas contas referidas no número anterior dentro das 24 horas subsequentes.

3. Ficam vinculados ao segredo de justiça as instituições e os seus funcionários.

O controlo de contas permitido por este artigo traduz-se na possibilidade de, relativamente a uma ou mais contas tituladas por arguidos ou suspeitos ou relativamente a contas não tituladas por estes mas por eles utilizadas, poder conhecer-se todos os movimentos e fluxos financeiros nelas ocorridos.

Com efeito, pode suceder e sucede com alguma frequência, ser útil para a investigação seguir o desenvolvimento dos movimentos de uma conta sem determinar suspensão de operações, congelamento ou apreensão.

Esta observação pode conduzir à descoberta de outros suspeitos ou de outras contas cujos beneficiários efectivos são os suspeitos.

Mais uma vez, a lei exige que o despacho da autoridade judiciária a determinar o controlo de contas seja fundamentado. O que se disse a respeito da fundamentação na análise do artigo 35.º-B vale também aqui.

O n.º 3 impõe o segredo de justiça às instituições e aos respectivos funcionários. Com efeito, o sucesso desta medida de controlo de contas depende do desconhecimento da sua existência por parte dos arguidos ou dos suspeitos.

Artigo 36.º
Congelamento de bens associados com o financiamento do Terrorismo

1. Os fundos e outros ativos económicos de terroristas, daqueles que financiam o terrorismo e das organizações terroristas designadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, ou designadas na Resolução n.º 1373 (2001) do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou de Resoluções subsequentes, devem ser congelados de acordo com as instruções do Banco Central ou por outra forma que a lei preveja.

2. As instruções referidas no número anterior devem definir os termos, condições e limites do prazo de congelamento de bens e são publicadas no Jornal da República.

3. As entidades referidas no artigo 3.º onde tais fundos e outros ativos económicos se encontrem devem proceder de imediato ao seu congelamento.

4. As entidades referidas no artigo 3.º devem informar de imediato a UIF e, no caso de instituições financeiras reguladas pelo Banco Central, também esta entidade, da existência de capitais ligados a terroristas, organizações terroristas ou indivíduos ou entidades associadas ou aquelas que pertencem a tais indivíduos ou organizações conforme as listas elaboradas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ou na Resolução n.º 1373 (2001) do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou outras Resoluções subsequentes.

5. O incumprimento das obrigações referidas nos números anteriores pelas entidades referidas no artigo 3.º onde tais fundos e outros ativos económicos se encontrem é punido com coima entre 500,00 e 5.000,00 dólares norte-americanos por dia.

6. Qualquer pessoa ou organização cujos fundos ou outros ativos económicos sejam congelados nos termos do presente artigo pode requerer que o seu nome seja retirado da lista, bem como a restituição de fundos ou outros ativos económicos, ao Banco Central ou à autoridade competente que ordenou o congelamento, nos 30 dias subsequentes à publicação da lista.

7. Da decisão que negue provimento à exclusão da lista ou à devolução dos fundos ou outros ativos económicos cabe recurso para os tribunais.

Este artigo trata de matérias relacionadas com o financiamento do terrorismo.

SECÇÃO II **Crimes**

Artigo 37.º **Branqueamento de capitais**

O branqueamento de capitais constitui crime e é punível nos termos do artigo 313.º do Código Penal.

Artigo 38.º **Financiamento do terrorismo**

O financiamento do terrorismo constitui crime e é punível nos termos do artigo 133.º do Código Penal.

Os artigos 37.º e 38.º remetem para o código penal a questão da tipificação dos crimes de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.

Artigo 39.º **(revogado)**

Artigo 40.º **(revogado)**

Artigo 41.º **(revogado)**

Os artigos 39.º, 40.º e 41.º dispunham sobre as circunstâncias agravantes e atenuantes dos crimes de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.

Com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2013/III o texto daqueles artigos passou a constituir os artigos 133.º-A, 313.º-A e 313.º-B que foram, assim, aditados ao código penal.

Artigo 42.º **Responsabilidade das pessoas coletivas**

1. Qualquer pessoa coletiva por conta de quem ou para quem o benefício do branqueamento de capitais ou através de quem o financiamento do terrorismo foi cometido, por intermédio de pessoa singular, atuando individualmente ou como membro de um órgão da pessoa coletiva, que aí tenha uma posição principal, baseada no poder de representação dessa pessoa coletiva, ou autoridade para tomar decisões em nome da pessoa coletiva, ou que exerça controlo no âmbito da pessoa coletiva, no exercício de tais poderes, é punida com multa no mínimo do valor da quantia branqueada e no máximo dez vezes o valor da mesma, independentemente da condenação destes indivíduos como agentes ou cúmplices na prática do crime.

2. Além dos casos previstos no número anterior, uma pessoa colectiva pode ser responsabilizada quando, por falta de supervisão ou controlo, tornou possível a prática dos crimes de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo em seu benefício e através de pessoa singular que tenha atuado sob a sua autoridade.

3. Às pessoas colectivas podem ainda ser aplicadas as seguintes sanções acessórias:

a) Impedimento, por um período de seis meses a três anos, de continuar a exercer direta ou indiretamente certas atividades económicas;

b) Colocação sob supervisão judicial;

c) Encerramento das atividades que serviram para a prática do crime por um período entre seis meses a três anos;

d) Sujeição a processo de dissolução;

e) Publicação da sentença condenatória a suas expensas.

Nos termos do artigo 12.º do código penal, a responsabilidade criminal cabe às pessoas singulares. A responsabilidade criminal tem por base a culpa, o que significa que só pode ser responsável por um crime uma pessoa singular, já que as pessoas colectivas seriam incapazes de culpa.

No entanto, a utilização de pessoas colectivas, designadamente empresas, para o cometimento de crimes, sobretudo pela criminalidade organizada, levou a considerar que também as pessoas colectivas devem ser passíveis de responsabilidade criminal. A dificuldade está, a maioria das vezes, em como deve ser estabelecida essa responsabilidade.

Este artigo 42.º visa o cumprimento das determinações contidas nos artigos 10.º e 26.º, respectivamente, das Convenções de Palermo e de Mérida.

Como se retira do n.º 1 do artigo, a responsabilidade das pessoas colectivas só se verifica relativamente aos crimes de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.

As Convenções de Palermo e Mérida, porém, pretendem que a responsabilidade criminal das pessoas colectivas se verifique, também, relativamente aos crimes de associação criminosa, corrupção, peculato, tráfico de influência, abuso de poder e obstrução à realização da justiça.

A última parte do n.º 1 refere que a pessoa colectiva será punida independentemente da condenação das pessoas singulares. Assim, se uma pessoa singular cometer o crime de branqueamento ou de financiamento do terrorismo através de uma pessoa colectiva, podem ambas ser julgadas e condenadas.

A pessoa colectiva pode ser condenada em multa que terá como mínimo o valor da quantia branqueada e como máximo dez vezes esse valor.

Podem ainda ser aplicadas as sanções acessórias indicadas nas alíneas do n.º 3 do artigo 42.º.

Muitas vezes essas sanções são bem mais dissuasoras do que a multa.

SECÇÃO III
Medidas definitivas

Artigo 43.º
Perda a favor do Estado

1. São declarados perdidos a favor do Estado:

- a) Proventos do crime, capitais e bens, ou outros bens de valor equivalente;*
- b) Fundos e propriedade objeto do crime;*
- c) Instrumentos do crime;*
- d) Fundos ou bens com os quais o produto do crime tenha sido misturado.*

2. As medidas referidas no número anterior podem ser aplicadas a qualquer pessoa proprietária dos bens, ou que se encontre na sua posse, com exceção dos casos em que o proprietário possa provar que os adquiriu através do pagamento de um preço justo, em troca da prestação de serviços de igual valor ou por qualquer outro meio legítimo e prove que não tinha conhecimento da origem ilícita dos mesmos.

3. A decisão identifica os bens, fundos e propriedades em questão de forma que permita a sua identificação e localização.

Já referimos⁴⁵ a importância que a perda de bens tem no combate à criminalidade organizada e como as Convenções de Viena, de Palermo e de Mérida contêm determinações precisas a este respeito.

Sobre a perda dos bens encontramos outras disposições no código penal.

Vamos analisar as normas do código penal e verificar como se harmonizam com este artigo 43.º da Lei n.º 17/2011.

No código penal regem os artigos 102.º e 103.º.

Artigo 102.º
Perda dos objectos do crime

1. São declarados perdidos a favor do Estado os objectos que serviram ou estavam destinados a servir para a prática de um crime, ou que por estes foram produzidos, quando pela sua natureza ou pelas circunstâncias do caso ponham em perigo a segurança das pessoas ou a ordem pública, ou ofereçam sérios riscos de serem utilizados para o cometimento de novos crimes.

2. Ficam salvaguardados os direitos da vítima e de terceiros, que não tenham concorrido para a sua utilização ou produção, ou tirado vantagem do objecto de que sejam proprietários.

3. O tribunal fixa o destino dos objectos declarados perdidos sempre que a lei o não fizer, podendo ordenar a sua total ou parcial destruição ou coloca-los fora do comércio.

4. O disposto no n.º1 tem lugar ainda que nenhuma pessoa determinada possa ser punida pelo facto.

45. Ver páginas 24, 25 e 26

Artigo 103.º
Perda de vantagens

1. Todas as coisas, direitos ou vantagens adquiridas, de forma directa ou indirecta, em consequência da prática de um crime, são declarados perdidos a favor do Estado, sem prejuízo dos direitos da vítima ou de terceiros de boa fé.

2. Se as coisas, direitos ou vantagens não puderem ser apropriadas em espécie, a perda é substituída pelo pagamento ao Estado do respectivo valor.

Com o artigo 102.º previne-se a prática de futuros crimes face à perigosidade dos instrumentos e produtos do crime.

Objectos que serviram ou estavam destinados a servir para a prática de um crime, ou que por estes foram produzidos serão, por exemplo, os instrumentos de um crime, como a arma ou o carro utilizados num assalto, o por exemplo, os documentos falsificados, registos de pornografia infantil.

Requisitos para a perda nos termos do artigo 102.º:

- que tenham servido ou se destinassem a servir (significa que não é necessária a consumação do crime) para a prática de um crime, ou sejam o produto dele;
- perigosidade dos instrumentos ou dos bens
 - quando pela sua natureza ou pelas circunstâncias do caso ponham em perigo a segurança das pessoas ou a ordem pública
 - ofereçam sérios riscos de serem utilizados para o cometimento de novos crimes

Ou seja, nem todos os instrumentos do crime devem ser declarados perdidos a favor do Estado.

Só aqueles cuja especificidade revela que estão especialmente vocacionados para a prática criminosa, ou existe perigo de repetição de novos factos ilícitos através do mesmo instrumento.

Verificação da perigosidade — deve ser avaliada de um ponto de vista objectivo. Porém, também não pode deixar de considerar-se as circunstâncias do caso concreto e a personalidade do agente.

O artigo 103.º refere-se não já aos instrumentos do crime mas às vantagens alcançadas com a prática do crime.

Aqui, já não é a perigosidade do objecto que está em causa, mas sim a culpa do agente; a perda dessas vantagens aparece como uma sanção.

PERDA DOS INSTRUMENTOS

Vamos analisar uns casos práticos a fim de verificarmos a aplicação das disposições legais relacionadas com a apreensão e perda de bens.

Imaginemos que “**A**” furtou diversas caixas de whisky do supermercado Lita e utilizou o seu carro para transportar as caixas.

Foi apanhado em flagrante delito e na ocasião o automóvel foi apreendido⁴⁶.

Não tem antecedentes criminais e confessou a prática dos factos, mostrando-se arrependido.

O automóvel **serviu para a prática do crime** na medida em que permitiu que o “**A**” pudesse transportar as caixas de bebidas.

Deve o carro ser perdido a favor do Estado? Para responder a esta questão devemos perguntar:

A natureza do carro ou as circunstâncias do caso põem em risco a segurança das pessoas ou a ordem pública? Ou oferecem sérios riscos de ser utilizado para o cometimento de novos crimes?

No caso as respostas seriam negativas.

Com efeito, nem a natureza do carro ou as circunstâncias do caso põem em risco a segurança das pessoas nem oferece sérios riscos de ser utilizado para o cometimento de novos ilícitos (“**A**” não tem antecedentes criminais e mostrou-se arrependido da prática dos factos, não havendo, por isso, qualquer risco de que venha a utilizar o automóvel para cometer mais crimes).

Mas vamos agora pensar que “**B**” trouxe 5 Kgs de cocaína de Kunpang para Díli, utilizando para esse efeito o seu automóvel; transportou a droga, escondendo-a nos pneus. Veio a ser apanhado, acusado e condenado pela prática de um crime de tráfico de estupefacientes.

O automóvel **serviu para a prática do crime** → na medida em que serviu para transportar a droga. Foi apto à execução e a sua contribuição para a prática do crime foi relevante pois sem ele o transporte da droga seria muito difícil.

Pode o carro ser perdido a favor do Estado?

Considerando a natureza do crime (o tráfico de estupefacientes dá elevados lucros, razão por que os seus autores reincidem), talvez pudéssemos dizer que existiam sérios riscos de voltar a ser utilizado para o cometimento de outros crimes.

Como já verificámos anteriormente, os últimos quatro capítulos da lei n.º 17/2011 contêm

46. Para a apreensão vale o artigo 172.º do código de processo penal.

matérias que já não dizem respeito ao sistema financeiro, aos deveres e supervisão das entidades financeiras e não financeiras e que não são restritas aos crimes de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo; nestes últimos capítulos já encontrámos normas importantes para a investigação da criminalidade organizada, económica e financeira e complexa.

Vimos que o artigo 32.º-A, refere que para os crimes de:

- a) Tráfico de estupefacientes;*
- b) Organizações terroristas, terrorismo e financiamento de terrorismo;*
- c) Tráfico de armas;*
- d) Corrupção, peculato e participação económica em negócio;*
- e) Branqueamento de capitais;*
- f) Associação criminosa;*
- g) Contrabando;*
- h) Exploração sexual de terceiro e pornografia envolvendo menores;*
- i) Falsificação de moeda.*

é estabelecido um regime especial de recolha de prova, quebra do segredo profissional e perda de bens a favor do Estado.

Ora, o crime do nosso caso prático, tráfico de estupefacientes, é um dos crimes indicados no art.º 32.º-A da Lei n.º 17/2011 — n.º 1, al. a). Assim, o regime especial de perda previsto nesse diploma é-lhe aplicável.

Analisemos, então, qual é o regime especial de perda que é estabelecido nesta lei no artigo 43.º, n.º 1, al. c), que respeita aos instrumentos do crime.

De acordo com a alínea c) do n.º 1 deste artigo 43.º são declarados perdidos a favor do Estado os instrumentos do crime. E também da leitura deste artigo resulta que neste caso, já não era preciso analisar se estavam preenchidos os requisitos do artigo 102º do Código Penal (já não era necessário averiguar se os objectos, pela sua natureza ou pelas circunstâncias do caso punham em perigo a segurança das pessoas ou a ordem pública, ou ofereciam sérios riscos de serem utilizados para o cometimento de novos crimes) pois aplica-se ao caso o regime especial previsto no artigo 43.º da Lei 17/2011, que não exige a perigosidade dos instrumentos do crime para que os mesmos possam ser perdidos.

Assim, parece que podemos concluir que para os instrumentos (objectos que serviram ou estavam destinados a servir para a prática de um crime) **dos crimes:**

- a) Tráfico de estupefacientes;*
- b) Organizações terroristas, terrorismo e financiamento de terrorismo;*
- c) Tráfico de armas;*
- d) Corrupção, peculato e participação económica em negócio;*
- e) Branqueamento de capitais;*
- f) Associação criminosa;*
- g) Contrabando;*
- h) Exploração sexual de terceiro e pornografia envolvendo menores;*
- i) Falsificação de moeda.*

(os das alíneas g), h), e i) apenas se forem praticados de forma organizada — ver o n.º 2 do artigo 32.º-A).



Artigo 43.º da lei 17/2011

Para os instrumentos **dos restantes crimes**  **Artigo 102.º do código penal**

PERDA DE VANTAGENS

Como vimos atrás, o artigo 103.º determina que todas as coisas, direitos ou vantagens adquiridas, de forma directa ou indirecta, em consequência da prática de um crime, são declarados perdidos a favor do Estado, sem prejuízo dos direitos da vítima ou de terceiros de boa fé; e se as coisas, direitos ou vantagens não puderem ser apropriadas em espécie, a perda é substituída pelo pagamento ao Estado do respectivo valor (n.º2). Já não se trata aqui dos instrumentos do crime, mas sim dos proventos, das vantagens do crime, daquilo que o criminoso ganhou com a prática do crime.

E neste caso já não se aplicam os requisitos de perigosidade exigidos pelo artigo 102.º. Tanto o artigo 103.º, como o artigo 43.º da Lei 17/2011, visam que sejam perdidos a favor do Estado os proventos do crime.

Completam-se? Incompatibilizam-se?

A linha a) do artigo 43º

Proventos do crime, capitais e bens, ou outros bens de valor equivalente.

Enquanto o n.º 2 do artigo 103.º determina que se não for possível a apreensão das coisas, direitos ou vantagens, a perda é substituída pelo pagamento do respectivo valor, a alínea a) do artigo 43.º parece permitir a declaração de perda de outros bens, pertencentes ao suspeito, mesmo que não relacionados com o crime.

O que é que sucede se num processo por corrupção se concluir pela prática do crime, mas não for possível a apreensão e a perda dos proventos porque, por exemplo, o arguido que comprara um imóvel com o dinheiro obtido com o crime, já o vendeu a terceiro de boa-fé? :

Artigo 102.º, n.º 2 — Deve a sentença determinar o valor do provento e determinar que o arguido pague ao Estado esse montante.

Artigo 43.º al. a) — Mas caso se verifique que o arguido tem outros bens, ainda que não relacionados directamente com o crime, parece poder declarar-se tais bens perdidos a favor do Estado.

Aliás, se no decurso da investigação o Ministério Público verificar essa situação, deve solicitar ao Juiz a apreensão desses bens — ver artigo 35.º.

É preferível apreender logo bens que o suspeito tenha, pois muitas vezes a substituição da perda pelo pagamento ao Estado do respectivo valor prevista no art.º 103.º, n.º 2, não passa do papel no caso de o arguido se desfazer, entretanto, dos bens.

A tendência mundial é a da perda de bens, mesmo que não estejam directamente ligados a um crime. É a chamada **perda ampliada ou alargada** ou *extended forfeiture*.

Alguns países já a permitem. Outros países, ainda sem permitirem a perda de bens sem prévia condenação penal, admitem, no entanto, a inversão do ónus da prova quanto à proveniência ilícita dos bens.

Por exemplo:

A foi detido pela prática do crime de tráfico de estupefacientes.

Na ocasião da detenção foram-lhe apreendidos, para além da droga, um carro, telemóveis e um envelope com cerca de USD 100.000,00.

Foi efectuada uma busca à sua residência e aí encontrou-se diversa documentação:

- uma escritura de compra e venda de um imóvel;
- extractos bancários de contas nos bancos:
- BNU sito em Díli — USD 20.000,00;
- Mandiri — USD 30.000,00;
- BRI (Bank Rayat Indonesia) — IDR 1000.000.000,00;
- SIB (Singapore Island Bank) — SGD85.000.000,00.

Assim, para além daqueles bens e valores que lhe foram apreendidos na ocasião da detenção e que relacionamos directamente com a venda de droga, verifica-se que **A** possui contas bancárias com muito dinheiro, bem como casas, bens e valores que já possuía antes de iniciada a investigação.

A não exerce nenhuma actividade lícita que lhe permita ter alcançado aqueles bens.

Ora, em muitas legislações existe uma presunção legal de que esses bens, que entraram na posse do arguido em determinado período temporal (normalmente entre 5 a 7 anos) têm origem ilícita.

Terá, então, que ser o arguido a ilidir essa presunção, demonstrando que os bens e valores têm origem lícita (esta é uma prova civilista, uma prova menos exigente que a prova penal, aquela que tem que existir para além de todas as dúvidas).

Ter esta noção é importante pois, mais tarde ou mais cedo, as legislações serão nesse sentido.

Logo que iniciada uma investigação, deve tentar-se recolher informação sobre a localização dos bens pertencentes ao suspeito, tanto os que directamente estão em seu nome, como os que são **titulados por empresas ou terceiras pessoas, mas que são controladas pelo suspeito.**

Artigo 44.º
Invalidez de negócios jurídicos

1. O tribunal declara a invalidade de qualquer negócio jurídico que tenha sido celebrado com o objetivo de impedir a perda da propriedade tal como definida no artigo anterior.

2. Se o contrato a invalidar já tiver sido executado, a parte que actuou de boa-fé apenas é reembolsada pela quantia efetivamente paga.

Com o objectivo de não verem apreendidos e declarados perdidos a favor do Estado os bens provenientes da prática de crimes, os criminosos celebram com terceiros negócios jurídicos, nomeadamente a venda de um bem para terceiro. Ora, para evitar que os criminosos alcancem esse objectivo, a lei vem dizer que o tribunal declara inválidos esses negócios.

No n.º 2 prevê-se que a parte que actuou de boa-fé possa receber o que desembolsou.

Algumas questões se colocam quanto à aplicação desta disposição legal.

O tribunal decide no processo criminal? Oficiosamente ou a requerimento? De que modo é chamado ao processo o terceiro interessado, para exercer a defesa dos seus direitos, designadamente para demonstrar que actuou de boa-fé?

Só a prática acabará por nos mostrar quais os procedimentos a tomar.

Artigo 45.º
Disposição dos bens declarados perdidos

Os bens e produtos do crime declarados perdidos nos termos do artigo 43.º reverterem a favor do Estado.

CAPÍTULO VII — COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL

CAPÍTULO VII Cooperação judiciária internacional em matéria penal

Artigo 46.º Dever de cooperação

As autoridades competentes promovem a mais ampla cooperação com as autoridades competentes de outros Estados para fins de cooperação judiciária internacional em matéria penal, nos termos da legislação interna e internacional aplicável.

A cooperação judiciária internacional em matéria penal é uma exigência das Convenções de Palermo e de Mérida e das Recomendações do GAFI.

Com efeito, tratando-se de criminalidade organizada e complexa que, pela sua natureza, é ainda transnacional, a cooperação internacional é essencial. Sem essa cooperação muitas investigações não terão sucesso.

Já percebemos que alguns dos crimes cometidos no âmbito deste tipo de criminalidade percorrem diversas fronteiras; uns crimes são cometidos num país e outros crimes noutros países. E o produto do crime pode vir a encontrar-se em qualquer outro lugar.

Na sociedade global em que vivemos, só uma eficaz capacidade de troca de informações entre as suas congéneres estrangeiras permitirá, quer às UIF, quer às polícias, quer ao Ministério Público, obter sucesso nas funções que lhes estão atribuídas.

Assim, para o êxito da investigação e para a localização, apreensão e declaração de perda dos bens, os países e diversas instituições internacionais devem manter uma estreita cooperação.

Na Convenção de Palermo (Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada internacional) encontramos os artigos 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º e 21.º que contêm as determinações sobre o que e como devem os países legislar nesta matéria.

Na Convenção de Mérida (Convenção das Nações Unidas contra a corrupção) é dedicado o capítulo IV (artigos 43.º, 44.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º e 50.º) a esta matéria.

Sobre a cooperação internacional o GAFI emitiu as Recomendações 36, 37, 38, 39 e 40.

A experiência revela que nem sempre as autoridades judiciárias estão familiarizadas com esta matéria, achando-a difícil por causa da barreira linguística e da diferença de legislação. A verdade é que a falta de experiência nos respectivos procedimentos os inibe.

Por isso, é muito importante que os magistrados (do Ministério Público ou judiciais) se esforcem por se iniciarem nesses procedimentos pois com a experiência verificarão que, afinal, não é assim tão complicado.

Na cooperação Judiciária Internacional Penal, Timor-Leste possui a Lei n.º 15/2011, de 26 de Outubro. Esta lei cumpre as determinações das Convenções de Palermo e de Mérida e do GAFI.

Mas antes de prosseguirmos, ver o que nos diz a **CRDTL** sobre direito internacional aplicável em Timor-Leste :

Artigo 9.º
(Recepção do direito internacional)

1. *A ordem jurídica timorense adopta os princípios de direito internacional geral ou comum.*
2. *As normas constantes de convenções, tratados e acordos internacionais vigoram na ordem jurídica interna mediante aprovação, ratificação ou adesão pelos respectivos órgãos competentes e depois de publicadas no jornal oficial.*
3. *São inválidas todas as normas das leis contrárias às disposições das convenções, tratados e acordos internacionais recebidos na ordem jurídica interna timorense.*

Leis Timorenses importantes em material de cooperação internacional:

• **Lei 15/2011, de 26 de Outubro.**

• **Lei 6/2012, de 12 Maio — Sobre Tratados Internacionais:**

- Artigo 1.º — Definições;
- Artigo 2.º — Classificação de Tratados;
- Artigo 8.º — Responsabilidade Internacional;

• Artigo 357.º do **Código de Processo Penal** — relações com autoridades estrangeiras:

As relações com as autoridades de outros países relativas à administração da justiça penal regulam-se pelos tratados e convenções internacionais e demais legislação avulsa relativa à cooperação judiciária.

Convenções a levar em consideração:

- Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — Ratificada pela Resolução do Parlamento Nacional, n.º 13/2009, de 6 de Maio;
- Convenção de extradição entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — Ratificada pela Resolução do Parlamento Nacional, n.º 15/2009, de 6 de Maio;
- Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — Ratificada pela Resolução do Parlamento Nacional, n.º 16/2009, de 6 de Maio.
- Código de Processo Civil (artigo 141.º):

Artigo 141.º

Formas de requisição e comunicação de actos

1.A prática de actos processuais que exijam intervenção dos serviços judiciários pode ser solicitada a outros tribunais ou autoridades por carta precatória ou rogatória, empregando-se a carta precatória quando a realização do acto seja solicitada a um tribunal ou a um cônsul timorense e a carta rogatória quando o seja a autoridade estrangeira.

É através de uma carta rogatória que uma autoridade judiciária timorense faz um pedido a uma autoridade judiciária estrangeira.

Um pedido de algo necessário para uma investigação ou um julgamento.

LEI N.º 15/2011, DE 26 DE OUTUBRO

Analisemos algumas normas desta lei. Ela regula a Cooperação Judiciária Internacional Penal.

Começemos por ver a sua estrutura:

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Capítulo I – Objecto, Princípios e Regras Gerais

Capítulo II – Processo em Geral

TÍTULO II – EXTRADIÇÃO

Capítulo I – Disposições gerais

Capítulo II – Extradicação Passiva.

Capítulo III – Extradicação Activa

Capítulo IV – Disposições Finais

Capítulo V – Regras especiais Relativas ao Processo Simplificado de Extradicação.

TÍTULO III – TRANSMISSÃO DE PROCESSOS PENAIS

Capítulo I – Delegação do Procedimento Penal nas Autoridades Judiciárias Timorenses.

Capítulo II – Delegação num estado Estrangeiro do procedimento Penal.

Capítulo III – Disposições Comuns

TÍTULO IV – EXECUÇÃO DE SENTENÇAS PENAIS

Capítulo I – Execução de Sentenças Penais Estrangeiras

Capítulo II – Execução no Estrangeiro de Sentenças Penais Timorenses

Capítulo III – Destino de Multas e Coisas Apreendidas e medidas Cautelares

Capítulo IV – Transferência de pessoas Condenadas

Secção I – Disposições Comuns

Secção II – Transferência para o estrangeiro

Secção III – Transferência para Timor-Leste

Secção IV – Informação sobre a Execução e Trânsito

TÍTULO V – VIGILÂNCIA DE PESSOAS CONDENADAS OU LIBERTADAS CONDICIONALMENTE

Capítulo I – Disposições Gerais

Capítulo II – Vigilância

Capítulo III – Vigilância e Execução de Sentença

Capítulo IV – Cooperação solicitada por Timor-Leste

Capítulo V – Disposições Comuns

TÍTULO VI – AUXÍLIO JUDICIÁRIO MÚTUO EM MATÉRIA PENAL

Capítulo I – Disposições Comuns às Diferentes Modalidades de Auxílio

Capítulo II – Pedido de Auxílio

Capítulo III – Actos Particulares de Auxílio Internacional

TÍTULO IV – DISPOSIÇÃO FINAL

Relativamente a esta lei, analisaremos algumas normas das disposições gerais e algumas do Título VI, sobre o Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal, matéria muito útil para o Ministério Público.

São as seguintes as formas de cooperação judiciária internacional penal → *art.º 1.º, n.º 1.*

- a) Extradicação;
- b) Transmissão de processos penais;
- c) Execução de sentenças penais;
- d) Transferência de pessoas condenadas a penas e medidas de segurança privativas da liberdade;
- e) Vigilância de pessoas condenadas ou libertadas condicionalmente;
- f) Auxílio judiciário mútuo em matéria penal.

Conforme determina o art.º 3º, a cooperação internacional rege-se pelas normas dos tratados entre Timor-Leste e outros países; na falta de tratados aplica-se o que determina a Lei 15/2011. O Código de Processo Penal aplica-se subsidiariamente.

Mas a cooperação através da Lei n.º 15/2011 decorrerá do princípio da reciprocidade, o que significa que Timor-Leste responderá ao solicitado na medida em que o país requerente também respondesse se Timor-Leste solicitasse a cooperação → *art.º 4.º, n.º 1).*

No entanto, apesar da falta de reciprocidade, Timor-Leste pode satisfazer um pedido de cooperação caso → *art.º 4.º, n.º 3.*

- a) Seja aconselhável em razão dos factos ou da natureza grave da criminalidade;
- b) Possa contribuir para melhorar a situação do arguido ou para a sua reinserção social;
- c) Sirva para esclarecer factos imputados a um cidadão timorense.

Um pedido de cooperação pode ser recusado nas situações indicadas nos artigos 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 17.º.

A Autoridade Central, entidade designada para a recepção e transmissão dos pedidos de cooperação, é a Procuradoria-Geral da República → *art.º 19.º.*

Recebido um pedido de cooperação internacional, a Procuradoria-Geral da República submete-o ao Ministro da Justiça para apreciar a respectiva admissibilidade → *art.º 19.º, n.º 2.*

Também um pedido de cooperação formulado por uma entidade de Timor-Leste é remetido ao Ministro da Justiça pela Procuradoria-Geral da República → *art.º 19.º, n.º 3.*

No entanto, como veremos de seguida (artigo 145.º), o procedimento relativo a pedidos de auxílio judiciário mútuo não precisa seguir este formalismo.

Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal (Título VI)

É através do auxílio judiciário que a autoridade judiciária de um país solicita a uma autoridade judiciária estrangeira a realização de determinadas diligências essenciais à investigação ou ao julgamento de um processo criminal.

TÍTULO VI AUXÍLIO JUDICIÁRIO MÚTUO EM MATÉRIA PENAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS DIFERENTES MODALIDADES DE AUXÍLIO

Artigo 138.º Princípio e âmbito

1 — O auxílio compreende a comunicação de informações, de actos processuais e de outros actos públicos admitidos pelo Direito de Timor-Leste, quando se afigurarem necessários à realização das finalidades do processo, bem como os actos necessários à apreensão ou à recuperação de instrumentos, objectos ou produtos da infracção.

2 — O auxílio compreende, nomeadamente:

a) A notificação de actos e entrega de documentos;

b) A obtenção de meios de prova;

c) As revistas, buscas, apreensões, exames e perícias;

d) A notificação e audição de suspeitos, arguidos, testemunhas ou peritos;

e) O trânsito de pessoas;

f) As informações sobre o Direito de Timor-Leste ou estrangeiro e as relativas aos antecedentes penais de suspeitos, arguidos e condenados.

3 — Quando as circunstâncias do caso o aconselharem, mediante acordo entre Timor-Leste e o Estado estrangeiro ou entidade judiciária internacional, a audição prevista na alínea d) do n.º2 pode efectuar-se com recurso a meios de telecomunicação em tempo real, nos termos da legislação processual penal de Timor-Leste, sem prejuízo do disposto no n.º10.

4 — No âmbito do auxílio, mediante autorização do Ministro da Justiça ou em conformidade com o previsto em tratados internacionais de que Timor-Leste seja parte, pode haver comunicação directa de simples informações relativas a assuntos de carácter penal entre autoridades timorenses e estrangeiras que actuem como auxiliares das autoridades judiciárias.

5 — O Ministro da Justiça pode autorizar a deslocação com vista à participação de autoridades judiciárias e de órgãos de polícia criminal estrangeiros em actos de carácter processual penal que devam realizar-se em território timorense.

6 — A participação referida no número anterior é admitida exclusivamente a título de coadjuvação da autoridade judiciária ou da polícia criminal timorense competente para o acto, onde a sua presença e direcção é sempre obrigatória, observando-se as disposições da lei processual penal, e sob condição de reciprocidade, de tudo se fazendo referência nos autos.

7 — O disposto no artigo 27.º é extensivo às diligências da competência das autoridades de polícia criminal, realizadas nas condições e dentro dos limites definidos pelo Código de Processo Penal.

8 — A competência a que se refere o n.º5 pode ser delegada na Autoridade Central ou, quando a deslocação respeitar exclusivamente à autoridade ou órgão de polícia criminal, no director da polícia de investigação.

9 — O disposto no n.º5 é correspondentemente aplicável aos pedidos de auxílio formulados por Timor-Leste.

10 — O disposto neste artigo não prejudica a aplicação de disposições mais favoráveis de tratados de que Timor-Leste seja parte.

Através do auxílio judiciário mútuo a autoridade competente requerente de um país pode solicitar à autoridade competente requerida informações ou a realização de actos.
→ *als. c) e d)*

Pode, também, solicitar a notificação de uma acusação ao arguido, a notificação de despacho que designe data para julgamento, uma sentença, entre outros → *als. a) e d)*
As peças processuais que se pretende que sejam notificadas a alguém devem, evidentemente, ser enviadas juntamente com o pedido. Da mesma forma, se a autoridade competente timorense pretende que uma autoridade estrangeira notifique alguém de uma acusação, deve remeter cópia dessa peça processual.

Também se podem obter elementos de prova através de exames às pessoas, aos lugares, às coisas, mesmo em locais não acessíveis ao público, dentro dos casos e pressupostos previstos na lei, solicitando-os à autoridade competente requerida. → *al. c)*

Podem ser solicitados exames médico-legais. → *al. c)*

Pode solicitar-se a recolha de elementos de prova, através de depoimentos, declarações.
→ *al. d)*

A autoridade competente requerente pode solicitar que sejam tomadas declarações a determinada pessoa sobre determinadas questões. → *al.d).*

Neste caso desses devem ser descritos os factos e quais as perguntas que devem ser feitas.

A audição pode ser feita por videoconferência. → *n.º3*

Pode ser autorizada a deslocação com vista à participação de autoridades judiciárias e de órgãos de polícia criminal estrangeiros em actos de carácter processual penal.

A autorização é dada pelo Ministro da Justiça mas este pode delegar essa competência na Autoridade Central (que em Timor-Leste é a Procuradoria-Geral da República — art.º 19º, n.º 1) ou no director da polícia de investigação no caso da deslocação respeitar exclusivamente a autoridade ou órgão de polícia criminal. → *n.ºs 5 e 8*

A delegação na Autoridade Central pode ser efectuada anualmente, a fim de evitar pedidos de última hora.

Ver:

Convenção de Palermo — art.ºs 18.º, n.ºs 3, 18, 22.º e 24.º, 2 b)

Convenção de Mérida — art.º41.º, 46.º, n.ºs 3 e 18 e 32.º, 2b) b)

Artigo 145.º
Processo

1 — *Os pedidos de auxílio que revistam a forma de carta rogatória podem ser transmitidos directamente entre autoridades judiciárias competentes, sem prejuízo da possibilidade de recurso às vias previstas no artigo 27.º*

2 — *A decisão de cumprimento das cartas rogatórias dirigidas a autoridades timorenses é da competência do juiz ou do Ministério Público, nos termos da legislação processual penal.*

3 — *Recebida carta rogatória que não deva ser cumprida pelo Ministério Público, é-lhe dada vista para opor ao cumprimento o que julgar conveniente.*

4 — *O cumprimento das cartas rogatórias é recusado nos casos seguintes:*

a) *Quando a autoridade rogada não tiver competência para a prática do acto, sem prejuízo da transmissão da carta rogatória à autoridade judiciária competente, se esta for timorense;*

b) *Quando a solicitação se dirigir a acto que a lei proíba ou que seja contrário à ordem pública timorense;*

c) *Quando a execução da carta rogatória for atentatória da soberania ou da segurança do Estado;*

d) *Quando o acto implicar execução de decisão de tribunal estrangeiro sujeita a revisão e confirmação e a decisão se não mostrar revista e confirmada.*

5 — *Os restantes pedidos, nomeadamente os relativos ao envio de certificado de registo criminal, à verificação de identidade ou à simples obtenção de informações, podem ser directamente transmitidos às autoridades e entidades competentes e, uma vez satisfeitos, comunicados pela mesma forma.*

6 — *O disposto no n.º 4 é aplicável, com as devidas adaptações, aos pedidos que não revistam a forma de carta rogatória.*

7 — *O disposto no n.º 3 é correspondentemente aplicável às rogatórias dirigidas às autoridades estrangeiras, emitidas pelas autoridades judiciárias timorenses competentes, sendo passadas sempre que estas entidades entenderem que são necessárias à prova de algum facto essencial para a acusação ou para a defesa.*

Artigo 153.º
Produtos, objectos e instrumentos do crime

1 — *A pedido de autoridade estrangeira competente, podem ser efectuadas diligências destinadas a averiguar se quaisquer produtos do crime alegadamente praticado se encontram em Timor-Leste, comunicando-se os resultados dessas diligências.*

2 — *Na formulação do pedido, a autoridade estrangeira informa das razões pelas quais entende que esses produtos se podem encontrar em Timor-Leste.*

3 — *A autoridade timorense providencia pelo cumprimento de decisão que decreta a perda de produtos do crime, proferida pelo tribunal estrangeiro, observando-se correspondentemente o disposto no título IV, na parte aplicável.*

4 — *Quando a autoridade estrangeira comunicar a sua intenção de pretender a execução da decisão a que se refere o número anterior, a autoridade timorense pode tomar as medidas permitidas pelo Direito de Timor-Leste para prevenir qualquer transacção, transmissão ou disposição dos bens que sejam ou possam ser afectados por essa decisão.*

5 — *As disposições do presente artigo são aplicáveis aos objectos e instrumentos do crime.*

Esta possibilidade de colaboração entre os Estados relativamente à detecção de bens e ao cumprimento de decisão que tenha decretado a perda de produtos de um crime (por vezes sucede que existe um primeiro pedido a solicitar a localização dos bens e a sua apreensão, e depois um segundo pedido a pedir a declaração de perda), proferida por um tribunal estrangeiro, é muito importante no combate à criminalidade económico-financeira, organizada e complexa.

Ver:

Convenção de Palermo: art.ºs 13.º e 14.º.

Convenção de Mérida: art.ºs 55.º e 57.º.

Os **requisitos dos pedidos** são os constantes dos artigos 21.º e 144.º da lei n.º 15/2011.

Artigo 21.º **Requisitos do pedido**

1 — O pedido de cooperação deve indicar:

- a) A autoridade de que emana e a autoridade a quem se dirige;
- b) O objecto e motivos do pedido;
- c) A qualificação jurídica dos factos que motivam o procedimento;
- d) A identificação do suspeito, arguido ou condenado, da pessoa cuja extradição ou transferência se requer e a da testemunha ou perito a quem devam pedir-se declarações;
- e) A narração dos factos proporcional à importância do acto de cooperação;
- f) O texto das disposições legais aplicáveis no Estado que o formula; (este requisito pode ser dispensado no auxílio judiciário mútuo — cfr. n.º3)
- g) Quaisquer documentos relativos aos factos.

2 — A autoridade competente pode exigir que um pedido formalmente irregular ou incompleto seja modificado ou completado, sem prejuízo da adopção de medidas provisórias, quando estas não possam esperar pela regularização.

3 — Em auxílio judiciário mútuo em matéria penal, o requisito da alínea f) do n.º1 pode ser dispensado.

Artigo 144.º **Conteúdo e documentos de apoio**

Além das indicações e documentos a que se refere o artigo 21.º, o pedido é acompanhado:

- a) No caso de notificação, de menção do nome e residência do destinatário ou de outro local em que possa ser notificado, da sua qualidade processual e da natureza do documento a notificar;
- b) Nos casos de revista, busca, apreensão, entrega de objectos ou valores, exames e perícias, de uma declaração certificando que são admitidos pela lei do Estado requerente ou pelo estatuto da entidade judiciária internacional;
- c) Da menção de determinadas particularidades do processo ou de requisitos que o Estado estrangeiro ou entidade judiciária deseje que sejam observados, incluindo a confidencialidade e prazos de cumprimento.

O pedido de auxílio judiciário reveste, em regra, a forma de carta rogatória. No plano interno, o formalismo a que deve obedecer a elaboração de uma carta rogatória encontra-se descrito nos artigos 21.º e 144.º da Lei 15/2011, de 26 de Outubro.

O enunciado da carta rogatória deve ser claro e inteligível, de modo a que a autoridade requerida possa perceber a questão em apreciação e cumprir o pedido de forma adequada.

Devem identificar-se as autoridades judiciárias, requerente e requerida, dentro do que for possível. A autoridade requerente, além do nome e endereço, deve indicar também o número de telefone e de fax e o endereço de correio electrónico.

Isso permitirá que a autoridade requerida possa efectuar um contacto rápido e eficaz no sentido de esclarecer alguma questão que surja no cumprimento do que lhe foi solicitado.

Devem ser descritos os factos que conduzem ao pedido, de forma clara e sucinta. O pedido propriamente dito deve ser claro e aparecer destacado.

Quando se solicita a notificação de alguém deve ser indicada a residência, bem como, qualquer outro local onde possa ser localizado, como, por exemplo, o local de trabalho. Deve ser indicada a qualificação jurídica dos factos e remeter cópia das disposições legais.

Deve ser dada atenção às especialidades a que alude o art. 144º, al.s b) e c) da Lei 15/2011.

Nos casos de revista, busca, apreensão, entrega de objectos ou valores, exames e perícias, previstos na alínea b), deverá juntar-se cópia certificada das disposições da lei timorense que admitem essas medidas.

Se para a lei timorense for exigido determinado formalismo para certos actos deve ser o mesmo solicitado, remetendo-se cópia da legislação que exige esse formalismo.

A estrutura de um pedido de cooperação assumirá a forma seguinte:

PEDIDO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL

CARTA ROGATÓRIA

Inquérito: n.º -----

Contra, entre outros:
(identificação do ou dos suspeitos ou arguidos),

Nome: ----- (com fotografia se existir)

B.I./ Passaporte: -----

Morada: -----

Profissão: -----

Autoridade requerida: Justiça de ----- (o país a que se destina)

Autoridade requerente: (indicar a entidade que solicita o pedido. É muito útil indicar o nome do magistrado titular do processo e os diversos contactos — telefone, fax, e-mail)

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

(Aqui deve descrever-se os factos em apreciação e a razão por que é necessária a cooperação internacional.)

QUALIFICAÇÃO JURÍDICA

Os factos objecto do presente inquérito são, assim, susceptíveis de integrarem, para além do mais, a prática dos crimes de:

-----, p. e p. pelos arts. do Código Penal.

DILIGÊNCIAS REQUERIDAS

(Deve, então, dizer-se o que se pretende: inquirição de testemunhas com indicação dos factos sobre que devem ser inquiridas, documentos que se pretendam, etc. Caso se pretenda que a testemunha, ou o perito, ou o arguido sejam ouvidos através de autoridade judiciária, deve salientar-se esse facto).

NORMAS LEGAIS APLICÁVEIS

(Os artigos do código penal relativos à incriminação, os artigos do código de processo penal que forem aplicáveis à situação concreta e a lei ao abrigo da qual é efectuado o pedido e que será ou a Lei n.º 15/2011, de 26 de Outubro ou alguma das Convenções acima referidas se o pedido for dirigido a algum dos Estados da comunidade dos países de língua portuguesa. Devem ir discriminados por diploma e devem seguir cópias em anexo)

Código Penal — artigos -----

Código de Processo Penal — artigos -----

Estas disposições legais seguem em anexo.

xx de mês de 20xx, Díli, Timor-Leste
O procurador da República
(nome e assinatura)

TRANSMISSÃO DO PEDIDO

O artigo 19.º estipula que a Autoridade Central, para efeitos de recepção e transmissão dos pedidos de cooperação abrangidos por aquele diploma legal, ou seja, em matéria de cooperação judiciária internacional em matéria penal, é a Procuradoria-Geral da República.

Em matéria de auxílio judiciário, a Lei n.º 15/2011 prevê, nos seus arts. 19º n.º 4 e 145º n.º 1, a possibilidade de transmissão directa do pedido entre autoridades judiciárias competentes.

PEDIDO DE NATUREZA URGENTE

Nestes casos, os pedidos deverão ser transmitidos através da INTERPOL.

Embora a lei n.º 15/2011 não disponha sobre essa matéria, qualquer pedido de cooperação deve ir na língua da autoridade a quem se dirige.

Depois de redigir a carta rogatória deve providenciar-se pela sua tradução. Só assim não seria, caso existisse acordo nesse sentido com algum país.

Artigo 47º
Natureza não política dos crimes

Não constitui causa de justificação dos crimes de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo a invocação ou mesmo a existência de motivos políticos.

CAPÍTULO VIII — DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO VIII ***Disposições finais e transitórias***

Artigo 48.º ***(Revogado)***

Este artigo continha a revogação ao n.º 6 do artigo 313.º

Artigo 49.º ***Entrada em vigor***

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Chegámos ao fim da análise da lei n.º 17/2011, de 28 de Dezembro.

Timor-Leste tem um sistema jurídico de prevenção e combate ao branqueamento de capitais, ao financiamento do terrorismo e à criminalidade organizada, económica e financeira, muito consistente e completo. Apenas se mostra necessário que os aplicadores do direito o conheçam a fundo e o apliquem efectivamente. É nosso desejo que este manual os possa auxiliar nessa tarefa.

BIBLIOGRAFIA

BRAGUÊS J.L. (2009). *O Processo de Branqueamento de Capitais*. Working Papers n.º 2/2009. <http://www.gestaodefraude.eu>

FONTANA A. & PEREIRA PEDRO G. (2012). *Using money laundering investigations to fight corruption in developing countries*. U4 ISSUE No9.

GODINHO J.A.F. (2001). *Do crime de Branqueamento de Capitais, Introdução e Tipicidade*. Almedina.

DUARTE J.M.V.M.(2002). *Branqueamento de Capitais O regime do DL. N.º 15/93, de 22 de Janeiro e a Normativa Internacional*. Universidade Católica Portuguesa.

MANI M. (2003). *L'Union Européenne dans la lutte contre le Blanchiment d'Argent*. Entre interest nationaux et communautaires. L'Harmattan.

BRANDÃO N. (2002). *Branqueamento de Capitais: o Sistema Comunitário de Prevenção*. Coimbra Editora.

JEREZ O. (2003). *Le Blanchiment de l'Argent*. 2ª edição. BANQUE.

Sítios da internet:

<http://www.fatf-gafi.org/>

<http://www.egmontgroup.org/>

<http://gopacnetwork.org/>

<http://www.apgml.org/>

PREVENSAUN NO KOMBATE BRANKEAMENTU KAPITÁL IHA TIMOR-LESTE

Lei n.º 17/2011, 28 Dezembru
Anotasaun

Margarida Bandeira de Lima

ÍNDISE

Introdusaun	111
Saida maka brankeamentu kapitál no tanba saida maka tenki kombate brankeamentu kapitál	113
Artigu 313.º brankeamentu Kapitál	119
Faze sira brankeamentu kapitál nian	125
Lei n.º 17/2011, 28 Dezembru	
Kapítulu I — Regra jerál	
Artigu 1.º — Objetu	135
Artigu 1.º-A — Defenisaun sira	135
Artigu 2.º — Ámbitu aplikasaun	136
Artigu 3.º — Entidades finanseira no la'os finanseira	136
Artigu 4.º — Kriasaun	139
UIF	139
Artigu 5.º — Natureza, organizasaun no funionamentu	139
Artigu 6.º — Kompeténsia sira UIF nian	139
Kapítulu II — Prevensaun	
Artigu 7.º — Obrigasaun atu deklarasaun transporte moeda ka títulu ba portadór negosiável	143
Artigu 8.º — Transparénsia kona-ba tranzasaun finanseira sira	145
Artigu 9.º — Transparénsia ema kolektiva no sentru interese kolektivu laho personalidade jurídika	146
Artigu 10.º — Identifikasaun kona-ba kliente sira hosi entidade finanseira no la'os finanseira	147
Artigu 11.º — Devér espesiál sira identifikasaun nian	151
Artigu 12.º — Programa internu prevensaun no kombate brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu	151
Artigu 13.º — Déver sira kona-ba transferénsia elektrónika	151
Artigu 14.º — Kontrolu espesiál ba tranzasaun balu	153
Artigu 15.º — Arkivu rejistu nian	154
Artigu 16.º — Prevensaun brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu iha entidade finanseira no la'os finanseira sira	154
Artigu 17.º — Kumprimentu obligasaun sira hosi subsidiári no filiál sira	155
Artigu 18.º — Kazinu sira	155
Artigu 19.º — Organizaasaun sira ne'ebé la buka lukru	156
Kapítulu III — Detesaun brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu	
Artigu 20.º — Konfidensialidade	157
Artigu 21.º — Asesu ba informasaun	157
Artigu 22.º — Violaasaun ba obligasaun atu informa	158
Artigu 23.º — Devér komunikaasaun nian	159
Artigu 23º-A — Inzensaun responsabilidade	160
Artigu 24.º — Suspensaun tranzasaun	161
Artigu 25.º — Bandu atu fó-sai informasaun konfidensiál	162
Artigu 26.º — Denúncia obrigatória	162

Kapítulu IV — Supervizaun no rejime sansionatóriu	
Artigu 27.º — Funsauun no kompeténsia sira	163
Artigu 28.º — Dispozisaun espeisial sira kona-ba haruka osan ka servisu transferénsia valór	164
Artigu 29.º — Rejistu atividade no profisaun la'os finanseira sira-seluk	164
Artigu 30.º — Kontraordenasauun	164
Artigu 31.º — Sansauun administrativa sira	165
Artigu 32.º — Viola-sauun ba devér sira hosi parte entidade finanseira no la'os finanseira sira	165
Kapítulu V — Rejime espeisial halibur prova, kebra segredu profesionál no lakon sasán	
Artigu 32.º-A — Ámbitu aplikasauun	167
Artigu 33.º — Intersesaun no registu	168
Artigu 33.º-A — Buska no apreensaun	169
Dekretu-lei n.º 4/2006, loron ida fulan-Marsu (regime espeisial iha ámbitu prosesuál penál ba kazu terrorizmu, kriminalidade violenta ka altamente organizada)	171
Artigu 33.º-B — Ajente infiltradu sira	173
Artigu 34.º — Okultasauun identidade no protesauun sasin nian	176
Lei n.º 2/2009, loron 6 fulan-Maio, kona ba protesauun sasin sira-nian	177
Kapítulu VI — Medida sira	
Artigu 35.º — Medida provizória sira	178
Artigu 35.º-A — Apreensaun sira	180
Artigu 35.º-B — Kebra segredu profesionál	181
Artigu 126.º Kódigu prosesu penál	182
Artigu 35.º-C — Kontrolu konta sira	183
Artigu 36.º — Konjelamentu sasán sira ne'ebe iha relasauun ho finansiamentu terrorizmu	184
Artigu 37.º — Brankeamentu kapitál	185
Artigu 38.º — Finansiamentu terrorizmu	185
Artigu 39.º — (revogadu)	185
Artigu 40.º — (revogadu)	185
Artigu 41.º — (revogadu)	185
Artigu 42.º — Responsabilidade ema kolektivu sira-nian	185
Artigu 43.º — Perda hodi favorese Estadu	186
Artigu 102.º no 103.º kódigu penál	187
Artigu 44.º — Invalidade negósio juridiku	192
Artigu 45.º — Dispozisaun kona-ba sasán sira ne'ebe deklarala lakon	192
Kapítulu VII — Kooperasaun judisiária internasionál iha materia penál	
Artigu 46.º — Devér kooperasaun	193
Artigu 141.º Kódigu prosesu sivil	195
Lei 15/2011, loron 26 fulan-Outubru (Auziliu judisiáriu mútuu iha matéria penál)	195
Artigu 47.º — Natureza la'os polítika ba krime	202
Kapítulu VIII — Dispozisaun finál no tranzitória sira	
Artigu 48.º — (revogadu)	203
Artigu 49.º — Tama iha vigór	203
Bibliografia	205

INTRODUSAUN

Manuál ida-ne'e atu halo análize no kumentáriu ba artigu oioin Lei n.º 17/2011, lora 28 fulan-Dezemburu, ho alterasaun sira ne'ebé bazeia ba Lei n.º 4/2003 III, kona-ba rejime jurídku prevensaun no kombate brankeamentu kapitál no finansiametu terrorizmu.

Maibé análize ida-ne'e liuliu kona-ba matéria ne'ebé relaciona ho brankeamentu kapitál, iha referénsia balu de'it kona-ba kombate finansiametu terrorizmu.

Ami lakohi hala'ó estudu kompletu ida, maibé hakarak esplika ho dalan ne'ebé klaru no simplés saida maka brankeamentu kapitál no analiza mekanizmu sira ne'ebé lejizlasaun Timór nia iha atu kombate krime ida-ne'e.

Importánsia kombate brankeamentu kapitál bazeia ba ideia liuliu liuhosi kombate ida-ne'e maka bele kombate kriminalidade sira-seluk, porezemplu korrupsaun.

Órgaun sira polísia kriminál, majistradu Ministériu Públiku no juís sira tenki koñese mekanizmu hirak-ne'e, hodi nune'e bele uza mekanizmu hirak-ne'e ho efikás.

Manuál ida-ne'e inklui CD ida ho apresentasaun iha power point, kona-ba matéria ne'ebé analiza iha-ne'e, krime sira komete bainhira hala'ó funsaun públika no kazu práttiku balu, dalaruma bele uza CD ida-ne'e ba formasaun.

Margarida Bandeira de Lima

Prokuradora Repúblika iha Portugal no
Asesora Antikorrupsaun nian iha Programa FOTI Timor-Leste

SAIDA MAKA BRANKEAMENTU KAPITÁL NO TANBA SAIDA MAKA TENKI KOMBATE BRANKEAMENTU KAPITÁL?

Kombate korrupsaun, nune'e mós kombate krime sira-seluk ne'ebé iha relasaun ho krime korrupsaun, sai asuntu atuál iha país hotu-hotu iha mundu. Iha realidade, ema sira hatene tipu krime ida-ne'e, ne'ebé korrompe no estraga ekonomia país nian. Korrupsaun fó-dalan ba tipu krime sira-seluk (ekonómiku/finanseiru no organizado) ne'ebé mosu iha país ida, hamosu no aumenta dezigualdade sosiál.

Krime hanesan tráfikú estupefasiante, korrupsaun, terrorizmu no brankeamentu kapitál hetan proporsaan boot ne'ebé lori comunidade internasionál ta'u hamutuk esforsu hodi kombate tipu krime ida-ne'e, ne'ebé dalabarak kompleksu no organizado.

Iha ligasaun ne'ebé momos entre korrupsaun no forma tipu krime sira-seluk, liuliu kriminalidade organizada no brankeamentu kapitál.

Iha opiniaun atuál hatudu katak korrupsaun tenki kombate liuhosi prevensaun no represaun. Ba prevensaun papél sociedade sivil nian maka importante tebetebes. Bainhira sociedade sivil hetan informasaun barak liu, sei prepara an di'ak liu atu ezije ba ninia governante sira, komportamentu sira-ne'ebé di'ak.

Iha sorin seluk, vertente represaun inklui mós prevensaun jerál no espeisial, liuhosi prova katak krime sei la lori benefisiu. Esperiansia hatudu katak bainhira iha probabilidade atu deskobre krime nian aumenta maka korrupsaun sei tuun, nune'e mós bainhira iha probabilidade atu deskobre krime nian tuun maka korrupsaun sei aumenta.

Ema barak liu konkorda katak kombate korrupsaun presiza sistema ne'ebé efikás ba prevensaun no kombate brankeamentu kapitál no país ida iha-ne'ebé sistema kapitál funsiona ho razoavel hamenus dalan atu fundu ilísitu sira sai ba fatin seluk, no la fó motivaun ba atividade kriminoza sira.

Kontráriu, bainhira la uza mekanizmu kombate brankeamentu kapitál, sei la kombate korrupsaun grave ho efikás (korrupsaun grave maka korrupsaun ne'ebé uza osan barak, hamosu dezigualdade sosiál no tau iha risku estadu sosiál direitu).

Efisiénsia kombate brankeamentu kapitál no korrupsaun depende koñesimentu ne'ebé maka autoridade sira iha kona-ba lei plikavel no prosedimentu sira investigasaun no desizaun nian.

Atu to'o ba objetivu ida-ne'e, instituisaun oioin tenki kolabora no koordena entre sira.

Tenki halo no insentiva diálogo, kooperasaun no partilla informasaun.

Dala barak la iha konfiansa entre instituisaun sira impede kolaborasaun no koordenaun esforsu sira. Ida-ne'e lori konsekuénsia ba diploma legál sira ne'ebé ho objetivu fasilita hodi kombate brankeamentu kapitál no korrupsaun sai la efikás total.

Komunidade internasionál deside katak dalan ne'ebé di'ak liu ka nune'e mós dalan úniku atu kombat kriminalidade ida-ne'e maka identifika, lokaliza no prende produktu krime nian, tanba motivu hosi prátika krime ida-ne'e nian maka lukru ho exesaun krime terrorizmu¹.

Dalan ida ne'ebé uza atu prevene no kombat krime organizadu no/ka krime ekonómiku-finanseiru maka prevensaun no kombat brankeamentu kapitál liuhosi rejime jurídiku espesial.

Entaun, mai ita ko'alia kona-ba lei n.º 17/2011, lora 28 fulan-Dezembu, kona-ba prevensaun no kombat brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu no ita ba analiza mós lei relasionada sira-seluk, iha abordajen ida ne'ebé ita fi'ar katak bele sai útil ba ema sira ne'ebé aplika direitu.

SAIDA MAKA BRANKEAMENTU KAPITÁL?

Brankeamentu kapitál maka hahalok ida ne'ebé ema ida halo bainhira hakarak atu subar orijin kriminoza kona-ba sasán no produktu nian, halo finje katak sasán no produktu sira-ne'e iha orijen legál. Ida-ne'e maka definisaun simplés liu no dala barak hetan iha estudu.

Iha estudu hirak-ne'e, konsidera katak espresaun **brankeamentu** mosu iha Estadu Unidus Amérika nian iha 1920, tanba gangster uza empreza lavandaria atu transforma osan ne'ebé simu ho dalan ilísita (baibain osan hirak-ne'e mai hosi kontrabandu álkool no la selu impostu) iha osan legál².

Gangsters sira harii empreza falsa hodi halo finje katak osan ne'ebé sira iha, ne'e mai hosi atividade komérsiu nian. Baibain *gangster* harii *lavandaria* sira no ho nune'e maka mosu naran brankeamentu no ho koinsidénsia maka di'ak liu mós ba konseitu ida-ne'e.

Maibé, iha tempu *gangster* nian la konsidera krime bainhira ema subar lukru hosi krime bida ka koko halo finje katak lukru hirak-ne'e mai hosi atividade lísita.

Kriminozu sira bele hetan osan barak bainhira halo krime no tanba ne'e kriminozu sira subar orijen ilísita ida-ne'e atu la hetan ka'er (ba krime ida-ne'e) no atu la lakon lukru ida-ne'e.

Maibé, ita haforsa katak iha altura ne'ebá hahalok ida-ne'e la'ós krime.

Ho **Konvensaun Viena 1988**³, ne'ebé mosu hahalok ne'ebé sei konstitui tipu legál brankeamentu kapitál.

Ita haree parte hosi artigu 3.º Konvensaun ida-ne'e:

1. Maibé, atu prevene krime terrorizmu maka sai importante mós atu identifika no deteta movimentu finanseiru sira.

2. Haree José Luis Braguês "O Processo de Branqueamento de Capitais", Working Papers, n.º 2/2009. <http://www.gestaodefraude.eu>

3. Konvensaun Nasoins Unidas nian Kontra Tráfiku ilísitu Estupefasiante no Substánsia Psikotrópika iha-ne'ebé ninia ratifikasaun Timor-Leste hahú tiha ona.

Artigu 3.º
Infrasaun no sansaun sira

1 — Parte sira foti medida nesesária atu tipifika infrasaun penal sira iha direitu internu ida-idak nian, bainhira hala'o ho intenssaun.

a):

i) Produsaun, fabriku, estrasaun, preparasaun, oferta, komersializasaun, distribuisaun, faan, entrega iha kualkér kondisaun, korretajen, enviu, espedisaun iha tranzitu, transporte, importaun ka esportasaun kualkér estupefasiante no substánsia psikoatópika ne'ebé viola violasaun dispozisaun sira Konvensaun 1961, Konvensaun 1961 nian ne'ebé hetan alterasaun ka Konvensaun 1971 nian;

ii) Kuda dormideira, ai-horis koka ka ai-horis kannabis ba produsaun estupefasiante ne'ebé viola dispozisaun sira Konvensaun 1961 no Konvensaun 1961 nian ne'ebé hetan alterasaun;

iii) Detensaun ka sosa estupefasiante ka substánsia psikoatópika ba kualkér atividade ne'ebé maka iha alínea i);

iv) Halo, transporte ka distribuisaun ekipamentu, materiál ka substánsia sira iha Tabela I no II, ho koñesimentu katak hirak-ne'e sei ba uza iha ka ba kultivu, produsaun ka halo ilísitu kona-ba estupefasiante ka substánsia psikoatópika sira;

v) Organizasaun, diresaun ka finansiamentu ba kualkér infrasaun sira ne'ebé maka iha alínea i), ii), iii) ka iv);

b):

i) Konversaun ka transferénsia sásan sira, hatene katak sásan sira-ne'e mai hosi kualkér infrasaun sira ne'ebé maka hateten iha alínea a) n.º 1 artigu ida-ne'e, ka mai hosi partisipasaun iha infrasaun hirak-ne'e ida, ho objetivu atu subar ka disimula orijin ilísita sásan sira-ne'e ka tulun ema ne'ebé maka pratika infrasaun hirak-ne'e hodi halai sees hosi konsekuénsia jurídika ba sira-nia hahalok sira;

ii) Okultasaun ka disimulasaun natureza loloos, orijen, lokalizasaun, dispozisaun, movimentasaun, propriedade ka direitu sira-seluk kona-ba sasán, hatene katak sasán hirak-ne'e mai hosi infrasaun sira ne'ebé hateten iha alínea a) n.º 1 artigu ida-ne'e ka hahalok partisipasaun iha infrasaun hirak-ne'e;

c) Ho resepitu ba prinsipiu konstitusionál no konseitu fundamentál ba sistema jurídiku ida-idak nian:

i) Sosa, detensaun ka uzu sasán⁴, iha momentu simu sasán, hatene katak sasán hirak-ne'e mai hosi kualkér infrasaun sira ne'ebé hateten iha alínea a) n.º 1 artigu ida-ne'e ka hahalok partisipasaun iha infrasaun hirak-ne'e;

ii) Detensaun ekipamentu, materiál ka substánsia sira-ne'ebé iha Tabela I no II, hatene katak ekipamentu, materiál ka substánsia hirak-ne'e uza iha ka ba kuda, produsaun ka fabriku estupefasiante ka substánsia psikoatópika;

iii) Motivasaun ka apelu ba ema seluk iha públiku, ho kualkér meiu, atu komete kualkér infrasaun sira ne'ebé hateten iha artigu ida-ne'e ka atu uza estupefasiante ka substánsia psikoatópika ho ilísitu;

iv) Partisipasaun iha pratika infrasaun ida ne'ebé hateten iha artigu ida-ne'e, ka asosiasaun ka konspirasaun, tentativa no fó tulun, fasilitasaun ka akonsellamentu kona-ba pratika infrasaun sira-ne'e.

(...)

Iha alínea i), ii), iii) no iv) hosi alínea a) tipifika hahalok sira ne'ebé iha relasaun ho produsaun, fabriku, kuda, detensaun, oferta, komersializasaun, distribuisaun, enviu, transporte, no atividade sira-seluk, kona-ba estupefasiante no substánsia psikoatópika.

4. Ami maka subliña.

Iha alínea i) no ii) hosi alínea b) iha hahalok sira ne'ebé sei konsidera nu'udar krime brankeamentu kapitál, maibé iha data ne'ebé konvensaun ne'e moris la uza naran ida-ne'e.

Ho Kovensaun Viena nian maka foin hahú kriminalizasaun hahalok ne'ebé ho objetivu subar orijem kriminoza sasán no produitu sira ne'ebé mai hosi tráfikú estupefasiente (baibain bolu tráfikú droga), tanba antes krime brankeamentu la iha.

Maibé, tanba tráfikú estupefasiente lori lukru boot tebetebes, comunidade internasionál komprende katak kombate krime ida-ne'e tenki liuhosi apreensaun no deklarasaun perda lukru hirak-ne'e no liuhosi **punisaun ba hahalok sira ne'ebé ho objetivu disimula no subar orijin kriminoza lukru hirak-ne'e.**

Ho razaun ida-ne'e, ema sira-ne'ebé subar orijin (kriminoza) produitu sira ne'ebé mai hosi tráfikú estupefasiente, la'ós halo de'it krime tráfikú estupefasiente, maibé halo mós krime brankeamentu kapitál.

To'o iha momentu ida-ne'e, karik ema ruma halo krime tráfikú estupefasiente sei hetan punisaun no karik lakon sasán sira ne'ebé direktamente iha relasaun ho krime, porezemplu, osan ne'ebé maka prende tiha hafoin hala'o buska ida.

Maibé karik ema ne'ebé halo krime, uza tiha ona osan ne'e hodi sosa uma, ka transfere tiha osan ba konta ema seluk nian (porezemplu, feen, oan), la bele prende osan ida-ne'e; no ema ne'ebé halo krime sei la hetan punisaun bainhira konverte no transfere osan ida-ne'e, subar ninia orijin kriminoza.

Ho Konvensaun Viena, situasaun ida-ne'e muda. Ema ne'ebé subar ka disimula lukru hosi krime tráfikú estupefasiente halo mós krime brankeamentu kapitál.

Maibé kriminalizasaun ida-ne'e aplika de'it ba trafiku estupefasiente.

To'o agora, globalizasaun sosiedade nian hamosu globalizasaun krime balu ne'ebé krime hirak-ne'e sai tranznasionál.

Kriminalidade sai organizada no kompleksa tebetebes, lori lukru ne'ebé boot tebetebes ba kriminozu sira, ne'ebé maka hetan moris di'ak no dala barak sai emprezáriu sira ne'ebé maka susesu. Tanba ne'e bolu krime ida-ne'e "krime gola mutin".

Tanba kriminozu sira iha objetivu atu hetan lukru boot, maka dalan di'ak liu atu kombate kriminalidade ida-ne'e maka hasai lukru hirak-ne'e hosi kriminozu sira.

Komunidade internasionál deside katak presiza fó punisaun mós ba brankeamentu sasán no produitu sira ne'ebé maka hetan ho prátika krime sira-seluk.

Tanba ne'e, mosu Konvensaun Palermo⁵ tinan 2000, nu'udar Konvensaun Nasoins Unidas nian kontra Kriminalidade Organizada Tranznasionál, ne'ebé Timor-Leste ratifika liuhosi Rezolusaun n.º 26/2009 Parlamentu Nasionál, lora 9 fulan-Setembru.

5. Naran Konvensaun Palermo tanba konvensaun ida-ne'e asina iha Palermo rai Itália.

Konvensaun ida-ne'e hamosu duni tipu legál brankeamentu kapitál.

Ita haree parte artigu 6° Konvensaun ida-ne'e:

Artigu 6.º

Kriminalizasaun brankeamentu produktu krime nian

1. Estadu Parte ida-idak, haktuir prinsípiu fundamentál sira ninia direitu internu nian, sei halo lei nomedida sira-seluk ne'ebé konsidera nesésáriu atu kriminaliza hanesan infrasaun penál, bainhira halo ho intensaun:

a)

i) Konversaun ka transferénsia sásan, bainhira autór hatene katak sasán hirak-ne'e mai hosi krime, ho objetivu atu subar ka disimula orijin ilísita sasán ka atu tulun ema ruma hodi envolve iha prátika infrasaun prinsipál hodi halai-sees hosi konsekuénsia jurídika ba sira-nia hahalok sira;

ii) Subar ka disimulasaun natureza loloos, orijen, lokalizasaun, dispozisaun, movimentasaun ka propriedade sasán ka direitu ne'ebé maka relasiona ho sasán hirak-ne'e, bainhira autór hatene katak sasán hirak-ne'e mai hosi krime;

b) *No, haktuir konseitu fundamentál ninia ordenamentu jurídiku:*

i) Sosa, pose ka utilizasaun sasán, bainhira ema ne'ebé maka sosa, posui ka uza sasán hirak-ne'e, hatene katak sasán hirak-ne'e -ne'e mai hosi krime bainhira nia simu sasán hirak-ne'e;

ii) Partisipasaun iha prátika infrasaun ida ne'ebé hateten iha artigu ida-ne'e ka asosiasaun, konspirasaun, tentativa ka kumplicitade ho objetivu atu halo infrasaun hirak-ne'e no fó tulun, assisténsia, fasilitasaun no akonsellamentu kona-ba prátika infrasaun sira-ne'e.

2. Ba efeitu sira aplikasaun n.º 1 artigu ida-ne'e:

a) Estadu Parte ida-idak iha kompromisu atu aplika n.º 1 artigu ida-ne'e ba infrasaun principal hotu-hotu ne'ebé maka posível;

(...)º

No, hanesan maka ita bele lee iha n.º 2, Konvensaun ezije ba Estadu Parte hotu-hotu atu aplika infrasaun brankeamentu kapitál, nu'udar define ona iha Konvensaun, ba **“Infrasaun prinsipál hotu-hotu ne'ebé maka posível”**.

Iha tinan sira ne'ebé foin lalais, nasaun barak aumenta punisaun brankeamentu ba krime hotu-hotu ne'ebé maka lori lukru ka proventu.

Atu eziste krime brankeamentu kapitál maka presiza eziste uluk krime ne'ebé maka lori lukru no tuirmai tenki iha hahalok atu subar orijin kriminoza hosi lukru hirak-ne'e.

Krime brankeamentu kapitál maka krime ida ne'ebé hala'o hafoin krime seluk ne'ebé lori lukru ka proventu ba ninia autór.

Ita imajina, ema ne'ebé hala'o krime korrupsaun no manán osan barak liu ho krime ida-ne'e; porezemplu: funsionáriu importante ida hosi departamentu Estadu nian ne'ebé simu osan ho montante boot hosi empreza konstrusaun nian atu empreza ida-ne'e manán konkursu ba obra públika, maski empreza la iha kondisaun sira ne'ebé di'ak liu

6. Ami maka subliña.

atu manán konkursu.

Saida maka funsionáriu sei ba halo ho osan ida-ne'e? Loos duni katak, bainhira funsionáriu derepente iha osan barak hamosu suspeitu no osan ne'e bele prende durante investigasaun.

Entaun, saida maka funsionáriu koko atu halo maka kria situasaun ne'ebé maka parese osan ne'e iha órijin lísita. Atu halo ida-ne'e, funsionáriu bele uza métodu simplés ka métodu avansadu tebetebes.

Porezemplu, Ninia feen ka família ruma bele iha ka loke konta iha banku Singapura ka Hong Kong no osan ne'ebé mai hosi korrupsaun sei ba rai iha konta ida-ne'e. No hafoin sei halo transferénsia hosi konta ida-ne'e ba konta seluk funsionáriu ne'e nian.

Iha kazu ida-ne'e funsionáriu halo krime korrupsaun, tanba nia simu osan hodi fó preferénsia ba empreza ida iha konkursu públiku ida (prátika hahalok ne'ebé viola ninia devér servisu nian⁷). Funsionáriu halo mós krime brankeamentu kapitál ho operasaun transferénsia osan ba konta ema seluk nian ho objetivu atu subar ka disimula órijin ilísita osan ida-ne'e⁸.

Iha kazu ida-ne'e, krime brankeamentu kapitál hala'o iha forma ne'ebé simplés tebetebes, la uza prosedimentu ne'ebé avansadu tebetebes.

Objetivu brankeamentu kapitál maka la'ós lukru, tanba lukru ida-ne'e hetan tiha ona bainhira halo krime subjásente; objetivu brankeamentu nian maka atu subar orijin kriminoza lukru ida-ne'e.

Komunidade internasionál halo ona esforsu sira atu aumenta número tipu krime ne'ebé bele hamosu prátika brankeamentu kapitál.

Maski, Estadu balu hili tipu krime ne'ebé diferente.

Krimi sira ne'ebé lori lukru hirak-ne'e bolu nu'udar **krime presedente, subjásente ka infrasaun prinsipál sira** (iha naran barabarak no ita bele hili ida).⁹

Krime ne'ebé lori lukru { **subjásente**
presedente
prinsipál

Timor-Leste mós fó punisaun ba brankeamentu kapitál, no tipu legál krime ida-ne'e nian hateten iha artigu 313º Kódigu Penál, ne'ebé maka ita sei ba analiza tuirmai.

7. Lee artigu 292.º, n.º 1 kódigu penál.

8. Lee artigu 313.º, n.º 1, al.a) kódigu penál.

9. Infrasaun subjásente maka infrasaun ne'ebé hamosu produktu ba brankeamentu kapitál. Paul Allan Schott. Guia de Referência ABC/CFT.

Artigu 313.º Kódigu Penál uza espresaun subjásente; haree n.º 2, 5 no 8.

ARTIGU 313.º KÓDIGU PENÁL

Artigu 313.º **Brankeamentu kapitál**

1. *Ema ne'ebé hatene katak sasán ka produktu sira mai hosi prátika krime, krime terrorizmu, tráfikú arma ka produktu nukleár, tráfikú ka faan ema, pornografia ne'ebé envolve ema menór, korrupsaun, burla ka estorsaun, fraude fiskál, tráfikú espésie protejida no tráfikú órgaun ka tesidu ema nian ka krime grave sira-seluk, iha kualkér forma kompartisipasaun, ne'ebé pena prizaun ho ninia limite mínimu tinan 2¹⁰ ba leten:*

a) Konverte, transfere, tulun ka fasilita operasaun balun hodi konverte ka transfere sasán ka produktu hirak-ne'e, tomak ka balun, direta ka indiretamente, ho objetivu atu subar ka disimula ninia orijin ilísita ka ajuda ema ida ne'ebé implika iha prátika kualkér infrasaun hirak-ne'e hodi halai-sees hosi konsekuénsia jurídika ba sira hahalok sira; ka

b) Subar ka disimula natureza loloos, orijen, lokalizasaun, dispozisaun, movimentasaun ka propriedade sasán ka produktu hirak-ne'e ka diretu sira ne'ebé maka relaciona ho sasán no produktu hirak-ne'e;

c) Hetan ka simu vantajen hirak-ne'e ba kualkér titulu ka uza ka detein ka konserva, sei hetan punisaun ho pena prizaun hosi tinan 4 to'o tinan 12.

2. *Hahalok sira ne'ebé prevee iha alínea a) to'o c) número anteriór sei hetan mós punisaun bainhira faktu sira kona-ba krime subjasente pratika tiha liur hosi territóriu nasional ka bainhira la hatene iha-ne'ebé faktu sira ne'e pratika, ka identidade autór sira-nian.*

3. *Koñesimentu, intensaun ka objetivu ne'ebé maka presiza hanesan elementu sira ne'ebé maka konstitui krime bele hosi sirkunstánsia faktuál efetiva no konkreta.*

4. *La presiza kondensaun prévia ba ajente ba prátika krime subjasente atu demonstra no prova orijin ilísita rendimentu nian.*

5. *Infrasaun subjasente inklui krime sira ne'ebé hala'o liur hosi territóriu nasional, bainhira hahalok sira konstitui krime iha Estadu ne'ebé maka hahalok ne'e pratika no iha territóriu Timor-Leste nia laran.*

6. *Krime brankeamentu kapitál la aplika ba ema sira ne'ebé halo krime subjasente¹⁰.*

7. *Tentativa brankeamentu kapitál sei hetan punisaun no bele sai objetu redusaun pena iha termu jerál.*

8. *Punisaun ne'ebé prevee ba prátika faktu ilísitu típiku sira ne'ebé iha alínea a) to'o c) número 1 la bele liu limite másimu ba infrasaun subjasente ne'ebé maka iha relasaun ho faktu hirak-ne'e.*

N.º 1

Número ida-ne'e hateten katak sei hetan punisaun ba hahalok sira iha alínea a), b) no c) (konversaun no transferénsia sasán ka produktu, subar ka disimulasaun natureza, lokalizasaun, akizisaun ka resebimentu sasán ka produktu hirak-ne'e) ne'ebé ho objetivu atu subar orijin kriminoza sasán sira ne'ebé mai hosi prátika krime:

- terrorizmu,
- tráfikú arma ka produktu nukleár,
- tráfikú ka faan ema,
- pornografia ne'ebé envolve ema menór,
- korrupsaun,

10. Alterasaun bazeia ba Lei n.º 4/2013 III, loran 14 fulan-Agostu (haree Jornál Repúblika, loran 11 fulan-Setembru 2013, Deklarasaun Republikasaun).

11. Número ida-ne'e hetan tiha revogasaun iha 28 fulan-Dezembru 2011 hosi artigu 48º Lei n.º 17/2011.

- burla ka estrosaun,
- fraude fiskál,
- tráfikú espésie protejida sira,
- tráfikú órgaun ka tesidu umanu,
- krime grave sira-seluk ne'ebé ninia limite mínimu pena prizaun boot liu tinan rua.

Atu dehan katak krime brankeamentu kapitál sei verifika de'it bainhira

- mosu krime presedente ruma ne'ebé hatudu iha n.º 1;
- krime ida-ne'e hamosu proventu (sasán, osan);
- mosu hahalok balu hosi alínea a), b) ka c) – subar orijen kriminoza ba proventu.

Porezemplu,

Señór ida ne'ebé riku tebetebes rai ninia osan iha estranjeiru tanba lakohi atu família hatene katak nia iha osan ne'e. Señór ne'e halo krime brankeamentu kapitál ka la'e?

La'e. **No tanba sá?**

Tanba osan ida-ne'e la iha orijin kriminoza.

La iha krime presedente.

Bainhira ema ruma lori pasta nakonu ho osan ka iha konta bankária ho osan barak, la dehan katak halo krime brankeamentu kapitál.

Ka bainhira ema ruma subar osan, porezemplu transfere osan ba rai liur, la dehan katak halo krime brankeamentu kapitál.

Atu halo krime brankeamentu kapitál, presiza, osan ka sasán hirak-ne'e mai hosi orijen kriminoza.

No la'ós krime hotu-hotu krime presedente. Krime presedente maka krime sira ne'ebé refere iha n.º 1 artigu 313.º, ka kualkér krime ne'ebé pena prizaun ho ninia limite mínimu tinan 2 ba leten.

Bainhira halo krime presedente hirak-ne'e ida no ema ruma (autór¹², ka ema seluk), halo asaun ruma ne'ebé maka hateten iha alínea a), b) ka c), hatene katak sasán ka produktu sira mai hosi krime presedente hirak-ne'e, ema ne'e halo krime brankeamentu kapitál.

Hirak-ne'e maka asaun típika krime brankeamentu kapitál.

a) Konverte, transfere, tulun ka fasilita operasaun balun hodi transfere sasán ka produktu hirak-ne'e, tomak ka balun, direta ka indiretamente, ho objetivu atu subar ka disimula ninia orijin ilísita ka ajuda ema ida ne'ebé implika iha prátika kualkér infrasaun hirak-ne'e hodi halai-sees hosi konsekuénsia jurídika ba sira hahalok sira.

¹² Hanesan maka refere iha nota n.º 11, ho entrada vigór lei n.º 17/2011, loraun 28 fulan-Dezemburu, revoga ona n.º 6 artigu 313.º ne'ebé hateten katak krime brankeamentu kapitál la aplika ba ema sira ne'ebé halo krime subjasente.

Iha asaun sira iha alínea a) sasán sira konverte hosi forma ka tipu ida ba forma ka tipu seluk, porezemplu, uza osan ne'ebé maka hetan ilisitamente hodi sosa uma ka rai, ka faan sasán ida ne'ebé maka hetan tiha ilisitamente, ka sei transfere hosi fatin ida ba fatin seluk ka hosi konta bankária ida ba konta bankária seluk.

Konversaun ka transferénsia tenki doloza, atu dehan katak, arguidu tenki hatene katak sasán ne'ebé maka transfere ka konverte mai hosi orijin kriminoza no ninia objetivu maka atu subar ka disimula orijin ida-ne'e, (porezemplu, tulun hodi evita atu sasán hirak-ne'e la deskobre) ka tulun ema ruma hodi halai-sees hosi responsabilidade kriminál ho krime iha-ne'ebé maka fó orijin ba sasán hirak-ne'e.

b) Subar ka disimula natureza loloos, orijen, lokalizasaun, dispozisaun, movimentasaun ka propriedade sasán ka produktu hirak-ne'e ka diretu sira ne'ebé maka relasiona ho sasán no produktu hirak-ne'e;

Nune'e mós subar ka disimulasaun tenki ho intensaun. Bainhira arguidu pratika hahalok ida-ne'e, nia tenki hatene katak sasán hirak-ne'e mai hosi krime. Maibé kontráriu ho alínea a), iha alínea b) ida-ne'e la presiza ona, katak objetivu okultasaun impede lokalizasaun sasán ka subar ninia orijin loloos, tanba okultasaun no disimulasaun hatudu ninia vontade hodi impede lokalizasaun sasán, tanba razaun ida-ne'e la presiza refere objetivu ida-ne'e.

Porezemplu, falsifika dokumentu ho objetivu atu parese sasán mai hosi eransa, maibé tuir loloos sasán ida-ne'e mai hosi krime.

c) Hetan ka simu vantajen hirak-ne'e ba kualkér título ka uza ka detein ka konserva.

Iha ne'e fó punisaun ba ema hirak-ne'ebé ho dalan balu simu (hetan, posui, uza) produktu krime, hatene ninia orijin kriminoza.

Nº 2

Númeru ida-ne'e determina katak, hahalok sira ne'ebé prevee iha alínea a), b) no c) númeru 1 sei hetan mós punisaun bainhira faktu sira kona-ba krime subjasente pratika tiha liur hosi territóriu nasonál ka bainhira la hatene iha-ne'ebé faktu sira ne'e pratika, ka identidade autór sira-nian.

Porezemplu, karik iha Singapura polítiku ida halo krime korrupsaun no ho osan ne'ebé maka hetan hosi korrupsaun ne'e sosa uma ida iha Timor-Leste ka transfere osan ba Banku Timór nian, bele investiga no julga polítiku ida-ne'e ba krime brankeamentu kapitál iha Timor-Leste.

Ida-ne'e signífika katak krime subjasente bele halo iha rai liur, maibé sei investiga no julga krime brankeamentu kapitál iha Timor-Leste.

Ezemplu seluk: Suspeitu ida simu 50.000,00 iha ninia konta ANZ nian iha Timor-Leste.

Osan ida-ne'e mai hosi tráfikku estupefasiante ne'ebé hala'o hosi trafikante Guiné-Bissau

ida maibé la hatene loloos ema ne'e maka sé. Mezmu la hatene sé maka halo krime subjasente (tráfiku droga) krime brankeamentu kapitál bele investiga no julga iha Timor-Leste.

Ka, ezemplu seluk: osan mai hosi tráfiku estupefasiante maibé la hatene krime ne'e hala'o iha-ne'ebé. Maski nune'e, krime brankeamentu kapitál bele investiga no julga iha Timor-Leste.

Maibé presiza tau atensaun katak númeru ida-ne'e tenki konjuga ho n.º 5, atu dehan katak, nesesáriu katak krime komete tiha iha liur territóriu nasional konsidera mós krime hala'o iha territóriu Timor-Leste nian.

Nº 3

Koñesimentu, intensaun ka objetivu ne'ebé maka presiza hanesan elementu sira ne'ebé maka konstitui krime bele hosi sirkunstánsia faktuál efetiva no konkreta.

Númeru ida-ne'e kopia saida maka hateten iha konvensaun Palermo no Mérida nu'udar orientasaun ba Estadu Parte sira (haree, liuliu, artigu 6º, n.º 2 al. f) e 28º).

Maibé la presiza kopia testu konvensaun tanba testu ida-ne'e ko'alia de'it kona-ba dolu no lei nasional ko'alia ona mós kona-ba ida-ne'e. Saida maka Konvensaun Palermo hakarak atu hateten maka la presiza konfisaun arguidu nian, atu hatudu prova kona-ba koñesimentu no intensaun.

Porezemplu, atu hatene karik iha intensaun atu oho iha omisídiu ida, baibain arguidu la ko'alia, ka karik ko'alia entaun favorese arguidu, tanba ne'e, la bele hatene saida maka iha ninia hanoin, no tenki liuhosi fatór esteriór ne'ebé maka deside karik iha dolu ka la'e, porezemplu violénsia agresan arma ne'ebé arguidu uza, parte isin-loloon vítima nian ne'ebé atinjida, personalidade ajente nian.

Ida-ne'e maka artigu hakarak atu hateten.

Liuhosi elementu faktuál maka ita sei ba haree no deside karik iha dolu ka la'e.

Nº 4

La presiza kondensaun prévia ba ajente ba prátika krime subjasente atu demonstra orijin ilísita rendimentu nian.

Porezemplu, karik iha Indonézia ema ruma halo krime korrupsaun, manán osan ho krime ida-ne'e no osan ida-ne'e transfere ba banku Timor-Leste nian ida ka lori liuhosi fronteira no hosi ne'e transfere ba país seluk, la presiza hein kondensaun autór korrupsaun nian iha Indonézia atu hatudu prova krime brankeamentu kapitál iha Timor-Leste.

Loos duni katak presiza hatudu prova katak halo tiha ona krime korrupsaun. Maibé la presiza kondensaun prévia. Ita imajina, bainhira autór krime korrupsaun nian halai, ka tanba kualkér razaun sira-seluk, la bele halo julgamentu ba nia; ita imajina, entaun,

ema sira-seluk iha Timor-Leste tulun iha konversaun no transferénsia osan, kazu ida-ne'e, bainhira la eziste kondensasaun ba krime korrupsaun, bele hatudu prova katak halo krime brankeamentu kapitál.

Nº 5

Bainhira infrasaun subjacente hala'o liu hosi territóriu nasional, maka prezisa infrasaun ida-ne'e hetan punisaun iha fatin ne'ebé maka infrasaun ne'e hala'o no iha Timor-Leste. Regra ida-ne'e bolu prinsípiu dupla inkriminasaun.

Porezemplu: funsionáriu públiku portugés ida halo krime violasaun regra urbanístika iha Portugal¹³, manán osan no haruka osan ne'e ba konta iha Timor-Leste hafoin ne'e transfere ba banku iha Singapura no Hong Kong.

Bainhira de'it krime violasaun regra urbanístika la eziste iha Timor-Leste, ho naran ida-ne'e ka ho naran seluk kualkér, la bele investiga no julga funsionáriu ida-ne'e ba krime brankeamentu kapitál.

Ida-ne'e maka razaun ida ne'ebé GAFI (Gupu Asaun Finanseira Internasionál, ne'ebé maka ita sei ba ko'alia iha oin) hakarak atu país sira iha número infrasaun subjacente ne'ebé aas, ne'ebé inklui iha infrasaun dezignada hirak-ne'e — Lee Rekomendasaun 3 (antes 1 no 2)¹⁴.

Maibé atensaun, apezarde prinsípiu dupla inkriminasaun ezije katak hahalok (krime subjacente maka krime iha país rua, la ezije atu iha naran hanesan. Bainhira de'it hahalok ida-ne'e nu'udar krime, bele iha naran ne'ebé la hanesan.

Haree Rekomendasaun 37 GAFI¹⁵ nian.

País sira tenki fó tulun judisiáriu mútuu ne'ebé maka'as mezmua la iha dupla inkriminasaun.

Bainhira dupla inkriminasaun nu'udar rekizitu atu fó tulun judisiáriu mútuu ka atu halo estradisaun, rekizitu ida-ne'e tenki konsidera kumpri independentemente país rua ne'e klasifika krime iha kategoria krime ne'ebé hanesan ka tipifika krime ho naran ne'ebé hanesan, bainhira de'it iha país rua konsidera konduta subjacente ba infrasaun nu'udar krime.

Nº 6

Número ida-ne'e hetan tiha revogasaun hosi Lei 17/2011.

Kualkér ema ida bele halo Krime brankeamentu. Inklui autór krime presedente ka subjacente.

13. Artigu 382.º A kódigo penal portugés.

14. GAFI ko'alia kona-ba saida maka infrasaun dezignada sira: Partisipasaun iha grupu kriminozu organizadu no iha asaun ilejitima atu hetan fundu, porezemplu liuhosi ameasa, intimidasaun ka meiu sira-seluk; terrorizmu, inklui finansiamentu terrorizmu; tráfikua ema no tráfikua ilísitu ba migrante sira; esplorasau seksual, inklui esplorasau seksual ba labarik sira; tráfikua estupefasiante no subtánsia psikoatrópika; tráfikua arma; tráfikua sasán ne'ebé maka na'ok no sasán sira-seluk; korrupsaun no subornu; fraude; kontrafaksaun moeda; kontrafaksaun no pirataria produktu; krime kontra ambiente; omisídiu no ofensa korporál grave; raptu, detensaun ilegal no halo refén; roubu ka furtu; kontrabandu; estorsau; falsifikasaun; pirataria; no uzu abuzivu ba informasaun previlejiada no manipulasaun ba merkadu.

15. Padraun Internasionál sira hodi kombatua brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu no proliferasaun, pájina 103 - <http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/gafi-recomendacoes-de>

Nº 7

Tentativa brankeamentu kapitál sei hetan punisaun no bele sai objetu redusaun pena iha termu jerál.

Nº 8

Punisaun ne'ebé prevee ba prátika faktu ilísitu típiku sira ne'ebé iha alínea a), ba no c) número 1 la bele liu limite másimu ba infrasaun subjasente ne'ebé maka iha relasaun ho faktu hirak-ne'e.

Porezemplu: suspeitu ida ne'ebé halo krime partisipasaun ekonómika iha negósiu ida (art.º 299.º, n.º 1), manán osan ho krime ida-ne'e no rai osan ida-ne'e iha konta oan nian. Sei investiga, julga no kondena suspeitu ba krime partisipasaun iha negósiu no ba krime brankeamentu kapitál. Iha kondenasaun ba krime brankeamentu kapitál, pena la bele liu tinan 8 tanba ida-ne'e maka pena másimu ne'ebé maka permite ba partisipasaun ekonómika iha negósiu (lee art.º 299.º, n.º 1).

Komprende saida maka foin lalais ita ko'alia ne'e, tanba krime grave liu maka krime subjasente. Krime brankeamentu kapitál nu'udar dalan ida atu kombate kriminalidade organizada, ekonómika no finanseira no kompleksa.

FAZE SIRA BRANKEAMENTU KAPITÁL NIAN

Prosesu brankeamentu kapitál iha faze tolu: **kolokasaun, sirkulasaun no integrasaun.**

KOLOKASAUN

Iha faze dahuluk, hanesan naran hatudu, suspeitu sira hakarak atu koloka osan iha sistema finanseiru no dala barak suspeitu uza depóztu bankáriu iha osan (*cash*).

Ida-ne'e maka etapa ho risku ne'ebé aas tanba osan ho kuantia barak bolu atensaun maka'as, no iha país balu banku sira iha obrigasaun hodi fó-hatene kona-ba tranzasaun bainhira liu valór balu ba leten. Ho razaun ida-ne'e, suspeitu barak maka rai osan ho kuantia uitoan atu nune'e la bolu atensaun.

Operasaun hirak-ne'e sei uza naran *smurfs*, ne'e maka ema treinadu no preparadu sira atu bá instituisaun bankária oioin iha-ne'ebé entrega osan ho valór kí'ik.

Ida-ne'e akontese, tanba, bainhira rai osan ho montante ne'ebé boot bele lori suspeitu no banku sei fó-hatene ba autoridade sira, mezmua laiha limite iha-ne'ebé banku sira tenki fó-hatene operasaun ba autoridade sira.

Dala ruma, ka iha tempu ne'ebé hanesan, suspeitu sira sosá sasán ka halo kontratu seguru uza osan ne'e. Suspeitu sira sosa billete lotaria ne'ebé maka sira manán ona, loke loja automóvel luxu, hanesan *Ferrari* ka *Porsche*, tanba bainhira suspeitu rai osan ho montante boot, uza justifikasaun katak osan ne'e mai hosi atividade komersiál ida-ne'e. Nune'e mós dala barak uza restaurante sira, hanesan pizzeria no loja filme sira.

Maski la iha kliente barak, suspeitu sira uza loja ida-ne'e atu justifika iha banku kona-ba depóztu osan barak.

Hanesan hateten ona iha kotuk, objetivu brankeamentu osan ne'e la'ós lukru, maibé disimulasaun orijen ilísita ba valór sira. Mezmuke ho disimulasaun ida-ne'e hetan prejuízu, kriminozu sira la liga no mezmua sira rasik hein atu buat ne'e akontese.

SIRKULASAUN

Ida-ne'e maka faze atu tuir bainhira manán ilísita sira iha ona sistema. Agora suspeitu sira hakarak halo "sirkula" atu konfunde autoridade sira, sai susár atu deteta osan ne'e atu ba ne'ebé.

Iha faze ida-ne'e suspeitu halo transferénsia elektrónika ba iha banku sira-seluk, sosa sasán sira hafoin fásil faan fila-fali, harii sosiedade falsa hodi halo finje atividade komersiál no emprezariál lukrativa no halo transferénsia ba país sira-seluk.

Dala ruma suspeitu selu empréstimu molok husu ba sira ba efeitu ida-ne'e nian. Nu'udar téknika brankeamentu ne'ebé ema barak koñese – porezemplu, ema ida ne'ebé manán osan barak ho prátika krime tráfiku droga, ka korrupsaun ka sira-seluk, hakarak sosa uma ida no karreta di'ak ho osan ida-ne'e. Envezde uza osan ilísitu, ne'ebé bele bolu

kedas atensaun, husu empréstimu osan banku nian, porezemplu, USD 1.550.000,00 hodi sosa sasán hirak-ne'e.

Ida ne'e tanba, hanesan ita ba haree iha oin, entidade balu, porezemplu imobiliáriu no sira-seluk, tenki fó-hatene ba UIF (Unidade Informasaun Finanseira) ka PJR (Prokuradoria Jerál Repúblika) kona-ba operasaun suspeita sira. Sosa uma ho osan ho valór aas ne'ebé halo pagamentu dala ida de'it, hamosu suspeita.

Ho nune'e, sosa uma liuhosi empréstimu ida hosi banku sei la hamosu ona suspeita.

Hafoin liu tinan ida empréstimu ida-ne'e selu ho osan ilísitu, atu koko habosok entidade públika sira.

Dala ruma konsege, maibé dala seluk la'e, tanba téknika hirak-ne'e polísia no autoridade judisiária sira hahú hatene ona.

INTEGRASAUN

Iha faze ida-ne'e, fundu sira, iha-ne'ebé orijin ilísita hetan tiha disimulasaun, sei uza no introdús iha ekonomia, hodi sosa sasán sira ho valór aas ka halo investimentu iha negósiu lísitu sira.

Faze hirak-ne'e bele akontese, no dala barak akontese, iha país sira ne'ebé lahanesan.

Loos duni katak, hanesan hateten dala barak, país sira ne'ebé iha sistema ne'ebé fraku hodi kombate brankeamentu kapitál maka sai alvu preferensiál.

Iha métodu ka tipolojia (naran téknika sira ne'ebé uza ba brankeamentu sasán no produktu krime nian¹⁶) maka oioin, depende liu ba rejiaun iha-ne'ebé maka akontese, efikásia autoridade polisiál no judisiária no nível kooperasaun internasionál.

Faze sira brankeamentu nian bele hotu-hotu la akontese iha nasaun ida de'it. Kolokasaun bele hala'o iha país X no sirkulasaun no integrasaun nasaun seluk ka nasaun sira-seluk.

Kriminozu sira sei ba hili país sira iha-ne'ebé bele haree falla barak iha lejjzlasaun kona-ba kombate brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu, iha detesaun krime ka iha aplikasaun lei hosi autoridade sira-nian.

Loos duni katak, bainhira país ida iha lejjzlasaun razoável ida kona-ba kombate brankeamentu kapitál, maibé autoridade sira (órgaun polísia krimínal, majistradu Ministériu Públiku no Juís sira) la hatene kle'an lejjzlasaun ida-ne'e atu oinsá uza lejjzlasaun ida-ne'e, entaun lejjzlasaun ne'e la vale buat ida.

Bainhira de'it, iha nesesidade atu halo ema ida sai intelijente, kriminozu sira sempre haree forma foun atu hakat liu obstákulu sira ne'ebé maka lei kria.

16. Haree Paul Allan Scott, " Guia de Referência Anti-Branqueamento de Capitais e de Combate ao Financiamento do Terrorismo, edição do Banco Mundial e do FMI, página 1-10, 2004.

Tanba ne'e, autoridade sira ne'ebé servisu ba kombate kriminalidade ida-ne'e tenki espesializa no, ho forma ne'ebé kontínua, nomós moderniza. Hetan koñesimentu kona-ba tipolojia no métodu foun sira hodi kombate kriminalidade ekonómika no finanseira, organizada ka kompleksa, maka esensíal ba efikásia kombate ida-ne'e.

Iha sentidu ida-ne'e, artigu 29.º, n.º 1 Konvensaun Palermo (Konvensaun Nasoins Unidas nian kontra kriminalidade organizada tranznasionál) hateten katak:

Artigu 29.º
Formasaun no asisténsia téknika

1. Estadu parte ida-idak sei estabese, dezenvolve ka hadi'ak, iha medida nesesidade, programa formasaun espesífiku ba funsióariu autoridade kompetente sira atu aplika lei, inklui majistradu ministériu públiku, juís instrusaun no funsióariu aduaneiru, nune'e mós funsióariu ne'ebé iha funsaun atu prevene, deteta ka kastiga infrasaun sira ne'ebé prevee iha Konvensaun ida-ne'e. Programa hirak-ne'e, ne'ebé bele prevee destakamentu no interkámniu funsióariu, ko'alia espesífiku, iha medida ne'ebé direitu internu permite, kona-ba aspetu sira-ne'ebé tuirmai:

a) Métodu sira ne'ebé uza atu prevene, deteta no kombate infrasaun sira ne'ebé prevee iha Konvensaun ida-ne'e;

b) Dalan no téknika sira ne'ebé uza hosi ema suspeita sira ne'ebé partisipa iha prátika infrasaun sira ne'ebé prevee iha Konvensaun ida-ne'e, inklui Estadu trázntitu, no medida luta adekuada;

c) Haree movimentasaun produktu kontrabandu;

d) Detesaun no haree movimentasaun produktu krime, sasán, ekipamentu ka instrumentu sira-seluk, métodu transferénsia, disimulasaun ka subar produktu sasán, ekipamentu ka instrumentu sira-seluk hirak-ne'e, nune'e mós métodu luta kontra brankeamentu kapitál no infrasaun finansira sira-seluk;

e) Halibur elementu sira prova nian;

f) Téknika kontrolu iha zona franka sira no iha portu franku sira;

g) Ekipamentu no téknika moderna detesaun no represaun sira, inklui haree elektrónika, entrega kontrolada no asaun eskondida sira;

h) Métodu sira ne'ebé uza atu kombate kriminalidade organizada tranznasionál ne'ebé hala'o liuhosi komputadór, rede telekomunikasaun ka teknolojia moderna sira-seluk; no

i) Métodu sira ne'ebé uza atu proteje vítima no sasin sira.

Importante tau atensaun katak **não há equivalência** entre faze sira brankeamentu (kolokasaun, sirkulasaun no integrasaun) no hahalok sira ne'ebé iha alínea a), b) no c), artigu 313º kódigu penál.

Atu hateten katak, konversaun no transferénsia — al. a) — bele akontese iha kolokasaun nune'e mós iha sirkulasaun ka integrasaun.

Okultasaun ka disimulasaun kona-ba natureza lo'os, orijin, lokalizasaun, dispozisaun, movimentasaun ka propriedade sasán sira — al. b) — bele mós akontese iha kualkér faze ida. Nune'e mós atu hetan ka simu vantajen, ne'ebé bele akontese iha kolokasaun, sirkulasaun ka integrasaun.

Ita haree ona iha kotuk katak objetivu autór sira-nian ba tipu kriminalidade ida-ne'e nian maka lukru, ho razaun ida-ne'e, forma di'ak liu atu kombate kriminalidade ida-ne'e maka prende lukru hosi autór sira ba krime ida-ne'e.

Ho razaun ida-ne'e, la suficiente atu kriminaliza hahalok, tanba dala barak ajente krime, sei hetan kondensau no prezu, maibé sira kontinua hetan benefísiu hosi lukru ilísitu sira, la'ós de'it ba benefísiu nia an rasik maibé mós iha manutensaun atividade kriminoza sira.

Pena prizaun maka *sakrifisu justu* atu bele manán lukru hirak-ne'e no kriminozu sei hetan benefísiu hosi lukru ida-ne'e bainhira sai hosi prizaun.

Maibé, hanesan maka ita haree, dalan sira ne'ebé uza atu subar, okulta no disimula orijin kriminoza lukru hirak-ne'e nian maka avansadu tebetebes.

Ho nune'e, presiza **investigação financeira**, ida, nu'udar investigasaun ne'ebé maka ho objetivu atu **identifika, lokaliza** no **prende** sasán sira suspeitu nian.

Iha investigasaun kriminal sempre buka atu identifika no lokaliza instrumentu no produktu sira krime nian.

Maibé bainhira buka proventu sira iha tipu kriminalidade ida-ne'e, investigasaun tradisionál no dalan sira-ne'ebé uza la suficiente.

Presiza buka tuir dalan produktu krime nian.

Iha sorin ida, tanba lokalizasaun no koñesimentu kona-ba dalan produktu krime nian maka esensiál ba prova krime nian no, iha sorin seuk, tanba ninia lokalizasaun bele permite hodi prende no deklara perda hodi favorese Estadu iha tempu oinmai.

Maioria ema sira ne'ebé estuda matéria ida-ne'e entende katak a *perda ka konfisku iha objetivu tolu*:

a) atu haforsa objetivu **prevensaun jerál no espesiál**, liuhosi demonstrasaun katak krime la lori benefísiu sira;

b) atu **evita investimentu lukru ilegál sira atu halo krime foun sira**, ho kontráriu, atu bele aplika lukru ne'e, atu indemniza vítima no ekipa instituisaun kombate krime;

c) atu **hamenus risku konkórénsia dezleál iha merkadu**, ne'ebé maihosi investimentu hosi lukru ilísitu iha atividade emprezariál.

Ita ba haree norma instrumentu internasionál balu atu haree importánsia saida mak iha ohin loron ba perda produktu krime nian.

• Konvensaun Viena tinan 1988 — **Konvensaun Nasoins Unidas nian kontra Tráfiku Ilísitu Estupefasiante no Substánsia Psicotrópika**¹⁷:

17. Timor-Leste iha hela prosesu nia laran atu ratifika.

Artigu 5.º
Perda

1 — Parte sira adota foti sira ne'ebé hatudu presiza atu permite perda:

a) *Produtu sira ne'ebé maihosi infrasaun sira ne'ebé estabelese haktuir n.º 1 artigu 3.º ka sasán sira ne'ebé valór korresponde valór produtu hirak-ne'e;*

b) *Estupefasiante, substánsia psikotrópika, materiál no ekipamentu ka instrumentu sira-seluk ne'ebé uza ka destina atu uza, liuhosi kualkér forma, iha prátika infrasaun sira ne'ebé estabelese haktuir n.º 1 artigu 3.º.*

2 — Parte sira adota mós medida sira ne'ebé hatudu presiza atu permite sira-nia autoridade competente sira atu identifika, deteta, konjela ka prende produtu, sasán, instrumentu sira ka kualkér sasán sira-seluk ne'ebé refere n.º 1 artigu ida-ne'e, ba efeitu perda eventuál.

3 — *Ba objetivu aplikasaun medida sira ne'ebé prevee iha artigu ida-ne'e, Parte ida-idak abilita sira-nia tribunál ka autoridade competente sira-seluk atu ordena apresentasaun ka apreensaun dokumentu bankáriu, finanseiru ka komersiál. Parte sira la bele invoka sijilu bankáriu atu rekuza hodi fó kumprimentu ba dispozisaun sira iha parágrafu ida-ne'e.*

4 — (...)

5 — (...)

6 — (...)

7 — Parte sira bele konsidera possibilidade atu inverti ónus prova ne'ebé maka iha relasaun ho orijen lisita produtu prezumível ka sasán sira-seluk ne'ebé bele sai objetu perda nian, bainhira de'it prinsipiu direitu internu parte ida-idak nian no natureza prosedimentu judisiál no sira-seluk ne'ebé maka permite.

8 — Dispozisaun sira artigu ida-ne'e nian la bele interpreta hodi prejudika direitu ema terseiru sira-nian ne'ebé ho fiar di'ak.

9 — (...).

• **Konvesaun Palermo tinan 2000 — Konvensaun Nasoins Unidas nian kontra Kriminalidade Organizada Tranznasionál;**

Artigu 12.º
Perda e prende

1 — *Estadu Parte sira tenki adota, bainhira de'it ninia ordenamentu juridiku internu permite, medida sira ne'ebé hatudu nesesáriu atu permite perda:*

a) *Produtu infrasaun sira ne'ebé prevee iha Konvensaun ida-ne'e ka sasán sira ne'ebé ninia valór korresponde ba produtu ida-ne'e nian;*

b) *Sasán, ekipamentu no instrumentu sira-seluk ne'ebé maka uza ka destina atu uza iha prátika infrasaun sira ne'ebé prevee iha Konvensaun ida-ne'e.*

2 — *Estadu Parte sira tenki adota medida sira ne'ebé hatudu nesesáriu atu permite identifikasaun, lokalizasaun, konjelamentu ka prende sasán sira ne'ebé refere iha n.º 1 artigu ida-ne'e ba efeitu perda eventuál.*

3 — *Bainhira produtu krime konverte tiha ona, tomak ka balun, ba iha sasán sira-seluk, hirak ikus ne'e bele sai objetu ba medida sira ne'ebé prevee iha artigu ida-ne'e, iha substituisaun ba produtu ne'ebé refere.*

4 — *Bainhira produtu krime kahur malu tiha ona ho sasán sira ne'ebé maka hetan legalmente, sasán*

hirak-ne'e bele, laho' prejuizu ba kompetensia konjelamentu ka prende, deklara lakon to'o valór kalkuladu produtu nian ho hirak-ne'ebé kahur tiha ona.

5 — Reseita ka benefisiu sira-seluk ne'ebé maka hetan ho produtu krime, sasán sira-ne'ebé maka iha-ne'ebé produtu tranzforma ka konverte tiha ona ka sasán ne'ebé hetan kahur tiha ona bele sai objetu nune'e mós medida sira ne'ebé prevee iha artigu ida-ne'e, ho forma ne'ebé hanesan no iha medida ne'ebé hanesan maka produtu krime.

6 — (...)

7 — Estadu Parte sira bele konsidera possibilidade hodi ezije katak autór hosi infrasaun ida hatudu proveniénsia lísita produtu prezumidu krime nian ka sasán sira-seluk ne'ebé bele sai objetu perda nian, bainhira de'it ezijénsia ida-ne'e haktuir prinsípiu ninia direitu internu nian no natureza prosesu ka prosedimentu judisiál sira-seluk.

8 — Disposisaun sira hosi artigu ida-ne'e, iha sirkunstánsia balu, la bele interpreta ho forma hodi afeta direitu ema terseriu sira-nian ne'ebé ho fiar di'ak.

9 — (...).

- **Konvensaun Mérida tinan 2003 — Konvensaun Nasoins Unidas nian Kontra Korrupsaun** (Ratifika liuhosi rezolusaun n.º 25/2008 Parlamentu Nasionál Timor-Leste nian).

Artigu 31º **Konjelamentu, prende no perda**

1 — Estadu Parte sira tenki adota, bainhira de'it ninia sistema jurídiku internu permite, medida sira ne'ebé hatudu nesesáriu atu permite perda:

a) Produtu infrasaun sira ne'ebé prevee iha Konvensaun ida-ne'e ka sasán sira ne'ebé ninia valór korresponde ba produtu ida-ne'e nian;

b) Sasán, ekipamentu no instrumentu sira-seluk ne'ebé maka uza ka destina atu uza iha prátika infrasaun sira ne'ebé prevee iha Konvensaun ida-ne'e.

2 — Estadu Parte sira tenki adota medida sira ne'ebé hatudu nesesáriu atu permite identifikasaun, lokalizasaun, konjelamentu ka prende sasán sira ne'ebé refere iha n.º 1 artigu ida-ne'e ba efeitu perda eventúál.

3 — Estadu Parte tenki adota, haktuir ninia direitu internu, medida lejizlativa sira no sira-seluk ne'ebé hatudu nesesáriu atu regula jestaun hosi parte autoridade kompetente sira-nian ba sasán konjeladu, apreendidu ka deklaradu lakon, prevee iha n.º 1 no 2 artigu ida-ne'e.

4 — Bainhira produtu krime konverte tiha ona, tomak ka balun, ba iha sasán sira-seluk, hirak ikus ne'e bele sai objetu ba medida sira ne'ebé prevee iha artigu ida-ne'e, iha substituisaun ba produtu ne'ebé refere.

5 — Bainhira produtu krime kahur malu tiha ona ho sasán sira ne'ebé maka hetan legalmente, sasán hirak-ne'e bele, laho' prejuizu ba kompetensia konjelamentu ka prende, deklara lakon to'o valór kalkuladu produtu nian ho hirak-ne'ebé kahur tiha ona.

6 — Reseita ka benefisiu sira-seluk ne'ebé maka hetan ho produtu krime, sasán sira-ne'ebé maka iha-ne'ebé produtu tranzforma ka konverte tiha ona ka sasán ne'ebé hetan kahur tiha ona bele sai objetu nune'e mós medida sira ne'ebé prevee iha artigu ida-ne'e, ho forma ne'ebé hanesan no iha medida ne'ebé hanesan maka produtu krime.

7 — Ba efeitu sira artigu ida-ne'e no artigu 55.º nian, Estadu Parte ida-idak tenki abilita ninia tribunál ka autoridade kompetente sira-seluk hodi ordena apresentasaun ka prende dokumentu bankáriu, finanseiru ka komersiál. Estadu Parte sira la bele invoka sijíliu bankáriu atu rekuza hodi aplika disposisaun sira iha número ida-ne'e.

8 — *Estadu Parte sira bele konsidera possibilidade hodi ezije katak autór hosi infrasaun ida hatudu proveniénsia lícita produktu prezumidu krime nian ka sasán sira-seluk ne'ebé bele sai objetu perda nian, bainhira de'it rekizitu ida-ne'e haktuir prinsípiu ninia direitu internu nian no natureza prosedimentu judisíal ka sira-seluk.*

9 — *Dispozisaun sira hosi artigu ida-ne'e, iha sirkunstánsia balu, la bele interpreta ho forma hodi afeta direitu ema terseru sira-nian ne'ebé ho fiar di'ak.*

10 — *La iha dispozisaun ruma hosi artigu ida-ne'e tenki prejudika prinsípiu haktuir medida ne'ebé maka prevee iha-ne'ebá sei define no aplika haktuir direitu internu kada Estadu Parte nian no haktuir dispozisaun sira direitu ida-ne'e nian.*

Konvensaun tolu ne'e determina iha artigu sira ne'ebé hatudu antes, ne'ebé kona-ba krime:

- Tráfiku estupefasiante (art.º 3.º, n.º 1, Konvensaun Viena);
- Partisipasaun iha grupu kriminozu organizadu ida¹⁸, brankeamentu kapitál, korrupsaun, kriminalizasaun ba obstrusaun justisa¹⁹ no krime punível hotu-hotu ho pena privativa liberdade ida ho másimu la bele tinan 4 mai kra'ik bainhira de'it infrasaun hirak-ne'e ho natureza tranznasionál no envolve grupu kriminozu organizadu ida (artigu 3.º, n.º 1, 5.º, 6.º, 8.º e 23.º, Konvensaun Palermo);
- Korrupsaun ajente públiku nasionál, ajente públiku estranjeiru no funsionáriu organizaun internasionál públika sira²⁰, pekulatu, tráfiku influénsia, abuzu funsaun, enrikesimentu ilísitu, korrupsaun²¹ no pekulatu iha setór privadu²², brankeamentu produktu krime nian²³, no obstrusaun ba justisa²⁴ (artigu 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º e 23.º Konvensaun Mérida).

Estadu Parte sira foti medida:

- hodi permite perda instrumentu, produktu no valór ekivalente ba produktu hirak-ne'e;
- hodi abilita tribunál no autoridade competente sira atu ordena apresentasaun kona-ba rejistu bankáriu no elementu prova sira-seluk ho objetivu atu fasilita indentifikasaun, konjelamentu no determinasaun perda sasán sira.

Ba oin ita sei ba analiza artigu sira hosi lei Timór nian ne'ebé iha relasaun ho perda sasán sira no prosesu kriminal.

Agora, hosi instrumentu internasionál hirak-ne'e ita tenki komprende importánsia kona-ba perda sasán sira ba comunidade internasionál no, nu'udar konsekuénsia, importánsia boot investigasaun finanseira atu hetan objetivu ida-ne'e.

Investigasaun finanseira bele uza hamutuk ho investigasaun krime barabarak no bele hala'o iha kazu hotu-hotu ne'ebé komete krime ne'ebé lori lukru. Investigasaun

18. Asosiasaun kriminoza, artigu 188.º kódigu penal.

19. Koasaun, subornu no obstrusaun ba atividade jurisdisionál, artigu 158.º, 281.º no 284.º kódigu penal.

20. Korrupsaun, artigu 292.º, 293.º, 294.º no 302.º kódigu penal.

21. La kriminaliza enrikesimentu ilísitu, nune'e mós korrupsaun iha setór privadu.

22. Abuzu konfiansa, artigu 256.º no 257.º kódigu penal.

23. Brankeamentu kapitál artigu 313.º kódigu penal.

24. Koasaun, subornu no obstrusaun ba atividade jurisdisionál, artigu temin iha nota 19.

finanseira bele sai simplés ka kompleksa depende grau kompleksidade krime ne'ebé maka investiga hela, montante lukru no abilidade suspeitu sira-nian hodi subar lukru ne'ebé hetan ho atividade kriminoza.

Patrimóniu suspeitu ida nian bele konstitui hosi sasán oioin, porezemplu, osan, asaun, móvel sira ne'ebé sujeita ba rejistu, obra arte, joía, imóvel, empreza, no sira-seluk.

Iha-ne'ebé maka ita bele hetan informasaun kona-ba sasán sira suspeitu nian?

Baibain, informasaun ida-ne'e ita hetan hosi:

- instituisaun finanseira;
- entidade pública sira ne'ebé maka iha informasaun kona-ba bein imóvel, karreta, servisu, kuota iha empreza, nsst. suspeitu nian.

Ita tenki hatene entidade ne'ebé maka ita bele fó-hatene kona-ba identidade ema ne'ebé maka rejista, rai ida, uma ida ka karreta ida, sesé maka na'in ba empreza ida, tanba ita tenki haruka informasaun ba entidade hirak-ne'e.

Instituisaun Finanseira sira fó-hatene ba ita kona-ba movimentu osan no ida-ne'e ita bele to'o ba iha konkluzau importante sira.

Porezemplu, hatene konta bankária hirak maka supeitu iha, ba halo tranferénsia sira iha-ne'ebé, ninia ligasaun posível ho ema terseiru sira, ninia sosa sasán, kréditu bankáriu sira, nsst.

Rekursu ba informasaun sira hosi instituisaun finanseira no instituisaun sira-seluk pública (Ministériu Komérsiu no Indústria, Ministériu Finansas, nsst) no privada (kazinu, empreza seguru) no análice no kruzamentu informasaun hirak-ne'e maka importante tebes ba investigasaun finanseira.

Ho razaun ida-ne'e, atu identifika, lokaliza no prende produktu krime sira ne'ebé uza investigasaun finanseira, tanba liuhosi investigasaun finanseira konsege hatene osan ne'e ba iha-ne'ebé, inklui lokaliza sasán sira ne'ebé hetan ho osan ilísitu.

Ho efeitu, entidade balu, tanba ninia atividade profisionál, iha koñesimentu privilejiadu ida kona-ba movimentu finanseiru ema hotu-hotu nian ka situasaun balu ne'ebé bele iha ligasaun ho movimentu osan. Porezemplu, informasaun kona-ba konta bankária.

Ho nune'e, organizmu internasionál oioin²⁵ liuhosi instrumentu oioin²⁶, fó motivaun ba país oioin atu halo lei sira ne'ebé obriga entidade balu ba devér balu, porezemplu, devér informasaun kona-ba depózi no tranferénsia osan.

Ho razaun ida-ne'e, país oioin, halo lei espesifika atu prevene no kombate brankeamentu kapitál no terrorizmu, inklui devér sira entidade balu atu kumpri (entidade finanseira, porezemplu banku, no entidade la'ós finanseira, porezemplu, kazinu).

25. Porezemplu Nasoins Unidas no GAFI (Grupu Asaun Finanseira Internasionál – organizmu inter-governamentál).

26. Konvensaun Palermo no Mérida no Rekomendasaun 40.

No iha país barak kria unidade ida ne'ebé ho objetivu atu halibur, sentraliza, trata no habelar, iha nível nasional, informasaun ne'ebé maka entidade sira-seluk iha obrigasaun atu fó.

Tuirmai ita ba haree norma balu tan kona-ba instrumentu internasionál sira.

KONVENSAUN PALERMO:

Artigo 7.º

Medida atu kombate brankeamentu kapitál

1. *Kada Estadu Parte:*

a) *Sei halo rejime internu kompletu ida ne'ebé maka atu regula no kontrola banku no instituisaun finanseira la'ós banku nian no bainhira justifika, entidade sira-seluk, liuliu bele uza sira ba iha objetivu brankeamentu kapitál nian, bainhira de'it iha kompeténsia, ho objetivu atu prevene no deteta kualkér forma brankeamentu osan. Iha rejime ida-ne'e ezijénsia kona-ba identifikasaun kliente sira-nian, rejistu operasaun no notifikasaun kona-ba operasaun suspeita sira tenki konsidera importante tebes.*

b) *Sei garante, laho prejuízu ba aplikasaun artigu 18.º no 27.º Konvensaun ida-ne'e, ne'ebé autoridade sira responsavel ba administrasaun, regulamentasaun, detensaun no represaun no autoridade sira-seluk responsavel ba kombate brankeamentu kapitál (inklui, bainhira ida-ne'e prevee iha ninia direitu internu, autoridade judisiál sira), iha kapasidade hodi koopera no troka informasaun iha nível nasional no internasionál, haktuir kondisaun sira ne'ebé defini tiha iha direitu internu no, ba objetivu ida-ne'e, sei konsidera possibilidade hodi kria servisu informasaun finanseira ida ne'ebé funsiona hanesan sentru nasional hodi halibur, analiza no habelar informasaun kona-ba atividade sira brankeamentu kapitál ne'ebé eventúal.*

KONVENSAUN MÉRIDA:

Artigo 14.º

Medida sira atu kombate brankeamentu kapitál

1. *Kada Estadu Parte:*

a) *Tenki halo rejime internu kompletu ida ne'ebé maka atu regula no kontrola banku no entidade finanseira la'ós banku nian inklui ema singulár ka ema koletivu ne'ebé hala'o servisu transferénsia osan ka valór, liuhosi mekanizmu formál ka la'ós formál no bainhira justifika, entidade sira-seluk, liuliu bele uza sira ba iha objetivu brankeamentu kapitál nian, bainhira de'it iha kompeténsia, ho objetivu atu prevene no deteta kualkér forma brankeamentu osan. Iha rejime ida-ne'e ezijénsia kona-ba identifikasaun kliente sira-nian no beneficiáriu finál sira-nian, karik ida-ne'e akontese, rejistu operasaun no notifikasaun kona-ba operasaun suspeita sira tenki konsidera importante tebes.*

b) *Tenki garante, laho prejuízu ba aplikasaun artigu 46.º Konvensaun ida-ne'e, ne'ebé autoridade sira responsavel ba administrasaun, regulamentasaun, detensaun no represaun no autoridade sira-seluk responsavel ba kombate brankeamentu osan (inklui, bainhira ida-ne'e prevee iha ninia direitu internu, autoridade judisiál sira), iha kapasidade hodi koopera no troka informasaun iha nível nasional no internasionál, haktuir kondisaun sira ne'ebé defini tiha iha direitu internu no, ba objetivu ida-ne'e, sei konsidera possibilidade hodi kria servisu informasaun finanseira ida ne'ebé funsiona hanesan sentru nasional hodi halibur, analiza no habelar informasaun kona-ba atividade sira brankeamentu kapitál ne'ebé eventúal.*

Timor-Leste aprova ona lei n.º 17/2011, 28 Dezembru kona-ba matéria ida-ne'e.

Lei ida-ne'e iha kapitulu ualu.

- Kapítulu I — Regra jerál
- Kapítulu II — Prevensaun
- Kapítulu III — Detesaun brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorismu
- Kapítulu IV — Supervizaun no rejime sansionatóriu
- Kapítulu V — Rejime espesial kona-ba halibur prova, kebra segredu profisionál no lakon sasán
- Kapítulu VI — Medida sira
- Kapítulu VII — Kooperasaun judisiária internasionál iha matéria penal
- Kapítulu VIII — Regra final no tranzitória

Kapítulu haat dahuluk aprova rejime internu kompletu ida atu regula no kontrola banku no entidade finanseira la'ós bankária sira, inklui ema singular ka koletiva sira ne'ebé hala'o servisu transferénsia osan ka valór, no entidade la'ós finanseira sira-seluk ne'ebé bele uza ba objetivu brankeamentu kapitál.

Iha kapitúlu hirak-ne'e hateten entidade sira ne'ebé maka sujeita ba regra sira (artigu 2º), no hateten mós devér sira ne'ebé maka entidade sira tenki kumpri.

Devér hirak-ne'e, ne'ebé ita sei ba analiza iha oin, ho objetivu atu evita atu entidade hirak-ne'e sei uza ba brankeamentu kapitál ka ba finansiamentu terrorismu, maibé mós ho objetivu atu entidade ida-ne'e haruka ba autoridade kompetente kona-ba informasaun sira ne'ebé hetan liuhosi ninia atividade profisionál, ho objetivu atu bele kombatate krime brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorismu. Kapítulu sira-seluk iha norma kona-ba investigasaun kriminal.

No iha aspetu ida-ne'e, la'ós de'it ko'alia kona-ba krime brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorismu, maibé, krime sira iha artigu 32º-A.

Molok ita avansa iha leitura no análise kona-ba artigu sira lei n.º 17/2011, ita haree saida maka hateten iha ninia preámbulu:

Iha dékada rua dahikus, brankeamentu kapitál no krime koneksu sira, porezemplu, narkotráfiku, korrupsaun, sequestru no terrorismu, sai krime iha-ne'ebé ho impaktu ne'ebé utrapasa limite eskala lokal. (...) La iha ona dúvida katak brankeamentu kapitál maka ameesa globál ida ne'ebé buras hela no medida sira atu kontrola problema ida-ne'e sai alvu esforsu maka'as internasionál nian. (...) Repúblika Demokrátika Timor-Leste la bele hela liu hosi esforsu maka'as internasionál nian ida-ne'e. (...) Repúblika Demokrátika Timor-Leste nian iha preokupasaun ida atu aprova instrumentu normativu adekuaudu sira hodi garante vijilánsia permanente ida hosi parte entidade reguladór, banku, sentru finanseiru no instituisaun vulnerável sira-seluk, iha sentidu atu evita katak brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorismu bele hamosu risku ba estabilidade no integridade sistema finanseiru no ka konfiansa iha instituisaun sira timoro'an sira-nian.

Timor-Leste hakarak tiha ona hodi akompañá comunidade internasionál atu kombatate brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorismu.

Agora ita ba analiza lei.

LEI N.º 17/2011, 28 DEZEMBRU

KAPÍTULU I – REGRA JERÁL

KAPÍTULU I **Regra jerál**

SEKSAUN I **Objetu no definisaun sira**

Artigu 1.º **Objetu**

Lei ida-ne'e aprova rejime jurídiku prevensaun no kombate branqueamentu kapitál ne'ebé mai hosi atividade ilisita no finansiamentu terrorizmu

Artigu 1.º define objetu lei nian: **rejime jurídiku prevensaun no kombate *branqueamento de capitais provenientes de actividades ilícitas* no finansiamentu terrorizmu.**

Artigu 1.º-A **Definisaun sira**

Ba efeitu lei ida-ne'e nian, signifika sira ba liafuan sira maka tuir mai ne'e:

a) "Asaun portadór" instrumentu negosiável ne'ebé fó ba ema ida ne'ebé iha sertifikadu la'ós nominativu asaun hirak-ne'e propiedade hosi ema koletiva ida;

b) "Banku falsu" banku ne'ebé harii iha país ka territóriu ida iha-ne'ebé la iha prezénsa física ruma ne'ebé envolve administrasaun ka jestaun no la integra iha grupu finanseiru reguladu ida;

c) "Benefisiáriu efetivu" ema singulár ne'ebé maka na'in dahikus ka detein kontrolu finál kliente ida-nian, ema ne'ebé iha interese iha realizasaun operasaun ida ka ema ne'ebé kontrola efetivamente ema koletiva ida ka sentru interese koletivu lahó personalidade jurídika ida;

d) "Sasán sira" ativu sira ho kualkér natureza, korpóreo ka inkorpóreo, móvel ka imóvel, tanjível ka intanjível no dokumentu ka instrumentu jurídiku hotu-hotu, inklui elektróniku ka dijitál, ne'ebé prova propiedade ka direitu sira-seluk kona-ba ativu hirak-ne'e;

e) "Entidade sujeita sira" entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º lei ida-ne'e;

f) "Ema sira ne'ebé envolve iha política" ema singulár sira ne'ebé hala'o, ka hala'o tiha ona to'o tinan ida, kargu aas ho natureza política ka pública, nune'e mós membru sira ne'ebé besik ba ninia família no ema sira ne'ebé hatene katak iha relasaun besik ho natureza sisetária ka komersiál ho sira, konsidera, ba efeitu sira ne'ebé prevee iha alinea ida-ne'e:

fi) "Kargu aas ho natureza política ka pública":

i) Xefe-Estadu, Xefe-Governu ka membru sira Governu nian;

ii) Deputadu sira;

iii) Membru sira tribunál superiór no órgaun judisiál ho nível aas nian, ne'ebé desizaun sira la bele sai objetu ba rekursu, exetu iha sirkunstánsia esesionál sira;

iv) Membru sira órgaun administrasaun no fiskalizasaun banku sentrál nian;

v) Xefe misaun diplomátika no postu konsulár sira;

vi) Ofisiál patente aas Forsa Armada no forsa polisia nian;

vii) Membru sira órgaun administrasaun no fiskalizasaun empreza públika no sociedade anónima ho kapitál eskuziva ka maioritariamente públiku, institutu públiku, fundasaun públika no estabesimentu públiku, la depende ba naran;

viii) Membru sira órgaun ezeutivu organizasaun direitu internasionál nian;

f2) “Membru sira ne’ebé besik ba família”:

i) Feen-la’en ka uniaun-de-faktu;

ii) Inan-aman, oan no feen-la’en ka uniaun-de-faktu oan sira-nian;

iii) Maun-alin sira;

g) “Relasaun negósiu” relasaun ho natureza komersiál ka profesionál entre entidade sujeita sira no sira-nia kliente sira, ne’ebé maka iha momentu ne’ebé estabelese relasaun ida-ne’e, fiar katak relasaun ne’e sei duradoura;

h) “Titulu ba portadór negosiável” dokumentu ne’ebé asina lahó restrisaun no titularidade ba dokumentu ida-ne’e transfere liuhosi entrega dokumentu;

Artigu 1º-A iha definisaun oioin ne’ebé útil tebetebes ba interpretasaun no aplikasaun lei nian.

Lei ida-ne’e impoin devér ba entidade balu (finanseira no la’ós finanseira sira), no **bainhira entidade hirak-ne’e kumpri devér hirak-ne’e, ajuda iha prevensaun no iha kombate** brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorismu.

Ho nune’e, ita ba haree entidade ida-ne’ebé maka iha obrigasaun tuir Lei 17/2011 no hafoin ita ba haree obrigasaun saida de’it maka entidade sira-ne’e tenki kumpri.

Artigu 2.º **Ámbitu aplikasaun**

1. Entidade sira ne’ebé refere iha artigu 3.º sujeita ba dispozisaun sira iha lei ida-ne’e.

2. Krime brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorismu maka prevee no hetan punisaun haktuir lei penál ne’ebé aplikavel.

Artigu 2.º

n.º 1 — Hatudu katak entidade sira ne’ebé refere iha artigu 3.º sei sujeita ba dispozisaun sira iha lei (atu dehan katak, sei sujeita ba devér sira ne’ebé maka hateten iha Lei 17/2011);

n.º 2 — Esplika katak krime brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorismu maka prevee no sei hetan punisaun haktuir lejislasaun penál aplikavel (artigu 313.º, kona-ba brankeamentu kapitál, no artigu 133.º, ne’ebé prevee no fó punisaun ba finansiamentu terrorismu).

Artigu 3.º **Entidade Finanseira no la’ós finanseira**

1. Entidade finanseira sira ne’ebé lei ida-ne’e inklui maka hanesan tuirmai:

a) Kualkér instituisaun kréditu, inklui instituisaun mikro-finansas;

b) Sociedade seguradór sira, inklui sociedade investimentu no korretajen ne'ebé iha relasaun ho sociedade seguradór sira;

c) Sociedade finanseira no lokasaun finanseira;

d) Entidade emisór no ka jestora kartaun kréditu ka débitu;

e) Kualkér ema singulár ka koletiva ne'ebé hala'o atividade profisionál faan no sosa ka kámbiu moeda;

f) Kualkér ema singulár ka koletiva ne'ebé hala'o atividade profisionál hodi transferé fundu;

g) Kualkér ema ne'ebé hala'o atividade no operasaun sira-seluk ne'ebé maka autoridade supervizuan kompetente hatudu.

2. Entidade la'ós finanseira ne'ebé lei ida-ne'e inklui maka hanesan tuirmai ne'e:

a) Kazinu, inklui kazinu ne'ebé hala'o liuhosi Internét;

b) Kualkér ema ne'ebé ninia atividade fó prestasaun servisu finanseiru ka ne'ebé maka partisipa ka ajuda iha operasaun finanseira ka imobiliária, iha reprezentasaun kliente nian, laho prejuízu ba sijilu profisionál;

c) Kontabilista, auditór independente no konsultór fiskál;

d) Kualkér atividade no profisaun sira-seluk ne'ebé maka lei sei determina.

Artigu 3.º ne'ebé esplika entidade (finanseira no la'ós finanseira) ne'ebé de'it maka iha obrigasaun ba devér oioin ne'ebé hateten iha lei. No tanba ne'e, artigu 3.º ne'e importante tebetebes.

Di'ak atu ita analiza kona-ba alínea b), n.º 2, no ita hanoin alínea ne'e inklui mós advogadu sira ka la'e.

Ida-ne'e tanba advogadu sira dala barak partisipa ka tulun sira-nia kliente sira iha operasaun finanseira ka imobiliária. Defaktu, bainhira faan no sosa imóvel, partikulár sira uza dala barak servisu advogadu sira-nian.

No bele akontense katak operasaun hirak-ne'e balu bele sai brankeamentu kapitál. Dala barak, sei uza advogadu sira iha faze balu brankeamentu kapitál, maibé advogadu sira la hatene ida-ne'e, liuliu bainhira sira ladún iha esperiénsia.

Informasaun ne'ebé advogadu sira simu bainhira hala'o sira-nia atividade ida-ne'e, nune'e mós importante tebetebes ba autoridade sira.

Ba razaun ida-ne'e, tuir ami nia hanoin, advogadu sira mós iha obrigasaun, devér balu hanesan entidade la'ós finanseira sira-seluk.

Iha lejislasaun internasionál oioin, ita hetan legizlasaun lubuk ida ne'ebé inklui advogadu sira iha entidade sira ne'ebé sujeita ba rejime jurídiku prevensaun no kombate brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu no ita hetan lejislasaun sira-seluk ne'ebé la inklui advogadu sira.

Kestaun ida hamosu beibeik diskusaun boot.

Rekomendasau 22 no 23 GAFI determina katak devér balu²⁷, sei aplika ba advogadu sira bainhira de'it prepara ka hala'o operasaun ba sira-nia kliente sira iha ámbitu atividade sira tuirmai:

- *sosa no faan imóvel;*
- *jestaun fundu, valór mobiliáriu ka ativu sira-seluk kliente nian;*
- *jestaun konta bankária, poupança ka valór mobiliáriu sira;*
- *organizasaun kontribuisaun sira ba kriausaun, esplorasau ka jestaun sociedade nian;*
- *kriausaun, operasaun no jestaun ema koletiva ka entidade laiha personalidade jurídica no sosa no faan entidade komersiál.*

Maibé, bainhira lee nota interpretativa Rekomendasau 23 nian:

Advogadu, notáriu, profisionál jurídku independente sira-seluk no kontabilista ne'ebé atu hanesan profisionál jurídku independente la iha obrigasaun atu deklara operasaun suspeita sira, bainhira informasaun sira ne'ebé sira iha, sira hetan iha situasaun sira ne'ebé maka sujeita ba segredu profisionál ka protejida ho priviléjiu profisionál ida ne'ebé maka lei estabelese.

País ida-idak iha kompeténsia atu determina matéria sira ne'ebé maka sujeita ba segredu profisionál ka proteje ho priviléjiu profisionál ida ne'ebé maka lei estabelese. Baibain matéria hirak-ne'e inklui informasaun sira-ne'ebé advogadu, notáriu ka profisaun jurídku independente sira-seluk simu ka hetan hosi sira-nia kliente sira: a) bainhira analiza situasaun jurídku ninia kliente nian, ka b) bainhira defende ka representa kliente, iha ámbitu prosesu judisiál, administrativu, arbitrajen ka mediasaun..

Hosi leitura simplés alinéa b) n.º 2 artigu 3.º ita konklui katak ida-ne'e inklui ba atividade advogadu sira-nian bainhira sira representa kliente, porezemplu, bainhira sosa no faan imóvel ida.

N.º 2 artigu 23.º lei ida-ne'e haforsa opiniaun ida-ne'e. Artigu 23 n.º 1 ida-ne'e obriga entidade (finanseira no la'ós finanseira sira) ne'ebé refere iha artigu 3.º atu fó-hatene ba UIF kona-ba tranzasaun ida ne'ebé iha indísiu prátika krime brankeamentu kapitál ka finansiamentu terrorizmu.

Maibé, iha n.º 2, hateten katak iha situasaun sira ne'ebé prevee iha alínea b) n.º 2 artigu 3.º, advogadu sira la iha obrigasaun ba devér komunikaun nian bainhira sira hetan informasaun iha kontestu avaliasaun ba situasaun jurídku kliente nian, iha ámbitu konsulta jurídku, iha ezersísiu ninia misaun defeza ka representasaun kliente nian iha prosesu judisiál, inklui akonsellamentu kona-ba maneira atu propoin ka evita prosesu ida, nune'e mós informasaun sira ne'ebé hetan molok, durante ka hafoin prosesu.

Esesaun hirak-ne'e hatudu katak lei konsidera advogadu maka entidade la'ós finanseira sira iha obrigasaun ba devér oioin, ho esesaun ba situasaun sira ne'ebé maka hatudu iha n.º 2 artigu 23.º.

Artigu tolu tuirmai ko'alia kona-ba Unidade Informasaun Finanseira, UIF.

27. Porezemplu devér dilijénsia kona-ba klientela, konsersavaun dokumentu, deklarasaun operasaun suspeita sira no devér konfidensialidade, ne'ebé ita sei ba estuda iha oin.

Artigu 4.º
Kriasaun

Sei kria Unidade Informasaun Finanseira iha Banku Sentrá Timor-Leste, ba oin hadak temin UIF.

Artigu 5.º
Natureza, organizasaun no funksionamentu

Natureza, organizasaun no funksionamentu UIF nian sei estabese ho dekreto-lei.

Artigu 6.º
Kompeténsia sira UIF nian

Sei fó kompeténsia sira ba UIF haktuir lei ida-ne'e no lezlasaun aplikavel sira-seluk, porezemplu kompeténsia atu simu, analiza no fó-sai informasaun suspeita kona-ba brankeamentu kapitál ka finansiamentu terrorizmu.

Kriasaun UIF nian kumpri norma instrumentu internasionál sira ne'ebé maka ita ko'alia tiha ona.

Bainhira ita lee fila-fali artigu 7.º Konvensaun Palermo (Konvensaun Nasoins Unidas nian kontra kriminalidade organizada tranznasionál) no artigu 14.º Konvensaun Mérida (Konvensaun Nasoins Unidas nian kontra korrupsaun), hetan referénsia ba Unidade ida-ne'e iha alínea b) ninia n.º 1. No Konvensaun Mérida refere fila-fali Unidade ida-ne'e iha artigu 58.º.

KONVENSAUN PALERMO:

Artigu 7.º
Konvensaun Palermo:

1. *Kada Estadu Parte:*

a) Sei halo rejime internu kompletu ida ne'ebé maka atu regula no kontrola banku no instituisaun finanseira la'ós banku nian no, bainhira justifika, entidade sira-seluk, liuliu bele uza sira ba iha objetivu brankeamentu kapitál nian, bainhira de'it iha kompeténsia, ho objetivu atu prevene no deteta kualkér forma brankeamentu osan. Iha rejime ida-ne'e ezijénsia kona-ba identifikasaun kliente sira-nian, rejistu operasaun no notifikasaun kona-ba operasaun suspeita sira tenki konsidera importante tebes.

*b) Sei garante, lahó prejuizu ba aplikasaun artigu 18.º no 27.º Konvensaun ida-ne'e, ne'ebé autoridade sira responsavel ba administrasaun, regulamentasaun, detensaun no represaun no autoridade sira-seluk responsavel ba kombat brankeamentu kapitál (inklui, bainhira ida-ne'e prevee iha ninia direitu internu, autoridade judisiál sira), iha kapasidade hodi koopera no troka informasaun iha nível nasional no internasionál, haktuir kondisaun sira ne'ebé defini tiha iha direitu internu no, ba objetivu ida-ne'e, sei **konsidera possibilidade hodi kria servisu informasaun finanseira ida** ne'ebé funsiona hanesan sentru nasional hodi halibur, analiza no habelar informasaun kona-ba atividade sira brankeamentu kapitál ne'ebé eventúal.*

KONVENSAUN MÉRIDA:

Artigu 14.º
Medida sira atu kombat brankeamentu kapitál

1. *Kada Estadu Parte:*

a) Tenki halo rejime internu kompletu ida ne'ebé maka atu regula no kontrola banku no entidade finanseira la'ós banku nian inklui ema singulár ka ema kolektivu ne'ebé hala'o servisu transferénsia osan ka valór,

liuhosi mekanizmu formál ka la'ós formál no bainhira justifika, entidade sira-seluk, liuliu bele uza sira ba iha objetivu brankeamentu kapitál nian, bainhira de'it iha kompeténsia, ho objetivu atu prevene no deteta kualkér forma brankeamentu osan. Iha rejime ida-ne'e ezijénsia kona-ba identifikasaun kliente sira-nian no benefisiáriu finál sira-nian, karik ida-ne'e akontese, rejistu operasaun no notifikasaun kona-ba operasaun suspeita sira tenki konsidera importante tebes.

b) Tenki garante, lahó prejuízu ba aplikasaun artigu 46.º Konvensaun ida-ne'e, ne'ebé autoridade sira responsavel ba administrasaun, regulamentasaun, detensaun no represaun no autoridade sira-seluk responsavel ba kombate brankeamentu osan (inklui, bainhira ida-ne'e prevee iha ninia direitu internu, autoridade judisiál sira), iha kapasidade hodi koopera no troka informasaun iha nível nasional no internasionál, haktuir kondisaun sira ne'ebé defini tiha iha direitu internu no, ba objetivu ida-ne'e, sei **konsidera possibilidade hodi kria servisu informasaun finanseira ida** ne'ebé funsiona hanesan sentru nasional hodi halibur, analiza no habelar informasaun kona-ba atividade sira brankeamentu kapitál ne'ebé eventual.

Artigu 58.º **Unidade informasaun finanseira**

Estadu Parte sira tenki koopera ho objetivu atu prevene no kombate transferénsia produktu hosi infrasaun sira ne'ebé maka iha haktuir Konvensaun ida-ne'e, nune'e mós promove dalan no meius atu rekopera produktu ida-ne'e, no, ba efeitu ida-ne'e nian, **tenki konsidera kriaun unidade informasaun finanseira ida** ne'ebé responsavel ba halibur, análise no trazmisaun ba autoridade competente deklarasaun sira kona-ba operasaun finanseira suspeita sira.

Nune'e mós GAFI iha rekomendasau 29 refere nesesidade atu país sira kria Unidade Informasaun Finanseira ida.

29. Unidade informasaun finanseira*

País sira tenki kria Unidade Informasaun Finanseira (UIF) ida ne'ebé uza hanesan sentru nasional atu simu no analiza a) deklarasaun kona-ba operasaun suspeita sira no b) informasaun sira-seluk kona-ba brankeamentu kapitál, infrasaun subjasente asosiada sira no finansiamentu terrorizmu, no atu fó-sai rezultadu análise ida-ne'e nian. UIF tenki iha kondisaun sira atu simu informasaun adisionál hosi parte entidade sira ne'ebé responsavel ba tranzmisaun informasaun, no tenki iha asesu iha tempu útil kona-ba informasaun finanseira, administrativa no mai hosi autoridade sira ne'ebé maka aplika lei, atu hala'o sira-nia knaar ho efetivu.

Artigu 6.º lei 17/2011 hateten saida de'it maka kompeténsia UIF nian. Haktuir lei ida-ne'e²⁸ no lejjlasau aplikável²⁹, sira-seluk nu'udar kompeténsia UIF nian maka, porezemplu atu simu, analiza no fó-sai informasaun suspeita sira kona-ba brankeamentu kapitál ka finansiamentu terrorizmu.

Ita haree ona katak investigasaun finanseira sira buka atu deskobre dalan finanseiru ne'ebé kriminozu sira tuir. Ba efeitu ida-ne'e, tenki hetan informasaun sira kona-ba konta bankária, sasán, móvel no imóvel, rejistu empreza, entre sira-seluk. Informasaun hirak-ne'e sei fornese hosi entidade oiain, porezemplu entidade finanseira no la'ós finanseira ne'ebé hatudu iha artigu 3.º.

Informasaun sira-ne'e hotu tenki kompara no analiza. Bainhira la halo ida-ne'e, informasaun la útil. Traballu ida-ne'e, halibur, komparaun no análise informasaun sei hala'o hosi UIF.

28. Artigu sira hosi Lei n.º 17/2011 ne'ebé maka halo referénsia ba UIF:4.º, 5.º, 6.º, 7.º, n.º 2, 14.º, n.º 4, 15.º, n.º 1, 20.º, n.º 1, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º, n.º 2, f), 32.º, n.º 1, i) no 36.º, n.º 4.

29. Kompeténsia sira UIF nian maka hirak-ne'ebé atribui ona iha dekretu-lei ne'ebé aprova ninia natureza, organizasaun no funsionamentu.

Ho nune'e, UIF³⁰ maka entidade ne'ebé maka simu komunikasaun sira ne'ebé maka entidade (finanseira ka la'ós finanseira) sira fó, ne'ebé komunika kona-ba operasaun suspeita sira.

KOMUNIKASAUN KONA-BA OPERASAUN SUSPEITA SIRA

Bainhira kualkér instituisaun ne'ebé maka hatudu iha artigu 3º suspeita ka iha razaun nato'on atu suspeita katak iha fundu balu nu'udar produktu hosi atividade kriminoza ida ka ne'ebé maka iha relasaun ho finansiamentu terrorizmu, tenki komunika suspeita hirak-ne'e ba Unidade Informasaun Finanseira — **artigu 23º da lei 17/2011**.

Bainhira UIF simu komunikasaun hosi banku ida kona-ba operasaun suspeita ida (porezemplu transferénsia bakária ida³¹) UIF tenki konfirma liuhosi konsulta ba baze-dadus oioin, porezemplu polisiál, antesedente krimínál ordenante nian ka benefisiáriu operasaun bankária, ligasaun posível ida ba kazu sira ne'ebé investiga ona ka iha hela investigasaun nian laran, rejistu imóvel eventuál, dokumentu kona-ba ipoteka, rejistu emprezariál no sira-seluk, analiza no kompara informasaun ne'ebé maka hetan atu avalia bainhira iha suspeitu ne'ebé maka fundamenta hodi fó inísu ba investigasaun krimínál ida.

Halibur no análize informasaun ida-ne'e ezije katak UIF la'ós de'it iha podér atu simu informasaun oioin, maibé mós, iha meius tékniku no umanu ne'ebé efisiente tebetebes.

Ita bele halo eskema ida simplés no bázika tebetebes atu hatudu oinsá maka halo halibur, análize no difuzaun informasaun ida-ne'e.



30. Dekretu-lei ne'ebé aprova natureza, organizasan no funcionamentu UIF nian hetan ona aprovasaun iha Konsellu-Ministru iha Iron 3 fulan-Fevereiru 2014. Seidauk iha UIF, Banku Sentráal maka iha kompeténsia atu simu komunikasaun sira kona-ba operasaun suspeita sira no hafoin haruka tutan ba Prokuradoria Jerál Reúblika.

31. Transferénsia kréditu maka enviu fundus ne'ebé ordenante espresamente entrega ba ninia banku ho finalidade ida-ne'e, ka fundu ne'ebé depozita iha konta ida ne'ebé maka ordenante ka representante maka titulár iha banku ida-ne'e.

Ba utilizadór servisu bankáriu nian, tranferénsia kréditu maka, ezekusaun orden ida ka instrusaun ida sei fó hosi kliente ba banku ida, ho objetivu atu banku haruka montante ida-ne'e ba konta bankária seluk. Conta destinu bele iha banku ne'e ka iha banku seluk. Iha primeiru kazu, transferénsia "intrabankária", iha segundu kazu, "interbankária".

Iha prátika bankária, interveniente prinsipál sira iha transferénsia kréditu maka baibain temi ho forma tuirmai:

- Ordenante – kliente bankáriu ne'ebé kontrata transferénsia;
- Banku ordenante – Banku ne'ebé maka ordenante kontrata transferénsia;
- Benefisiáriu – Entidade ne'ebé maka simu fundu transferénsia;
- Banku benefisiáriu – Banku ne'ebé simu fundus no entregaba benefisiáriu - <http://www.bportugal.pt/PT-PT/SISTEMASDEPAGAMENTO/INSTRUMENTOSDEPAGAMENTO/Paginas/TranferenciasaCredito.aspx> - .

Lahó prejuizu ba terminolojia ofisiál ida-ne'e, maka baibain uza espresaun "operasaun débitu" atu signifika orden transferénsia hosi konta ida ba konta seluk. No bainhira Ministériu Públiku fó orden suspensaun ba operasaun ida maka baibain inklui iha despaxu liafuan maka hanesan tuirmai ne'e: "Fo hatene ba banku katak suspensaun inklui operasaun débitu hotu-hotu".

Kliente ida bá ninia banku, halo depóztu 15.000,00 USD no husu transferénsia osan ida-ne'e ba konta ba ema seluk nian iha banku ida iha Jakarta, razaun ne'ebé fó hodi halo operasaun ida-ne'e maka atu "ajuda família". Banku koñese kliente³², ida-ne'e no hatene katak nia iha servisu iha-ne'ebé nia simu saláriu fulafulan ne'ebé la liu dolar atus haat, tanba ne'e banku konsidera depóztu ne'e estrañu no halo komunikaun ba UIF.

Babain iha Komunikaun Operasaun Suspeita sira (KOS ka STR iha versaun ingleza, Suspicious Transaction Report) entidade ne'ebé halo komunikaun tenki inklui informasaun kona-ba kliente ne'ebé maka entidade iha no informasaun kona-ba situasaun suspeita hotu-hotu. Informasaun ida-ne'e, ne'ebé halibur tiha ona bainhira kumpri devér identifikaun³³, nian, bazeia iha CSC ka KYC ne'ebé ita sei ba analiza di'ak liu iha oin bainhira ita analiza artigu 10.º lei 17/2011, kona-ba identifikaun kliente sira-nian.

Lahó prejuízu ba informasaun ne'ebé inklui iha COS, UIF bele konsulta antesedente kriminál hosi ema ne'ebé maka hakarak atu hala'o operasaun (ordenante) nune'e mós ema ne'ebé simu transferénsia (benefisiáriu), hetan informasaun hosi UIF sira-seluk, konsulta baze-dadus públika no halibur informasaun sira ne'ebé konsidera importante. Hafoin simu no halibur informasaun, UIF analiza informasaun ida-ne'e.

Karik análize ida-ne'e hatudu indísiu sira katak krime ida hala'o tiha ona, UIF fó-hatene faktu ida-ne'e ba Prokuradoria Jerál Repúblika ho objetivu atu hahú prosedimentu kriminál, haktuir artigu 26.º lei 17/2011. Artigu ida-ne'e ko'alia kona-ba prosedimentu adekuaudu. Maibé iha lejjizasaun penál timór nian, prosedimentu adekuaudu parese hahú inkéritu krime de'it. Mezmuke, iha kazu, iha-ne'ebé, porezemplu prosedimentu kriminál preskreve ona ka mezmú iha kazu, iha ne'ebé tribunál Timór la iha kompeténsia atu julga kazu ne'e, ita tenki hahú inkéritu nafatin. Kestaun ne'e tenki deside iha ámbitu inkéritu ida-ne'e nian.

Karik hafoin halibur informasaun no halo ninia análize, UIF konklui katak la iha suspeita ba krime ne'ebé maka pratika, UIF arkiva prosesu.

Ba oin, bainhira ita analiza artigu sira-seluk hosi lei n.º 17/2011, ita ko'alia fila-fali kona-ba UIF.

32. KIK (Koñese Ita-boot nia Kliente) ka KYC iha versaun ingleza (Know Your Customer).

33. GAFI inklui iha devér Dilijénsia kona-ba Kliente (Customer Due Diligence - CDD) iha Rekomendasaun 9.

KAPÍTULU II – PREVENSAUN

KAPÍTULU II **Prevensaun**

SEKSAUN I **Devér jerál**

Artigu 7.º

Obrigasaun atu deklarara transporte moeda ka títulu ba portadór negosiável

1. Kualkér ema singulár bainhira tama ka sai hosi territóriu Timor-Leste nian ne'ebé lori osan ka títulu portadór negosiável ho osan dolar norte-amerikanu 10.000 ka liu tenki deklarara ba autoridade alfandegária kona-ba montante osan ne'ebé maka nia lori.
2. Kópia deklarasaun sira ne'ebé maka apresenta sei tranzmite kedas hosi autoridade alfandegária ba UIF.
3. Autoridade alfandegária prende montante moeda ka títulu portadór negosiável ne'ebé maka la deklarara, tomak ka balu, bainhira de'it eziste suspeita maka'as brankeamentu kapitál ka finansiamentu terrorizmu ka bainhira apresenta deklarasaun ida ne'ebé falsa.
4. Autoridade judisiál kompetente analiza, apreensaun valór sira ne'ebé maka halo haktuir número anterior iha prazu másimu lora tolu hosi lora servisu nian.
5. Desizaun autoridade judisiál kompetente ne'ebé konfirma apreensaun tenki inklui karaterístika valór ne'ebé maka hetan apreensaun no sirkunstánsia apreensaun nian iha forma ne'ebé klara.

Artigu ida-ne'e kumpri rekomendasau 32 GAFI nian:

32. Transportadór fundu sira*

Pais sira tenki foti medida atu deteta movimentu fiziku tranzfronteira kona-ba moeda no títulu portadór, inklui sistema deklarasaun no/ka komunikasaun nian.

Pais sira tenki asegura katak ninia autoridade kompetente iha autoridade legál atu blokeia ka retein moeda ka títulu portadór ne'eb é maka suspeita iha relasaun ho finansiamentu terrorizmu, brankeamentu kapitál ka infrasaun subjasente sira, ka sai objetu deklarasaun ka komunikasaun falsa.

Pais sira tenki asegura katak sei fó sansaun ne'ebé efikás, proporsionál no disuaziva aplikavel ba ema sira ne'ebé apresenta deklarasaun ka komunikasaun falsa sira. Bainhira moeda ka títulu portadór iha relasaun ho finansiamentu terrorizmu, brankeamentu kapitál ka infrasaun subjasente sira, pais sira tenki foti mós medida sira, porezemplu lejizlativa, haktuir Rekomendasau 4, ne'ebé permita lakon moeda ka títulu hirak-ne'e.

No artigo 7.º, n.º 2, Konvensaun Palermo (Konvensaun Nasoins Unidas nian kontra kriminalidade organizada tranznasionál).

Artigu 7.º

Medida sira atu kombate brankeamentu kapitál

1.

a) (...)

b) (...)

2. *Estadu Parte sira bele uza medida viável sira atu deteta no kontrola movimentu tranzfronteira osan no títulu negosiável sira, hodi respeita garantia kona-ba utilizasaun lejítima ba informasaun no la hetan restrisaun kualkér forma ba sirkulasaun kapitál lísitu. Medida hirak-ne'e bele inklui ezijénsia katak*

partikulár no entidade komersiál sira notífika tranzferénsia tranzfronteirisu ne'ebé ho kuantia aas iha osan no títulu negosiável.

3. (...)

4. (...)

Dala barak kriminozu sira evita hodi uza sistema bankáriu, atu halai hosi ninia kontrolu no prefere transporte tranzfronteirisu osan.

Dala ruma, ekonomia rasik iha país balu, sei bazeia iha osan, tanba ne'e ladún uza sistema bankáriu.

Uzu osan ne'ebé barak iha operasaun oioin, porezemplu akizasaun sasán ka transferénsia fundus, bele impede katak autoridade hatene ema ne'ebé maka halo hela brankeamentu osan ne'ebé mai hosi atividade kriminoza (ka ema maka hakarak finansia atividade terrorista).³⁴

Atu ultrapasa difikuldade ida-ne'e, haktuir GAFI, país oioin bele kria³⁵, entre sira-seluk, medida ne'ebé ajuda atu:

a) Deteta transporte osan no instrumentu negosiável³⁶ portadór sira-seluk liuhosi fronteira;

b) Blokeia ka retein osan ka instrumentu negosiável portadór sira-seluk ne'ebé karik suspeita iha relasaun ho finansiamentu terrorizmu ka brankeamentu kapitál;

c) Blokeia ka retein osan ka instrumentu negosiável portadór sira-seluk ne'ebé hateten-sai laloos ka fó-sai laloos.

Haktuir númeru 1 artigu 7.º lei n.º 17/2011, kualkér ema ne'ebé tama ka sai hosi Timor-Leste lori osan ka títulu portadór negosiável ho montante USD 10.000,00 ka liu tenki deklarara faktu ida-ne'e ba autoridade alfandegária. Obrigasaun deklarasaun ida-ne'e aplika ba ema ne'ebé na'in no la'ós na'in ba osan ka títulu hirak-ne'e.

Bainhira la kumpri obligasaun ida-ne'e maka konsidera kontra-ordenasaun ida ne'ebé maka prevee no sei hetan punisaun haktuir artigu 32.º, n.º 1, al. a).

Ita-boot hotu-hotu sei hanoin hikas, porezemplu, kona-ba formuláriu ne'ebé maka presiza atu prienxe bainhira ita ba hala'o viajen ho aviaun ba Timor-Leste. Kestaun ida maka obligasaun atu deklarara osan ne'ebé liu valor ne'ebé maka indika.

Hosi dalan ida-ne'e, autoridade sira halibur informasaun kona-ba movimentu osan no tenki trazmite informasaun ida-ne'e ba UIF haktuir n.º 2 artigu 7.º. Atu informasaun hirak-ne'e bele sai útil tenki inklui parte baze-dadus ida.

34. Ita nunka haluha lei 17/2011 iha rejime jurídiku prevensaun no kombatete brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu, maibé iha manuál ida-ne'e la analiza krime finansiamentu terrorizmu.

35. Padraun Internasionál hodi kombatete brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu no proliferasaun, pájina 103 - <http://www.dgpi.mj.pt/sections/noticias/gafi-recomendacoes-de>

36. Haree artigu 1º A, al. h) lei n.º 17/2011 - "Títulu portadór negosiável" maka dokumentu ne'ebé asina laho restrisaun no iha ne'ebé titularidade bele transfere ho entrega.

Haktuir n.º 3, artigu 7.º, autoridade alfandegaria prende osan ka títulu portadór negociável ne'ebé maka la deklara, bainhira de'it iha suspeita forte kona-ba brankeamentu kapitál ka finansiamentu terrorizmu ka bainhira apresenta deklarasaun falsa ida.

Autoridade alfandegária prende de'it osan ka títulu bainhira la halo deklarasaun ka bainhira apresenta deklarasaun falsa ka la'e? Autoridade alfandegária bele prende montante ne'ebé maka deklara bainhira iha suspeita forte brankeamentu kapitál ka finansiamentu terrorizmu, mezmu halo deklarasaun ka la'e?

SEKSAUN II

Devér instituisaun finanseira sira-nian

Artigu 8.º

Transparénsia kona-ba tranzasaun finanseira sira

1. Entidade bankária sira bele de'it harii iha territóriu nasional ne'ebé iha prezénsa física ka inklui iha grupu finanseiru ida ne'ebé maka rejista iha país ka territóriu sujeitu supervizaun efikás no consolidada.

2. Entidade finanseira sira tenki rekuza atu hahú ka kontinua relasaun komersiál ho entidade bankária sira ne'ebé maka rejista iha jurisdísiaun iha-ne'ebé la iha prezénsa física ka la halo parte ba grupu finanseiru ida ne'ebé rejista iha país ka territóriu sujeitu supervizaun efikás no consolidada.

3. Nunka permite abertura ka manutensaun kontá anónima, konta ho naran ne'ebé maka klaramente falsu ka kaderneta anónima.

4. Entidade finanseira sira la bele hahú ka mantein relasaun komersiál ka hala'o tranzasaun ho entidade finanseira iha país estranjeiru bainhira ida-ne'e permite katak hirak-ne'e sei uza hosi banku falsu.

Artigu 8.º no tuirmai to'o artigu 15.º hatudu intensaun klara lejizladór nian bainhira halibur informasaun kona-ba kliente no movimentu finanseiru ne'ebé sira halo, ho objetivu atu verifika iha operasaun suspeita ka la'e no fó informasaun sira ne'ebé útil ba autoridade sira. Hanesan maka refere tiha ona antes, rejime oioin prevensaun no kombate brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu iha devér ba entidade balu (finanseira no la'ós finanseira) ne'ebé liuhosi ninia atividade profisionál sira iha koñesimentu movimentu finanseiru (liuhosi transferénsia ka depóziitu osan, no liuhosi akizasaun sasán ka títulu).

Entidade hirak-ne'e, liuhosi devér hirak-ne'e, tenki kolabora ho autoridade no fó informasaun importante ba sira. Iha realidade, kriminozu sira uza instituisaun finanseira oioin iha sira-nia operasaun, no uza intermediáriu no empreza falsa sira. Kriminozu halo transferénsia hosi no ba país oioin no uza meu barabarak hodi subar benefisiáriu loloos hosi operasaun ida-ne'e no atu konfundi autoridade ho objetivu atu halakon dalan produu krime nian.

Ho nune'e, artigu hirak-ne'e ho objetivu atu permite koñese kliente sira atu bele kombate téknika avansadu hirak-ne'e.

Artigu 8.º ida-ne'e iha orientasaun ne'ebé hateten iha Rekomendasaun 13 GAFI no artigu 52.º, n.º 4 Konvensaun Mérida (Konvensaun Nasoins Unidas nian kontra Korrupsaun).

Iha Timor-Leste la bele iha banku falsu (n.º 1)³⁷, no entidade finanseira sira mós la bele estabelese relasaun komersiál ka hala'o tranzasaun ho entidade finanseira estranjeira

37. Banku falsu maka banku hirak-ne'ebé la iha prezénsa física ho administrasaun no jestaun no la integra iha grupu finanseiru regulamentadu – haree artigu 1º-A, al. b).

ne'ebé permite katak banku falsu sira sei uza sira-nia konta (n.º 4), atu dehan katak, ne'ebé la respeita padraun internasionál.

Ita hatene katak “banku falsu” hirak-ne'e la kumpri rekizitu internasionál atu prevene brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorismu, tanba ne'e, risku atu uza banku ne'e ba hala'o krime ne'e maka risku boot.

Violasaun ba dispozisaun sira artigu ida-ne'e nian sei konsidera kontra-ordenasaun ne'ebé prevee no hetan punisaun ho artigu 32.º, n.º 1, al. b), c) no d).

Artigu 9.º

Transparénsia ema koletiva no sentru interese koleтиву laho personalidade jurídika

1. Lahó prejuízu ba devér rejistu, deklarasaun no publisidase ne'ebé prevee iha Lei Sociedade Komersiál, iha Kódigu Rejistu Komersiál no iha leizlasaun aplikável sira-seluk, ema koletiva ne'ebé rejista iha territóriu nasional, bainhira de'it sira hetan pedidu hosi autoridade competente, tenki fó informasaun adekuada no nesesária atu identifika benefisiáriu efetivu sira no ninia estrutura kontrolu nian.

2. Bainhira emite asaun portadór, haktuir lei, titulár ba asaun hirak-ne'e iha obrigasaun atu rai iha ema koletiva ne'ebé maka emite asaun hirak-ne'e ka, bainhira eziste, iha rejistu asaun.

3. Lei determina forma rejistu informasaun kona-ba benefisiáriu efetivu sira no kontrolu sentru interese koleтиву laho personalidade jurídika.

Artigu ida-ne'e kumpri orientasaun sira ne'ebé hateten Rekomendasaun 24 no 25 GAFI. Habak, hakarak atu hatene sé maka na'in loloos ba sociedade no ema koletiva sira-seluk, atu hateten katak sé maka benefisiáriu efetivu.

Informasaun hirak-ne'e tenki disponível ho fásil no rápidu ba autoridade sira ne'ebé aplika lei.

Krisaun sociedade komersiál³⁸ no faktu seluk ne'ebé iha relasaun ho sociedade komersiál, tenki regista – lee artigu 3.º kódigu rejistu komersiál, ne'ebé aprova hosi dekretu-lei n.º 7/2006, lora 1 fulan-Marsu.

Rejistu komersiál ho objetivu atu fó publisidade kona-ba situaun jurídika emprezáriu komersiál individuál, sociedade komersiál, sociedade sivil iha forma komersiál, estabelesimentu individuál ho responsabilidade limitada, kooperativa, empreza públika no agrupamentu komplementár empreza nian, ne'ebé ho finalidade seguransa jurídika komérsiu nian – haree n.º 1 artigu 1º kódigu rejistu komersiál.

Rejistu komersiál sei organiza liuhosi rekursu meu informátiku – haree artigu 24.º kódigu ida-ne'e nian.

Durante investigasaun ida, informasaun ne'ebé iha rejistu bele sai importante tebetebes; porezemplu atu hatene identifikasaun kompleta sósiu sira-nian, feen-la'en sósiu sira-nian, hela-fatin, nsst.

N.º 2 artigu 9.º lei n.º 17/2011 ko'alia kona-ba emisaun asaun portadór.

38. Lei sociedade komersiál – Lei 4/2004, lora 21 fulan-Abríl – prevee ezisténsia sociedade iha naran koleтиву, iha komandita, ho kuota no anónima – haree artigu 1º lei ida-ne'e.

Asaun sira maka parte ida hosi sosiedade anónima ida.

Asaun sira bele nominativa ka portadór – haree artigu 240.º lei n.º 4/2004, lora 21 fulan-Abríl, lei sosiedade komersiál.

Iha nominativa, emitente sempre hatene sé maka titulár tanba asaun hirak-ne'e emite tiha ba ema ida-ne'e de'it. Atu transmite asaun ida-ne'e ba ema ida, titulár tenki hakerek naran ema ne'ebé maka asaun ne'e sei tranzmite ba nia, iha título ne'ebé iha asaun no faktu ida-ne'e tenki rejista iha emitente – haree artigu 246.º, n.º 1, al.i) kona-ba lei sosiedade komersiál.

Asaun portadór maka asaun hirak-ne'ebé la rejista iha proprietáriu nia naran no pertense ba ema iha asaun ne'e iha ninia pose – haree artigu 253.º, n.º 3 kona-ba lei sosiedade komersiál, iha ne'ebé título portadór tranzmite liuhosi entrega simplés.

Karik atu kombat brankeamentu kapitál no finansiametu terrorizmu maka importante atu hatene sé maka iha kontrolu ba sosiedade ida ka sé maka ninia benefisiáriu efetivu, koñesimentu ida-ne'e bele hetan difikuldade tanba eziste asaun portadór.

Atu evita situasaun ida-ne'e, lei 17/2011, iha artigu 9.º ida-ne'e, ne'ebé maka agora daudaun ita analiza, determina katak iha kazu ida-ne'e titulár ba asaun hirak-ne'e iha obligasaun atu rai iha ema kolektiva ne'ebé maka emite asaun hirak-ne'e ka, bainhira eziste, iha rejistu asaun.

Ba efeitu partisipasaun iha assembleia jerál, artigu 247.º, n.º 1, kona-ba lei sosiedade komersiál hateten katak depóziitu asaun portadór bele hala'o iha kualkér instituisaun kréditu nian. Bainhira lei bandu depóziitu ida-ne'e ho objetivu partisipasaun iha assembleia jerál, signifika katak iha asaun sira-seluk bele depozita iha sosiedade ka la'e?

N.º 3 artigu 9º hateten katak lei determina forma rejistu informasaun kona-ba benefisiáriu efetivu sira no kontrolu sentru interese kolektivu sira laho personalidade jurídika.

Bainhira la iha informasaun adekuada kona-ba benefisiáriu efetivu no estrutura kontrolu ema kolektivu no sentru interese kolektiva laho personalidade jurídika konsidera kontra-ordensaun ne'ebé prevee no hetan punisaun ho artigu 32.º n.º 1, al. e).

Mai ita ba analiza agora artigu ida ne'ebé importante tebetebes hosi Lei n.º 17/2011, kona-ba identifikasaun kliente sira-nian.

Artigu 10.º

Identifikasaun kona-ba kliente sira hosi entidade finanseira no la'ós finanseira

1. Entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3º tenki identifika sira-nia kliente no benefisiáriu efetivu sira no verifika sira-nia identidade liuhosi dokumentu sira ne'ebé mai hosi fonte independente, dadus ka informasaun, bainhira:

a) Estabelese relasaun negósiu nian;

b) Hala'o tranzasaun okasionál, iha montante 10.000,00 dólare norte-amerikanu ka liu hala'o tranzasaun dala ida de'it ka dala barak, ne'ebé maka paresse sira iha ligasaun;

c) Iha dúvida kona-ba veracidade ka adekuasaun dadus identifikasaun kliente nian;

d) Iha suspeita forte kona-ba brankeamentu kaptiál ka finansiamentu terrorizmu.

2. Entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º hala'o halibur informasaun kona-ba objetivu no intensaun relasaun negósiu nian.

3. Entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º. hala'o identifikasaun no verifikasaun identidade ninia kliente sira-nian ho forma tuirmai:

a) Identifikasaun ema singulár no verifikasaun ninia identidade inklui naran kompletu no número identifikasaun nasional;

b) Identifikasaun ema kolektiva inklui verifikasaun firma ka denominasaun sosial, sede, identifikasaun titulár sira órgaun sosial nian, rejistu sosiedade ka prova hanesan ninia estatutu juridiku, tipu sosial no estrutura societária;

c) Identifikasaun instrumentu juridiku relevante sira;

d) Entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º identifika beneficiáriu efetivu no foti medida sira ne'ebé presiza atu verifica ninia identidade, inklui identifikasaun ema singulár ne'ebé iha poder kontrolu nian, nune'e mós identifikasaun ema singulár ne'ebé responsavel ba direasaun ema kolektiva nian.

4. Bainhira iha dúvida kona-ba kliente ne'ebé refere iha n.º 1 atua mesak, entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º verifica identidade ema ka ema sira iha naran ka respresentasaun ne'ebé maka kliente atua.

5. Bainhira estabese relasaun negósiu nian ka hala'o tranzasaun ho kliente ida ne'ebé la presente fizikamente, entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º tenki foti medida espesifika adekuada atu hamenus risku boot brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu.

6. Entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º foti medida sira ne'ebé adekuada atu determina karik kliente ka beneficiáriu efetivu ema sira ne'ebé envolve iha política.

7. Instituisaun finanseira no atividade no profisaun la'ós finanseira tenki halo dilijénsia regulár kona-ba relasaun ho kliente no ezamina besik tranzasaun sira ne'ebé hala'o atu asegura katak mantein konsistente ninia koñesimentu kliente nian, ninia atividade komersial no perfil risku no, bainhira de'it presiza, orijen ninia fundu sira.

8. Kona-ba relasaun bankária internasionál, entidade finanseira tenki;

a) Verifika identidade instituisaun korrespondente sira ho hirak-ne'ebé maka iha relasaun ho korrespondénsia bankária;

b) Halibur informasaun kona-ba natureza atividade instituisaun korrespondete;

c) Bazei ba informasaun disponível, avalia reputasaun instituisaun korrespondente no natureza supervizaun ne'ebé maka sujeita hela ba;

d) Avalia kontrolu ne'ebé aplika hosi instituisaun korrespondente ba kombate brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu;

e) Bainhira pagamentu ida liuhosi konta ida, asegura katak instituisaun korrespondente verifica identidade kliente nian, aplika mekanizmu ba kontrolu kontinua kliente hirak-ne'e nian no iha kapasidade atu halibur identifikasaun ne'ebé relevante kona-ba pedidu ida;

f) Kumpri instrusaun sira ne'ebé emite hosi autoridade competente.

9. Entidade la'ós finanseira sira ne'ebé refere iha artigu 3.º bele de'it mantein relasaun negosiál bainhira bele kumpri devér dilijénsia ne'ebé refere iha número sira anteriór.

10. Bazeia ba iha avaliasaun risku ne'ebé maka tipu kliente reprezenta, relasaun negosiál ka transasaun, autoridade supervizaun kompetente bele determina sirkunstánsia sira kona-ba obrigasaun ne'ebé de'it maka estabese ona iha artigu ida-ne'e bele redús ka simplifika kona-ba identifikasaun no verifikasaun identidade kliente ka benefisiáriu efetivu nian.

11. Disposizaun sira iha artigu ida-ne'e sei aplika ba kliente hotu-hotu hosi entidade finanseira sira ne'ebé maka eziste ona molok lei ida-ne'e hetan aprovasaun.

Artigu ida-ne'e kumpri Rekomendasaun 10 GAFI, artigu 7.º n.º 1, al. a) Konvensaun Palermo no artigu 14.º, n.º 1, al. a) no 52.º Konvensaun Mérida no kona-ba KIK/KYC – Koñese Ita-boot nia Kliente/Know Your Customer.

Entidade finanseira no la'ós finanseira bele verifika karik operasaun suspeita ida, liuhosi koñesimentu sira-nia kliente no ninia perfil, no hanoin ne'e informa ba autoridade sira.

Koñesimentu perfil kliente nian, atu hatene ninia rendimentu ne'e mai hosi ne'ebé, negósiu eventuál ne'ebé é maka nia iha, sei permite entidade finanseira no la'ós finanseira sira hatene no deteta fásil liu operasaun eventuál suspeita sira.

Bainhira de'it ema ruma ba loke konta bankária ida tenki fornese ninia identifikasaun. Bainhira konta ida nakloke, estabese relasaun negósiu ida ne'ebé fiar katak sei douradoura no estável.

Maibé, bele de'it «tranzasaun okazonál» ida. Tranzasaun okazonál maka tranzasaun ida ne'ebé hala'o hosi entidade finanseira no la'ós finanseira la tama iha relasaun negósiu ida ne'ebé maka estabese tiha ona.

Iha **tranzasaun okazonál, risku aumenta** tanba entidade sira sujeita (finanseira ka la'ós finanseira) la koñese kliente (okazonál), bainhira de'it montante 10.000,00 dólar ba leten, entidade hirak-ne'e tenki hatene loloos hosi sé no favorese ba sé maka tranzasaun ne'e hala'o ho objetivu atu prevene no kombate brankeamentu kapitál, karik ida-ne'e akontese. Tanba informasaun kona-ba indentifikasaun rejista ona no dala ruma komunika mós ba autoridade sira no autoridade bele husu informasaun hirak-ne'e.

Ita haforsa katak montante 10.000,00 ne'e refere ba tranzasaun ida ka tranzasaun oioin. Ita haree on katak iha faze ida hosi brankeamentu kapitál, ne'ebé koñese ho naran Sirkulasaun ka Akumulasaun (uza mós naran ida-ne'e tanba iha akumulasaun operasaun ida atu difikulta ligasan produktu krime ba ninia orjijn kriminoza), maka dala barak uza eskema ne'ebé inklui hodi hala'o transferénsia valór ladún boot hodi koko habosok autoridade sira.

Atu prevene situasaun ida-ne'e, lei inklui mós tranzasaun oioin iha montante ne'ebé ki'ik liu.

Importante liu mós atu hatene tanba razaun saida maka ema ida loke konta bankária; karik ida-ne'e halo depóziitu ninia vensimentu no, karik hanesan ne'e, ninia atividade profesionál ne'e saida, karik emprezáriu, karik komersiante, nsst.

Númeru 3, al. c) no d), 4, 5 no 6 iha regra sira kona-ba nesesidade atu hatene sé maka benefisiáriu efetivu, poremplu hatene karik ema ne'e envolve iha polítika.

Em sira ne'ebé envolve iha polítika (PEP iha terminolojia anglo-saxónika, politically exposed person) sei define iha artigu 1.º alínea f): em singular sira ne'ebé hala'o, ka hala'o tiha ona to'o tinan ida, kargu aas ho natureza polítika ka pública, nune'e mós membru sira ne'ebé besik ba ninia família no em sira ne'ebé hatene katak iha relasaun besik ho natureza sositária ka komersial ho sira.

Alínea f) inklui iha sub-alínea i) to'o viii), definisaun sira kona-ba kargu aas ho natureza polítika ka pública no membru sira ne'ebé besik ba ninia família.

Em sira-seluk bele uza em hirak-ne'e atu hala'o krime brankeamentu kapital no krime subjasente sira, porezemplu, krime korrupsaun, tanba em hirak-ne'e tuur iha pozisaun importante tebetebes.

Ba razaun ida-ne'e, tenki verifika konta ne'ebé maka pertense ba PEP no ita ba haree iha oin, tenki iha medida adisional prevensaun nian kona-ba konta hirak-ne'e.

Númeru 7 refere ba vijilánsia kontinua relasaun negósio nian.

Ho efeitu, bele mosu alterasaun sira kona-ba perfil kliente nian ka alterasaun iha karateristika operasaun no entidade finanseira no la'ós finanseira tenki hatene alterasaun hirak-ne'e.

Ita imagina, em prezáriu konstrusaun sivil ida, ho rendimentu aas hosi ninia atividade, hapara ninia atividade no hahú hala'o trafiku estupefasiante. Porezemplu, karik banku iha-ne'ebé em prezáriu iha ninia konta ba, no liuhosi konta ne'e nia hala'o ninia operasaun finanseira, la hatene katak em prezáriu hapara atividade em prezariál, nunka atu hanoin estrañu depóziitu aas ne'ebé maka em prezáriu halo daudaun no ne'ebé maka maihosi faan droga nian no, tanba ne'e, la komunika kualkér suspeita ba autoridade sira.

No oinsá entidade finanseira no la'ós finanseira atualiza ninia koñesimentu ba kliente sira?

Dala barak liuhosi pedidu foun periodikamente kona-ba komprobativu fonte rendimentu. Kliente sira la gosta ezijénsia banku nian hirak-ne'e, maibé ezijénsia ne'e maka kumprimentu ezijénsia koñesimentu kliente nian.

Maibé artigu 10º refere ba devér identifikasaun parte entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3º, maka nu'udar entidade finanseira no la'ós finanseira, n.º 9 halo referénsia spesífika ida ba entidade la'ós finanseira sira no indika tenki mantein de'it relasaun negosiál ida bainhira bele kumpri devér delijénsia nian ne'ebé maka refere iha númeru sira anteriór.

Ho efeitu, entidade finanseira sira, espesial banku sira, iha meu barak liu atu kumpri devér dilijénsia nian oioin, maibé ba entidade la'ós finanseira balu bele sai defísil atu kumpri ezijénsia hirak-ne'e hotu-hotu.

Entaun, karik nune'e, la bele hahú ka mantein relasaun negosiál ida. Violasaun ba devér identifikasaun nian konsidera kontra-ordensaun, preve no sei hetan punisaun ho artigu 32.º, n.º 1, al. f).

Artigo 11.º
Devér espešial sira identifikaŝaun nian

1. Kompañia seguru, ajente no korretór sira ne'ebé hala'o atividade iha área seguru nian tenki identifika ninia kliente sira no verifika ninia identidade, haktuir artigu anteriór, bainhira de'it montante prémiu anuál ne'ebé sei selu, liu 1.000,00 dólar norte-amerikanu, karik pagamentu sei hala'o de'it pagamentu anuál 2.500,00 dólar norte-amerikanu ba leten, ka, bainhira kontratu seguru reforma ne'ebé maka hala'o iha relasaun ho kontratu traballu ida ka atividade profesionál seguru ida, bainhira kontratu hirak-ne'e iha kláuzula rezgate ida no bele uza hanesan garantia ba empréstimu ida.

2. Kazinu sira tenki verifika identidade kliente sira-nian ne'ebé maka halo tranzasaun ho valór 1.000,00 dólar norte-amerikanu ka liu, haktuir artigu anteriór.

3. Negosiante sira iha metál presiozu sira no iha fatuk preziosu sira tenki identifika sira-nia kliente, haktuir artigu anteriór, bainhira de'it simu pagamentu iha osan ho montante 5.000,00 dólar norte-amerikanu ka liu.

4. Ajente imobiliáriu no korretór imobiliáriu sira tenki identifika parte sira, haktuir artigu anteriór, bainhira envolve iha tranzasaun sira ne'ebé kona-ba sosa no faan no sosa hafoin faan fila-fali imobiliáriu.

5. Entidade sira ne'ebé refere iha número sira anteriór tenki sempre identifika sira-nia kliente no verifika ninia identidade bainhira eziste suspeita forte brankeamentu kapitál ka finansiamentu terrorizmu.

Iha artigu ida-ne'e, ne'ebé tuir besik Rekomendasaun 22 GAFI, estabelese devér espešial identifikaŝaun nian ba kompañia seguru sira, ajente no korretór área seguru, kazinu, negosiante iha metál presiozu no iha fatuk presiozu, ajente imobiliáriu no korretór imobiliáriu sira.

Artigo 12.º
**Programa internu prevensaun no kombate brankeamentu kapitál
no finansiamentu terrorizmu**

1. Entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º tenki promove no implementa programa sira ne'ebé ho objetivu ba prevensaun no brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu iha âmbito política kontratasaun, formasaun profesionál kontinua no auditoria interna.

2. Entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º hili funsióariu ida ne'ebé responsavel atu asegura internamente kumprimentu regra no prosedimentu sira ne'ebé prevee iha lei ida-ne'e.

3. Autoridade supervizaun competente bele, liuhosi regulamentu, determina adosaun hosi entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º medida espešifika ne'ebé adekuada ba risku brankeamentu kapitál konsidera volume negósiu nian, haktuir lei.

Artigu 12.º respeita Rekomendasaun 18 iha-ne'ebé tenki ezije implementasaun programa kombate brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu – importante tebetebes katak entidade finanseira no la'ós finanseira sira iha formasaun atu sai kapás hodi kumpri Rekomendasaun GAFI nian no hatene hodi deteta no prevene mosu operasaun suspeita sira.

Artigu ida-ne'e pratikamente hanesan ho artigu 16.º. Diferénsa únika maka ida-ne'e refere iha n.º 2 figura funsióariu responsavel (“compliance officer”), tuir nota interpretativa rekomendasaun 18.

Artigo 13.º
Devér sira kona-ba transferénsia elektrónika

1. Instituisaun finanseira sira, ne'ebé atividade inklui transferénsia elektrónika, tenki hetan no verifika

naran kompletu, númeru konta, ka bainhira la iha, númeru referénsia ne'ebé akompañia transferénsia, no hela-fatin, ka bainhira hela-fatin la iha, númeru nasionál identifikaun ka loron no fatin moris nian, inklui bainhira presiza, naran instituisaun finanseira, ordenante transferénsia ida-ne'e nian, no informaun inklui iha mensajen ka formuláriu pagamentu ne'ebé inklui iha transferénsia.

2. Instituisaun sira ne'ebé maka refere iha númeru anteriór tenki halibur informaun hotu-hotu no tranzmite informaun ida-ne'e, bainhira atua hanesan intermediáriu iha kadeia pagamentu nian.

3. Banku Sentrál bele aprova instrusaun sira kona-ba transferénsia tranzfronteriza, integra iha fixeiru úniku tranferénsia nian.

4. N.º 1 no 2 la aplika ba transferénsia ne'ebé hala'o liuhosi kartaun débitu ka kréditu bainhira de'it númeru kartaun débitu ka kréditu ne'ebé inklui iha transferénsia, nune'e mós la aplika ba transferénsia entre instituisaun finanseira bainhira ordenante no benefisiáriu maka instituisaun finanseira atua mesak.

5. Karik instituisaun sira ne'ebé refere iha n.º 1 simu osan ka transferénsia valór ne'ebé la iha informaun kompleta ordenante nian, tenki foti medida nesésáriu atu hetan no verifika informaun hirak-ne'e iha instituisaun ne'ebé maka emite orden ka benefisiáriu nian no, karik hirak-ne'e la fó informaun, tenki rekuza aseitasaun transferénsia no haruka relatóriu ida ba UIF.

Artigu ida-ne'e, aplika de'it ba instituisaun finanseira sira, kumpri Rekomendasaun n.º 16. Transferénsia elektrónika maka operasaun bankária ne'ebé realiza ho inisiativa **ordenante** ida nian (partikulár, empreza ida, nsst), realiza liuhosi instituisaun kréditu ida no ho objetivu atu koloka kuantia iha osan ba dispozisaun **benefisiáriu**³⁹ ida nian.

Defaktu, ida-ne'e orden ida (ne'ebé bele hala'o oralmente ka liuhosi eskritu ka tranzmite elektronikamente) ba instituisaun ida atu kredita montante iha osan iha konta ida ka tau dispozisaun hosi ema ida.

Sé maka ema ne'ebé fó orden ida-ne'e maka bolu ordenante no sé maka simu fundu maka ninia destinatáriu finál, maka benefisiáriu.

Transferénsia hirak-ne'e bele hala'o ho fásil no lalais, tanba ne'e kriminozu sira gosta tebetebes uza transferénsia hirak-ne'e.

Tanba ne'e, tenki garante katak koñese dalan hotu-hotu fundus hirak-ne'e nian no tenki hatene sé maka ordenante no benefisiáriu efetivu no dispozisaun sira artigu ida-ne'e nian ho objetivu atu garante koñesimentu ida-ne'e.

Ba kriminozu sira, utilizaun sistéma bankáriu maka importante tebetebes no, dala barak, importante atu hala'o atividade kriminoza. Sira movimenta millaun no hakarak arranja forma rápida, segura no efikás hodi koloka ninia fundu sira iha-ne'ebé maka sira hakarak. Iha sorin seluk, país oioin tenki difikulta objetivu hirak-ne'e.

Klaru katak kriminozu sira sei deskobre, no hahú deskobre ona, dalan seluk hodi sirkula fundus ilísitu. Tanba ne'e, autoridade tenki halo modernizasaun konstante ida, kona-ba koñesimentu no kompreensaun kona-ba métodu foun sira (bolu tipolojia) ne'ebé kriminozu sira uza, nune'e mós kona-ba meius ne'ebé bele uza atu kombate krime hirak-ne'e.

39. Kadernu Banku Portugal nian - <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Publicacoes/Intervencoes/Banco/CadernosdoBanco/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Transfer%C3%AAncias%20a%20Cr%C3%A9dito.pdf>

Artigu 14.º
Kontrolu spesiál ba tranzasaun balu

1. Entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º iha obrigasaun ba devér spesiál kontrolu ida ba tranzasaun sira ne'ebé iha montante aas ne'ebé la normál, la abituál ka lahó orijen ekonómika no lísita aparente.

2. Entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º iha obrigasaun ba devér spesiál kontrolu ida kona-ba relasaun negosiál no tranzasaun ho ema singulár no koletiva ka sentru interese koletivu lahó personalidade jurídika, ho orijen ka destinu iha país ka territóriu sira ne'ebé mai hosi ka ba país sira ne'ebé la sujeita ba supervizaun efikás no konsolidada.

3. Medida dilijánsia ne'ebé forte tebetebes aplika sempre ba operasaun ne'ebé ho ema sira ne'ebé envolve iha polítika.

4. Entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3º tenki mantein rejistu informasaun spesifika kona-ba tranzasaun sira ne'ebé refere iha n.ºs 1, 2 no 3 no identidade parte hotu-hotu ne'ebé maka envolve iha tranzasaun ida-ne'e. Tenki rai relatóriu ida-ne'e haktuir artigu 15º no tenki komunika relatóriu ida-ne'e ba UIF ka ba entidade supervizaun kompetente seluk; bainhira de'it husu, nune'e lei hateten.

Artigu 14.º kona-ba Rekomendasaun 12 no 19 GAFI – Iha situasaun sira ne'ebé obriga entidade finanseira no la'ós finanseira sira atu foti medida vijilánsia ne'ebé maka'as ba kliente no atividade spesífiku no artigu ida-ne'e hatudu situasaun sira iha-ne'ebé entidade finanseira no la'ós finanseira iha obrigasaun ba devér spesiál kontrolu ida.

Fásil atu komprende katak entidade finanseira no la'ós finanseira sira tenki atentu bainhira tranzasaun sira envolve montante aas ne'ebé la normál, ka la abituál, ka laiha orijen ekonómika lísita aparente.

Ida-ne'e la signifika katak tranzasaun hotu-hotu ne'ebé envolve osan barak sei suspeita, tanba eziste tranzasaun barak ho montante ne'ebé aas tebetebes ne'ebé hetan justifikasaun, porezemplu emprezáriu ne'ebé iha atividade rende ka movimentu lukru sira ne'ebé barak ho justifikasaun.

Bainhira relasaun negosiál ka tranzasaun okasionál sei estabese ho ema (singulár ka koletiva) ka ho sentru interese koletivu lahó personalidade jurídika, ho orijen ka destinu iha país ka territóriu sira ne'ebé mai hosi ka ba país sira ne'ebé la sujeita ba supervizaun ne'ebé efikás no konsolidada, aumenta risku brankeamentu kapitál ka finansiamentu terrorizmu, tanba kriminozu sira hili territóriu ka país sira ne'ebé ho sistema fraku iha prevensaun no kombate atividade ilísita hirak-ne'e.

Ba razaun ida-ne'e, entidade finanseira no la'ós finanseira sira tenki iha kuidadu ne'ebé boot ho kazu hirak-ne'e. Hanesan hateten antes, ema sira-seluk bele uza ema sira ne'ebé envolve iha polítika atu halo krime brankeamentu kapitál no krime subjasente, porezemplu, krime korrupsaun. Tanba ne'e, normál ninia konta sei sujeta ba kontrolu spesiál ida.

Bainhira la aplika medida kontolu nian, iha artigu ida-ne'e, nune'e mós, porezemplu, iha artigu 10.º, konsidera kontra-ordensaun ne'ebé maka prevee no sei hetan punisaun ho artigu 32.º, n.º 1, al. g).

Tenki mantein rejistu kona-ba tranzasaun hirak-ne'e ne'ebé inklui informasaun oioin. Rejistu hirak-ne'e tenki respeita artigu 15.º kona-ba arkivu rejistu ne'ebé spesífiku.

Rejistu hirak-ne'e sei komunika ba UIF ka entidade supervizaun seluk bainhira de'it hetan pedidu. Devér informasaun ida-ne'e hateten mós iha artigu 15.º, n.º 1, 21.º, 22.º, no ninia violasaun konsidera kontra-ordenasaun ne'ebé prevee no sei hetan punisaun ho artigu 32.º, n.º 1, al. h) no i).

Artigu 15.º
Arkivu rejistu nian

1. Entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º tenki iha arkivu sira ne'ebé inklui, iha sistema rejistu adekuaadu ida, disponivel ba konsulta hosi UIF ka entidade competente seluk, informasaun hirak tuirmai ne'e:

a) Kópia dokumentu identifikasaun kliente, proprietáriu ka reprezentante beneficiáriu efetivu sira-nian, ne'ebé maka hetan haktuir dispozisaun sira iha kápitulu ida-ne'e, fixa kontas no korrespondénsia ho período, pelumenus, tinan lima hafoin relasaun negosiál termina;

b) Informasaun ne'ebé maka hetan haktuir dispozisaun sira iha kápitulu ida-ne'e, ne'ebé posibilita rekonstrusaun tranzasaun sira ne'ebé hala'o hosi kliente sira no relatóriu eskritu haktuir artigu anteriór, ba período pelumenus tinan lima hafoin hala'o tranzasaun ida-ne'e;

c) Arkivu kona-ba relatóriu hotu-hotu haruka ba UIF, iha período pelumenus tinan 5 sura hosi data relatóriu ne'e haruka;

d) Kópia ida kona-ba informasaun ne'ebé maka UIF haruka hodi hatán ba relatóriu sira kona-ba tranzasaun suspeita durante tinan lima hahú sura hosi loron ne'ebé maka simu informasaun ne'e.

2. Autoridade supervizaun competente bele, liuhosi regulamentu ka orden interna, determina tipu no estensaun medida sira ne'ebé sei foti hodi kumpri obrigaun sira ne'ebé maka estabelese iha artigu ida-ne'e hosi instituisaun finanseira sira, hodi tau iha konsiderasaun kona-ba risku brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorismu no volume negósiu nian.

Artigu 15.º kona-ba Rekomendasaun 11 – arkivu kona-ba dokumentasaun oioin tenki mantein ba período, pelumenus, tinan lima (tinan lima sura hahú hosi faktu determinadu konforme rezulta hosi alínea oioin).

Informasaun sira ne'ebé hateten iha dokumentu hirak-ne'e ho objetivu atu bele uza hosi autoridade sira bainhira sira prezisa, no bele sai útil tebetebes iha invesigasaun finansira nian.

Hanesan maka refere iha Rekomendasaun 11 GAFI nian, “Dokumentu hirak-ne'e sei sai sufisiente hodi permite rekonstitui tranzasaun individuál atu fornese, bainhira prezisa, prova sira iha prosesu ho natureza kriminál”.

Artigu 16.º
**Prevensaun brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorismu
iha entidade finanseira no la'ós finanseira sira**

1. Entidade sira-ne'ebé refere iha artigu 3.º dezenvolve programa sira ne'ebé ho objetivu ba prevensaun brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorismu ne'ebé inklui:

a) Diretris, prosedimentu no kontrolu internu sira, inklui dispozitivu di'ak hodi verifika ninia kumprimentu no prosedimentu adekuaadu hodi asegura kritériu ezijente kontratasaun empregadu sira-nian;

b) Formasaun kontinua ba xefia no empregadu sira atu hadi'ak identifikasaun tranzasaun no asaun sira ne'ebé bele iha ligasaun ho brankeamentu kapitál ka finansiamentu terrorismu no hanorin sira kona-ba prosedimentu ba kazu hirak-ne'e;

c) Regulamentu auditoria interna hodi verifika konformidade no adekuasaun programa internu sira ho medida sira ne'ebé estabelese iha lei.

2. *Autoridade supervizaun competente bele aprova orientasaun sira ne'ebé relasiona ho tipu no estensaun medida adekuada ba kumprimentu dispozisaun sira iha artigu ida-ne'e, tau iha konsiderasaun risku brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu.*

Hanesan maka ita hateten iha kotuk, artigu ida-ne'e repete matéria balu ne'ebé iha artigu 12.º.

Artigu 17.º

Kumprimentu obrigasaun sira hosi subsidiári no filiál sira

1. *Instituisaun finanseira sira tenki husu katak sira-nia subsidiária no filiál sira iha estranjeiru kumpri dispozisaun iha artigu 10.º to'o 16.º, bainhira lei no regulamentu lokál sira permite.*

2. *Karik lei no regulamentu lokál sira la permite kumprimentu iha número anteriór, entidade finanseira sira tenki informa autoridade supervizaun competente sira.*

Artigu ida-ne'e inklui orientasaun balu Rekomendasaun 18 GAFI nian, ne'ebé refere ba kontrolu internu (polítika, prosedimentu, formasaun empregadu sira-nian) no sukursál no filiál sira iha estranjeiru.

Ho efeitu, instituisaun finanseira sira tenki kumpri programa kombate brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu la'ós de'it iha país orijen maibé mós iha fatin ne'ebé loke sukursál⁴⁰ no filiál sira.

Maibé bele akontese katak iha país ne'ebé maka nakloke ba sukursál ka filiál, lei no regulamentu sira la permite kumprimentu obrigasaun atu kombate brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu. Iha kazu ida-ne'e, tenki informa autoridade supervizaun competente sira; iha ami nia opiniaun autoridade hirak-ne'e hosi país orijen nian, sira-ne'e maka decide karik aplika medida adisionál adekuada atu jere risku brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu ka, karik tenki hapara ninia atividade iha país akollamentu nian.

Ita bele hanoin katak ba instituisaun finanseira sira bele la iha interese atu foti medida hirak-ne'e balu tanba bele lakon kliente. Maibé, apezarde instituisaun finanseira sira iha vantajen hotu-hotu atu aumenta ninia volume negósiu nian, nune'e mós importante tebetebes ba instituisaun finansiera hirak-ne'e atu kria no mantein kredibilidade. Karik ida-ne'e la akontese, instituisaun finanseira sira bele lakon kliente onestu sira, ne'ebé iha negósiu ho konfiansa. Volume negósiu kriminozu sira-nian maka la estável no depende, millaun sira ne'ebé maka sira iha bele muda ba *fatin sira-seluk*.

Artigu 18.º

Kazinu sira

Kazinu sira bele hala'o de'it hafoin hetan loloos lisénsa hosi autoridade competente, nu'udar lei hateten.

Artigu ida-ne'e kumpri Rekomendasaun 28 al. a) GAFI ne'ebé refere:

28. *Regulasaun no supervizaun atividade no profisaun la'ós finanseira dezinada sira **

Atividade no profisaun la'ós finanseira dezinada sira tenki sujeita ba medida regulasaun no supervizaun, hanesan tuirmai ne'e:

a) *Kazinu sira tenki sujeita ba rejime ida ne'ebé kompletu regulasaun no fiskalizasaun, ho objetivu atu*

40. Haree nota interpretativa ba Rekomendasaun 18 GAFI.

garante katak aplika medida sira ABC/CFT ho efetivu. Pelumenus:

- *kazinu sira tenki sai objetu ba lisensiamentu antes;*
- *autoridade competente sira tenki adota medida sira ne'ebé presiza, lejizlativa ka regulamentár, atu evita ajente krime ka ninia kúmplise sira sai titulár ka benefisiáriu efetivu partisipasaun kontrolu ka partisipasaun signifkativa iha kazinu ka iha funsaun direasaun ka esplorasauun iha kazinu; no*
- *autoridade competente sira tenki asegura katak kazinu sira sei sai objetu ba fiskalizaasaun efetiva ida kona-ba kumprimentu ninia obrigasauun sira.*

Seidauk eziste kazinu iha Timor-Leste.

Ninia kriaasaun eventuál sei presiza regulamentu espesífiku.

Dekretu-lei n.º 6/2009, loron 15 fulan-Janeiru, ne'ebé estabese regulamentu kona-ba jogu rekreativu no sosiál, la inklui ninia ámbitu aplikasaun esplorasauun kazinu no jogu mákina diversaun nian, hanesan slot machines, nune'e mós jogu iha sala jogu nian, ho prémiu iha fixa ka iha moeda (haree artigu 1.º, n.º 2 diploma ida-ne'e nian).

Karik sei harii kazinu, bele iha nesesidade, kona-ba devér ba prevensaun no kombate brankeamentu kapitál no finansiametu terrorizmu, atu estabese devér sira-seluk aleinde hirak-ne'ebé hatudu ona iha artigu 11.º, n.º 2 (devér identifikaun nian).

Artigu 19.º

Organizasaun sira ne'ebé la buka lukru

Kualkér organizasaun ne'ebé la buka lukru ne'ebé halibur, simu, fó ka transfere fundu hanesan parte hosi ninia atividade sei sujeita ba supervizaun Ministériu Finansas nian, ne'ebé bele aprova regulamentu hodi asegura katak organizasaun hirak-ne'e la'ós kualkér forma hodi uza ba objetivu brankeamentu kapitál ka finansiametu terrorizmu.

Organizasaun sira ne'ebé la buka lukru (baibain bolu ONG – Organizasaun la'ós governamentál) ne'ebé dala barak uza iha forma abuziva, dala ruma ba brankeamentu kapitál, maibé dala barak liu ba finansiametu terrorizmu. Ida-ne'e tanba eziste ONG iha mundu tomak no simu osan hosi entidade barabarak.

Ho nune'e, ninia rejistu no obrigatoriedade hetan no rai dokumentu sira kona-ba, porezemplu ba ninia doadór sira, maka dalan ida atu evita ninia utilizaasaun abuziva.

KAPÍTULU III — DETESAUN BRANKEAMENTU KAPITÁL NO FINANSIAMENTU TERRORIZMU

KAPÍTULU III

Detesaun brankeamentu kapitál no finansimentu terrorizmu

SEKSAUN I

Funsaun no devér UIF nian

Artigu 20.º

Konfidensialidade

1. Funsionáriu no ajente hotu-hotu UIF nian sujeita ba devér konfidensialidade ne'ebé iha relasaun ho kualkér informasaun ne'ebé maka hetan iha âmbito ka tanba ninia funsaun, mezmú ninia funsaun ida-ne'e ramata. Informasaun ida-ne'e sei bele de'it uza ba objetivu sira ne'ebé prevee iha lei ida-ne'e.

2. Violausaun ba dispozisaun iha número anteriór sei hetan responsabilidade dixiplinár no kriminal, nu'udar lei hateten.

Hanesan ita haree tiha ona, UIF iha kompeténsia atu simu, analiza no fó-sai informasaun suspeita kona-ba brankeamentu kapitál no finansimentu terrorizmu (artigu 6.º).

La'ós de'it atu simu informasaun hosi entidade sira ne'ebé sujeita ba Lei n.º 17/2011 (entidade finanseira no la'ós finanseira) UIF mós bele, hanesan ita ba haree iha análise ba artigu 21.º, husu informasaun ba entidade sira-seluk.

Tipu informasaun ida-ne'e baibain ho karáter rezervadu, sijilozu, no lejjizladór decide atu kebra sijilu profisionál, porezemplu bankáriu, tanba de'it presiza informasaun ida-ne'e atu kombate kriminalidade organizada ho forma efikás. Hanesan mós ita sei ba haree iha oin iha análise ba artigu 35.º-B, kebra segreju profisionál eziste kona-ba krime balu.

Tanba informasaun ida-ne'e hanesan informasaun sijilozu no mós atu garante konfiansa ba entidade oioin iha UIF, artigu ida-ne'e ko'alia kona-ba liuliu devér konfidensialidade. Bainhira Viola devér ida-ne'e sei hetan responsabilidade dixiplinár no kriminal.

Pesoál UIF nian, liur hosi objetivu sira ne'ebé prevee iha lei 17/2011, hodi uza informasaun ne'ebé maka hetan iha âmbito ninia funsaun, maka sei hala'o krime violausaun segredu nian, ne'ebé prevee no sei hetan punisaun ho artigu 184.º kódigo penál.

Nota interpretativa ba Rekomendasaun 29 ne'ebé kona-ba Unidade Informasaun Finanseira, no iha pontu D, kona-ba seguransa informasaun no konfidensialidade ita bele lee: UIF tenki garante katak ninia pesoál iha autorizasaun asesu nian ne'ebé maka presiza no komprende sira-nia responsabilidade kona-ba tratamentu no diseminasau informasaun sensível no konfidensiál sira.

Artigu 21.º

Asesu ba Informasaun

1. Haktuir artigu 22.º, UIF bele husu ba kualkér entidade ka ema ne'ebé sujeita ba obrigasaun atu fó-hatene, kualkér informasaun adisionál ne'ebé konsidera presiza ba realizasaun ninia funsaun sira.

2. UIF bele konsulta informasaun iha fatin ne'ebé maka pertense ka iha kustódia entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º, ne'ebé maka karik prezisa atu hala'o ninia funsaun, iha uluk autorizasaun judisiál, hanesan maka prevee iha lejislasaun prosesuál penál.

3. Aplikasaun n.º 1 no 2 sujeita ba restrisaun sira ne'ebé maka hateten iha n.º 2 artigu 23.º.

4. UIF bele husu kualkér informasaun adisionál ne'ebé maka konsidera útil atu hala'o ninia funsaun sira,

a) Ba autoridade polisiál;

b) Ba autoridade supervizaun nian;

c) Ba servisu Estadu nian sira-seluk;

d) Haktuir dispozisaun aplikável sira, ba autoridade judisiária sira.

Artigu ida-ne'e inklui orientasaun GAFI nian iha Rekomendasaun 30, porezemplu iha pontu C ninia nota interpretativa.

Aleinde informasaun hirak-ne'ebé maka entidade finanseira no la'ós finanseira iha obrigasaun atu fó-hatene ba UIF, UIF bele husu entidade hirak-ne'e informasaun adisionál sira ne'ebé maka konsidera nesesáriu.

Ba razaun ida-ne'e, importante tebetebes maka entidade finanseira no la'ós finanseira iha dokumentasaun oioin iha arkivu, hanesan ita haree iha análise iha artigu 15º. Bainhira la kumpri pedidu ida-ne'e konsidera infrasaun ne'ebé prevee iha artigu 32.º, n.º 1, al. h).

No, bainhira prezisa, UIF bele hetan asesu ba informasaun sira ne'ebé entidade sira ne'ebé maka refere iha artigu 3º iha. UIF tenki ba buka informasaun sira ne'ebé maka informasaun sira ne'e rai ba, maibé UIF tenki hetan uluk autorizasaun judisiál.

Hanesan ita haree iha análise iha artigu 23.º, advogadu sira mós tenki halo komunikasaun ba UIF, maibé advogadu sira la iha obrigasaun ida-ne'e iha kazu sira ne'ebé maka hatudu iha n.º 2 artigu ida-ne'e. N.º 3 artigu 21.º ida-ne'e, haforsa la iha obrigasaun ida-ne'e. Iha kazu hirak-ne'e, UIF la iha asesu ba informasaun.

Maibé la'ós de'it entidade finanseira no la'ós finanseira ne'ebé refere iha artigu 3.º maka tenki fó informasaun ba UIF. Maibé mós polisia, autoridade supervizaun, servisu Estadu nian sira-seluk no autoridade judisiária tenki kolabora ho UIF, fó informasaun bainhira UIF husu ba sira.

Bainhira de'it iha asesu ba fonte informasaun oioin, UIF bele fó ninia servisu. Maibé, ita bele kompriende ho fásil katak la'ós de'it konfidensialidade kona-ba informasaun maibé mós kompeténsia ba análise komparada informasaun ida-ne'e, ne'ebé obriga UIF iha ema ne'ebé ho kualifikasaun aas no ekipa ho multidixiplinár.

Artigu 22.º
Violasaun ba obrigasaun atu informa

Autoridade supervizaun competente sei hetan informasaun hosi UIF kona-ba inkumprimentu hosi entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º kona-ba obrigasaun sira ne'ebé prevee iha n.ºs 1 no 2 artigu 21.º.

Iha ne'e importante atu hatene sé maka entidade supervizaun.

Ita hatene katak organizasaun sira ne'ebé la buka lukru sei sujeita ba supervizaun Ministériu Finansas nian tanba artigu 19.º hateten ida-ne'e.

Entidade finanseira sei iha supervizaun Banku Sentrál nian.

Seguradora sira (haree artigu 11.º) sei hetan supervizaun hosi Autoridade Bankária no Pagamentu Timor-Leste nian, haktuir lei 6/2005.

No advogadu sira? Ami hanoin sira iha supervizaun Konsellu Jestaun no Dixiplina Advokasia nian (haree lei 1/2013, lora 13 fulan-Fevereiru).

SEKSAUN II
Tranzasun suspeita sira

Artigu 23.º
Devér komunikaun nian

1. Bainhira eziste suspeita forte bainhira fundus ka sasán balu nu'udar produktu hosi atividade kriminoza, ka ne'ebé maka sira iha relasaun ba ka atu uza hodi finansia terrorizmu, ka iha koñesimentu kona-ba faktu ida ka atividade ida ne'ebé bele hatudu prátika krime brankeamentu kapitál ka finansiamentu terrorizmu, entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º tenki komunika keda ida-ne'e ba UIF, liuhosi relatóriu, haktuir artigu 25.º, mezmuké konsidera tentativa atu hala'o tranzasaun ida.

2. Iha situasaun sira ne'ebé prevee iha alinea b) n.º 2 artigu 3.º, advogadu sira la iha obrigasaun ba devér komunikaun nian bainhira sira hetan informasaun iha kontestu avaliasaun ba situasaun jurídika kliente nian, iha âmbito konsulta jurídika, iha ezersísiu ninia misaun defeza ka representasaun kliente nian iha prosesu judisiál ka kona-ba prosesu judisiál, inklui akonsellamentu kona-ba maneira atu propoin ka evita prosesu ida, nune'e mós informasaun sira ne'ebé hetan molok, durante ka hafoin prosesu.

3. Komersiante fatuk no metál presiozu sira tenki informa UIF kona-ba tranzasaun suspeita ho valór 10.000,00 dólar norte-amerikanu ka liu.

4. Ajénsia imobiliáriu sira no korretór imobiliáriu sira tenki informa UIF kona-ba operasaun suspeita sira bainhira envolve iha tranzasaun sosa no faan no sosa hafoin faan fila-fila iha reprezentasaun kliente nian.

Artigu ida-ne'e ko'alia kona-ba devér komunikaun ba tranzasaun ka operasaun suspeita sira ne'ebé maka importante tebetebes. Konsidera ida-ne'e devér fundamentál ida ba efikásia rejime prevensaun no kombate brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu.

Ho nune'e, karik entidade ruma hosi entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º iha suspeita kona-ba fundu ka sasán balu (independentemente ninia valór) mai hosi ka iha relasaun ho atividade kriminoza hirak-ne'e ida, tenki komunika faktu ida-ne'e ba UIF. Enkuantu la iha UIF, komunikaun ida-ne'e haruka ba Banku Sentrál.

Rekomendasaun 20 no 23 GAFI refere ba komunikaun sira kona-ba operasaun suspeita sira. Primeiru, kona-ba entidade finanseira no segundu, kona-ba atividade no profisaun la'ós finanseira dezignada sira.

Artigu 23.º, n.º 1 ida-ne'e, obriga entidade sira (finanseira no la'ós finanseira) ne'ebé refere iha artigu 3.º, atu komunika ba UIF tranzasaun ida ne'ebé iha indísiu pratika krime brankeamentu kapitál ka finansiamentu terrorizmu.

Bainhira ita analiza artigu 3.º, ita konkloi katak advogadu mós tama iha alínea b) n.º 2 artigu ida-ne'e.

Ho efeitu, hanesan refere tiha ona, dala barak advogadu sira partisipa ka ajuda sira-nia kliente sira iha operasaun finanseira ka imobiliária. Iha situasaun hirak-ne'e sei konsidera advogadu sira sujeita ba devér sira hosi lei ida-ne'e.

Maibé, haktuir n.º 2 artigu ida-ne'e, advogadu sira la iha obrigasaun ba devér komunikaun nian bainhira sira hetan informasaun iha kontestu avaliaun ba situasaun jurídika kliente nian, iha âmbito konsulta jurídika, iha ezersísiu ninia misaun defeza ka representasaun kliente nian iha prosesu judisiál, inklui akonsellamentu kona-ba maneira atu propoin ka evita prosesu ida, nune'e mós informasaun sira ne'ebé hetan molok, durante ka hafoin prosesu.

Maibé iha ami-nia opiniaun susár katak situsaun ida iha-ne'ebé advogadu partisipa ka ajuda iha operasaun finanseira ka imobiliária bele inklui iha âmbito situasaun sira ne'ebé maka hatudu iha n.º 2 artigu ida-ne'e. Hateten ho liafaun seluk, karik iha âmbito defeza ka representasaun kliente nian iha prosesu judisiál ida, advogadu partisipa ka ajuda iha operasaun finanseira ka imobiliária, advoga bele hamosu risku atu hala'o krime brankeamentu kapitál, karik operasaun ida-ne'e ho objetivu atu subar ka disimula orijen kriminoza sasán ka produktu nian.

Komersiante sira fatuk ka metál presiozu sei sujeita ba obrigasaun ida-ne'e kona-ba tranzasaun suspeita ho valór 10.000,00 dólar norte-amerikanu ka liu.

Nune'e mós ajénsia imobiliária no korretór imobiliáriu sira sei sujeita ba obrigasaun ida-ne'e, maibé iha ami-nia opiniaun, nu'udar obrigasaun hateten ona iha n.º 1, tanba entidade ida-ne'e inklui ona iha n.º 2, alínea b) art.º 3.º, atu dehan katak, entidade sira ne'ebé sujeita ba obrigasaun sira hosi Lei 17/2011.

Artigu 23.º-A **Inzensaun responsabilidade**

Prestasaun informasaun ho fi'ar di'ak kona-ba kualkér tranzasaun suspeita ne'ebé mai hosi entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º, iha kumprimentu ba devér sira ne'ebé hatudu iha artigu 21.º, 23.º no 24.º, la implika responsabilidade ho kualkér natureza, ba ema ne'ebé maka presta deklarasaun hirak-ne'e, mezmuke la konfirma suspeita.

Rekomendasaun 21 GAFI konsidera katak instituisaun finanseira sira, sira-nia administradór, dirijente no funsionáriu sira sei la hetan responsabilidade kriminál ka sivil haktuir lei ba kebra regra konfidensialidade ne'ebé kontratu ka kualkér dispozisaun lejjizlativa, regulamentár ka administrativa impoin bainhira komunika ho fi'ar di'ak sira-nia suspeita sira ba UIF.

Artigu 23.º-A, inklui iha izensaun responsabilidade la'ós de'it instituisaun finanseira sira maibé mós entidade hotu-hotu ne'ebé refere iha artigu 3.º.

Artigu 24.º
Suspensaun tranzasaun

1. Entidade sira ne'ebé rerere iha artigu 3.º la bele halo tranzasaun sira ne'ebé maka suspeita iha relasaun ho brankeamentu kapitál ka finansiamentu terrorizmu, komunika sira-nia supeita ba UIF.

2. UIF bele husu ba Ministériu Públiku suspensaun tranzasaun bainhira de'it ida-ne'e justifika hatuir lei, maibé, bele halo tranzasaun bainhira desizaun suspensaun nian la hetan konfirmasaun hosi juís iha prazu loron 2 loron servisu nian hahú sura hosi loron ne'ebé maka entidade sujeita ne'e halo komunikasaun.

3. Bainhira simu konfirmasaun hosi juís, suspensaun tranzasaun iha durasaun másimu loron 30 loron servisu nian hahú sura ho loron ne'ebé komunikasaun ne'ebé hato'o nu'udar prevee iha n.º 1.

4. Bainhira la posível hodi evita realizasaun tranzasaun ne'ebé refere iha n.º 1, instituisaun financeira sira komunika ba UIF kona-ba tranzasaun ida-ne'e, nune'e mós informasaun sira kona-ba ordenante no benefisiáriu efetivu sira.

5. Suspensaun tranzasaun suspeita sira, ba períodu ne'ebé refere iha n.º 2, hala'o ho fi'ar di'ak, la implika responsabilidade ba kualkér natureza atu entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º, mezmuke la konfirma suspeita.

Karik entidade financeira no la'ós financeira suspeita katak tranzasaun ida bele iha relasaun ho brankeamentu kapitál ka ho finansiamentu terrorizmu tenki la hala'o tranzasaun no fó-hatene kedas ba UIF (ba Banku Sentráal bainhira de'it UIF seidak harii no regula).

UIF, hatudu suspeita sira no ninia razaun no husu ba Ministériu Públiku atu determina suspensaun operasaun. Bainhira Ministériu Públiku konkorda, tenki emite despaxu.

Loos duni katak, bainhira Ministériu Públiku simu komunikasaun kona-ba operasaun suspeita ida ka pedidu suspensaun operasaun ida, Ministériu Públiku loke inkéritu ba prátika eventúal krime brankeamentu kapitál. Tanba seidak hatene krime subjacente maka ida-ne'ebé, la signifika la hahú inkéritu no la halo investigasaun ba krime brankeamentu kapitál. Ho efeitu, durante investigasaun maka Ministériu Públiku sei ba deskobre krime subjacente maka ida-ne'ebé no karik iha brankeamentu kapitál.

Hafoin hatún despaxu hodi determina suspensaun ba operasaun⁴¹ Ministériu Públiku tenki fó koñesimentu lalais kona-ba desizaun ida-ne'e ba UIF (Ba Banku Sentráal) ka nune'e mós ba entidade ne'ebé maka halo komunikasaun no, tuirmai, tenki haruka prosesu ba juís atu nune'e nia apresia no konfirma, ka la'e, kona-ba desizaun ba suspensaun ne'e.

Karik juís la konfirma desizaun ne'e, no tenki hala'o ne'e iha prazu loron rua loron servisu nian hahú sura hosi loron ne'ebé entidade financeira halo komunikaun ba UIF, operasaun bele hala'o.

Hosi ne'e ita bele konklui katak prosedimentu sira-ne'e hotu tenki hala'o ho lalais liu.

Servisu Ministériu Públiku no Señor Prokuradór sira tenki prepara ona, atu atua ho dilijénsia másima iha situasaun ida-ne'e. No iha servisu sira Ministériu Públiku nian, ema ne'ebé simu prosesu kona-ba matéria ida-ne'e tenki hala'o servisu iha seksaun espesializada ka funsionáriu espesializadu.

41. Iha power point iha manuál ida-ne'e, haree ezemplu ida hosi despaxu ida-ne'e iha kazu práktiku, iha slide sira 202 no 203.

Karik juís konfirma desizaun suspensaun nian, suspensaun iha durasaun másima loraun 30 loraun servisu nian sura hahú hosi loraun ne'ebé entidade halo komunikasaun ba UIF.

Bainhira prazu 30 ne'e ramata, tenki deside karik operasaun ne'e hala'o ka karik hetan konjelamentu ka apreensaun ba montante ne'ebé maka iha hela problema. Bainhira kontinua eziste indísiu prátika krime no sei iha dilijénsia investigasaun ne'ebé maka hala'o, Ministériu Públiku tenki hanoin hodi husu ba juís ba apreensaun kona-ba valór sira.

Importante atu nota katak, haktuir n.º 5, suspensaun kona-ba tranzasaun sira, ne'ebé hala'o ho fiar dí'ak, la implika responsabilidade ba entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3º, mezmuke karik hafoin konklui katak tranzasaun la iha relasaun ho brankeamentu kapitál, nune'e mós la iha relasaun ho finansiamentu terrorismu.

Karik entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º la iha protesasaun ida-ne'e, loos duni katak sira sei halo komunikasaun kona-ba tranzasaun suspeita sira, tanba entidade ne'e ta'uk atu responsabiliza bainhira suspeita sira ne'e la konfirma.

Artigu 25.º

Bandu atu fó-sai informasaun konfidensial

Entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º, nune'e mós sira-nia funsionáriu no ajente sira, la bele fó-sai ka ho kualkér forma fó informasaun ne'ebé maka hato'o tiha ona ka prepara atu hatoó ba UIF, nune'e mós informasaun sira kona-ba investigasaun kona-ba prátika krime brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorismu.

Artigu ida-ne'e respeita Rekomendasaun 21 GAFI.

Entidade finanseira no la'ós finanseira sira la bele fo-sai, porezemplu ba kliente, ne'ebé maka halo tiha komunikasaun ida kona-ba operasaun suspeita, ka fó tiha kualkér informasaun ba autoridade sira. Ho efeitu, karik halo ida-ne'e maka bele estraga investigasaun ida.

Artigu 26.º

Denúnsia obrigatória

UIF fó-hatene informasaun relevante hotu-hotu ba Prokuradoria-Jerál Repúblika bainhira de'it iha indísiu sira kona-ba prátika krime, ho objetivu atu hahú prosedimentu adekuaadu.

Antes, iha análise artigu 4.º, 5.º no 6.º, kona-ba UIF, ita haree liuhosi eskema ida ne'ebé simplés tebetebes oinsá maka prosesa halibur, análise no difuzaun informasaun ne'ebé hala'o hosi UIF.

Iha faze última, iha eskema ida-ne'e ita haree karik UIF konklui katak bele pratika ona krime ida, UIF komunika faktu ida-ne'e ba Prokuradoria-Jerál Repúblika ho objetivu atu hahú prosedimentu kriminál competente.

KAPÍTULU IV — SUPERVIZAUN NO REJIME SANSIONÁTÓRIU

KAPÍTULU IV Supervizaun no rejime sansionátóriu

SEKSAUN I Autoridade sira supervizaun nian

Artigu 27.º Funsau no kompeténsia sira

1. Autoridade supervizaun kompetente sira asegura kumprimentu hosi instituisaun finanseira no atividade no profisaun la'ós finanseira sira ba rekizitu sira ne'ebé estabesele iha Kapítulu II lei ida-ne'e.

2. Haktuir lei ida-ne'e, autoridade sira supervizaun nian bele:

a) Adota medida sira ne'ebé presiza atu estabesele kritériu adekuaadu sira kona-ba idoneidade no reputasaun ba pose, kontrolu, ka partisipasaun, direta ka la'ós direta, iha administrasaun, jestaun ka atividade instituisaun finanseira ida nian ka kazu;

b) Regula no supervizona instituisaun finanseira no kazu sira hodi kumpri obrigasaun sira ne'ebé refere iha Kapítulu II no III no bele hala'o auditoria iha lokál;

c) Hasai instrusaun, diretris ka rekomendasaun sira hodi garante katak instituisaun finanseira no atividade no profisaun la'ós finanseira sira sei kumpri obrigasaun sira ne'ebé hateten iha Kapítulu II no III;

d) Koopera no fahé informasaun ho autoridade kompetente sira-seluk, no fó assisténsia iha investigasaun no prosedimentu ka prosesu judisiál sira ne'ebé iha relasaun ho kazu brankeamentu kapitál, krime subjasente no finansiamentu terrorizmu;

e) Asegura katak instituisaun finanseira sira, sira-nia filiál no sukursál sira, ne'ebé maioria ema estranjeiru maka detein, adota no aplika medida sira ne'ebé adekuada atu kumpri lei ida-ne'e;

f) Informa keda ba UIF kona-ba kualkér tranzasaun suspeita sira ka faktu sira ne'ebé bele iha relasaun ho brankeamentu kapitál ka finansiamentu terrorizmu;

g) Promove kooperasaun ho autoridade estranjeiru sira ne'ebé hanesan, nu'udar lei hateten;

h) Mantein estatística sira ne'ebé iha relasaun ho medida sira ne'ebé maka foti no sansaun sira ne'ebé maka fó iha âmbito kapitulu ida-ne'e.

Rekomendasaun 26, 27 no 28 GAFI refere ba matéria ida-ne'e.

Atuasaun autoridade supervizaun (ne'ebé iha kazu balu maka BCTL – Banku Sentrál Timor-Leste – iha kazu seluk maka Ministériu Finansas ka UIF) maka importante tebetebes atu asegura katak entidade sira sujeita (finanseira no la'ós finanseira) kumpri determinasaun sira lei ida-ne'e nian.

N.º 2 artigu ida-ne'e deskreve asaun sira oioin ne'ebé autoridade sira supervizaun nian bele hala'o atu alkansa objetivu ida-ne'e.

Artigu 28.º

Dispozisaun espešial sira kona-ba haruka osan ka servisu transferensia valór

Kualkér ema ka entidade ne'ebé hakarak atu hetan profisaun hanesan servisu haruka ka transfere osan ka valór tenki husu sira-nia inskrisaun iha Banku Sentral Timor-Leste, ne'ebé tenki estabese kondisaun mínima ba ezersisiu atividade ida-ne'e.

Artigu ida-ne'e respeita rekomendasau 14 GAFI. Kualkér ema ka entidade ne'ebé hala'o servisu ho profisaun haruka ka transfere fundus sei konsidera entidade finanseira ida (haree artigu 3.º, n.º 1, al. f).

Artigu 29.º

Rejistu atividade no profisaun la'ós finanseira sira-seluk

Ezersisiu atividade ka profisaun la'ós finanseira sei sujeita ba rejistu, nu'udar lei heteten.

SEKSAUN II

Rejime sansionatóriu

Artigu 30.º

Kontraordenasaun

Bainhira la kumpri obligasaun ka devér sira ka viola prosedimentu sira ne'ebé estabese iha Kapítulu II no III lei ida-ne'e konsidera kontraordenasaun.

Timor-Leste la iha rejime jerál kona-ba kontraordenasaun. Maibé, iha dispozisaun legál oioin ne'ebé maka ko'alia kona-ba kontraordenasaun.

No saida maka kontra-ordenasaun? Hanesan naran hatudu, kontraordenasaun maka komportamentu sira ne'ebé sei kontra orden sira (administrativa). Maka infrasaun ba dispozisaun legál sira, tanba la iha gravidade hanesan maka krime iha, sei hetan punisaun ho koima.

Ezemplu komún liu maka infrasaun sira ba kódigu estrada nian. Bainhira lori motorizada laiha espellu retrovizór, ka lori motór ba diresaun ne'ebé proibida, maka kontra ordenasaun, tanba halo infrasaun ba Kódigu Estrada nian.

Koima maka sansaun pekuniária maibé, ita la bolu multa tanba, la inklui kondensaun hanesan multa penál, apezarde koima mós iha valór pekuniáriu.

Kualifikasaun hahalok ida nu'udar kontra-ordenasaun maka opsaun ida lejizladór nian. Lejizladór maka decide karik konduta ida krime ka kontra-ordenasaun.

Konstituisaun Repúblika Demokrátika Timor-Leste la ko'alia kona-ba kontra-ordenasaun. Porezemplu, iha artigu sira ne'ebé define kompeténsia sira Parlamentu Nasionál (artigu 95.º, 96.º, 97.º no 98.º) la refere matéria ida-ne'e.

Konstituisaun la iha kontraordenasaun, nune'e mós la iha rejime jerál kontra-ordenasaun. Nune'e mós ba kontra-ordenasaun tenki iha rejime prosesuál ida. Ho efeitu, tenki garante direitu defeza ema sira-ne'ebé hetan akuzasaun ba faktu sira-ne'ebé bele sai kontra-ordenasuan. Nune'e mós, n.º 4 artigu 32.º refere direitu ba kontraditóriu no ba defeza.

Klaru katak, bainhira regra espesiál la iha bele aplika subsidiariamente prosesu penál, maibé iha espesifisidade ne'ebé presiza rejime espesiál ida; porezemplu, presiza hatene karik punibilidade maka títulu dolu no neglijénsia, oinsá determina medida koima, oinsá sei regula konkursu infrasaun, preskrisaun prosedimentu no preskrisaun koima, inisiativa no instrusaun prosesu, direitu ba audisaun infratór nian, prazu ba desizaun, notifikasaun no rekursu.

Ida-ne'e hakarak atu hateten katak atu kontra-ordenasaun eziste no atu bele aplika koima, uluknanain kontraordenasaun tenki prevee iha konstituisaun no hafoin tenki aprova hosi rejime jerál ida.

Bainhira la eziste rejime jerál kontra-ordenasaun ida, ida-ne'e sei implika katak diploma ida-idak ne'ebé prevee aplikasaun koima ida ba violasaun regra konduta ida, tenki inklui regra oioin kona-ba aspetu materiál no prosesuál hotu-hotu hosi sira-nia rejime.

Ho nune'e, atu aplika kontra-ordenasaun ne'ebé prevee iha lei n.º 17/2011, tenki estabelese ninia rejime.

Artigu 31.º **Sansaun administrativa sira**

1. Kontraordenasaun sira ne'ebé prevee iha artigu anteriór sei hetan punisaun ho koima entre 5.000,00 no 500.000,00 dólar norte-amerikanu.

2. Lei define kompeténsia ba instaurasaun no instrusaun prosesu kontraordenasionál, nune'e mós ba aplikasaun koima ba entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º.

3. Bainhira iha infrasaun ba obrigasaun sira ne'ebé estabelese iha Kapítulu II no III lei ida-ne'e hosi entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º, autoridade competente bele aplika sansaun asesória ida ka liu maka tuirmai ne'e:

a) Adverténsia eskrita;

b) Ordena kumprimentu instrusaun espesífika sira;

c) Ordena apresentasaun relatóriu regulár sira kona-ba medida aplika sira;

d) Bandu hala'o funsaun profesionál sira ba períodu fulan 6 to'o tinan 3;

e) Substitui ka limita poder sira jerente, diretór ka proprietáriu sira kona-ba kontrolu, inklui nomeasaun administradór ad hoc ida, ba períodu fulan 6 to'o tinan 3;

f) Suspende, limita ka retira lisensa no bandu kontinuasaun atividade ka profisaun ba períodu fulan 6 to'o tinan 3.

4. Sansaun sira ne'ebé bandu, total ka parsialmente, jerente ka administradór sira hosi ema koletiva ida ne'ebé hala'o negósiu haktuir n.º 3, nune'e mós levantamentou ba proibisaun hirak-ne'e, sei komunika hosi autoridade competente ba Diresaun Nasionál Rejistu Notariadu ba efeitu inskrisaun rejistu komersiál.

Artigu 32.º **Violasaun ba devér sira hosi parte entidade finanseira no la'ós finanseira sira**

1. Bainhira komete infrasaun hosi ema singulár sira, sei hetan punisaun ho koima entre 250,00 no 150.000,00 dólar norte-amerikanu no hosi ema koletivu entre 1.250,00 no 750.000,00 dólar norte-amerikanu, ema ne'ebé ho dolu ka neglijénsia:

a) La deklarasaun moeda korrente ka instrumentu negosiável ba portadór iha montante 10.000,00 dólar norte-amerikanu ka liu ka ekivalente iha moeda ho kursu legál ka ne'ebé apresenta deklarasaun falsa ida;

b) Hahú ka mantein relasaun komersiál ho entidade bankária ka finanseira ne'ebé iha sede ka filiál hosi entidade ne'ebé maka iha sedeiha país ka territóriu ne'ebé la sujeita ba supervizaun efikás no konsolidada;

c) Hahú ka mantein relasaun komersiál ho entidade finanseira korrespondente iha país estranjeiru iha-ne'ebé permite uza sira-nia konta liuhosi banku falsu;

d) Estabelese iha Timor-Leste banku ida maibé prezénsa fizika iha territóriu nasional no la'ós filiál grupu finanseirau reguladu ida nian;

e) La mantein informasaun adekuada, presiza no atuál kona-ba benefisiáriu efetivu no estrutura kontrolu ema koleтиву no sentru interese koleтиву lahó personalidade jurídika haktuir lei ida-ne'e;

f) La ejize identifikasaun kliente sira-nian no la aplika medida adekuada jestaun risku hanesan estabelese iha lei ida-ne'e;

g) La foti medida kontrolu no la mantein rejistu sira ne'ebé prevee iha lei ida-ne'e;

h) La fó asesu informasaun ka ba rejistu iha forma lalais bainhira asesu ne'e hetan pedidu hosi autoridade competente, nu'udar lei hateten;

i) La submete relatóriu ba UIF nu'udar prevee iha artigu 23.º;

j) La rekuza realizasaun tranzasaun ida bainhira ida-ne'e obrigatóriu haktuir artigu 24.º;

k) Fó-sai informasaun ne'ebé iha artigu 25.º ba kliente ida ka ba ema seluk.

2. Ba ema singulár sira ne'ebé viola devér ida iha número anteriór bele aplika tan sansaun asesória proibisaun ezersísu atividade ka profisaun ba períodu fulan 6 to'o tinan 3.

3. Sansaun sira ne'ebé fó ba violasaun iha nº 1 no 2 la prejudika aplikasaun sansaun sira-seluk no medida sira ne'ebé prevee iha lei.

4. Aplikasaun kualkér sansaun sira ne'ebé prevee iha n.º 1 depende prosesu investigasaun antes no garante direitu ba kontraditóriu no ba defeza.

KAPÍTULU V — REJIME ESPESIÁL HALIBUR PROVA, KEBRA SEGREDU PROFISIONÁL NO LAKON SASÁN

KAPÍTULU V

Rejime espediál halibur prova, kebra segredu profisionál no lakon sasán

Artigu 32.º-A **Ámbitu aplikasaun**

1. Kapítulu ida-ne'e estabese rejime espediál ida kona-ba halibur prova, kebra segredu profisionál no lakon sasán ne'ebé favorese Estado kona-ba krime sira:

- a) Tráfiku estupefasiante;*
- b) Organizasaun terrorista, terrorizmu no finansimentu terrorizmu;*
- c) Tráfiku arma;*
- d) Korrupsaun, pekulatu no partisipasaun ekonómika iha negósiu;*
- e) Brankeamentu kapitál;*
- f) Asosiasaun kriminoza;*
- g) Kontrabandu;*
- h) Explorasaun seksuál hasoru ema seluk no pornografia ne'ebé envolve ema menór;*
- i) Falsifikasaun moeda.*

2. Disposisaun iha lei ida-ne'e aplika de'it ba krime sira ne'ebé prevee iha alínea g) to'o i) número anteriór karik krime ne'e pratika iha forma organizada.

Liu tiha kápitulu ne'e, lei iha artigu sira ho dispozisaun sira ne'ebé importante tebetebes ba investigasaun kriminál.

Defaktu, to'o artigu 32.º, matéria kona-ba devér sira ne'ebé maka entidade finanseira no la'ós finanseira sira sujeita ba no sempre kona-ba krime brankeamentu kapitál no finansimentu terrorizmu. Liu tiha artigu 32.º-A ne'e norma sira kona-ba prosesu kriminál no aplika ba krime barak.

Hanesan maka hatudu iha título, estabese iha-ne'e rejime espediál kona-ba halibur, kebra segredu profisionál no lakon sasán sira.

Atu kombat krime grave, organizadu ka kompleksu, lejjizladór konsidera katak tenki permite prosedimentu balu, balu hosi prosedimentu hirak-ne'e la uza iha investigasaun kriminalidade sira-seluk.

Maibé ita la bele haluha katak kódigo prosesu penál aplika mós ba kriminalidade ne'ebé hatudu iha leten. Iha aspetu determinadu de'it aplikadór lei bele, no tenki, halo uzu instrumentu sira iha ne'ebe lei ida-ne'e.

No rejime espediál kona-ba halibur prova, kebra segredu profisionál no lakon sasán ida-ne'e sei aplika ba krime sira ne'ebé hatudu iha alínea n.º 1. Maibé, iha alínea g), h) no

i) (krime kontrabandu, esplorasau seksual hasoru ema seluk no pornografia ne'ebé envolve ema menór sira) rejime espesial ida-ne'e aplika de'it karik krime hirak-ne'e komete iha forma organizada.

Artigu 33.º
Intersesaun no rejistu

1. Bainhira presiza atu halo investigasaun ba krime sira ne'ebé hatudu iha artigu 32º-A, no liuhosi depaxu judisial, maka sei admite, ba periodu determinadu ida:

a) Asesu ba sistema komputador, rede informátika, servidór no korreiu elektróniku;

b) Kolokasaun komunikasaun sujeita ba vijilánsia, ninia intersesaun no rejistu no transkrisaun lian no imajen, liuhosi kualkér meu, laho koñesimentu no konsentimentu ema hirak-ne'e nian;

c) Kontrolu servisu postal no abertura ekomenda ka korrespondénsia.

2. Sei aplika dispozisaun iha artigu 177º to'o 180º Kódigu Prosesu Penál.

Ba investigasaun krime sira ne'ebé hatudu iha n.º 1 artigu 32.º-A lei autoriza prosedimentu sira ne'ebé hatudu iha alínea a), b) no c). Lei determina, sei aplika tan dispozisaun iha artigu 177.º to'o 180.º kódigo prosesu penál ne'ebé refere ba asesu no gravasaun konversa no komunikasaun, no lei inidika iha kazu ne'ebé maka sei permite no formalizmu ne'ebé de'it maka tenki tuir.

Alínea a) artigu 33.º refere ba asesu sistema komputador, rede informátika, servidór no korreiu elektróniku.

Alínea b) refere ba eskuta telefónika, maibé la'ós de'it, tanba uza liafuan komunikasaun, iha-ne'e inklui kualkér tipu komunikasaun, porezemplu telefónika no elektrónika.

Maibé artigu 180º kódigo prosesu penál permite ona asesu no gravasaun konversa no komunikasaun ne'ebé tranzmite hosi korreiu elektróniku. Ho nune'e, ita bele konklui, kualkér tipu komunikasaun sei bele atu hetan intersesaun no gravasaun.

Timor-Leste seidak iha ekipamentu tékniku no pesoál polisia ne'ebé preparadu atu uza ekipamentu ida-ne'e ba investigasaun kriminal.

Aleinde intersesaun no gravasaun komunikasaun telefónika no elektrónika, alínea ida-ne'e ko'alia kona-ba rejistu no transkrisaun lian no imajen. Maka meu ida atu hetan prova efetivu liuhosi gravasaun imajen no lian, ema hirak-ne'e nian.

Iha situasaun oioin iha-ne'ebé meu atu hetan prova ida-ne'e bele sai útil tebetebes ba investigasaun.

Ita imajina katak, investigasaun ida kona-ba krime korrupsaun hatene katak suspeitu na'in-rua atu ba hasoru malu iha restaurante ida atu ba ko'alia asuntu balu ne'ebé iha relasaun ho krime ida-ne'e. Iha artigu ida-ne'e, bele husu autorizasaun ba juís atu halo gravasaun rejistu imajen no lian. Ho autorizasaun ida-ne'e, órgaun polisia kriminal bele monta iha fatin ne'ebé refere ekipamentu ne'ebé presiza ba gravasaun hirak-ne'e no ho nune'e hetan elementu prova nian.

Artigu 33.º, 33.º-A no 33.º-B iha téknika espesial oioin kona-ba investigasaun, ne'ebé sei prevee iha Konvensaun Palermo no Mérida iha sira-nia artigu 20.º no 50.º.

Intersesaun komunikaun maka téknika ida ne'ebé permite investigasaun atu hatene sé maka ko-autór oioin hosi krime ida, grau envolvimentu ida-idak iha faktu sira iha investigasaun, fornese informasaun iha tempu réal, nune'e mós fasilita detensaun sasán no produktu sira krime nian.

Maka téknika ida ne'ebé bele uza hamutuk ho sira-seluk, porezemplu, agente infiltradu sira, ne'ebé maka ita sei ba ko'alia iha oin.

Tanba sira implika intromisaun iha privasidade, kontra prinsipiu inviolabilidade hela-fatin no korrespondésia nian (haree artigu 37.º CRDTL no artigu 111º kódigo prosesu penál) ne'ebé ninia autorizasaun no ezekusaun tenki kumpri rekizitu ezijente sira.

Ulukananain, presiza hetan orden no autorizasaun liuhosi desizaun judisial, no bele de'it uza ba krime punível sira ho pena prizaun másimu tinan 3 ba leten⁴², bainhira hatudu nesesáriu ba investigasaun, bainhira prezume katak téknika hirak-ne'e sei permite atu buka-hetan lia-loos.

Ministériu Públiku, ho ninia inisiativa rasik ka ho sujestaun hosi órgaun polisia kriminal nian, sei husu ba juís intersesaun komunikaun ida. Bainhira Ministériu Públiku halo pedidu ida-ne'e, majistradu Ministériu Públiku tenki fundamenta pedidu ida-ne'e. Tenki esplika, iha forma rezumida, tanba sá maka konsidera katak iha indísiu prátika krime determinadu ida no intersesaun komunikaun presiza ba investigasaun.

Nune'e mós, tenki sujere indikasaun kona-ba período intersesaun ne'e tenki hala'o. Iha kódigo prosesu penál, artigu 177.º to'o 180.º, la'ós ezijível atu determina período ba intersesaun konversa ka komunikaun.

Maibé, iha Lei 17/2011, n.º 1 artigu 33.º ida-ne'e hateten katak intersesaun no rejistu bele admite ba período determinadu ida. La refere período maka ida-ne'ebé, período ida-ne'e sai kritériu juís nian atu decide.

Iha vantajen tomak bainhira sei estabelese período determinadu ida, tanba ne'e sei sai kontrolu judisial ne'ebé ezijente tebetebes, hanesan maka refere iha-leten, nu'udar intromisaun ida iha privasidade.

Ho nune'e, Ministériu Públiku nu'udar titulár asaun penál (artigu 48.º, n.º 1, kódigo prosesu penál) tenki indika iha rekerimentu ne'ebé husu intersesaun komunikaun ida, período ida-ne'ebé maka hakarak atu aplika. Iha sorin ida, hafoin tetu razaun sira kona-ba direitu fundamentál ne'e maka respeito ba privasidade ema ida-idak nian, iha sorin seluk, kona-ba nesesidade atu buka-hetan lia-loos ne'ebé bele hetan de'it liuhosi investigasaun ida ne'ebé efikás, prazu bele entre loron 60 to'o 90.

Look duni katak, karik prazu ne'e ramata, karik hatudu katak sei kontinua presiza intersesaun komunikaun, prazu bele hanaruk.

42. Nune'e mós krime sira ne'ebé iha al. b) n.º 1, kódigo prosesu penál.

Artigu 178º kódigu prosesu penál hateten kona-ba formalizmu kona-ba interseasaun no gravasaun konversa ka komunikasaun. Tuir artigu ida-ne'e, tenki halo autu, kona-ba dalan, tempu no fatin ne'ebé maka interseasaun no gravasaun ne'e hala'o, iha autu ida-ne'e haruka hamutuk ho suporte gravasaun ne'ebé tenki apresenta ba juís.

Interseasaun hirak-ne'e hala'o hosi órgaun polísia kriminal, sei apresenta elementu hirak-ne'e hotu ba Ministériu Públiku, no majistradu titulár inkéritu sei determina apresentasaun ba juís.

N.º 2 artigu 178.º hateten katak juís analiza elementu sira ne'ebé maka halibur tiha ona (tanba tenki hetan koñesimentu kona-ba konteúdu gravasaun hirak-ne'e nian) no, karik konsidera relevante ba prova, juís ordena hamutuk ho autu sira, kazu kontráriu sei determina destruisaun elementu hirak-ne'e.

Ba konsiderasaun relevánsia kona-ba elementu sira ne'ebé maka halibur tiha ona, iha ami-nia opiniaun esensial katak majistradu Ministériu Públiku, nu'udar titulár asaun penál, analiza no deside kona-ba elementu hirak-ne'ebé maka halibura tiha ona antes apresenta ba juís.

Bainhira konsidera katak elementu sira ne'ebé maka halibur tiha ona la relevante ba prova, juís sei determina ninia destruisaun. Lei la indika bainhira maka tenki ordena destruisaun ida-ne'e, tanba ne'e tenki iha kuidadu, tanba ne'e iha prosesu nia rohan de'it maka hala'o destruisaun ida-ne'e.

Ho efeitu, juís bele konsidera katak la relevante ba investigasaun, maibé arguidu bele konsidera katak konversa balu hamoos tiha ona ne'ebé iha interese ba ninia defeza no sei ba halo alegasaun ida-ne'e iha julgamentu no, hafoin ba rekursu, ho nune'e, atu evita situasaun sira ho tipu ida-ne'e, destruisaun tenki hala'o hafoin prosesu ramata.

Ikusliu eziste possibilidade kontrolu servisu postal no abertura enkomenda ka korrespondénsia, bazeia ba al. c).

Artigu 33.º-A **Buska no apreensaun**

1. Hafoin despaxu autoridade judisiária nian, sei permite vizita no buska, ba kualkér oras, ba fatin iha-ne'ebé hetan suspeita katak sei halo brankeamentu ka sei utiliza sasán sira ne'ebé maka iha ba finansiamentu terrorizmu, nune'e mós apreensaun ba sasán hira-ne'e.

2. Buska domisiliária regula ho dispozisaun iha Kódigu Prosesu Penál.

Iha lei Timór nian no kona-ba matéria buska no apreensaun ida-ne'e regula dispozisaun sira tuirmai:

Artigu 33.º-A, artigu 168.º to'o 172.º kódigu prosesu penál no artigu 4.º, 5.º no 6.º dekretu-lei n.º 4/2006, loran fulan-Marsu, ne'ebé iha rejime espesial no ámbitu prosesuál penál ba kazu terrorizmu, kriminalidade violenta ka altamente organizada.

Ita ba analiza buska.

Haktuir artigu 33.º-A ida-ne'e, buska sei permite bainhira iha despaxu autoridade judisiária nian. Autoridade judisiária inklui juís no Ministériu Públiku (haree artigu 1º, al. b) kódigu prosesu penál), tanba ne'e ita tenki konkloi katak bainhira iha kazu sira ne'ebé hatudu iha artigu 32.º- A, Ministériu Públiku bele determina realizasaun buska ida, porezemplu, ba loja ida.

Maibé, haktuir n.º 2 artigu ida-ne'e, buska domisiliária sira regula ho dispozisaun sira iha kódigu prosesu penál; no haktuir kódigu prosesu penál buska tenki hetan autorizasaun hosi juís (haree artigu 169.º, n.º 1).

Ho nune'e, buska domisiliária bele de'it hala'o entre tuku 6 no tuku 20 (haree artigu 170º no exesaun ba períodu tempu ida-ne'e iha artigu 171.º, n.º 2 kódigu prosesu penál) no tenki hetan autorizasaun hosi juís hanesan iha artigu 169.º kódigu prosesu penál.

Kona-ba komparasaun entre rejime buska no apreensaun ne'ebé hateten iha kódigu prosesu penál no iha Lei n.º 17/2011, ita konkloi katak rejime ida-ne'e diferente depende kriminalidade komún ka krime sira ne'ebé hatudu iha art.º 32.º-A Lei n.º 17/2011.

Maibé atensaun!

Buska domisiliária tenki hetan autorizasaun hosi juís → artigu 169.º, n.º 1, KPP no n.º 2 artigu 33.º-A Lei 17/2011.

Sei iha exesaun balu? Hanesan refere iha-leten, eziste mós rejime ne'ebé prevee iha dekretu-lei n.º 4/2006.

DEKRETU-LEI N.º 4/2006
Loron 1 fulan-Marsu

REJIME ESPECIAL IHA ÁMBITU PROSESUÁL PENÁL BA KAZU TERRORIZMU,
KRIMINALIDADE VIOLENTA KA ALTAMENTE ORGANIZADA

KAPÍTULU I
DISPOZISAUN JERÁL

Artigu 1.º
Objetu

Diploma ida-ne'e nu'udar iha objetu definisaun rejime especial iha ámbitu prosesuál penál atu la presisa autorizasaun judisiál antes iha kazu buska domisiliária, revista, apreensaun no detensaun liu hosi flagrante delito, nune'e mós previzaun rejime especial kontrolu komunikasaun, iha kazu terrorizmu, kriminalidade violenta ka altamente organizada.

Haktuir artigu ida-ne'e katak iha kazu terrorizmu, kriminalidade violenta ka altamente organizada bele hala'o buska domisiliária, revista, apreensaun no detensaun liur hosi flagrante delito la presiza autorizasaun judisiál antes.

No saida maka kriminalidade violenta ka altamente organizada (ba terrorizmu iha definisaun iha dispozisaun legál sira ne'ebé prevee no fó punisaun ba krime ida-ne'e – artigu 131.º, 132.º no 133.º kódigu penál)?

Maka artigu 2.º dekretu-lei n.º 4/2006 ne'ebé define tipu kriminalidade tenki konsidera violenta ka altamente organizada.

Artigu 2.º
Definisaun legál

Ba efeitu dispozisaun iha diploma ida-ne'e bele de'it konsidera nu'udar kazu terrorizmu, kriminalidade violenta ka altamente organizada maka hahalok ne'ebé:

- a) Integra krime terrorizmu, organizaun terrorista ka asosisaun kriminoza;*
- b) Ho dolu hala'o kontra vida, integridade fizika ka liberdade ema nian no bainhira hetan punisaun ho pena prizaun tinan ualu ka liu;*
- c) Integra krime tráfiu estupefasiante ho maiór gravidade, korrupsaun, ativa ka pasiva, abuzu podér, pekulatu, brankeamentu kapitál, enrikesimentu ilejítimu, tráfiu ema ka tráfiu arma, bainhira de'it krime ne'e hala'o iha forma organizada; ka*
- d) Integra krime alterasaun Estadu-de-Direitu, koasaun hasoru órgaun konstitusionál sira, servisu ka kolaborasaun ho forsa armada inimiga sira, sabotajen hasoru defeza nasional, violasaun segredu Estadu nian ka infidelidade diplomátika, bainhira de'it krime ne'e hala'o iha forma violenta ka organizada*

Artigu 4.º
Buska domisiliária

1. Ministériu Públiku bele mós ordena buska domisiliária iha kazu terrorizmu, kriminalidade violenta ka altamente organizada, bainhira iha indísiu forte prátika iminente krime ne'ebé lori risku ba vida ka integridade kualkér ema nian.

2. Kazu sira ne'ebé maka refere iha número anteriór, realizaun dilijénsia sei fó-hatene kedas ba juís kompetente no atu juís avalia ba ninia validasaun, bainhira la hala'o ida-ne'e konsidera nulu.

Maibé, situasaun hirak-ne'e bele akontese.

Ita imagina katak ema ida (X) iha koñesimentu no prova kona-ba krime korrupsaun ida ne'ebé iha osan barak no grupu ida ho ema boot.

Nia decide atu fó-hatene faktu ida-ne'e ba polísia.

Ministériu Públiku loke inkéritu ida kona-ba prátika krime korrupsaun.

Maibé, hahú hosi loron ida-ne'e X hahú hetan problema oioin tanba kriminozu hatene denuncia. Kriminozu ka'er no lori X ba uma ida. Iha uma ne'e kriminozu kesi metin nia no tau matan ba nia.

Polísia no Ministériu Públiku hatene kona-ba koñesimentu hirak-ne'e no sira hatene X iha hela uma ne'e nia laran.

Bele ka la'e Ministériu Públiku iha inkéritu ordena buska domisiliária?

Krime korrupsaun halo parte ba alínea c) artigu 2.º → sei konsidera nu'udar kriminalidade altamente organizada.

Integridade fizika, ka mezmú vida, X iha hela risku.

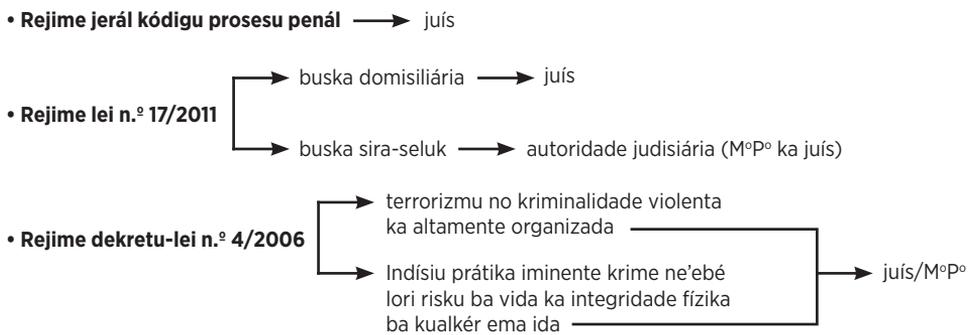
Iha kazu ida-ne'e, haktuir dispozisaun sira iha artigu 1.º, 2.º no 4.º deketu-lei n.º 4/2006, Ministériu Públiku bele ordena realizasaun buska domisiliária.

Hafoin hala'o buska domisiliária majistradu Ministériu Públiku tenki komunika ba Juís.

Loos duni katak ita komprende de'it orden ida majistradu Ministériu Públiku nian atu hala'o buska domisiliária iha kazu indisponibilidade juís ida nian ka urjénsia ne'ebé la permite demora eventuál ne'ebé bele lori tramitasaun prosesuál ba pedidu buska ida ne'ebé dirije ba nia. No iha despaxu, Ministériu Públiku tenki hateten razaun sira faktu ka direitu nian ne'ebé fundamenta ninia desizaun. Tenki esklareso karik indísiu krime ne'ebé maka iha nu'udar krime ida hosi krime sira ne'ebé maka hatudu iha artigu 2.º deketu-lei no razaun tanba saida maka verifika perigu iminente ba vida ka integridade fízika ema ruma nian no presiza hala'o buska atu evita perigu ida-ne'e.

Ho efeitu, konsidera nu'udar aktu desizóriu ida no aktu hirak-ne'e tenki sempre fundamenta hanesan maka hateten iha artigu 89.º, n.º 4 kódigu prosesu penál.

Ita konklui, **rejime kompeténsia atu halo buka** ita iha tolu:



Artigu 33.º-B **Ajente infiltradu sira**

1. Iha persekusaun kriminál ba krime sira ne'ebé refere iha artigu 32.º-A, sei permite, laho prejuizu ba hirak-ne'ebé maka prevee ona iha Kódigu Prosesu Penál, prosedimentu investigasaun sira tuirmai dependente autorizasaun espresa no diskriminada autoridade judisiária:

a) Filtrasaun ajente polisiál iha sirkuitu, ho objetivu atu hetan prova, lokaliza sasán no dezmantela estrutura kriminoza ne'ebé dedika ba hala'o krime hirak-ne'e Konduta ajente hirak-ne'e nian sei la hetan punisaun bainhira de'it hetan autorizasaun no inklui iha limite autorizasaun nia laran;

b) La iha atusaun ba portadór sasán sira ne'ebé destina ba krime sira ne'ebé refere iha artigu 32.º-A, iha-ne'ebé hetan iha territóriu nasional, ho finalidade hodi identifika no responsabiliza maiór número ajente sira ne'ebé integra iha operasaun, no impede operasaun hirak-ne'e. Autorizasaun hodi la halo atusaun ne'e posível bainhira de'it koñese dalan provável kona-ba sasán no identifika ajente no mantein observasaun no akompañamentu polisiál.

2. Autorizasaun Ministériu Públiku nian ba atusaun ajente infiltradu sei obrigatoriamente komunika ba juís, konsidera nia validade bainhira la hatún despaxu rekuza nian iha oras hitunulu resin-rua tuirmai.

3. Órgaun ajente polisia kriminál sei hato'o relatóriu ba kada intervensaun ajente infiltradu ba Ministériu Públiku iha prazu másimu oras haatnulu resin-ualu hafoin intervensaun ne'e ramata.

4. Autoridade sei ordena de'it inklui iha prosesu relatu ne'ebé refere número anteriór karik konsidera absolutamente indispensável iha termu probatóriu sira.

5. Apresiasiun indispensabilidade bele remete ba objetivu inkéritu nian.

6. Prosedimentu sira ne'ebé refere iha número anteriór sira sei regula ho dekretu-lei.

Títulu artigu nian refere **ajente infiltradu** sira, maibé artigu ida-ne'e inklui iha alínea b) situasaun seluk kona-ba **entrega kontrolada** ka vijiada.

Técnika investigasaun espesiál hirak-ne'e prevee iha artigu 20.º, n.º 1 no 4 no 50.º, n.º 1 no 4 konvensaun sira Palermo no Mérida nian.

Maibé hanesan téknika ne'ebé xoke ho direitu fundamentál sira no, iha kazu ajente infiltradu sira, bele halo aprosimasaun figura ajente provokadór nian, ne'ebé la permite, ninia autorizasaun no ezekusaun tenki iha kuidadu espesiál.

Mai ita ba analiza primeiru kestaun kona-ba **ajente infiltradu sira** no hafoin ita analiza entrega kontrolada sira.

Artigu 33º-B ida-ne'e kona-ba asaun enkoberta, ida-ne'ebé envolve infiltrasaun ajente polisiál iha grupu ka organizasaun kriminoza ida. Asaun enkoberta maka téknika ida kona-ba investigasaun kriminal ne'ebé baibain uza iha investigasaun kriminalidade organizada, kompleksa, ekonómika no finanseira no violenta.

Tamba ninia karaterística, apresenta risku oioin, la'ós de'it ba ajente infiltradu nune'e mós ba investigasaun. Ezije funsionáriu polisia nian ne'ebé simu treinamentu aas espesializadu, no prosedimentu apoiu hotu-hotu iha rekursu umanu no meius tékniku sira ne'ebé sai karun ba ninia realizasaun.

Ho efeitu, aleinde ajente infiltradu, tenki iha pesoál apoiu, ekipamentu kontrolu no despeza sira-seluk (ajente infiltradu bele iha pagamentu, iha despeza instalasaun, dezlokasaun, nsst).

Operasaun hotu-hotu tenki estuda no analiza antes, tenki verifika karik iha justifikasaun no rezultadu saida de'it maka sei ba hetan ho ninia realizasaun.

Ba ida-ne'e hotu, operasaun enkoberta sira tenki uza hanesan rekursu dahikus.

Atuasaun ajente infiltradu nian depende autorizasaun autoridade judisiária nian. Nu'udar titulár asaun penál, Ministériu Públiku maka iha kompeténsia ida-ne'e. Autorizasaun no prosesu (ho prosedimentu oioin, porezemplu fiksasaun prazu ba atuasaun enkoberta ida-ne'e, identidade ajente infiltradu no meius tékniku sira ne'ebé maka uza) tenki hateten, la'ós iha inkéritu atu hakarak uza, maibé iha prosesu autónomu.

Ho efeitu, liuliu ba seguransa ajente sira-nian, nune'e mós, ba efikásia investigasaun futura sira, asaun enkoberta sira maka sekreta.

Prosedimentu hotu-hotu ne'ebé relaciona ho operasaun enkoberta, proposta la'ós hala'o de'it hosi polisia, maibé mós autorizasaun Ministériu Públiku nian, despeza, fotografia,

gravasaun no sira-seluk tenki hateten iha prosesu própriu ida (ne'ebé la'ós inkéritu nune'e mós la'ós asesu públiku).

Haktuir iha n.º 3 artigu 33.º-B órgaun polísia kriminal sei halo relatóriu kada intervensaun ajente infiltradu nian ba Ministériu Públiku iha prazu másimu oras haatnulu resin-ualu hafoin intervensaun ne'e ramata.

Ita imajina katak iha investigasaun ida nia laran kona-ba tráfikú ema no atu tulun investigasaun ida-ne'e eziste asaun enkoberta ida. Agora ita imajina katak, ajente infiltradu halo finje hala'o krime ida-ne'e, sei halo enkontru ida ho kriminozu koñesidu ida atu kombina pormenór kona-ba faan ema. Hafoin enkontru, ajente infiltradu sei halo realtóriu ida kona-ba enkontru ida-ne'e.

Maibé operasaun enkoberta hotu-hotu sekreta, lei permite, iha n.º 4 artigu 33.º-B ida-ne'e, iha-ne'ebé autoridade judisiária ordena inklui relatu ida-ne'e iha autu, bainhira konsidera katak junsau ida-ne'e maka absolutamente indespensável iha termu probatóriu. Maibé relatu de'it maka bele hamutuk.

Maibé, iha ami nian hanoin, kazu ne'e raru tebetebes. Ho efeitu, operasaun enkoberta ida ne'ebé hala'o ho di'ak permite halibur prova laho nesesidade junsau kualkér relatu. Iha tempu ne'ebé hanesan, bainhira akontese asaun enkoberta, iha téknika investigaun sira-seluk ne'ebé sei foti iha ámbitu inkéritu krime nian, porezemplu eskuta telefónica no gravasaun lian no imajen, ne'ebé tulun iha obtensaun elementu sira prova nian.

Asaun enkoberta sira iha vantajen hodi koloka polísia iha kriminozu sira-nia grupu, permite hetan informasaun barak, iha-ne'ebé sei tulun investigaun ne'ebé maka hala'o iha inkéritu.

N.º 5 artigu ida-ne'e hateten katak iha inkéritu nia rohan de'it maka Ministériu Públiku sei konsidera ipóteze junsau relatu ida-ne'e. Defaktu, iha inkéritu nia rohan de'it maka Ministériu Públiku sei iha elementu hotu-hotu atu deside karik relatu ida-ne'e sei presiza duni atu halo prova prátika krime ida.

Maibé, iha Timor-Leste, atusaun ajente infiltradu sira-nian bele akontese de'it hafoin sira-nia prosedimentu hatudu regula ho dekreto-lei, haktuir n.º 6 artigu 33.º-B ida-ne'e.

Ita haree agora, **entrega kontrolada sira**, matéria ne'ebé maka refere alínea b) artigu ida-ne'e.

Iha Konvensaun sira Palermo no Mérida nian, iha artigu 2.º, al. i), iha definisaun entrega kontrolada:

i) «Entrega kontrolada» signifika téknika ne'ebé konsiste hodi permite pasajen remesa ilísita ka suspeita sira liuhosi Estadu ida ka Estadu sira-nia territóriu, ne'ebé iha koñesimentu no iha supervizaun sira-nia autoridade competente sira-nian, ho objetivu atu investiga infrasaun sira no identifika ema sira ne'ebé maka envolve iha prátika;

Ba dala uluk maka lei ko'alia kona-ba entrega kontrolada maka iha 1988 ho Konvensaun Viena (Konvensaun Nasoins Unidas nian hasoru Tráfiku Ilísitu susbtánsia estupefasiante no psikotrópika:

g) Espresaun “entrega kontrolada” dezigna téknika ne’ebé konsiste hodi permite katak remesa ilísita ka suspeita estupefasiante, substánsia psikotrópika, substánsia sira iha Tabela I no II ne’ebé aneksa iha Konvensaun ida-ne’e, ka substánsia iha substituisaun ho substánsia sira-seluk ne’ebé maka refere, substánsia sai hosi territóriu ida país ka país sira, liu ka tama iha territóriu ida-ne’e, ho koñesimentu no iha vijilánsia autoridade competente respetiva sira-nian, ho objetivu atu identifika ema sira ne’ebé envolve iha prátika infrasaun sira ne’ebé estabeselese haktuir n.º 1 artigu 3.º Konvensaun.

Hafoin, comunidade internasionál decide tenki aumenta téknika ida-ne’e ba situaun sira-seluk.

Ho téknika ida-ne’e hakarak atu ka’er kriminozu sira nível ne’ebé aas tebetebes. Ho efektu, iha investigaun ida nia laran autoridade sira bele hatene transporte kona-ba remesa ilísita ida (bele droga, kontrabandu, moeda) no, envezde hala’o apreensaun imediata ba merkadoria, decide haree no tuir dalan ne’ebé nia sei hala’o, ho objetivu atu identifika no prende kriminozu sira ho número boot, porezemplu kona-ba eskalaun iha organizaun sira ne’ebé maka aas tebetebes, hosi dalan ida-ne’e estraga rede kriminoza sira.

Maibé, téknika ida-ne’e apresenta risku, porezemplu atu lakon remesa ilísita durante iha dalan. Ba razaun ida-ne’e, autoridade sira ne’ebé ezekuta téknika ida-ne’e tenki iha treinu espesializadu iha matéria ida-ne’e.

Artigu 34.º

Okultasaun identidade no protesaun sasin nian

1. Juís bele, ho ninia inisiativu rasik ka pedidu Ministériu Públiku nian ka sasin rasik nian, determina katak:

a) Identidade la hatama iha autu deklarasaun bainhira iha ta’k ne’ebé justifika katak sasin bele hetan danu grave bainhira fó-sai ninia identidade;

b) Identidade sasin ida nian sei rai iha segredu bainhira konklui katak sasin, ninia família sira ida ka ninia asosidu sira ida bele hamosu risku tanba fó sasin.

2. Identidade sasin nian sei subar de’it bainhira investigaun krime hetan pedidu no métodu investigaun sira-seluk hatudu la adekuaudu atu buka-hetan lia-loos.

3. Iha kazu n.º 1, deklarasaun sei presta haktuir artigu 230.º Kódigu Prosesu Penál ka liuhosi vídeokonferénsia, ho okultasaun fizionomia sasin nian.

4. Deklarasaun sira ne’ebé iha número anteriór sei sempre presta iha auzénsia arguidu nian, haktuir n.º 1 artigu 76.º Kódigu Prosesu Penál.

5. Disposizaun iha artigu ida-ne’e la prejudika Kódigu Prosesu Penál no Lei n.º 2/2009, 6 fulan-Maiu, kona-ba protesaun sasin sira-nian.

Artigu ida-ne’e haktuir artigu 24.º no 25.º Konvensaun Palermo (Protesaun sasin no Asisténsia no protesaun ba Vítima sira) no 32.º no 33.º Konvensaun Mérida (Protesaun sasin, peritu no vítima sira no Protesaun ba Ema sira ne’ebé fó informaun).

Loos duni katak, deklarasaun sira lezadu, sasin, peritu nune’e mós ko-arguidu sira-nian, sai nu’udar meu prova iha prosesu penál (haree artigu 116.º kódigu prosesu penál).

Mundu krime organizadu nian la koko impede katak ema hirak-ne’e balu kolabora ho justisa. Tanba iha nesedidade hodi proteje ema hirak-ne’ebé iha informaun útil ba investigaun.

Ho nune'e, artigu 34.º ida-ne'e prevee katak identidade sasin nian la inklui iha atu deklarasaun nian, no sei mantein iha segredu bainhira ta'uk ne'ebé justifika, sasin bele sofre danu grave bainhira fó-sai ninia identidade.

N.º 3 hateten katak deklarasaun hirak-ne'e sei presta haktuir artigu 230.º kódigu prosesu penál. Artigu kódigu prosesu penál ida-ne'e refere ba deklarasaun sira ba memoria futuru. Signifika katak deklarasaun balu sei foti antes, ho razaun espresa iha n.º 1 artigu 230.º.

Maibé, deklarasaun hirak-ne'e, refere n.º 4 artigu 34.º ida-ne'e, sei sempre presta iha auzénsia arguidu nian.

Ikusliu, n.º 5 hateten katak dispozisaun iha artigu ida-ne'e la prejudika kódigu prosesu penál kódigu prosesu penál no Lei n.º 2/2009, loron 6 fulan-Maiu, kona-ba protesaun sasin sira-nian.

Ba efeitu lei n.º 2/2009 ida-ne'e nian "sasin" maka "kualkér ema ne'ebé, independentemente ba ninia estatutu iha lei prosesuál, iha informasaun sira ka koñesimentu nesesáriu sira ba revelasaun, persesaun ka apresiasaun faktu sira ne'ebé konstitui objetu prosesu nian, ne'ebé utilizaun rezulta perigu ida ba ninia an rasik ka ninia feen ka la'en, axendente, dexendente, maun-alin ka ema sira-seluk ne'ebé maka besik ba nia, haktuir n.º 1 no 2 do artigu anteriór." – haree artigu 2.º al. a)

Ho nune'e, ba efeitu lei ida-ne'e nian, **denunsianta ida, vítima ida, peritu ida ka informadór ida maka sira-ne'ebé konsidera sasin no bele benefisia ba medida protesaun nian ne'ebé inklui iha-ne'e.**

Iha ami nia hanoin, lei luan tebetebes duké Konvensaun Palermo no Mérida. Lei ida-ne'e maka hanesan ho lei portugeza n.º 93/99, loron 14 fulan-Jullu, no jurisprudénsia no doutrina portugeza mós analiza kestaun ida-ne'e.

Nu'udar alínea a) refere *iha informasaun ka koñesimentu nesesáriu ba revelasaun, persesaun ka apresiasaun faktu sira ne'ebé konstitui **objetu prosesu nian**, tenki husu, porezemplu, saida maka akontese bainhira eziste informadór ida ne'ebé presiza protesaun no seidak eziste prosesu.*

Iha ami nia opiniaun, karik iha prátika mosu situaun ida ne'ebé informadór ida presiza protesaun (porezemplu benefisia hosi programa espesiál seguransa ida), no seidak eziste prosesu, problema rezolve lalais liu tanba bainhira ninia informasaun relevante, prosesu bele no tenki hahú. Sensu di'ak tenki sempre presente. Ita la bele hein katak lei inklui situaun hotu-hotu ho detallu.

Lei n.º 2/2009 iha mós regra kona-ba programa espesiál seguransa nian (haree artigu 19.º no tuirmai).

Maibé seidak kria Komisaun Programa Espesiál Seguransa nian, ne'ebé iha kompeténsia estabelese no asegura efetivasaun programa espesiál seguransa nian (haree artigu 22.º, n.º 1), ne'ebé impede efetivasaun parte lei protesaun sasin ne'e nian. Nune'e kona-ba lei ida-ne'e, Ami hakarak atu bolu ita-boot sira nia atensaun ba artigu 15.º lei n.º 2/2009:

KAPÍTULU III
REZERVA KOÑESIMIENTU KONA-BA IDENTIDADE SASIN NIAN

Artigu 15.º
Presupostu sira

1 — Bele la fó-sai identidade sasin nian durante ka iha faze sira prosesu nian, bainhira kompleta hotu kondisaun sira tuirmai:

a) Sasin, ninia feen ka la'en, axendente, dexendente, maun-alin ka ema sira ne'ebé maka besik ba nia hamosu perigu grave, atentadu hasoru vida, integridade física ka psíkika, liberdade ka sasán patrimoniál ho volór ne'ebé konsidera aas;

b) Kredibilidade sasin nian la iha dúvida ne'ebé fundamentu;

c) Depoimentu ka deklarasaun sira ne'ebé konstitui konributu probatóriu ida ne'ebé importante.

2 — Aleinde, kumpri kondisaun sira ne'ebé prevee iha número anteriór, aplikasaun medida hodi la fó-sai identidade sasin sira-nian bainhira kona-ba:

a) krime ne'ebé korresponde pena prizaun másima, abstratamente aplikável, tinan lima ba leten;

b) tutela menór sira-nian;

c) sasán patrimoniál sira ho valór ne'ebé aas.

Hosi leitura n.º 1 artigu ida-ne'e nian maka posível la fó-sai indentidade sasin nian (no sasin iha-ne'e iha sentidu alargadu hanesan ita haree) bainhira verifika, kondisaun sira hotu ne'ebé hatudu iha alínea a) to'o c). Maibé n.º 2 akresenta katak aplikasaun medida hodi la fó-sai identidade bele de'it hala'o bainhira, aleinde kondisaun sira anteriór, karik verifika buat balu tan.

Ho nune'e, haktuir n.º 1 no 2 artigu 15.º ida-ne'e, atu la fó-sai identidade sasin (no sasin iha ne'e iha sentidu alargadu hanesan maka ita haree) nian ne'e posível maka prezisa atu sasin ida-ne'e iha kredibilidade, ne'ebé ninia testemuñu iha importánsia ba prova no nia, ninia família sira ka ema sira-seluk ne'ebé maka besik ba nia hamosu perigu atentadu grave ida hasoru vida, integridade física, liberdade ka sasán patrimoniál ho valáor ne'ebé konsidera aas bainhira de'it kona-ba:

- Krime ida ne'ebé koresponde pena prizaun másima abstrata tinan lima ba leten;
- Tutela menór sira-nian;
- Sasán patrimoniál ho valór ne'ebé konsidera aas.

Situasaun tolu dahikus ne'e la'ós komulativa, regra ida-ne'e kontráriu duké akontese ho situasaun tolu sira-seluk n.º 1 iha artigu ida-ne'e. Ida-ne'e akontese tanba, kontráriu duké akontese iha n.º 1, lei la refere kompleta kondisaun hotu no sengundu, ida-ne'e sei sai pratikamente imposível possibilidade atu la fó-sai identidade sasin nian.

Hafoin tanba alínea b) (tutela menór sira-nian) kona-ba prosesu sivíl no la halo sentidu balu kumulasaun ho alínea a).

Tanba ne'e, lei ida-ne'e aplikavel ba prosesu penál nune'e mós ba prosesu sivíl, haktuir hateten iha artigu 1.º, n.º 1.

KAPÍTULU VI — MEDIDA SIRA

KAPÍTULU VI Medida sira

SEKSAUN I Medida provizória no defenitiva sira

Artigu 35.º Medida provizória sira

1. *Tribunál bele, ho ninia inisiativa rasik ka pedidu Ministériu Públiku nian, impoin medida provizória sira, inklui konjelamentu ka apreensaun, ho intensaun hodi prezerva disponibilidade fundu ka sasán sira ne'ebé bele sai sujeitu ba perda haktuir artigu 43.º.*

2. *Dispozisaun iha número anteriór aplika lahó prejuízu ba direitu sira ema sira-seluk nian ho fiar d'ak.*

3. *Aplikasaun medida hirak-ne'e bele termina kualkér momentu ho orden tribunál nian ne'ebé maka ordena, ho ninia inisiativa rasik ka pedidu Ministériu Públiku nian, ka ema sira ne'ebé husu direitu propriedade fundu ka sasán sira.*

Apreensaun sasán iha prosesu penál bele iha objetivu rua:

- hanesan meu prova
- proteje perda eventuál ne'ebé sasán hirak-ne'e bele sai destinasau.

Apreensaun sira iha artigu 172.º no 173.º kódigu prosesu penál.

Iha artigu rua ida-ne'e objetivu maiór apreensaun nian maka ninia utilizaun hanesan meu prova. Ho efeitu, n.º 1 artigu 172.º hateten “salvu dispozisaun hateten oinseluk, **apreensaun objetu sira ne'ebé relasiona ho krime ka ne'ebé bele serve hanesan meu prova**, tenki hetan autorizasaun hosi Juís”.

No n.º 2 artigu 173.º hateten: *Restituisaun sei ordena depois bainhira apreensaun ba efeitu prova nian la prezisa ona ka hafoin trázitu-en-julgađu desizaun finál.*

Artigu 35.º ida-ne'e hakarak sai klaru katak posível, determina konjelamentu ka apreensaun atu akautela disponibilidade fundu ka sasán sira ne'ebé bele sai sujeitu ba perda haktuir artigu 43.º.

Saida maka lei hakarak maka la bele hein ba konkluzau investigasaun ida nian atu deside hodi halo apreensaun ba lukru sira krime nian, sasán sira-seluk ne'ebé ho valór ekivalente, fundu ka sasán sira ho produu krime nian kahur malu tiha ona.

Tanba ne'e, bainhira sei provizóriu bele deside konjelamentu no apreensaun.

Ita imajina katak karik hala'o investigasaun ida no iha indísiu prátika krime ruma ne'ebé hatudu iha artigu 32.º-A. No iha informasaun katak suspeitu sira-ne'e ida iha konta bankária. Ho objetivu deklarasaun perda futura ida haktuir artigu 43.º Lei n.º 17/2011, Ministériu Públiku bele, no tenki, husu ba juís konjelamentu importánsia ne'e, asegura perda ne'ebé posível.

N.º 2 hateten katak rejime ida-ne'e aplika laho prejuízu ba direitu ema sira-seluk nian ho fi'ar di'ak. Atu dehan katak direitu ema sira-seluk nia la bele hetan prejuízu.

No sé maka ema sira-seluk ho fi'ar di'ak?

Ema sira-seluk maka ema hirak-ne'ebé, relasiona ho sasán, hetan direitu balu.

No fi'ar di'ak relasiona ho la iha koñesimentu, laho kulpa, sirkunstánsia determinada sira. Ita bele haree parte resposta ba kestaun ida-ne'e iha lei, iha n.º 2 artigu 43.º: (...) *bainhira proprietáriu bele prova katak sosa liuhosi pagamentu presu justu, hodi troka prestasaun servisu ho valór hanesan ka ho kualkér meu lejítimu sira-seluk no prova katak la iha koñesimentu kona-ba oríjen ilísita.*

Nune'e mós artigu 234.º, n.º 2, 257.º, n.º 1 no 282.º, n.º 3 kódigu sivil, hatudu ba ita katak deskoñesimentu kona-ba sirkunstánsia sira (kona-ba orijen ilísita sasán sira iha kazu ne'ebé maka ita iha interese ba iha-ne'e) maka razaun protesauun direitu sira ema seluk nian.

N.º 3 determina katak medidade hirak-ne'e bele termina kualkér momentu.

Ho efeitu, iha prosesu ida nia laran bele mosu faktu sira ne'ebé konsidera katak konjelamentu no apreensaun la justifika ona, iha kazu hirak-ne'e tenki termina aplikasaun medida sira.

Majistradu sira Ministériu Públiku nian tenki fó atensaun ba situasaun hirak-ne'e. Bainhira prosesu sira kona-ba sasán sira ne'ebé hetan konjelamentu ka apreensaun sei bele rekomenda atu analiza ho regularidade situasaun sira sasán nian. Bele kria alerta informátiku ba prosesu ho sasán sira ne'ebé hetan apreensaun, porezemplu, ba ema hirak-ne'ebé maka sira-nia konta bankária hetan blokeia.

Artigu 35.º-A **Apreensaun sira**

1. Sasán sira ne'ebé hetan apreensaun iha ámbitu prosesu krime nian ba prátika krime sira ne'ebé prevee iha lei ida-ne'e bele afeta ba utilizasaun operasionál órgaun polísia kriminal sira-nian liuhosi despaxu autoridade judisiária competente nian hodi deklarar utilidade operasionál.

2. Sasán sira ne'ebé refere iha n.º 1 bele uza provizoriamente hosi órgaun polísia kriminal sira, liuhosi deklarasaun utilidade operasionál, dezde ninia apreensaun to'o deklarasaun perda nian ka restituisaun, bainhira bele deklarar lakon hodi favorese Estadu bainhira prosesu ramata .

3. Ba efeitu sira ne'ebé prevee iha número anteriór sei notifika interesadu sira.

4. Hafoin hala'o apreensaun no verifika utilidade operasionál kona-ba sasán, tenki rejista, ezamina no avalia sasán ne'e.

5. Valór avaliasaun determina kuantia hodi selu ba proprietáriu titulu indemnizasaun nian, bainhira sasán la deklarar lakon hodi favorese Estadu.

6. Avaliasaun ba sasán sei hala'o hosi peritu sira ne'ebé hetan nomeasaun hosi autoridade judisiária ne'ebé maka halo kompromisu hodi kumpri funsaun ne'ebé maka iha.

7. Deklarasaun sesasaun utilidade operasionál ramata ho deklarasaun perda ne'ebé favorese Estadu ka restituisaun ba na'in ka titulár lejítimu.

Artigu ida-ne'e permite sasán apreendidu balu bele uza hosi órgaun sira polísia nian. Normalmente automóvel sira, maibé, bele aplika ba kualkér sasán.

Lei ko'alia kona-ba autoridade judisiária, tanba ne'e desizaun afetasaun tenki hosi Ministériu Públiku ka hosi juís, depende faze prosesuál. Sasán sira tenki rejista, ezamina no avalia.

Hanesan maka ita haree númeru 5, avaliasaun ida-ne'e maka importante tebetebes tanba nia maka determina kuantia hira maka atu selu ba proprietáriu karik sasán la deklara lakon hodi favorese Estadu.

Matéria apreensaun sasán nian ezije hosi Ministéru Públiku atu análise ho kuidadu indísiu sira ba apreensaun no manutensaun razaun sira apreensaun nian. Hirak-ne'e la'ós de'it razaun sira prova nian maibé, relaciona ho brankeamentu kapitál no kriminalidade organizada, razaun deklarasaun perda futura nian.

Majistradu Ministériu Públiku nian la bele ta'uk hodi determina no husu apreensaun sasán sira, nune'e mós tenki iha atensaun katak kombate tipu kriminalidade ida-ne'e maka objetivu maiór ida, maibé mós la bele husik atu tetu, durante prosesu tomak, desizaun no manutensaun apreensaun nian.

Artigu 35.º-B
Kebra segredu profisionál

Iha faze sira inkéritu no julgamentu nian ba prosesu sira kona-ba krime sira ne'ebé prevee iha artigu 32º-A, entidade sira ne'ebé refere iha n.º 1 artigu 3.º iha obrigasaun atu fó informasaun no dokumentu hotu-hotu ne'ebé maka autoridade judisiáriu husu ba nia, ho despaxu fundamentadu, kona-ba situasaun patrimonial suspeitu sira-nian, ho relevánsia atu buka-hetan lia-loos.

Hanesan mós ne'ebé maka ita haree ona iha artigu sira anteriór, Lei n.º 17/2011 kontein rejime diferente ida kona-ba halibur prova, kebra segredu profisionál no perda sasán sira.

Nu'udar rejime espesial ida ne'ebé permite autoridade sira atu hetan informasaun sira lalais abitualmente sijilozá relaciona ho krime sira ne'ebé hatudu iha artigu 32.º-A.

Segredu profisionál maka forma ida kona-ba ezekusaun direitu ba privasidade, direitu fundamentál prevee iha Konstituisaun. Prinsípiu ida-ne'e bele de'it hetan derrogasaun iha kazu sira ne'ebé espesialmente prevee iha lei.

Bainhira investigasaun ba krime sira ida ne'ebé maka hatudu iha artigu 32.º-A hetan problema, entidade ne'ebé hatudu iha artigu 3º iha obrigasaun atu fó informasaun hotu-hotu no saida de'it ne'ebé maka autoridade judisiária (majistradu Ministéru Públiku ka juís) husu. Maibé, hanesan artigu hateten, despaxu autoridade judisiária nian tenki fundamenta.

Nune'e mós artigu 89º kódigu prosesu penál ezije katak despaxu sira tenke fundamenta. Fundamentasaun maka espozisaun maka razaun kona-ba faktu no direitu ne'ebé determina iha despaxu. Uluknanain hatudu katak pedidu sei hala'o iha ámbitu investigasaun ida (ka liu) ba krime sira ne'ebé refere iha artigu 32.º-A.

Despaxu tenki:

- Hatudu faktu kona-ba indísiu sira maka ida-ne'ebé;
- Hatudu kualifikasaun jurídika maka ida-ne'ebé;
- Hatudu katak informasaun ne'ebé nia husu maka relevante atu buka-hetan lia-loos;
- Hatudu baze legál kona-ba pedidu

Iha despaxu majistradu nian tenki hatudu razaun sira kona-ba faktu no direitu nian ne'ebé maka konsidera iha indísiu krime sira-ne'e ida. Nune'e mós iha ofísiu diriije ba entidade sira-ne'e ida sei konsta de'it katak autu destina atu investiga prátika krime sira-ne'e ida, despaxu la'ós kontein de'it indikasaun simplés kona-ba krime sira ne'ebé maka iha indísiu. Hosi leitura despaxu nian tenki bele komprende rasioínio ne'ebé maka majistradu halo.

Prosedimentu ida-ne'e, la'ós de'it atu kumpri lei, maibé iha utilidade barak ba majistradu tanba atu indika razaun sira kona-ba faktu no direitu ne'ebé maka fundamenta pedidu ba informasaun determinada, hala'o análice ida ne'ebé kuidadu tebetebes kona-ba indísiu ezistente sira iha prosesu, ne'ebé maka sei permite hodi elabora estréjia investigasaun ida ne'ebé di'ak liu no deside ho ponderasaun.

Ezemplu posível kona-ba despaxu ida atu husu informasaun bankária iha ámbitu investigasaun ida kona-ba krime sira ne'ebé hatudu iha artigu 32.º-A maka hanesan:⁴³

“Rezulta hosi autu, porezemplu dokumentu sira hosi surat-tahan no depoimentu sasin sira-nian ne'ebé A, B maka C, respetivamente Sekretáriu Estadu, no ninia asesór sira, durante hosi fulan-Marsu to'o fulan-Jullu 2012, sira simu vantajen patrimoniál, ho valór sei halo apuramentu kompletu, ho objetivu atu determina realizasaun obra konstrusaun oioin no konsege katak fó manán ba empreza BeCosta S.A., estudu, projetu no realizasaun obra sira.

Faktu hirak-ne'e maka susetível hodi integra prátika krime korrupsaun, prevee no punível ho artigu art.º 292.º, n.º 1 no brankeamentu kapitál, prevee no punível ho art.º 313.º, n.º 1, al. a), artigu rua ne'e hosi Kódigu Penál.

Hatudu indispensável no importánsia espesiál iha halibur prova no interese boot atu buka-hetan lia-loos materiál kona-ba informasaun sira ne'ebé relasiona movimentu finanseiru hirak-ne'e.

Ho nune'e, ho fundamentu iha dispozisaun iha artigu 35.º-B Lei n.º 17/2011, loron 28 fulan- Dezembru, ha'u deklarata katak kebra sijilu bankáriu ne'ebé inside kona-ba konta sira ne'ebé titulár hosi A, B e C.

Notifika ba banku -----,-----,----- no -----, husu:

a) Identifikasaun konta bankária hotu-hotu iha suspeitu sira-nia naran;

b) Kópia kona-ba fixa asinatura sira;

c) Estratu bankáriu konta hirak-ne'e nian relasiona ba períodu hosi ----- to'o ----- 2013”.

Interesante kompara rejime kebra segredu profesionál estabelese iha lei 17/2011 ho kódigo prosesu penál (artigu 126.º).

Artigu 126.º **Segredu profesionál**

1. Ministru sira relijiaun nian ka konfisaun relijioza, advogadu, médiku, jornalista, membru instituisaun kréditu ema sira seluk-seluk ne'ebé maka lei permite ka obriga ne'ebé rai segredu profesionál bele dispensa hodi fó depoimentu kona-ba faktu ne'ebé inklui hosi segredu ida-ne'e.

43. Despaxu ida-ne'e no kazu prátiku respetivu haree iha slide 265 to'o 274 iha power point ne'ebé akompaña manuál ida-ne'e.

2. Iha dúvida fundada kona-ba lejitimidade eskuza, autoridade judisiária iha-ne'ebé mosu insidente bele hala'o averiguasaun nesésaria no karik hafoin hirak-ne'e konklui tiha ho ilejitimidade eskuza, ordena ka husu ba tribunál ne'ebé ordena prestasaun depoimentu nian.

3. Tribunál superiór iha-ne'ebé mosu insidente ka bainhira mosu iha Supremu Tribunál Justisa, plenáriu Supremu Tribunál Justisa nian bele decide prestasaun testamuñu ho kebra segredu profesionál bainhira de'it ida-ne'e hatudu justifikada iha normas no prinsípiu aplikável ba lei penál, porezemplu iha prinsípiu prevalénsai interese preponderante, intervensaun bele hosi juís, ofionzamente ka rekerimentu.

4. Disposisaun iha númeru anteriór la aplika ba segredu relijiozu.

5. Iha kazu sira prevee iha n.º 2 no 3 desizaun tribunál ka Supremu Tribunál Justisa nian sei foti hafoin rona organizmu representativu profisaun nian relasiona ho segredu profesionál ne'ebé iha maka kauza, iha termu no ho efeitu sira ne'ebé prevee iha lejizlasaun ne'ebé maka organizmu ida-ne'e karik aplikável.

Hanesan ita bele konklui hosi leitura artigu 126.º kódigu prosesu penál, regra, relasiona ho segredu perofisionál, maka instituisaun hirak ne'ebé refere iha-ne'e, porezemplu instituisaun kréditu sira, bele dispensa hodi fornese informasaun ne'ebé maka autoridade judisiária⁴⁴ nian husu.

Saida maka bele akontese, no akontese iha kazu hirak-ne'e, maka autoridade judisiária, karik konsidera dispensa ne'e ilejítima, porezemplu tanba manutensaun segredu profesionál sei ba kontra interese ne'ebé boot liu maka buka-hetan lia-loos iha investigasaun krime ida, husu ba juís ordena entidade ne'ebé iha kauza atu fó depoimentu.

Karik, ida-ne'e karik lakoi atu fó informasaun ne'ebé hakarak, juís hahú insidente ba iha tribunál superiór, ne'ebé maka sei decide.

Di'ak atu haree katak prosedimentu hirak-ne'e, dala barak demora, sei hanaruk durasaun investigasaun nian. Karik rejime ida-ne'e, ne'ebé haree ninia fundamentu iha salvaguarda prinsípiu privasidade, karik bele justifika iha investigasaun kriminal ne'ebé komún no simplís liu, la aseitável iha prosesu sira ne'ebé investiga kriminalidade grave no kompleksa iha-ne'ebé la'ós de'it informasaun hirak-ne'e esensial maibé mós lalais desizaun ida-ne'e bele decide susesu ka la susesu investigasaun.

Ita bele konklui, ba krime sira ne'ebé hatudu iha artigu 32.º-A Lei 17/2011 vigór rejime prevee iha artigu 35.º-B, verifika kebra segredu profesionál liuhosi despaxu autoridade judisiária nian.

Ba krime sira-seluk, aplika rejime artigu 126.º kódigu prosesu penál.

Artigu 35.º-C **Kontrolu konta sira**

1. Iha faze inkéritu no julgamentu kona-ba prosesu sira relasiona ho krime sira ne'ebé prevee iha artigu 32.º-A, ho despaxu fundamentadu autoridade judisiária nian, bele tau kontrolu konta bankária sira no pagamentu arguidu nian no suspeitu nian ka konta bankária ne'ebé la pertense ba sira maibé sira uza ba prátika krime nian.

44. Kualkér ema ida iha obrigasaun atu rai segredu ema seluk-nian ne'ebé maka iha iha ona koñesimentu tanba razaun ninia estadu, ofísiu, servisu, profisaun ka arte (artigu 184º kódigu penál).

2. Instituisaun kréditu ka instituisaun pagamentu sei iha obrigasaun atu komunika ba autoridade judisiária kualkér movimentu iha konta sira ne'ebé refere iha número anteriór iha oras 24 nia laran subsekuente.

3. Segredu justisa sei vinkula instituisaun sira no sira-nia funsionáriu sira.

Kontrolu konta permite, ho artigu ida-ne'e, maka possibilidade, relaciona ho konta ida ka barak pertense ba arguidu ka suspeitu sira ka relaciona ho konta sira ne'ebé la pertense ba ema hirak-ne'e maibé sira uza konta hirak-ne'e, bele hatene movimentu no fluksu finanseira hotu-hotu ne'ebé hala'o iha konta ne'e.

Ho efeitu, bele akontese no susesu ho frekuénsia balu, sei útil ba investigasaun tuir dezenvolvimentu kona-ba movimentu konta ida hodi la determina suspensaun operasaun, konjelamentu ka apreensaun.

Observasaun ida-ne'e bele buka-hetan suspeitu ka konta sira-seluk iha-ne'ebé benefisiáriu efektivu maka suspeitu sira.

Dala ida tan, lei ezije katak despaxu autoridade judisiária nian determina kontrolu konta ne'ebé fundamentadu. Saida maka heteten kona-ba fundamentasaun iha análise artigu 35.º-B vale mós iha ne'e.

N.º 3 impoin segredu justisa ba instituisaun sira no funsionáriu respetivu sira.

Ho efeti, susesu medida kontrolu konta ida-ne'e depende koñesimentu kona-ba ninia ezisténsia hosi parte arguidu ka suspeitu sira-nian.

Artigu 36.º

Konjelamentu sasán sira ne'ebé iha relasaun ho finansiamentu terrorizmu

1. Fundu no ativu ekonómika hotu-hotu terrorista ka ema sira ne'ebé finansia terrorizmu no organizaun terrorista sira ne'ebé hetan dezignasaun hosi Konsellu-Seguransa Nasoins Unidas nian haktuir Kapítulu VII Karta Nasoins Unidas nian, ka hetan dezignasaun iha Rezolusaun subsekuente sira, tenki hetan konjelamentu haktuir instrusaun sira Banku Sentrál nian ka liuhosi forma seluk ne'ebé maka lei prevee.

2. Instrusaun sira ne'ebé refere iha número anteriór tenki define termu, kondisaun no limite prazu konjelamentu sasán sira-nian no sei publika iha Jornál Repúblika nian.

3. Entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º iha-ne'ebé fundu hirak-ne'e no ativu ekonómiku sira-seluk ne'ebé haree-hetan tenki hala'o lalais ba ninia konjelamentu.

4. Entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º tenki informa lalais ba UIF no, bainhira instituisaun finanseira sira regula hosi Banku Sentrál, nune'e entidade ida-ne'e, ezisténsia kapitál ne'ebé iha relasaun ho terrorista sira ka individu ka entidade asociada sira ka hirak-ne'ebé pertense ba individu ka organizasaun hirak-ne'e konforme lista sira ne'ebé elabora hosi Konsellu-Seguransa Nasoins Unidas nian ka iha Rezolusaun n.º 1373 (2001) Konsellu-Seguransa Nasoins Unidas nian ka Rezolusaun subsekuente sira-seluk.

5. Bainhira la kumpri obrigasaun sira ne'ebé refere iha número sira anteriór hosi entidade sira ne'ebé refere iha artigu 3.º iha-ne'ebé fundu hirak-ne'e ka ativu ekonómiku sira-seluk haree-hetan sei hetan punisaun ho komia entre 500,00 no 5.000,00 dólar norte-amerikanu lora ida.

6. Kualkér ema ka organizasaun ne'ebé fundu ka ativu ekonómiku sira-seluk hetan konjelamentu haktuir artigu ida-ne'e bele husu atu ninia naran hasai hosi lista, nune'e mós restituissaun fundu ka ativu ekonómiku sira, ba Banku Sentrál ka ba entidade competente ne'ebé ordena konjelamentu, iha lora 30 hafoin publikasaun lista.

7. Desizaun ne'ebé nega provimentu ba eskluzaun lista ka ba devolusaun fundu ka ativu ekonómiku sira-seluk bele hala'o rekursu ba tribunál.

Artigu ida-ne'e trata matéria sira ne'ebé relaciona ho finansiamentu terrorismu.

SEKSAUN II

Krime

Artigu 37.º

Brankeamentu kapitál

Brankeamentu kapitál konstitui krime no sei hetan punisaun haktuir termu artigu 313.º Kódigu Penál.

Artigu 38.º

Finansiamentu terrorismu

Finansiamentu terrorismu konstitui krime no sei hetan punisaun haktuir artigu 133.º Kódigu Penál.

Artigu 37.º no 38.º remete ba kódigo penál kestaun tipifikasaun krime brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorismu.

Artigu 39.º

(revogadu)

Artigu 40.º

(revogadu)

Artigu 41.º

(revogadu)

Artigu 39.º, 40.º no 41.º dispoin kona-ba sirkunstánsia agravante no atenuante sira kona-ba krime brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorismu.

Ho alterasaun hosi Lei n.º 4/2013/III testu hosi artigu hirak-ne'e hahú konstitui artigu 133.º-A, 313.º-A no 313.º-B ne'ebé, adita ba kódigo penál.

Artigu 42.º

Responsabilidade ema koletivu sira-nian

1. Kualkér ema koletiva ne'ebé representa ema ruma nian ka ba sé benefísiu brankeamentu kapitál ne'e, ka liuhosi sé maka komete finansiamentu terrorismu, ho intermédiu ema singulár, atua individualmente ka nu'udar membru órgaun ema koletivu ida nian, ne'ebé iha-ne'e iha pozisaun prinsipál ida, baszeia ba iha poder representasaun ema koletivu ida-ne'e nian, ka autoridade nian hodi foti desizaun iha ema koletivu nia naran, ka ne'ebé hala'o kontrolu iha ámbitu ema koletivu nian, iha ezersísiu poder hirak-ne'e, sei hetan punisaun ho multa mínimu ho valór kuantia ne'ebé maka branke no másimu dala sanulu ho valór ne'ebé hanesan, independentemente kondensasaun ba indivídu hirak-ne'e hanesan ajente ka kúmplise iha prátika krime nian.

2. Aleinde kazu sira ne'ebé prevee iha número anteriór, ema koletivu ida bele responsabiliza bainhira, falta supervizaun ka kontrolu, sai posível prátika krime sira brankeamentu kapitál ka finansiamentu terrorismu iha ninia benefísiu ka liuhosi ema singulár ne'ebé maka atua iha ninia autoridade.

3. Ema koletivu mós bele hetan aplikasaun sansaun asesória sira tuirmai:

a) Impedimentu, ba períodu fulan neen to'o tinan tolu, kontinua hala'o direta ka indiretamente atividade ekonómika balu;

b) Kolokasaun iha supervizaun judisiál nian;

c) Enseramentu atividade sira ne'ebé serve ba prátika krime ba período fulan neen to'o tinan tolu;

d) Sujeisaun ba prosesu disolusaun nian;

e) Publikasaun sentensa kondenatória ba ninia espensa sira.

Haktuir artigu 12.º kódigu penál, ema singulár sira sai responsável kriminál. Responsabilidade kriminál bazeia ba iha kulpa, signifika katak responsavel ba krime ba ema singulár de'it, tanba ema koleтиву labele iha kulpa.

Maibé, utilizaun ema koleтиву, porezemplu empreza, ba hala'o krime, liuliu ba kriminalidade organizada, konsidera katak ema koleтиву mós tenki iha responsabilidade kriminál.

Difikuldade, dala barak liu, maka oinsá tenki estabelese responsabilidade ida-ne'e.

Artigu 42.º ida-ne'e ho objetivu atu kumpri determinasaun sira kontein iha artigu 10.º no 26.º, respetivamente, Konvensaun Palermo no Mérida nian.

Hanesan ita bele konklui hosi n.º 1 artigu ne'e , responsabilidade ema koleтиву bele de'it verifika relasiona ho krime brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorismu.

Maibé, Konvensaun Palermo no Mérida hakarak katak responsabilidade kriminál sai ba ema koleтиву, nune'e mós, relasiona ho krime asosiasaun kriminoza, korrupsaun, pekulatu, tráfikú influénsia, abuzu poder no obstrusaun ba realizaun justisa.

Parte ikusliu n.º 1 nian refere ba ema koleтиву sei hetan punisaun independentemente kondenasau ema singulár nian. Ho nune'e, karik ema singulár komete krime brankeamentu ka finansiamentu terrorismu liuhosi ema koletiva, rua-rau ne'ebé bele hetan julgamentu no kondensaun.

Ema koleтиву bele hetan kondensaun ho multa ho mínimu valór kuantia ne'ebé brankeia no ho másimu dala sanulu hosi valór ida-ne'e.

Bele aplika mós sansaun asesória sira ne'ebé hatudu iha alínea n.º 3 artigu 42.º.

Dala barak sansaun hirak-ne'e maka sasán sira ne'ebé disuazór liu duké multa.

SEKSAUN III
Medida definitiva sira

Artigu 43.º
Perda hodi favorese Estadu

1. Sei deklara lakon hodi favorese ba Estadu:

a) Proventu krime, kapitál no sasán, ka sasán sira-seluk ho valór ekivalente;

b) Fundus no propriedade objetu krime nian;

c) *Instrumentu sira krime nian;*

d) *Fundus ka sasán ho kahur ho produktu krime.*

2. *Medída sira ne'ebé refere iha número anteriór bele aplika ba kualkér ema ne'ebé na'in ba sasán ka ne'ebé maka hetan iha ninia pose, ho exesaun kazu sira iha-ne'ebé proprietáriu bele prova katak hetan liuhosi pagamentu presu justu ida, hodi troka ho prestasaun servisu ho valór hanesan ka ho kualkér meiu lejítimu sira-seluk no prova katak la iha koñesimentu kona-ba orijen ilísita sasán sira.*

3. *Desizaun hodi identifika sasán, fundus no propriedade sira ne'eb ho forma ne'ebé permite ninia identifikasaun no lokalizasaun.*

Ita refere⁴⁵ ona importánsia katak sasán sira ne'ebé lakon atu kombate kriminalidade organizada no hanesan Konvensaun Viena, Palermo no Mérida inklui regra klara sira kona-ba ida-ne'e.

Kona-ba sasán sira-ne'ebé lakon ita bele haree iha dispozisaun sira kódigu penál nian.

Mai ita ba analiza norma sira kódigu penál nian no verifika oinsá maka ormoniza ho artigu 43.º Lei n.º 17/2011 ida-ne'e.

Iha kódigu penál reje artigu 102.º no 103.º.

Artigu 102.º
Perda objetu sira krime nian

1. *Sei deklara lakon hodi favorese ba Estadu objetu sira ne'ebé serve ka sei destina atu serve ba prátika krime ida, ka prodús ho prátika krime nian, bainhira ho ninia natureza ka ho sirkunstánsia kazu tau iha perigu ba seguransa ema ka orden públika, ka oferese risku boot bainhira uza ba hala'o krime foun sira.*

2. *Sei salvaguarda direitu sira vítima no ema sira-seluk nian, ne'ebé la hala'o ba ninia utilizaun ka produsaun, ka foti vantajen hosi objetu vítima no ema sira-seluk nian.*

3. *Tribunál fiksa destinu objetu sira ne'ebé maka deklara lakon bainhira de'it la prevee ida-ne'e, bele ordena ninia destruisaun totál ka partiál ka koloka objetu ida-ne'e liur hosi komérsiu.*

4. *Dispozisaun iha n.º 1 aplika mós bainhira la iha ema ida ruma bele hetan punisaun ba faktu.*

Artigu 103.º
Perda kona-ba vantajen sira

1. *Sasán, direitu ka vantajen hotu-hotu ne'ebé adkire, direta ka la'ós direta, iha konsekuénsia prátika krime ida nian, sei deklara lakon hodi favorese ba Estadu, lahó prejuízu ba direitu sira vítima ka ema sira-seluk nian ho fi'ar dí'ak.*

2. *Karik sasán, direitu ka vantajen sira la bele hetan iha espésie, perda sei substitui ho pagamentu ba Estadu valór respetivu.*

Artigu 102.º atu evita prátika krime futuru sira kona-ba perigozidade ba instrumentu no produktu sira krime nian.

Objetu sira ne'ebé serve ka sei destina atu serve ba prátika krime ida, ka por estes foram produzidos, porezemplu, maka instrumentu sira krime ida nian, hanesan kilat ka karreta ne'ebé uza iha asaltu ida.

45. Haree pájina 128, 129 no 130.

Hala'o ba krime ne'e porezempu, maka dokumentu falsifikadu sira, rejistu pornografia infantil.

Rekizitu sira ba perda haktuir 102.º:

- ne'ebé serve tiha ona ka karik destina ona atu serve (signifika la presiza konsumasaun krime) ba prátika krime ida, atu dehan katak produtu krime;

- perigozidade ba instrumentu ka sasán sira

- bainhira tanba ninia natureza ka tanba sirkunstánsia kazu, tau perigu ba seguransa ema ka orden públika

- oferese risku boot ne'ebé sei uza ba hala'o krime foun sira

Atu dehan katak la'ós instrumentu hotu-hotu krime nian tenki deklarasi hodi favorese Estadu.

Hirak-ne'ebé de'it maka spesifisidade hatudu katak espesialmente vokasiona ba prátika kriminoza, ka eziste perigu repetisaun faktu ilísitu foun sira liuhosi instrumentu ne'ebé hanesan.

Verifikasaun perigozidade – tenki avalia hosi pontudevista objetivu ida. Maibé, nune'e mós tenki analiza sirkunstánsia sira kona-ba kazu konkretu no personalidade ajente nian.

Artigu 103.º refere la'ós ba instrumentu sira krime nian maibé ba vantajen sira ne'ebé alkansa ho prátika krime.

Iha-ne'e, la'ós ona perigozidade objetu ne'ebé iha kauza, maibé kulpa ajente nian; vantajen hirak-ne'e lakon maka sansaun ida.

PERDA KONA-BA INSTRUMENTU SIRA

Mai ita ba analiza kazu prátiiku balu ho objetivu atu verifika aplikasaun dispozisaun legál sira relasiona ho apreensaun no perda sasán sira.

Ita imajian katak “**A**” na'ok kaixa whisky oiain hosi supermerkadu Lita no uza ninia karreta hodi tula kaxa hirak-ne'e.

Nia hetan ka'er iha flagrante delito no iha okaziaun karreta hetan apreensaun⁴⁶.

La iha antedente kriminal no nia konfesa prátika kona-ba faktu sira, hatudu arrepende.

Karreta **serve ba prátika krime** iha medida ne'ebé permite katak “**A**” bele tula kaixa bebida hirak-ne'e.

Karreta ne'e tenki lakon hodi favorese Estadu? Atu hatán ba kestaun ida-ne'e ita tenki husu:

46. Ba apreensaun tenki haree artigu 172.º kódiu prosesu penál.

Natureza karreta nian ka sirkunstánsia kazu ne'ebé tau iha risku seguransa ema ka orden públika? Ka oferese risku boot ne'ebé sei uza ba hala'o krime foun sira?

Karik resposta sira sai negativa.

Ho efeitu, nein natureza karreta nian ka sirkunstánsia kazu ne'ebé tau iha risku ba seguransa ema sira nein oferese risku boot sei uza ba hala'o ilísitu foun sira ("A" la iha antededente kriminal no hatudu arrepende ba prátika kona-ba faktu sira, tanba ne'e la iha kualkér risku atu uza kareta ba hala'o krime sira seluk).

Maibé ita bá hanoin agora katak "B" lori 5 Kg kokaína hosi Kupang ba Díli, uza ninia karreta ba efeitu ida-ne'e nian; tula droga, no subar iha roda.

Depois nia hetan ka'er, hetan akuzasaun no hetan kondenasasaun ba prátika krime tráfikú estupefasiante.

Kareta **serve ba prátika krime** → tanba usa hodi tula droga. Uza ba ezekusaun no ninia kontribuisaun ba prátika krime relevante tanba laho nia transporte droga sei sai difísit tebetebes.

Bele lakon karreta hodi favorese Estadu?

Hodi konsidera natureza krime (tráfiku estupefasiante fó lukru ne'ebé boot), dalaruma ita bele hateten katak eziste risku boot hodi uza fila hodi halo krime sira-seluk.

Hanesan maka ita verifika tiha ona antes, kapitulu haat dahikus lei n.º 17/2011 kontein matéria ne'ebé la ko'alia kona-ba sistema finanseiru, kona-ba devér sira no supervizaun entidade sira finanseira no la'ós finanseira sira-nian no ne'ebé la restrita ba krime brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu; iha kapitulu sira dahikus ne'e ita haree ona norma importante sira ba investigasaun kriminalidade organizada, ekonómika no finanseira no kompleksa.

Ita haree katak artigu 32.º- A, refere ba krime sira

- a) *Tráfiku estupefasiante;*
- b) *Organizasaun terrorista, terrorizmu no finansiamentu terrorizmu;*
- c) *Tráfiku arma;*
- d) *Korrupsaun, pekulatu no partisipasaun ekonómika iha negósiu;*
- e) *Brankeamentu kapitál;*
- f) *Asosiasaun kriminoza;*
- g) *Kontrabandu;*
- h) *Esplorasau seksual hasoru ema seluk no pornografia envolve ema menór sira;*
- i) *Falsifikasaun moeda*

sei estabese rejime espeisial ida kona-ba halibur, kebra segredu profisionál no perda sasán hodi favorese Estadu.

Krime hosi ita-nia kazu prátikú, tráfikú estupefasiante, maka krime sira ida ne'ebé hatudu iha art.º 32.º-A Lei n.º 17/2011 – n.º 1, al. a). Ho nune'e, rejime espeisial kona-ba perda nian ne'ebé prevee iha diploma ida-ne'e bele sai apliká.

Ita analiza, entaun, rejime espesial kona-ba perda ne'ebé sei estabelese iha lei no artigu 43.º, n.º 1, al. c), kona-ba instrumentu sira krime nian maka ida-ne'ebé.

Haktuir alinea c) n.º 1 artigu 43.º ida-ne'e sei deklara lakon hodi favorese Estadu instrumentu sira krime nian. No mós leitura hosi artigu ida-ne'e rezulta ne'ebé iha kazu ida-ne'e, la prezisa ona analiza karik prienxe rekizitu sira artigu 102.º Kódigu Penál ka la'e (la prezisa ona atu averigua karik objetu, ninia natureza ka ninia sirkunstánsia kazu tau perigu ba seguransa ema ka orden públika, ka oferese risku boot hodi komete krime foun sira) tanba aplika ba kazu rejime espesial prevee iha artigu 43.º Lei 17/2011, ne'ebé la ezije perigozidade instrumentu sira krime nian atu instrumentu sira ne'e bele lakon.

Ho nune'e, parese ita bele konklui katak ba instrumentu sira (objetu sira ne'ebé serve ka destina atu serve ba prátika krime ida) **kon-ba krime:**

- a) *Tráfiku estupefasiante;*
- b) *Organizasaun terrorista, terrorizmu no finansiamentu terrorizmu;*
- c) *Tráfiku arma;*
- d) *Korrupsaun, pekulatu no partisipasaun ekonómika iha negósiu;*
- e) *Brankeamentu kapitál;*
- f) *Asosiasaun kriminoza;*
- g) *Kontrabandu;*
- h) *Esplorasau seksuál hasoru ema seluk ka pornografia envolve ema menór sira;*
- i) *Falsifikasaun moeda.*

(hirak-ne'e hosi alíneas g), h), no i) bainhira pratika iha forma organizada – haree n.º 2 artigu 32.º-A)



Artigu 43.º lei 17/2011

Ba instrumentu sira **krime sira-seluk nian**  **Artigo 102.º do código penal**

PERDA KONA-BA VANTAJEN SIRA

Hanesan ita haree ona iha kotuk, artigu 103.º determina katak sasán hotu-hotu, direitu ka vantajen sira ne'ebé maka hetan, iha forma direta ka la'ós direta, iha konsekuénsia hosi prátika krime ida, sei deklara lakon hodi favorese Estadu, lahó prejuízu ba direitu sira vítima nian ka ema sira-seluk nian ne'ebé ho fi'ar di'ak; no karik sasán, direitu ka vantajen sira la bele apropria iha espesie, perda sei substitui ho pagamentu ba Estadu valór respetivu (n.º 2).

La trata ona iha-ne'e instrumentu sira krime nian, maibé proventu, vantajen krime nian, hosi hirak-ne'ebé kriminozu manán ho prátika krime. No iha kazu ida-ne'e la aplika ona rekizitu sira perigozidade nian ne'ebé ezije hosi artigu 102.º.

Artigu 103.º no artigu 43.º Lei 17/2011 ho objetivu katak sei lakon proventu sira krime nian hodi favorese ba Estadu.

Artigu sira-ne'e komplete ka la'e? Ka la kompatível?

Alínea a) artigu 43.º

Proventu krime, kapitál ka sasán, ka sasán sira-seluk ho valór ekivalente.

Enkuantu n.º 2 artigu 103.º determina katak karik la posível apreensaun ba sasán, direitu ka vantajen sira, perda sei substitui ho pagamentu valór respetivu, alínea a) artigu 43.º parece permite deklarasaun perda kona-ba sasán sira-seluk ne'ebé pertense ba suspeitu, mezmuké la relasiona ho krime.

Saida maka akontese karik iha prosesu ida korrupsaun nian karik konklui ho prátika krime, maibé la posível apreensaun no perda ba proventu sira tanba, porezemplu, arguidu ne'ebé sosa imóvel ida ho osan ne'ebé hetan ho krime, nia fa'an ona imóvel ne'e ba ema seluk ho fi'ar di'ak?

Artigu 102.º, n.º 2 — Sentensa tenki determina valór proventu nain no determina katak arguidu selu ba Estadu montante ida-ne'e.

Artigu 43.º al. a) — Maibé karik verifika katak arguidu iha sasán sira-seluk, mezmuké la iha relasaun direktamente ho krime, parese bele deklara sasán hirak-ne'e lakon hodi favorese Estadu.

Karik durante investigasaun Ministériu Públiku verifika situasaun ida-ne'e, tenki husu ba Juís apreensaun sasán hirak-ne'e - haree artigu 35.º.

Preferível halo apreensaun kedas ba sasán sira suspeitu iha, tanba dala barak substituisaun perda ho pagamentu ba Estadu valór respetivu preve iha art.º 103.º, n.º 2, iha surat de'it bainhira entretantu arguidu halo sasán lakon.

Tendénsia mundiál maka perda sasán sira, mezmuké la liga direktamente ho krime ida. Maka bolu **perda ampliada ka alargada** ka *extended forfeiture*.

País balu permite ona. País sira-seluk, sei la permite perda sasán sira bainhira la iha kondenasaun penál, maibé admite inversaun ónus prova kona-ba proveniénsia ilísita sasán sira.

Porezemplu:

A hetan detensaun ba krime tráfikú estupefasiante.

Iha okaziaun detensaun nian halo apreensaun hosi nia, la'ós droga de'it, maibé karreta ida, telemóvel no envelope ida ho osan maizumenus USD 100.000,00.

Halo buska ida ba ninia rezidénsia no hosi ne'ebá hetan dokumentu oioin:

- eskritura ida kona-ba faan no sosa imóvel;
- estratu bankáriu kona-ba konta iha banku sira:

- BNU fatin iha Díli — USD 20.000,00;
- Mandiri – USD 30.000,00;
- BRI (Bank Rayat Indonesia) — IDR 1000.000.000,00;
- SIB (Singapore Island Bank) — SGD85.000.000,00.

Ho nune'e, la'ós de'it halo apreensaun ba sasán no valór sira iha okaziaun detensaun no ne'ebé maka relasiona direktamente ho faan droga nian, maibé verifika mós katak **A** iha konta bankária sira ho osan barak, hanesan uma, sasán no valór sira ne'ebé maka nia iha ona molok hahú halo investigasaun.

A la hala'o atividade ilísita ruma ne'ebé maka permite nia hodi alkansa ona sasán hirak-ne'e. Iha lejjzlasaun barabarak ne'ebé iha prezunsaun legál ida katak sasán hirak-ne'e, ne'ebé arugidu hetan iha períodu temporál determinadu (normalmente entre tinan 5 no 7) iha orijen ilísita.

Entaun, arguidu tenki ilidi prezunsaun ida-ne'e ka la'e, hodi hatudu katak sasán no valór iha orijen lísita (ida-ne'e prova sivilista ida, prova ida ne'ebé ladún ezijente kompara ho prova penál, prova hirak-ne'ebé tenki iha laho dúvida). Iha nosaun ida-ne'e maka importante tanba, lalais ka kle'ur, lejjzlasaun sira sei iha sentidu ida-ne'e.

Hafoin inisia investigasaun ida, tenki koko atu halibur informasaun kona-ba lokalizasaun sasán sira pertense ba suspeitu hirak-ne'ebé direktamente iha ninia naran no hirak-ne'ebé **pertense ba empreza ka ema sira-seluk, maibé hetan kontrolu hosi suspeitu.**

Artigu 44.º
Invalidade negósiu jurídiku

1. Tribunál deklara invalidade ba kualkér negósiu jurídiku ne'ebé maka hala'o ona ho objetivu atu impede lakon propriedade, hanesan mós defini iha artigu anteriór.

2. Karik kontratu inválidu hala'o tiha ona, parte ne'ebé atua ho fi'ar di'ak sei hetan reembolsu ba kuantia ne'ebé maka efetivamente selu.

Ho objetivu atu la halo apreensaun no deklarasaun lakon hodi favorese Estadu sasán sira ne'ebé mai hosi prátika krime, kriminozu sira hala'o negósiu jurídico ho ema sira-seluk, porezemplu faan sasán ida ba ema-seluk. Atu evita kriminozu sira alkansa objetivu ida-ne'e, lei sei hateten katak tribunál deklara negósiu hirak-ne'e inválidu.

Iha n.º 2 prevee katak parte ne'ebé atua ho fi'ar di'ak bele simu saida maka gasta. Kestaun balu koloka kona-ba aplikasaun dispozisaun legál ida-ne'e.

Tribunál decide iha prosesu kriminal? Ofisiozamente ka rekerimentu? Oinsa ema terseiru interesadu bele partisipa iha prosesu, atu halo defeza sira-nia direitu, porezemplu atu hatudu katak atua ho fi'ar di'ak? Prátika de'it maka sei hatudu ba ita prosedimentu ida-ne'ebé maka sei foti.

Artigu 45.º
Dispozisaun kona-ba sasán sira ne'ebé deklara lakon

Sasán no produktu krime nian sei deklara lakon haktuir artigu 43.º reverta ba Estadu.

KAPÍTULU VII — KOOPERASAUN JUDISIÁRIA INTERNASIONAL IHA MATÉRIA PENÁL

KAPÍTULU VII

Kooperasaun judisiária internasionál iha matéria penál

Artigu 46.º

Devér kooperasaun

Autoridade competente sira promove kooperasaun ne'ebé boot tebetebes ho autoridade competente hosi Estadu sira-seluk ho objetivu kooperasaun judisiária internasionál iha matéria penál, haktuir lejlzasaun interna no internasionál aplikável.

Kooperasaun judisiária internasionál iha matéria penál maka ezijénsia ida Konvensaun Palermo no Mérida no Rekomendasaun sira GAFI nian.

Ho efeitu, trata kriminalidade organizada no kompleksa ne'ebé, ho ninia natureza, sei tranznasionál, kooperasaun internasionál maka esensiál. Bainhira laiha kooperasaun ida-ne'e investigasaun barak sei la hetan susesu.

Ita kompriende ona katak krime balu ne'ebé komete iha âmbito tipu kriminalidade ida-ne'e dalan fronteira oioin; krime balu komete iha país ida no krime sira-seluk iha país sira-seluk. No produktu krime ita bele hetan iha fatin seluk ne'ebé de'it.

Iha sociedade globál ne'ebé ita moris ba, kapasidade efikás ida de'it maka bele troka informasaun entre ninia entidade hanesan estrangeira sira, porezemplu UIF, polisia, Ministériu Públiku, tanba ne'e hetan susesu iha funsaun sira ne'ebé maka atribui ona ba sira.

Ho nune'e, ba susesu investigasaun nian no ba lokalizasaun, apreensaun no deklarasaun lakon ba sasán sira, país no instituisaun internasionál oioin tenki mantein kooperasaun ida ne'ebé boot.

Konvensaun Palermo (Konvensaun Nasoins Unidas nian kontra kriminalidade organizada internasionál) inklui regra sira kona-ba saida no oinsá maka país sira lejlzla matéria ida-ne'e iha artigu 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º no 21.º.

Konvensaun Mérida (Konvensaun Nasoins Unidas nian kontra korrupsaun) iha kapitulu IV (artigu 43.º, 44.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º no 50.º) kona-ba matéria ida-ne'e.

Kona-ba kooperasaun internasionál GAFI hasai Rekomendasaun 36, 37, 38, 39 no 40.

Esperiénsia hatudu katak dala ruma autoridade judisiária la hatene ho matéria ida-ne'e, hanoin katak defísil tanba problema linguística no lejlzasaun ne'ebé diferente. Loos duni katak falta experiénsia iha prosedimentu respetivu ne'ebé bele aumenta mo'e.

Tanba ne'e, importante tebetebes atu majistradu sira (Ministériu Públiku ka judisiál sira) eforsa an hodi inisia iha prosedimentu hirak-ne'e tanba ho experiénsia sei verifika, afinál, buat ne'e la'ós komplikadu liu.

Iha kooperasaun Judisiária Internasionál Penál, Timor-Leste iha Lei n.º 15/2011, lora 26 fulan-Outubru. Lei ida-ne'e kumpri determinasaun Konvensaun Palermo no Mérida no GAFI.

Maibé molok ita kontinua, haree saida maka KRTL hateten ba ita kona-ba direitu internasionál aplikável iha Timor-Leste:

Artigu 9.º
(Resesaun direitu internasionál)

1. Orden judisiál timorensa adota prinsípiu direitu internasionál jerál ka komún.

2. Norma sira ne'ebé hateten iha konvensaun, tratadu ka akordu internasionál sira vigór iha orden jurídika interna hafoin aprovasaun, ratifikasaun ka adezaun hosi órgaun kompetente respetivu sira no hafoin publikasaun iha jornál ofisiál.

3. Sei inválida norma lei hotu-hotu ne'ebé kontrária dispozisaun sira konvensaun, tratadu no akordu internasionál ne'ebé simu iha orden jurídika interna timór nian.

Lei importante sira Timór nian iha matéria kooperasaun internasionál:

• **Lei 15/2011, lora 26 fulan-Outubru.**

• **Lei 6/2012, lora 12 fulan-Maiu — Kona-ba Tratadu Internasionál:**

Artigu 1.º — Definisau;

Artigu 2.º — Klasifikasaun Tratadu sira;

Artigu 8.º — Responsabilidade Internasionál;

• Artigu 357.º **Kódigu Prosesu Penál** — relasaun ho autoridade estranjeira sira:

Relasaun ho autoridade sira hosi país sira-seluk nian relaciona ho administrasaun justisa penál regula ho tratadu no konvensaun internasionál no lejizlasaun avulsa sira-seluk kona-ba kooperasaun judisiária.

Konvensaun sira inklui:

• Konvensaun Auzíliu Judisiáriu iha Matéria Penál entre Estadu Membru sira Komuidade País Língua Portugeza – Ratifika ho Rezolusaun Parlamentu Nasionál, n.º 13/2009, lora 6 fulan-Maiu;

• Konvensaun estradisaun entre Estadu Membru sira Komuidade País Língua Portugeza – Ratifika ho Rezolusaun Parlamentu Nasionál, n.º 15/2009, lora 6 fulan-Maiu;

• Konvensaun Auzíliu iha Matéria Penál entre Estadu Membru sira Komuidade País Língua Portugeza – Ratifika ho Rezolusaun Parlamentu Nasionál, n.º 16/2009, lora 6 fulan-Maiu.

• Kódigu Prosesu Sivil (artigu 141.º):

Artigu 141.º

Forma rekizisaun no komunikasaun aktu sira

1. Prátika aktu prosesuál sira ne'ebé ezije intervensaun servisu judisiáriu bele husu ba tribunál ka autoridade sira ho karta prekatória ka rogatória, ho karta prekatória bainhira hala'o aktu hodi husu ba tribunál ida ka kónsul ida timór nian no ho karta rogatória bainhira ba autoridade estranjeira.

Liuhosi karta rogatória ida maka autoridade judisiária timór nian halo pedidu ba autoridade judisiária estranjeira ida.

Pedidu ida kona-ba buat ruma ne'ebé presiza ba investigasaun ka julgamentu ida.

LEI N.º 15/2011, LORON 26 FULAN-OUTUBRU

Ita analiza norma balu hosi lei ida-ne'e. Ne'ebé regula Kooperasaun Judisiária Internasionál Penál.

Ita komesa hodi harea ninia estrutura:

TÍTULO I – DISPOZISAUN JERÁL

Kapítulu I – Objetu, Prinsípiu no Regra Jerál

Kapítulu II – Prosesu en-Jerál

TÍTULO II – ESTRADISAUN

Kapítulu I – Disposizaun Jerál

Kapítulu II – Estradisaun Pasiva

Kapítulu III – Estradisaun Ativ

Kapítulu IV – Disposizaun Finál

Kapítulu V – Regra espesial sira Kona-ba Prosesu Simplifikadu Estradisaun nian

TÍTULO III – TRANZMISAUN PROSESU PENÁL

Kapítulu I – Delegasaun Prosedimentu Penál iha Autoridade Judisiária Timór nian

Kapítulu II – Delegasaun iha Estadu Estranjeiru prosedimentu Penál nian

Kapítulu III – Disposizaun Komún

TÍTULO IV – EZEKUSAUN SENTENSA PENÁL

Kapítulu I – Ezekusaun Sentensa Penál Estranjeira

Kapítulu II – Ezekusaun iha Estranjeiru Sentensa Penál Timór nian

Kapítulu III – Destinu Mula no Sasán sira ne'ebé hetan Apreensaun no medida Kautelár sira

Kapítulu IV – Transferénsia ema Kondenadu sira

Seksaun I – Disposizaun Komún

Seksaun II – Transferénsia ba estranjeiru

Seksaun III – Transferénsia ba Timor-Leste

Seksaun IV – Informasaun kona-ba Ezekusaun no Tránzitu

TÍTULO V – VIJILÁNSIA EMA KONDENADU KA LIBERTADU KONDISIONALMENTE

Kapítulu I – Disposizaun Jerál

Kapítulu II – Vijilánsia

Kapítulu III – Vijilánsia no Ezekusaun Sentensa

Kapítulu IV – Kooperasaun ne'ebé Timor-Leste husu

Kapítulu V – Disposizaun Komún

TÍTULO VI – AUZÍLIU JUDISIÁRIU MÚTUU IHA MATERIA PENÁL

Kapítulu I – Disposizaun Komún ba Modalidade Diferente kon-ba Auzíliu

Kapítulu II – Pedidu Auzíliu

Kapítulu III – Aktu Partikulár ba Auzíliu Internasionál

TÍTULO IV – DISPOZISAUN FINÁL

Relasiona ho lei ida-ne'e, mai ita ba analiza norma disposizaun jerál balu no balu hosi Título VI, kona-ba Auzíliu Judisiáriu Mútuu iha Matéria Penál, matéria útil tebetebes ba Ministériu Públiku.

Forma kooperasaun judisiária internasionál penál maka hanesan → *art.º 1.º, n.º 1.*

- a) Estradisaun;
- b) Tranzmisaun prosesu penál;
- c) Ezekusaun sentensa penál;
- d) Transferénsia ema kondenadu ba pena no medida seguransa privativa liberdade;
- e) Vijilánsia ema kondenadu ka bertadu kondisionalmente;
- f) Auzíliu judisiáriu mútuu iha matéria penál.

Konforme determina art.º 3.º, kooperasaun internasionál regula ho norma tratadu sira entre Timor-Leste no país sira-seluk; bainhira la iha tratadu aplika saida maka determina Lei 15/2011. Kódigu Prosesu Penál aplika subsidiariamente.

Maibé kooperasaun liuhosi Lei n.º 15/2011 tenki respeita prinsípiu reciprosidade, ne'ebé maka signifika katak Timor-Leste sei hatán ba pedidu bainhira de'it país rekerente mós hatán bainhira Timór-Leste mós husu kooperasaun → *art.º 4.º, n.º 1).*

Maibé, aperzarde falta reciprosidade, Timor-Leste bele satisfás pedidu kooperasaun ida bainhira → *art.º 4.º, n.º 3.*

- a) Akonsellável ho razaun ba faktu sira ka natureza kriminalidade ne'ebé grave;
- b) Bele kontribui ba situaun arguidu nian ne'ebé di'ak liu ka ba ninia reinsersaun sosiál;
- c) Serve atu esklaresé faktu sira ne'ebé imputa ba sidadaun timór nian.

Pedidu kooperasaun ida bele hetan rekuza iha situaun sira hatudu iha artigu 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º no 17.º.

Autoridade Sentrá, entidade ne'ebé dezigna atu simu no trazmite pedidu kooperasaun hirak-ne'e maka Prokuradoria Jerál Reúblika → *art.º 19.º.*

Hafoin simu tiha pedidu kooperasaun internasionál ida, Prokuradór-Jerál haruka ba Ministériu Justisa atu halo apresiasaun ba admissibilidade respetiva → *art.º 19.º, n.º 2.*

Nune'e mós pedidu kooperasaun ida formula hosi entidade Timor-Leste nian ida sei haruka ba Ministériu Justisa liuhosi Prokuradoria-Jerál Repúblika → *art.º 19.º, n.º 3.*

Maibé, hanesan ita haree tuirmai (artigu 145.º), prosedimentu kana-ba pedidu auzíliu judisiáriu mútuu la presiza tuir formalizmu ida-ne'e.

Auzíliu Judisiáriu Mútuu iha Matéria Penál (Títulu VI)

Liuhosi auzíliu judisiáriu ne'ebé autoridade judisiária hosi país ida husu ba autoridade judisiária estranjeira atu hala'o dilijénsia determinada ne'ebé esensiál ba investigasaun ka ba julgamentu prosesu kriminal ida

TÍTULU VI AUZÍLIU JUDISIÁRIU MÚTUU IHA MATÉRIA PENÁL

KAPÍTULU I DISPOZISAUN KOMÚN BA MADALIDADE DIFERENTE AUZÍLIU NIAN

Artigu 138.º Prinsípiu no âmbito

1 — Auzíliu inklui komunikasaun informasaun, aktu prosesuál no aktu públiku sira-seluk ne'ebé Direitu Timor-Leste admite, bainhira afigura presiza ba realizasaun finalidade prosesu, nune'e mós aktu sira ne'ebé presiza ba apreensaun ka ba rekuperasaun instrumentu, objetu ka produktu infraasaun.

2 — Auzíliu inklui, porezemplu:

- a) Notifikasaun aktu sira ka entrega dokumentu sira;
- b) Obtensaun meus prova nian;
- c) Revista, buska, apreensaun, ezame no perísia;
- d) Notifikasaun no audisaun suspeitu, arguidu, sasin ka peritu sira;
- e) Tránsito ema;
- f) Informasaun sira kona-ba Direitu Timor-Leste ka Estranjeiru nian no ne'ebé maka relaciona antedente penal suspeitu, arguidu ka condenadu sira-nian.

3 — Bainhira sirkunstánsia kazu akonsella, ho akordu entre Timor-Leste no Estadu Estranjeiru ka entidade judisiária internasionál, audisaun prevee iha alínea d) n.º 2 bele hala'o ho rekursu ba meus telekomunikasaun iha tempu réal, haktuir lejizlasaun prosesuál penal Timor-Leste, lahó prejuízu ba dispozisaun iha n.º 10.

4 — Iha âmbito auzíliu nian, hafoin autorizasaun Ministériu Justisa nian ka iha konformidade ho ne'ebé prevee iha tratadu internasionál sira ne'ebé maka Timor-Leste halo parte, bele iha komunikasaun direta ba informasaun simplés kona-ba asuntu sira ho karáter penal entre autoridade Timór no estranjeira nain ne'ebé atua hanesan auziliár autoridade judisiária nian.

5 — Ministériu Justisa bele autoriza dezlokasaun ho objetivu ba partisipasaun judisiáriu no órgaun polisia kriminal estranjeiru nian iha aktu sira ho karáter prosesuál penal ne'ebé bele realiza iha territóriu Timór nian.

6 — Partisipasaun ne'ebé refere iha número anteriór sei admite eskluzivamente títulu koajuvasaun autoridade judisiária ka polisia kriminal timór nian ne'ebé competente ba aktu, iha-ne'ebé ninia prezensa no direasaun sempre obrigatória, kumpri dispozisaun sira lei prosesuál penal nian, no iha kondisaun respisidade nian, tenki refere aspetu hotu-hotu iha autu sira.

7 — Dispozisaun iha artigu 27º sei estensivu ba dilijénsia kompeténsia autoridade polisia kriminal nian, realiza iha kondisaun sira no iha limite sira ne'ebé define hosi Kódigu Prosesu Penál.

8 — Kompeténsia ne'ebé refere iha n.º 5 bele delega ba iha autoridade Sentrál ka , bainhira dezlokasaun respeita eskluzivamente autoridade ka órgaun polisia kriminal, ba iha diretór polisia kriminal nian.

9 — Dispozisaun iha n.º 5 sei korrespondentemente aplikável ba pedidu auzíliu ne'ebé formula hosi Timor-Leste.

10 — Dispozisaun iha artigu ida-ne'e la prejudika aplikasaun dispozisaun ne'ebé favorável liu ba tratadu sira ne'ebé maka Timor-Leste halo parte ba.

Liuhosi auzíliu judisiáriu mútuu autoridade competente rekerente hosi país ida bele husu autoridade competente rekerida informasaun ka realizasaun aktu sira. → *als. c) e d)*

Nune'e mós bele husu notifikasaun kona-ba akuzasaun ida ba arguidu, notifikasaun despaxu ne'ebé indika data ba julgamentu, sentensa ida, no sira-seluk → *als. a) e d)*

Pesa prosesuál ne'ebé maka hakarak atu notifika ba ema ruma, tenki evidentemente haruka hamutuk ho pedidu. Nune'e mós, karik autoridade competente timór nian hakarak atu autoridade estranjeira ida notifika ema ruma hosi akuzasaun ida, tenki haruka kópia pesa prosesuál ida-ne'e.

Nune'e mós bele hetan elementu prova liuhosi ezame ba ema, fatin, sasán, nune'e mós iha fatin ne'ebé maka la bele asesa ba públiku, iha kazu no presupostu sira ne'ebé prevee iha lei, husu elementu prova ida-ne'e ba autoridade competente rekerida → *al. c)*

Bele mós husu pedidu kona-ba ezame médiku-legál. → *al. c)*

Bele husu halibur kona-ba elementu sira prova nian, liuhosi depoimentu, deklarasaun. → *al. d)*

Autoridade competente rekerente bele husu atu foti deklarasaun ba ema determinadu kona-ba kestaun determinada sira. → *al.d).*

Iha kazu ida-ne'e tenki hateten kona-ba faktu sira no pergunta sira ne'ebé mak tenki halo.

Audisaun sei bele hala'o liuhosi videokonferénsia. → *n.º 3*

Bele halo autorizasaun dezlokasaun nian ho objetivu atu hetan partisipasaun autoridade judisiária no órgaun polísia kriminal estranjeiru sira-nian iha aktu ho karáter prosesuál penál.

Autorizasaun sei fó hosi Ministériu Justisa maibé ida-ne'e bele delega kompeténsia ida-ne'e iha Autoridade Sentrá (ne'ebé iha Timor-Leste maka Prokuradoria-Jerál Repúblika — art.º 19.º, n.º 1) ka iha Diretór Polísia investigasaun nian iha kazu dezlokasaun respeita eskluzivamente autoridade ka órgaun polísia kriminal. → *n.ºs 5 e 8*

Delegasaun iha Autoridade Sentrá bele hala'o tinan-tinan, ho objetivu atu evita pedidu oras dahikus nian.

Haree:

Konvensaun Palermo – art.º 18.º, n.º 3, 18.º, 22.º no 24.º, 2 b)

Konvensaun Mérida – art.º 41.º, 46.º, n.º 3 no 18 e 32.º, 2b) b)

Artigu 145.º
Prosesu

1 — Pedidu auzíliu ne'ebé iha forma karta rogatória bele tranzmite direktamente entre autoridade judisiária competente, laho prejuízu ba possibilidade rekursu ba liuhosi dalan ne'ebé prevee iha artigu 27.º

2 — Desizaun kumprimentu ba karta rogatória sira sei dirije ba autoridade sira Timór nian maka juís ka Ministériu Públiku, haktuir lejlzlasaun prosesuál penál.

3 — Hafoin simu karta rogatória ne'ebé Ministériu Públiku la bele kumpri, tenki hala'o vistu ba opoin kumprimentu hirak-ne'ebé maka konsidera konveniente.

4 — Kumprimentu karta rogatória sira sei hetan rekuza ba kazu hirak turimai:

a) Bainhira autoridade rogada la iha kompeténsia ba prátika aktu ida-ne'e, laho prejuízu ba tranzmisaun karta rogatória ba autoridade judisiária competente, karik ida-ne'e Timór nian;

b) Bainhira solísitasaun kona-ba aktu ne'ebé lei proíbe ka kontráriu órgaun públika Timór nian;

c) Bainhira ezekusaun karta rogatória arentatória soberania ka seguransa Estadu nian;

d) Bainhira aktu implika ezekusaun desizaun tribunál estranjeiru nian sujeita ba revizaun no konfirmasaun no desizaun la hatudu hetan ona revizaun ka konfirmasaun.

5 — Pedidu sira-seluk, porezemplu kona-ba enviu sertifikadu rejistu krimínal, ba verifikasaun indetidade ka atu hetan informasaun de'it, bele tranzmite direktamente ba autoridade no entidade competente sira no, bainhira de'it hetan satisfasaun, komunika uza meu hanesan.

6 — Dispoziasaun iha n.º 4 é aplikável, ho adaptasaun devida, ba pedidu sira ne'ebé la'ós iha forma karta rogatória.

7 — Dispoziasaun iha n.º 3 maka korrespondentemente aplikável ba rogatória sira ne'ebé dirije autoridade estranjeira, fó-sai hosi autoridade judisiária timór nian ne'ebé competente. Relatóriu ida-ne'e sempre haruka ba entidade hirak-ne'e entende katak prezisa ba prova faktu esensiál balu ba akuzasaun ka ba defeza.

Artigu 153.º
Produtu, objetu no instrumentu sira krime nian

1 — Pedidu autoridade estranjeira competente, bele hala'o dilijénsia destina hodi averigua kualkér produtu krime ne'ebé alegadamente pratika iha Timor-Leste, komunika ninia rezultadu sira kona-ba dilijénsia hirak-ne'e.

2 — Iha formulasaun pedidu, autoridade estranjeira informa kona-ba razaun sira ne'ebé mak entende katak produtu hirak-ne'e bainhira mosu iha Timor-Leste.

3 — Autoridade timór nian providensia ho kumprimentu desizaun ne'ebé dekreta produtu krime ne'ebé lakon, kumpri koorespondentemente dispoziasaun iha título IV, ne'ebé maka tribunál estranjeiru hatún, kumpri korrespondente dispoziasaun iha título IV, iha parte aplikável.

4 — Bainhira autoridade estranjeira komunika ninia intensaun hakarak atu ezekuta desizaun ne'ebé refere número anteriór, autoridade timór nian bele foti medida sira ne'ebé maka Direitu Timor-Leste permite atu prevene kualkér tranzasaun, tranzmisaun, ka dispoziasaun sasán sira ne'ebé karik ka bele afeta ho desizaun ida-ne'e.

5 — Dispoziasaun artigu ida-ne'e sei aplikável ba objetu no instrumentu sira krime nian.

Posibilidade kolaborasaun ida-ne'e entre Estadu sira relaciona ho detesaun sasán no kumprimentu desizaun ne'ebé maka dekreta ona perda produtu krime ida nian (dala ruma akontese ne'ebé eziste pedidu ida primeiru maka husu lokalizasaun sasán no ninia

apreensaun, no hafoin pedidu ida segundu maka husu deklarasaun perda nian), sei hatún hosi tribunál estranjeiru ida, maka importante tebetebes iha kombate kriminalidade enokómiku-finanseira, organizada no kompleksa.

Haree:

Konvensaun Palermo: art.º 13.º no 14.º.

Konvensaun Mérida: art.º 55.º no 57.º

Rekizitu kona-ba Pedidu sira maka konsta iha artigu 21.º e 144.º lei n.º 15/2011.

Artigu 21.º
Rekizitu kona-ba pedidu

1 – Pedidu kooperasaun nian tenki hatudu:

- a) Hosi autoridade ne'ebé maka haruka no ba autoridade ne'ebé maka dirije ba;
- b) Objetu no motivu sira pedidu nian;
- c) Kualifikasaun juridika kona-ba faktu sira ne'ebé motiva prosedimentu;
- d) Identifikasaun suspeitu, arguidu ka kondenadu nian, kona-ba ema ne'ebé hakarak atu estradisaun ka transferénsia ba no kona-ba sasin ka peritu, ema ne'ebé maka ita tenki husu sira-nia deklarasaun;
- e) Narasaun kona-ba faktu sira proporsionál ba importánsia aktu kooperasaun nian;
- f) Testu kona-ba dispozisaun legál aplikável iha Estadu ne'ebé formula pedidu ne'e; (rekezitu ne'e dispensa iha auzíliu judisiáriu mútuu - lee. n.º 3)
- g) Kualkér dokumentu relasiona ho faktu sira.

2 – Autoridade competente bele ezije katak pedidu ida formalmente irregulár ka inkompletu ne'ebé bele modifika ka kompleta, laho prejuízu ba adosaun medida provizória sira, bainhira hirak-ne'e la bele hein ba regularizasaun.

3 – Iha auzíliu judisiáriu mútuu iha matéria penál, rekizitu alínea f) n.º 1 bele dispensa.

Artigu 144.º
Konteúdu no dokumentu apoiu sira

Aleinde indikasaun no dokumentu sira ne'ebé refere iha artigu 21.º, pedidu sei akonpaña:

- a) Karik notifikasaun, maka hateten naran no rezidénsia destinatáriu nian ka fatin seluk ne'ebé bele notifika ba, ninia kualidade prosesuál no natureza dokumentu ne'ebé atu notifika;
- b) Karik iha kazu revista, buska, apreensaun, entrega objetu ka valór, ezame no perisia, deklarasaun ida ne'ebé sertifika katak sei admite hosi lei Estadu rekerente nian ka hosi estatutu entidade judisiária internasionál nian;
- c) Hateten kona-ba partikularidade determinada prosesu nian ka rekizitu sira ne'ebé Estadu estranjeiru a entidade judisiária hakarak atu kumpri, inklui konfidensialidade no prazu kumprimentu nian.

Pedidu auzíliu judisiáriu, tuir regra, hala'o iha forma karta rogatória.

Iha planu internu, formalizamu ne'ebé tenki obedese elaborasaun karta rogatória ida deskreeve iha artigu 21.º no 144.º Lei 15/2011, liron 26 fulan-Outubru.

Karta roгатória tenki klaru no inteligíivel, atu nune'e autoridade rekerida bele kompriende kestaun iha apresiasaun no kumpri ho forma adekuada.

Tenki identifika autoridade judisiária, rekerente no rekerida, bainhira de'it posível. Autoridade rekerente, aleinde naran no enderesu, tenki hateten mós númeru telefone no faks no enderesu korreiu-eletróniku.

Ida ne'e sei permite autoridade rekerida bele hala'o kontaktu ida ne'ebé lalais no efikás ho sentidu atu esklarese kestaun ruma ne'ebé karik mosu iha kumprimentu duké buat ne'ebé maka husu ba nia. Tenki deskreve faktu sira ne'ebé hamosu pedidu, ho forma klara no rezumida.

Pedidu ne'ebé maka ita hateten ne'e tenki klaru no haree ho di'ak.

Bainhira husu notifikasaun ba ema ruma tenki indika rezidénsia, nune'e mós, kualkér fatin seluk iha-ne'ebé ita bele lokaliza ba, hanesan porezemplu, fatin servisu.

Tenki indika kualifikasaun jurídika kona-ba faktu no haruka kópia dispozisaun legál sira. Tenki fó atensaun ba espezialidade ne'ebé hateten iha art.º 144.º, al. b) no c) Lei 15/2011. Karik iha kazu revista, buska, apreensaun, entrega objetu ka valór, ezame no perísia, prevee iha alínea b), tenki junta kópia sertífika dispozisaun sira lei timór nian ne'ebé maka admite medida hirak-ne'e.

Karik lei timór ezije formalizmu determinadu ba aktu balu tenki husu formalizmu ne'e bainhira haruka kópia leizlasaun ne'ebé maka ezije formalizmu ne'e.

Estrutura pedidu ba kooperasaun nian ida sei hala'o iha forma tuirmai:

PEDIDU BA KOOPERASAUN JUDISIÁRIA INTERNACIONÁL IHA MATÉRIA PENÁL

KARTA ROGATÓRIA

Inkéritu: n.º -----

Kontra, entre sira-seluk:
(identifikasaun suspeitu ka arguidu (sira) nian),

Naran: ----- (ho fotorgrafia karik iha)

B.I./ PASAPORTE : -----

Hela-fatin: -----

Profisaun: -----

Autoridade rekerida: Justisa hosi ----- (país ne'ebé maka destina ba)

Autoridade rekerente: (indika entidade ne'ebé husu pedidu. Sei útil tebetebes indika naran majistradu titulár prosesu nian no kontaktu oioin – telefone, faks, e-mail)

ESPOZISAUN MOTIVU

(Iha-ne'e tenki hakerek kona-ba faktu sira iha apresiasaun no razaun tanba sá maka presiza kooperasaun internasionál.)

KUALIFIKASAUN JURÍDIKA

Faktu sira nu'udar objetu ba inkéritu ida-ne maka, susetível integra, pelumenus, ho nune'e prátika krime sira maka hanesan:

-----, p. no p. hosi art. Kódigu Penál.

DELIJÉNSIA REKERIDA SIRA

(Entaun, tenki hateten saida maka hakarak: inkirisaun ba sasin sira ho indikasaun faktu sira kona-ba sá maka tenki husu, dokumentu sira ne'ebé maka hakarak, nsst. Karik hakarak atu rona sasin, ka peritu ka arguidu liuhosi autoridade judisiária, tenki destaka faktu ida-ne'e).

NORMA LEGÁL APLIKÁVEL SIRA

(Artigu sira kódigu penál nian ne'ebé relaciona ho inkirisaun, artigu sira kódigu prosesu penál nian ne'ebé aplika ba situasaun konkreta no lei ne'ebé maka obriga hodi pedidu no lei ne'e maka ka Lei n.º 15/2011, loron 26 fulan-Outubru ka Konvensaun balu ne'ebé maka refere ona iha-leten bainhira pedidu dirije ba Estadu hosi comunidade país sira língua portugeza nian ida.

Kódigu Penál — artigu -----

Código de Processo Penal — artigu -----

Dispozisaun hirak-ne'e bele haree iha anesku

xx fulan, tinan 20xx, Díli, Timor-Leste
Prokuradór Repúblika
(naran no asinatura)

TRANZMISAUN PEDIDU

Artigu 19º estipula katak Autoridade Sentrá, ba efeito sira resesaun no tranzmisaun pedidu kooperasaun ne'ebé abranje hosi diploma legál ne'e, atu dehan katak iha matéria kooperasaun judisiária internasionál iha matéria penál, maka **Prokuradoria-Jerál Repúblika**.

Iha matéria auzíliu judisiáriu, Lei n.º 15/2011 prevee, iha ninia art.º 19.º n.º 4 no 145.º n.º 1, possibilidade tranzmisaun direta pedidu entre autoridade judisiária sira ne'ebé competente.

PEDIDU HO NATUREZA URJENTE

Iha kazu hirak-ne'e, pedidu tenki tranzmite liuhosi INTERPOL.

Embora lei n.º 15/2011 la dispoin kona-ba matéria ida-ne'e, kualkér pedidu kooperasaun tenki iha língua autoridade ne'ebé maka sei dirije ba ne'e nian.

Depois hakerek karta rogatória tenki hala'o ninia tradusaun.

Ida-ne'e sei la'ós nune'e karik iha akordu ho país balu kona-ba karta rogatória ne'e.

Artigu 47.º Natureza la'ós política ba krime

Sei la konsidera kauza justifikasaun ba krime sira brankeamentu kapitál no finansiamentu terrorizmu invokasaun ka iha duni ezisténsia motivu polítiku.

KAPÍTULU VIII — DISPOZISAUN FINÁL NO TRANZITÓRIA SIRA

CAPÍTULO VIII Disposisaun final no tranzitória sira

Artigu 48.º (Revogadu)

Artigu ida-ne'e kontein revogasaun ba n.º 6 artigu 313.º

Artigu 49.º Tama iha vigór

Lei ida-ne'e tama iha vigór iha lora tuirmai hafoin ninia publikasaun.

Ita to'o ona iha rohan ba análise kona-ba lei n.º 17/2011, lora 28 fulan-Dezembu.

Timor-Leste iha sistema jurídku prevensaun kombate brankeamentu kapitál, finansiamentu terrorizmu no kriminalidade organizada, ekonómika no finanseira, ne'ebé konsistente no kompletu. Karik presiza atu hatudu de'it katak aplikadór sira direitu nian koñese kle'an no aplika ho efetivu. Ami nia hakarak maka manuál ida-ne'e bele tulun iha tarefa ida-ne'e.

BIBLIOGRAFIA

BRAGUÊS J.L. (2009). *O Processo de Branqueamento de Capitais*. Working Papers n.º 2/2009. <http://www.gestaodefraude.eu>

FONTANA A. & PEREIRA PEDRO G. (2012). *Using money laundering investigations to fight corruption in developing countries*. U4 ISSUE No9.

GODINHO J.A.F. (2001). *Do crime de Branqueamento de Capitais, Introdução e Tipicidade*. Almedina.

DUARTE J.M.V.M.(2002). *Branqueamento de Capitais O regime do DL. N.º 15/93, de 22 de Janeiro e a Normativa Internacional*. Universidade Católica Portuguesa.

MANI M. (2003). *L'Union Européenne dans la lutte contre le Blanchiment d'Argent*. Entre interest nationaux et communautaires. L'Harmattan.

BRANDÃO N. (2002). *Branqueamento de Capitais: o Sistema Comunitário de Prevenção*. Coimbra Editora.

JEREZ O. (2003). *Le Blanchiment de l'Argent*. 2ª edição. BANQUE.

Sítios da internet:

<http://www.fatf-gafi.org/>

<http://www.egmontgroup.org/>

<http://gopacnetwork.org/>

<http://www.apgml.org/>



FOTI Timor-Leste Program
Accountability • Transparency

